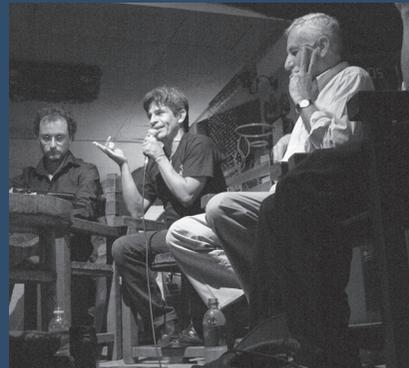
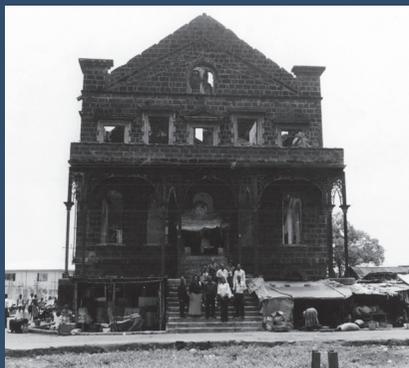


FORTALECIMENTO DA MEMÓRIA, DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL E NO HEMISFÉRIO SUL

FORTALECIMENTO DA MEMÓRIA, DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS
HUMANOS NO BRASIL E NO HEMISFÉRIO SUL



FORTALECIMENTO DA MEMÓRIA,
DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
NO BRASIL E NO HEMISFÉRIO SUL

Governo Federal Brasileiro
Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

Presidente da República
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro da Justiça
JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Secretário Executivo do Ministério da Justiça
MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA

Presidente da Comissão de Anistia
PAULO ABRÃO

Vice-Presidentes da Comissão de Anistia
SUELI APARECIDA BELLATO
JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA FILHO

Diretora da Comissão de Anistia
AMARÍLIS BUSCH TAVARES

Chefe de Gabinete da Comissão de Anistia
AMARÍLIS BUSCH TAVARES

Coordenador Geral do Memorial da Anistia Política
Gerente Nacional do Projeto BRA/08/021
ROSANE CAVALHEIRO CRUZ

Execução
COMISSÃO DE ANISTIA BRASILEIRA DO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COALIZÃO INTERNACIONAL DOS SÍTIOS DE
CONSCIÊNCIA

Produção Editorial
COALIZÃO INTERNACIONAL DOS SÍTIOS DE
CONSCIÊNCIA (CISC)

Diretora Executiva
ELIZABETH SILKES

Editor
BIX GABRIEL

Editores Assistentes
DEBORAH GARDNER
ZACHARY MCKIERNAN

Coordenação do Projeto CISC Brasil
SILVIA FERNÁNDEZ

Design Gráfico
KERSTIN VOGDES DIEHN

Formatação
KERSTIN VOGDES DIEHN

Este volume é parte do projeto BRA/08/021 - um esforço cooperativo de intercâmbio internacional e desenvolvimento de políticas e expansão da justiça de transição no Brasil - realizado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, pela Agência Brasileira de Cooperação, pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em colaboração com a Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência (CISC).

A publicação, lançada simultaneamente em inglês, francês, português e espanhol, tem o objetivo de divulgar e fortalecer a experiência latino-americana no campo da justiça de transição - especialmente em relação à memorialização e suas técnicas - e servir como um guia completo para o desenvolvimento dos sítios de memória.

Os textos apresentados aqui são de responsabilidade exclusiva dos seus autores e não representam a pluralidade das políticas públicas e do pensamento acadêmico sobre a região; eles também não representam as opiniões institucionais de nenhum dos seus organizadores, exceto quando expresso em contrário.

O capítulo "Memorialização nas Sociedades Pós-Conflito da África: Potenciais e Desafios", por Ereshnee Naidu, foi reproduzido com a permissão da Intersentia. Ele foi publicado anteriormente, como: Naidu, Ereshnee, "Memorialisation in Post-conflict Societies in Africa: Potentials and Challenges," Memorials in the Time of Transition, edited by Susanne Buckley-Zistel and Stefanie Schäfer. Intersentia, Cambridge: Trinity House, 2014, chapter 1.

A reprodução total ou parcial da publicação sem a autorização expressa da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça Brasileiro é proibida.
2.000 cópias em português
2.000 cópias em inglês
2.000 cópias em espanhol
1.000 cópias em francês

Disponível para download no: <http://www.mj.gov.br/anistia>
Publicado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça Brasileiro.

A reprodução total ou parcial da publicação sem a autorização expressa da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça Brasileiro é proibida.

Strengthening Memory, Justice, and Human Rights in Brazil and the Southern Hemisphere / Editor Bix Gabriel. - Brasília: Brazilian Amnesty Commission, Ministry of Justice; New York : International Coalition of Sites of Conscience, 2015. 184 p.
(Fortalecimento da Memória, Justiça e dos Direitos Humanos no Brasil e no Hemisfério Sul / Editor Bix Gabriel, - Brasília: Comissão Brasileira de Anistia, Ministério da Justiça; Nova York: Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência, 2015. p 184.)
Também publicado em espanhol, português e francês.
Colaboraram neste projeto: o Ministério das Relações Exteriores (Brasil) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ISBN: 978-0-9962952-0-8

1. Memorialização, América Latina. 2. Anistia. 3. Direitos Humanos
I. Gabriel, Bix, editor. II. Brasil. Comissão de Anistia do Ministério da Justiça
II. Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência.

SOBRE ESTA PUBLICAÇÃO

Na medida em que o papel da memorialização ganha suporte no campo da justiça de transição e dos direitos humanos, cresce a urgência em oferecer ferramentas específicas e estratégias que podem auxiliar as iniciativas de memória ao redor do mundo para o desenvolvimento de projetos que contribuem com a lembrança do passado e o trabalho em direção ao “nunca mais”.

Essa publicação é uma destas ferramentas. Ela oferece às iniciativas de memória, organizações da sociedade civil, estudiosos e especialistas em museologia, direitos humanos e justiça de transição ao redor do mundo exemplos práticos e ferramentas para o uso da metodologia dos Sítios de Consciência.

A publicação começa com uma visão geral do papel da memorialização na justiça de transição e nos direitos humanos, oferecendo um quadro conceitual para os leitores. A publicação está focada em nove estudos de caso com uma variedade de contextos do mundo inteiro: Argentina, Bangladesh, Brasil, Camboja, Chile, El Salvador, Sérvia, Serra Leoa e os Estados Unidos. Cada estudo de caso destaca metodologias, ferramentas e táticas específicas que foram usadas em um contexto específico, com o objetivo de promover os direitos humanos.

Dentro da diversidade das metodologias e regiões, a publicação possui uma seção voltada para a América Latina - especificamente em relação às iniciativas tomadas na Argentina, Brasil, Chile e El Salvador.

PARCEIROS DA PUBLICAÇÃO

A **Comissão de Anistia Brasileira** foi criada em 2001 pelo governo brasileiro sobre a jurisdição do Ministério da Justiça. Sua missão é avaliar os pedidos de reparação das pessoas que foram impedidas de trabalhar ou realizar outras atividades econômicas por razões políticas, ou que foram de alguma forma perseguidas pela ditadura devido às suas opiniões, durante o período entre 1946 e 1988. Este período inclui duas décadas de ditadura militar brasileira (1964 a 1985). A Comissão é formada por 26 membros. Até hoje, a Comissão já recebeu 73.000 pedidos de reparação. Entre os pedidos, 40.000 foram aprovados, o que significa a concessão de anistia política, representando um pedido de desculpas oficial pelas violações cometidas pelo Estado. Além disso, a Comissão reconheceu o direito de aproximadamente 15.000 dos casos de receber reparação econômica.

A coleção de documentos da Comissão de Anistia é a coleção mais abrangente de documentos sobre a ditadura brasileira. A coleção é formada pelos depoimentos das pessoas que tiveram seus direitos violados pela repressão do Estado. Ela reúne documentos oficiais com numerosos testemunhos e coleções agregadas das vítimas. Esta coleção estará disponível para o público através do Memorial da Anistia Política, uma iniciativa da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Atualmente em construção na cidade de Belo Horizonte, este será o primeiro local federal de memória com abrangência internacional em homenagem às vítimas da ditadura do Estado.

Desde 2007, a Comissão realizou diversos projetos com foco em educação, cidadania e memória, ampliando ainda mais o conceito de reparação que fundamenta seu trabalho. Por exemplo, através do projeto Caravanas de Anistia, a Comissão de Anistia conduziu sessões de avaliação dos pedidos de reparação nos locais onde as violações ocorreram. Com o projeto Marcas da Memória, a Comissão promoveu a participação pública para o financiamento de iniciativas sociais sobre o tema da memória. A partir deste projeto, outros dois projetos importantes foram criados: as Trilhas da Anistia, dedicado a erguer monumentos nos locais onde a perseguição política aconteceu, e as Clínicas de Depoimento, um projeto inovador dedicado ao atendimento psicológico das vítimas da violência do Estado.

Juntamente com os seus projetos, a Comissão de Anistia considera a cooperação internacional um instrumento poderoso para fomentar as iniciativas de justiça de transição em nível regional, para a aprendizagem das experiências bem-sucedidas do passado no estrangeiro e para determinar as suas possibilidades através do Projeto BRA/08/021, desenvolvido com o PNUD.

O **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)** é uma rede de desenvolvimento global das Nações Unidas, presente em 166 países. A sua principal missão é combater a pobreza e promover o desenvolvimento humano dentro do contexto de um governo democrático. Ao atuar em conjunto com os governos, o setor privado e a sociedade civil, o PNUD estabelece a conexão entre os países, o conhecimento, a experiência e os recursos para que estes trabalhem com as pessoas a fim de construir uma vida digna. Esta realização é resultado do trabalho conjunto de soluções elaboradas pelos países membros para fortalecer a capacidade local e oferecer acesso aos recursos humanos, técnicos e financeiros através da cooperação externa e uma extensa rede de parcerias.

A **Agência Brasileira de Cooperação (ABC)**, que faz parte do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), trabalha para negociar, coordenar, implementar e monitorar os programas e projetos de cooperação técnica no Brasil, operando com base em acordos assinados entre o Brasil, e outros países, e as organizações internacionais. Para cumprir a sua missão, a política externa do ABC é guiada pela SRM e pelas prioridades nacionais de desenvolvimento, tal como definidas nos planos e programas setoriais do governo.

A **Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência** é a única rede mundial dedicada especificamente à transformação dos lugares que preservam o passado em espaços que promovem a ação cívica. A Coalizão reconhece que o poder dos sítios de memória não é inerente. Este deve ser usado como uma tática deliberada a serviço dos direitos humanos e do engajamento dos cidadãos. Este esforço consciente para ligar o passado ao presente e a memória à ação é a marca do movimento dos Sítios de Consciência. Como uma rede de mais de 190 Sítios de Consciência em 53 países, nós engajamos dezenas de milhões de pessoas todos os anos para usar as lições da história com o objetivo de tomar medidas sobre os desafios da democracia e dos direitos humanos nos dias atuais. Através de programas participativos eficazes, que unem as pessoas apesar das suas diferenças, a Coalizão está construindo um movimento global para ligar o passado ao presente e a memória à ação.

A parceria entre a Comissão de Anistia Brasileira e a Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência foi estabelecida em 2010, quando a Comissão de Anistia sediou as Reuniões do Conselho da Coalizão, em 2010 e 2012, e as Reuniões Regionais Anuais dos Sítios de Consciência da América Latina, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Estes encontros reuniram os líderes do Ministério da Justiça, dos Arquivos Nacionais e da Coalizão Internacional com o objetivo de contribuir com o processo da justiça de transição e promover o diálogo sobre a memorialização como parte das reparações após a ditadura brasileira.

Em agosto de 2012, a Coalizão se juntou à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do Brasil para participar da 61ª Caravana de Anistia. Na Caravana, um grupo de brasileiros de diversas esferas sociais - professores, funcionários públicos, ativistas e líderes dos direitos humanos - ouviram os testemunhos das vítimas e participaram dos eventos comunitários destinados à construção da memória pública, como o lançamento de um livro de obras literárias sobre a ditadura, um festival de cinema e uma exposição de objetos da época, obras de arte e fotografias.

SEÇÃO 1: VISÃO GERAL

1.1	Prefácio <i>Paulo Abrão e Doudou Diène</i>	11
1.2	Os Direitos de Transição e a Nova Agenda de Transição Brasileira <i>Bruno Scalco Franke, Dario de Negreiros e Paulo Abrão Pires Jr.</i>	17
1.3	Memorialização nas Sociedades Pós-Conflito na África: Potenciais e Desafios <i>Ereshnee Naidu</i>	27
1.4	Sítios de Consciência: Memória e Direitos Humanos <i>Bix Gabriel e Zachary McKiernan</i>	43

SEÇÃO 2: ESTUDOS DE CASO DOS SÍTIOS DE CONSCIÊNCIA

2.1	A Criação e o Uso de um Sítio Histórico: A Transformação do Tribunal Especial de Serra Leoa em um Museu da Paz <i>Zachary McKiernan</i>	53
2.2	As Estações de Ação no Jane Addams Hull-House Museum: Métodos Interativos para o Engajamento da Comunidade nos Estados Unidos <i>Bix Gabriel e Zachary McKiernan</i>	69
2.3	A Divulgação Baseada na História: Atividades para o Apaziguamento dos Conflitos Religiosos e Políticos no Jamalpur Gandhi Ashram de Bangladesh <i>Bix Gabriel e Zachary McKiernan</i>	81
2.4	Os Sítios de Consciência Europeus Engajam o Público através da Contação de Histórias <i>Maja Čečen e Silvia Fernández</i>	93
2.5	Diálogo Intergeracional: Conectando o Passado e o Presente em Camboja, no Youth For Peace (Juventude pela Paz) <i>Long Khet</i>	103

SEÇÃO 3: FOCO NA AMÉRICA LATINA

3.1	Transições: Um Exemplo da Exposição Coletiva da Rede <i>Valeria Barbuto e Ariel Caniza</i>	115
-----	---	-----

3.2	Memorial da Resistência de São Paulo: Caminhos para a Construção e Solidificação dos Sítios de Consciência <i>Kátia Filipini Neves e Maurice Politi</i>	123
3.3	Visitas Guiadas e Interativas à Casa Memoria José Domingo Cañas 1367 <i>Zachary McKiernan e Bix Gabriel</i>	139
3.4	Exposições Temporárias no Museo de la Palabra y la Imagen (MUPI): Fazendo História fora do Local em El Salvador e ao redor do Mundo <i>Bix Gabriel e Zachary McKiernan</i>	153

SEÇÃO 4: CONCLUSÃO

4.1	Conclusão <i>Bix Gabriel e Deborah Gardner</i>	167
4.2	Colaboradores	173
4.3	Referências.....	179

1.1 PREFÁCIO

Paulo Abrão e Doudou Diène

Este trabalho é uma troca de experiências, conhecimento e teoria sobre o processo de memorialização com uma ênfase especial na cooperação entre Sul e Sul. O objetivo deste livro é servir como um guia de referência especializado para acadêmicos e atores sociais em contextos de pós-conflito.

Publicado em quatro idiomas - inglês, francês, português e espanhol - este trabalho é o resultado de uma parceria entre a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do Brasil e a Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência, cujo objetivo, através de uma série de atividades multidimensionais, é fortalecer o processo de memória política em progresso no Brasil e aprofundar os diálogos regionais e internacionais, articulando não somente os esforços de instituições individuais, mas também das redes locais situadas na África, América Latina, América do Norte, Ásia, Europa, Europa Oriental, Oceania e Oriente Médio.

A partir dos estudos de caso e das discussões teóricas apresentadas, a publicação leva o leitor a compreender como as memórias vivenciadas após a repressão e a violência podem levar à evolução e a solidificação das novas democracias. O trabalho, portanto, incentiva a reflexão sobre a ligação entre o passado e o presente e a busca de uma cidadania ativa para garantir a justiça e os direitos humanos.

A memória é a melhor arma humana contra as atrocidades porque gera a necessidade de discutir a importância da não repetição destes acontecimentos. Os projetos de memória são ações de aprendizagem e reparação coletiva. Estes possuem o propósito claro de agregar toda a sociedade e levá-la a refletir, compreender e, em seguida, criar uma consciência crítica e uma moral que condena tais erros.

Como Paul Ricoeur¹ sabiamente nos ensina, o verbo “lembrar” não significa apenas aceitar e receber passivamente uma mensagem do passado, mas também procurá-la ativamente e tomar uma atitude. A memória pode servir para nos lembrar das violações severas dos direitos humanos e, assim, impedir que estas se repitam. Mas, ela também atua como um desafio para a formulação de políticas com uma consciência social crítica que condena moralmente a repressão da liberdade, seja no passado, presente ou futuro.

Desde o período do Pós-Segunda Guerra Mundial, um movimento global acelerado tem forjado uma ética de memória. Os julgamentos de Nuremberg resultaram em um senso revigorado de humanitarismo que se reflete na filosofia moderna da universalidade da humanidade e dignidade humana. De certa forma, estes valores garantem a comunalidade e estabelecem uma ordem moral. Eles foram incorporados aos sistemas jurídicos, bem como às estruturas políticas e sociais.

Assim, as violações graves e sistemáticas dos direitos de qualquer cidadão ou de um grupo social, como a tortura, o genocídio, os massacres e os desaparecimentos forçados, ofendem a humanidade como um todo, independentemente do local onde vive. Ignorar estes fatos seria o mesmo que nos desumanizarmos.

Além disso, os direitos de transição e a nova agenda internacional dos direitos humanos trazem novas conquistas e desafios jurídicos. A justiça de transição - um conjunto de mecanismos concretos para lidar com o legado de violência dos Estados autoritários, ou dos Estados incapazes ou indispostos a preservar a integridade dos seus cidadãos - tem o objetivo de estabelecer, ou restabelecer, o Estado de direito e reconhecer as violações dos direitos humanos, as vítimas e os autores de tais violações.

A memória e o conhecimento sobre o que aconteceu durante os períodos autoritários e violentos das sociedades são instrumentos poderosos para impulsionar os Estados a assumir a responsabilidade pelas graves violações dos direitos humanos que cometeram e cumprirem as suas obrigações de reparação.

Os Desafios e Ambiguidades da Memória

O silêncio e a invisibilidade são os dois pilares fundamentais que dão continuidade às violações dos direitos humanos e à impunidade. A verdade sobre as violações dos direitos humanos é silenciada e as vítimas dessas violações se tornam invisíveis. Os perpetradores das violações dos direitos humanos, em todas as épocas e em todas as regiões do mundo, instrumentalizam estas duas forças com muito cuidado. A quebra do silêncio sobre as violações dos direitos humanos e dar rosto e voz às vítimas são, portanto, as armas mais poderosas no combate às violações dos direitos humanos. A memória é o instrumento que une esses dois fatores para combater as violações dos direitos humanos. Ela quebra o silêncio ao revelar e manter viva a verdade e o conhecimento dos fatos das violações dos direitos humanos. Ela fortalece a busca da justiça para as vítimas através do poder do conhecimento e da preservação das realidades das violações dos direitos. A memorialização é, portanto, um desafio perene no âmbito intelectual, ético e político.

1 Paul Ricoeur, *Memory, History, and Forgetting*, trans. Kathleen Blamey and David Pellauer, (Chicago: University of Chicago Press, 2004), 56.

A verdade - como uma expressão do conhecimento sobre a realidade das violações ocorridas - é a base fundamental para a justiça que, por sua vez, é o pilar fundamental dos direitos humanos. A luta pelo respeito aos direitos humanos está fundamentada na luta pela memória. A memória, no entanto, é individual e coletiva. A memória individual é constantemente fragilizada pelo dia a dia e pelos desafios materiais e emocionais da vida. No nível individual, a luta para viver e sobreviver, muitas vezes, ultrapassa ou secundariza o interesse pelo passado.

Tradicionalmente, a memória coletiva é monopolizada pelo Estado. A memória coletiva está no centro da escrita nacional e do ensino da história que, por sua vez, são profundamente influenciados pela ideologia política e pelos valores das forças dominantes da sociedade. O processo de escrita da história nacional está estruturado em torno de dois princípios: promoção e discriminação. Ou seja, a promoção dos fatos e dos atores que devem ser reconhecidos e lembrados como modelos, tanto para o certo como para o errado, e a discriminação, a fim de fazer com que certos indivíduos e comunidades - muitas vezes aqueles que são vítimas - se tornem invisíveis dentro da narrativa nacional. Os direitos humanos são, neste contexto, ligados aos principais valores de identidade nacional, unidade, segurança, coesão social e estabilidade. Estes valores nacionais primordiais oferecem um quadro conceitual que induz as decisões sobre quais eventos, fatos e pessoas devem ser tomados como modelo ou referência na narrativa nacional, ou seja, na memória oficial de uma nação.

Os poderes políticos elaboram, incessantemente, estratégias e instrumentos para controlar ou influenciar a leitura e a percepção dos fatos e eventos que formam a consciência e a imaginação do seu povo. A obliteração e a omissão nos livros de história são práticas ideológicas tradicionais para este propósito. Elie Wiesel, filósofo e sobrevivente do Holocausto, resumiu esta prática, afirmando: "O assassino mata duas vezes. Em primeiro lugar, com o assassinato e, em seguida, tentando acabar com os vestígios."²

Nesta luta pela memória - que é um elemento definidor da conscientização pública e, portanto, capaz de conectar o social com o político - as vozes das vítimas podem desafiar o status quo dos Estados e criar alternativas para o monopólio sobre o exercício da memória.

As sociedades que viveram períodos de violência direta do Estado, ou pessoas que tiveram seus direitos humanos violados, devido à falta de proteção do seu próprio Estado, podem reunir esforços para a reconstrução das suas histórias a partir da perspectiva das vítimas. Estas iniciativas de memória não oficial, bastante diversas e heterogêneas, desafiam a versão oficial da memória e despertam um desejo de reconhecimento entre as pessoas diretamente afetadas pelos conflitos. Desta forma, escutar as vozes das vítimas é uma parte necessária do processo de legitimidade das iniciativas da memória social.

2 O sobrevivente do Holocausto, Elie Wiesel, fez esta declaração durante o seu testemunho, em 02 de junho de 1987, no julgamento de Klaus Barbie, o notório "Carniceiro de Lyon". "Courtroom Sketch of Elie Wiesel at the Trial of Klaus Barbie," United States Holocaust Memorial Museum Website, acessado em 17 de setembro de 2014, http://www.ushmm.org/wlc/en/media_da.php?MediaId=5627.

A Prevenção da Instrumentalização da Justiça de Transição

O processo em torno de quase todas as ações da justiça de transição segue um padrão semelhante: A sociedade civil identifica o abuso, ou abusos, dos direitos humanos, documenta o abuso e analisa os mecanismos existentes para a reparação. Quando estes mecanismos são considerados insuficientes, a sociedade civil exige outros instrumentos de justiça e de reparação, muitas vezes de organismos internacionais como as Nações Unidas. Os Estados membros, então, se apoderam do conceito e criam uma estrutura ao longo do tempo, enquanto, muitas vezes, as violações dos direitos humanos continuam. Eventualmente, uma vez que as normas dos mecanismos tenham sido elaboradas, a implementação do processo da justiça de transição começa. Este é o lugar onde encontramos o maior desafio. Os governos, na maioria das vezes, ao invés de implementar os mecanismos da justiça de transição dentro da estrutura determinada, apresentam interpretações, restrições e limitações sobre o processo de acordo com interesses políticos. Assim, o controle do governo sobre a criação, mandato e composição das instituições de justiça de transição, bem como o controle do acompanhamento e da implementação das recomendações finais das instituições podem restringir a apuração da verdade sobre as violações dos direitos humanos e sobre a representação e a memória dos fatos e eventos relacionados a essas violações.

É imperativo que nem a investigação da raiz profunda das causas políticas, sociais e ideológicas das violações dos direitos humanos e nem a identificação dos responsáveis sejam omitidas dos mandatos destas instituições e mecanismos. Caso contrário, coloca-se em risco a legitimação da verdade, da memória e do potencial de reconciliação, desconectando a verdade e a memória da justiça criminal.

A mudança no contexto ético: As violações dos direitos humanos, que estão no centro dos processos de memorialização, devem ser reavaliadas através dos novos paradigmas dos valores políticos e éticos. A ideologia dominante nos dias de hoje, o liberalismo, tem um forte impacto sobre a base ética dos direitos humanos. O liberalismo, com base nas leis do mercado, promove os valores da concorrência, do consumo e a dimensão materialista da vida. A preservação das memórias das violações dos direitos humanos, cometidas no passado, não é relevante como valor para o pleno gozo dos benefícios e confortos da vida material.

A crescente crise econômica global também está criando novas prioridades de sobrevivência. As novas tecnologias da informação e comunicação estão - por trás do véu das redes sociais - fragmentando as comunidades e isolando os indivíduos. A cultura está sendo confinada a uma dimensão estética de formas e objetos, se adequando ao paradigma de consumo do mercado livre. Aqui, as dimensões éticas, que incluem os direitos humanos, são consideradas irrelevantes.

A transformação ideológica do contexto político: A prioridade dada à luta global contra o terrorismo e à defesa da identidade nacional contra as mudanças culturais ou religiosas, trazidas pela imigração, estão minando lentamente os valores dos direitos humanos de justiça, igualdade e tolerância. O crescimento das forças políticas do nacionalismo e da intolerância, legitimados pela nova teoria do “choque de religiões e cultura”, instrumentalizam os fatores de raça, religião e cultura, desvalorizando a diversidade e enfatizando os aspectos étnicos da imigração, promovendo, assim, a exclusão e o ódio. Os governos que são contra o conceito do uso da memória para promover os direitos humanos, combatem e desafiam abertamente a legitimidade da memorialização dos direitos

humanos. Ao contrário do que se espera, estes governos exploram a necessidade de usar a memorização como um instrumento ideológico para alimentar o descontentamento social e desestabilizar a homogeneidade das sociedades atuais. Neste contexto, a memória não é mais um valor pelo qual vale a pena lutar.

A deslegitimação da Justiça de Transição: Os problemas das Comissões da Verdade, que constituem a principal instituição ou expressão da justiça de transição, levantam outras preocupações. É necessário evitar a sua desconexão da base ética e do seu uso para fins políticos.

A justiça de transição está perdendo a sua finalidade como um passo para o exercício da justiça penal plena e completa. Em vez disso, está sendo praticada como um fim em si mesma. Em muitos casos, o processo de justiça de transição, ainda que imperfeito, se torna um substituto para os processos profundos e abrangentes de busca e apuração da verdade. Em muitas situações recentes do pós-conflito, a justiça de transição e as comissões da verdade, em particular, atuam como um instrumento para legitimar a impunidade e justificar a anistia geral.

As características das seguintes instituições ilustram tais tipos de instrumentalização: as Comissões da Verdade e Reconciliação da África do Sul; a Comissão do Diálogo, Verdade e Reconciliação da Costa do Marfim; e a Comissão da Verdade e Dignidade da Tunísia. A Comissão da Verdade, Justiça e Reconciliação do Togo é uma instituição nova da justiça de transição que não se adequa a tais características. O fracasso de muitos processos da justiça de transição na concretização da justiça, transformação social e ética e reconciliação deve ser reconhecido. A justiça de transição não acabou com o racismo no pós-apartheid da África do Sul, tampouco promoveu a igualdade social. No Togo, a polarização política ainda prevalece, precisamente, porque o governo bloqueou a implementação das recomendações da Comissão. Na Costa do Marfim, a Comissão do Diálogo, Verdade e Reconciliação está em processo de superação da ausência de justiça em seu mandato, priorizando a identificação das vítimas e a promoção das indenizações.

O sucesso da justiça de transição - como um instrumento não só para lembrar as violações dos direitos humanos, mas também para promover a justiça, a igualdade e o desenraizamento das suas causas - exige, em última análise, uma articulação sistemática entre a justiça, a luta contra a impunidade, o progresso social e a promoção dos valores e das práticas democráticas.

Além da Justiça de Transição: Recomendações para o Fortalecimento da Memorialização para a Justiça e os Direitos Humanos

Por sua própria definição e natureza, a justiça de transição é um processo transitório que não pode durar para sempre. Embora, os processos da justiça de transição possam estabelecer a base para os mecanismos de uma justiça de longo prazo e promover a valorização dos direitos humanos como um princípio fundamental de uma sociedade que emerge do conflito, como os Estados e atores da sociedade civil podem se basear nesses ideais para que o respeito pelos direitos humanos não se limite exclusivamente ao período, de curto prazo, imediatamente após o processo da justiça de transição, ou ao domínio legal e jurídico?

A memorialização é um dos meios mais poderosos para esta realização. A memorialização deve ser concebida e praticada como um valor e como uma ferramenta para elevar a consciência e fomentar a vontade e a determinação no combate às violações dos direitos humanos.

Para ser efetiva, a memorialização deve conectar o tempo e a ética. Atualmente, em muitos casos, as sociedades que promovem a memorialização não são necessariamente aquelas que sofreram as violações dos direitos humanos. Uma sociedade profundamente transformada e estruturada - não só por forças econômicas e sociais, mas também por forças ideológicas e filosóficas - realiza este processo de mudança e de redefinição do seu sistema de valores, sensibilidade e mentalidade lentamente. O julgamento do bem e do mal, o significado dos direitos humanos e a percepção do que deve ser considerado uma violação dos direitos humanos passam por mudanças. Desta forma, também possuem o que é preciso para ser lembrado ou relembrado.

A memória - em sua dimensão de preservação do conhecimento do passado - deve andar de mãos dadas com a promoção da compreensão e reflexão sobre as causas profundas das violações passadas dos direitos humanos e com as formas de ação do presente para defender os direitos humanos e a justiça. O processo de memorialização deve, portanto, conectar a preservação dos fatos e acontecimentos, a reflexão e a descoberta das causas profundas das violações dos direitos humanos e a ação do presente para eliminar ou combater as novas ameaças, e as ameaças existentes, para os direitos humanos.

Este tipo de memorialização pode levar à transformação da consciência individual e coletiva, resultando em uma cidadania ativa, com poderes que exigem e garantem que o “nunca mais” seja mais do que um slogan, ou seja, uma realidade.

Com esta publicação, os atores dentro e fora das instituições do Estado, como comunidades ou indivíduos em todo o mundo, podem encontrar um guia teórico e prático para o estabelecimento da memorialização e para a passagem da memória para a ação.

Doudou Diène

Paris, junho de 2014

Paulo Abrão

Brasília, junho de 2014

1.2 DIREITOS DE TRANSIÇÃO E A NOVA AGENDA DE TRANSIÇÃO BRASILEIRA

Bruno Scalco Franke, Dario de Negreiros, Paulo Abrão Pires Jr.

O ditador argentino Jorge Rafael Videla, ao tentar jantar em um restaurante famoso em Buenos Aires, foi forçado a deixar o estabelecimento porque os clientes irritados não desejavam a sua presença. Videla faleceu aos 87 anos de idade, em 17 de maio de 2013, na prisão de Marcos Paz, onde cumpria a sentença de prisão perpétua. O seu corpo foi levado para a cidade de Mercedes, mas a população não aceitou que os seus restos mortais fossem enterrados na cidade. Os moradores foram para as ruas para impedir que o ditador fosse enterrado no cemitério público da sua cidade natal. O funeral, de acordo com os jornais locais, só ocorreu dias depois, na cidade de Pilar. A família foi forçada a realizar uma cerimônia secreta em um cemitério privado.

Durante décadas, situações como esta eram vistas com estranhamento pelas pessoas no Brasil que estavam acostumadas com a realidade brasileira. Aqui, a situação foi bastante diferente durante um certo período. Nós estávamos acostumados a cruzar as pontes e os viadutos nomeados em homenagem a Artur da Costa e Silva e as avenidas e rodovias nomeadas em homenagem a Humberto de Alencar Castelo Branco. Nem mesmo um tributo público e oficial à ditadura civil-militar (1964 a 1985), como o brasão de armas da Polícia Militar de São Paulo¹, parecia suficiente para provocar reações significativas de surpresa ou indignação.

Mas, não resta dúvida de que agora, apenas meio século depois do golpe que nos mergulhou em mais de duas décadas de impotência, a maré está começando a virar. O vocabulário dos direitos à

¹ De acordo com o website da Polícia Militar de São Paulo, a 18ª estrela em seu brasão de armas é um tributo à “Revolução de Março” de 1964.

memória, verdade, justiça, reparação e reformas institucionais se espalhou para além do domínio dos especialistas em justiça de transição. Estas ideias se transformaram em causas dos vários movimentos sociais e políticas públicas governamentais brasileiras. No entanto, para todos nós que defendemos os valores democráticos como os fundamentos das nossas ações é cedo para comemorar o simples fato de que o estado e os novos ativistas estão adotando as orientações dos pilares da justiça de transição. Não poderia haver maior ato de esquecimento, conformidade e defesa da injustiça histórica do que esquecer aqueles que continuaram a apoiar esta causa ao longo dos anos.

Desta forma, se vemos no Brasil de hoje uma expansão significativa do debate sobre os legados da ditadura e a necessidade de adotar medidas de transição, os méritos desta enorme conquista pertencem, principalmente, aos movimentos criados pelas vítimas da perseguição política e das famílias dos homens e mulheres que foram mortos ou desapareceram por motivos políticos. Enquanto o governo e a sociedade civil pareciam não compreender a relevância ou a importância social e histórica desta luta, os perseguidos políticos e os familiares das pessoas mortas ou desaparecidas por motivos políticos não fraquejaram. Elas não cederam a este tipo particular de violência, o único tipo que pode atingir tanto os vivos como os mortos: o esquecimento sistemático das suas lutas e sofrimento e, portanto, o assassinato simbólico da sua existência.

Ou seja, é por causa das vítimas e seus familiares que somos capazes de ampliar, gradualmente, a nossa compreensão sobre as violações cometidas pelo estado ditatorial. Hoje, nós temos o conhecimento de que várias tribos indígenas e milhares de agricultores também sofreram estas violações. Atualmente, a violência continua afetando os afro-brasileiros e os segmentos mais pobres da população, que são vítimas de abusos diários e sistemáticos cometidos pelas forças de segurança pública brasileiras, cuja cultura e arquitetura institucional são, inequivocamente, legados dos “Anos de Chumbo” da ditadura militar.

O processo de reparação brasileira nasceu durante o regime autoritário.² Com uma implementação gradual, que continua nos dias atuais, o processo da justiça de transição caracteriza, principalmente, as medidas de reparação como o eixo estrutural de uma agenda que visa abordar o legado de violência da ditadura civil-militar. A prática de reparação para aqueles que sofreram perseguições políticas é uma conquista legal que existe desde a aprovação da Lei de Anistia brasileira (Lei 6.683), em 1979. Esta serviu como base jurídica para a transição política brasileira. Além disso, é crucial compreender que a Lei de Anistia no Brasil é o resultado de demandas generalizadas dos cidadãos e a sua criação representa um ato de reparação.

A reparação no Brasil não se limita aos aspectos econômicos. A transição estabeleceu medidas de reparação, como o perdão para os crimes políticos e crimes relacionados, a restituição dos direitos políticos e do direito dos funcionários públicos, que foram removidos arbitrariamente dos seus empregos, de retornar ao trabalho. As leis garantem outros direitos, como: o registro do tempo de trabalho para fins de aposentadoria, o retorno livre para os cursos de graduação nas universidades públicas, o registro de diplomas universitários obtidos no exterior e a localização dos restos mortais

2 Para explicações mais detalhadas e reflexões sobre a reparação no Brasil, ver Paulo Abrão, Marcelo D. Torelly. Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação, in Revista Anistia Política e Justiça de Transição. (Brasília: Ministério da Justiça Nº 03, Janeiro/Junho de 2010), 108 - 139.

das pessoas desaparecidas. Desde 2007, a Comissão de Anistia realiza eventos públicos com pedidos de desculpas oficiais às ex-vítimas da perseguição política.

Com base na estrutura de reparação, ao menos três características únicas se destacam no processo de transição brasileira. Em primeiro lugar, o trabalho das comissões de reparação revela as histórias, aumentando a consciência sobre a necessidade de tornar as violações conhecidas e promover o direito à verdade.

Em segundo lugar, os atos oficiais das comissões para o reconhecimento das graves violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado servem, juntamente com as provas, como base factual para as ações legais internas e externas, como por exemplo levar os casos das vítimas para a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Esta ação oferece formas de promover o direito à justiça em um contexto em que as provas significativas dos crimes foram destruídas.

Em terceiro lugar, o processo de reparação contribui para o avanço das políticas de memória, seja através da publicação de obras básicas como o relatório do *Direito à Verdade e Memória*, que documenta oficialmente a confissão dos crimes de estado, ou por meio de ações como a criação das Caravanas de Anistia, o desenvolvimento do projeto *Marcas da Memória* e a implementação do Memorial da Anistia. Estas reparações individuais, coletivas, morais e simbólicas também possuem uma dimensão bem definida em relação à formação da memória.

Em novembro de 2011, a sanção da Lei 12.528, que criou a Comissão Nacional da Verdade, representou um avanço substancial. O primeiro artigo da lei afirma o direito à memória e à verdade.

A reforma das instituições também é uma tarefa constante na agenda política e institucional do país. As reformas abrangem mudanças estruturais implementadas durante mais de 25 anos de governos democráticos. A participação política e o poder político são institucionalizados na sociedade e no governo, com alternância eficaz no poder entre os diferentes grupos políticos, aumentando os mecanismos de controle para a administração pública e a transparência, além de reformas significativas no sistema de justiça. No entanto, os cidadãos ainda esperam por mudanças como a reforma generalizada das forças armadas, dos sistemas de segurança pública e da polícia.

Os avanços na promoção da verdade e da memória são notáveis. No entanto, arquivos específicos dos centros de investigação e repressão, diretamente ligados às forças armadas, não foram disponibilizados para o público em geral.³ Até hoje, as estruturas utilizadas para cometer as violações dos direitos humanos não puderam ser identificadas e apresentadas ao público nem, tampouco, suas ramificações em várias partes do governo e da sociedade. As práticas de tortura, morte e desaparecimentos também não foram explicadas. Os seus perpetradores não foram identificados e enviados para as agências governamentais apropriadas. Os membros das famílias ainda esperam receber informações sobre os restos mortais de seus entes queridos desaparecidos e sobre as circunstâncias das suas mortes presumidas.

3 Os centros utilizados para a repressão, ligados ao comando militar, foram: o Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Apenas uma parte dos arquivos do CISA foi enviada para os Arquivos Nacionais.

Políticas de Memória Pública no Brasil

O Brasil está fortalecendo, progressivamente, as suas políticas públicas relacionadas à memória e aos conceitos jurídicos de transição. No nível institucional, o trabalho de memorialização da Comissão de Anistia é particularmente visível através de projetos específicos, como: Marcas da Memória, Trilhas da Anistia, Mostra de Cinema Marcas da Memória, Caravanas de Anistia e o Memorial da Anistia Política.

O projeto Marcas da Memória foi criado com o objetivo de fomentar as iniciativas da sociedade civil nas esferas locais, regionais e nacionais e aumentar o alcance da política de educação em direitos humanos, conectando as vítimas do regime ditatorial por meio das suas memórias. A iniciativa, conforme descrito no Relatório Anual da Comissão de Anistia de 2008, surgiu através do projeto Memorial da Anistia:

“O Memorial da Anistia Política no Brasil, através de uma parceria com especialistas dos departamentos de história das Universidades Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio de Janeiro (UFRJ), Minas Gerais (UFMG) e Bahia (UFBA), desenvolve o projeto “Marcas da Memória: A História Oral da Anistia Política no Brasil”. Este projeto tem como objetivo compilar uma coleção de fontes orais e audiovisuais com os seus próprios critérios teóricos e metodológicos para registrar e organizar as histórias de vida das pessoas que vivenciaram o período de repressão, especialmente aquelas incluídas na Lei nº 10.559 / 02. O objetivo final do projeto é disponibilizar os arquivos das fontes orais e audiovisuais para a consulta pública e pesquisa no Centro de Documentação e Pesquisa do Memorial da Anistia Política no Brasil.”⁴

O propósito destas iniciativas se tornou bastante popular entre a sociedade civil, especialmente entre os setores que se identificam com o tema da anistia política e se sentem encorajados a contribuir para a recuperação da memória histórica nacional. O projeto Marcas da Memória combina várias iniciativas e desenvolve quatro tipos diferentes de atividades: as audiências públicas nas quais o público escuta as vítimas da perseguição política falarem sobre o seu passado e as suas relações com o presente; a história oral criada pelas entrevistas com as vítimas da perseguição política; as publicações que abrangem as memórias das vítimas da perseguição política, dissertações e teses de doutorado sobre o período ditatorial, reedições das obras de referência, registros dos processos de anistia política e dos eventos de justiça de transição; e, por fim, o incentivo à participação pública nas iniciativas que promovem a sociedade civil, como os processos de licitação pública para selecionar projetos de preservação, memória, divulgação e disseminação. Os projetos abrangem documentários, publicações, exposições de arte e fotografia, palestras, concertos, restauração de filmes, preservação do acervo, sítios de memória, produções teatrais e materiais educativos.

Como resultado do incentivo à participação pública nas iniciativas que promovem a sociedade civil, de 2010 a 2013, as organizações selecionadas assinaram mais de quarenta acordos para a criação de diferentes projetos relacionados à anistia política. As iniciativas selecionadas abrangem uma série de filmes, documentários, exposições e publicações que contribuíram significativamente para

4 Comissão de Anistia. Relatório Anual da Comissão de Anistia de 2008. 58 - 59.

a construção de uma memória histórica brasileira sobre o regime autoritário mais recente. Entre estes, destacamos o filme *Repare Bem*, da diretora Maria de Medeiros, que ganhou o prêmio de Melhor Filme Estrangeiro no Festival Internacional de Cinema de Gramado, em 2013. Outra iniciativa que podemos destacar é o Cinema pela Verdade, um projeto do Instituto Cultura em Movimento (ICEM), no qual as universidades brasileiras realizaram um pequeno festival de cinema com o objetivo de criar uma mobilização nacional generalizada sobre a importância do trabalho da Comissão de Anistia.

Além disso, dois outros grandes projetos, que surgiram a partir de Marcas da Memória, também ganharam autonomia. O primeiro é Trilhas da Anistia, organizado pela Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (ALICE), inaugurado com as Caravanas da Anistia (descritas abaixo). Este tem como propósito criar e instalar dez totens em locais públicos de grande circulação. Seu objetivo é recuperar as memórias da repressão e das lutas populares contra as violações dos direitos humanos realizadas pelo regime autoritário. Este projeto deixará marcas permanentes sobre a história de cada lugar que visitar. Até o final de 2014, o projeto havia levantado monumentos em sete estados diferentes - nas cidades de Belo Horizonte, Curitiba, Ipatinga, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Florianópolis.

A Mostra de Cinema Marcas da Memória, outro grande projeto que surgiu a partir de Marcas da Memória, consiste em uma ampla distribuição de treze filmes produzidos no contexto de um projeto mais amplo. Os filmes são todos voltados para a anistia política e o período da ditadura brasileira, divulgando, assim, informações sobre estas iniciativas de memória.

A iniciativa das Caravanas de Anistia, em vigor desde 2008, é a segunda maior criação da Comissão de Anistia. Como a palavra “caravanas” sugere, este é um projeto itinerante que realiza sessões públicas para a avaliação dos pedidos de anistia política, além de realizar atividades educativas e culturais promovidas pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Ou seja, trata-se de uma política pública de educação em direitos humanos com o objetivo de recuperar, preservar e difundir a memória política, a democracia e a justiça de transição brasileira. Ao viajar para diferentes locais no Brasil, onde as perseguições políticas ocorreram, o projeto garante uma ampla participação da sociedade civil nas ações oficiais de reparação. Isto permite a reapropriação do conceito de anistia, bem como a reconexão com as memórias do período de grandes mobilizações sociais que precederam a redemocratização. As caravanas são geralmente realizadas em parceria com a sociedade civil e os setores legislativo, executivo e judiciário. Até o final de 2014, foram realizadas oitenta e oito caravanas em vinte estados diferentes, com 1.804 pedidos avaliados e um total de dezesseis mil participantes. O grande alcance deste projeto e o alto índice de participantes demonstram o potencial desta política pública e a importância deste projeto para a memória nacional.

O Ministério da Justiça supervisiona o projeto Memorial da Anistia Política em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte com a missão de preservar a memória da repressão política no Brasil, de 1946 até os primeiros anos da redemocratização. O memorial ainda está em construção e está programado para ser concluído em 2016. O objetivo é criar um espaço onde os brasileiros possam se reconciliar com a sua história, afirmar a democracia e os direitos humanos e superar os traumas do passado. Mais de setenta e três mil casos foram apresentados à Comissão de Anistia e estarão disponíveis para a consulta pública. Além disso, importantes arquivos doados pelos governos, instituições e organizações privadas para o Ministério da Justiça

serão armazenados no local. As informações disponíveis no memorial tornarão a memória acessível, tanto como uma experiência individual como um conjunto de experiências sociais diversas. O memorial será um lugar para lembrar as ações e os gestos do passado, bem como as palavras, histórias, músicas, imagens e narrativas de um passado recente.

No nível federal, outra comissão brasileira de reparação, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, desenvolve dois projetos principais, “Direito à Memória e à Verdade” e “Lugares de Memória”, com o objetivo de recuperar e preservar a memória histórica do período da ditadura. O primeiro projeto, “Direito à Memória e à Verdade”, tem como objetivo recuperar e divulgar as histórias de resistência à ditadura. O relatório, *Direito à Memória e à Verdade*, será publicado com grande parte dos dados compilados sobre o período autoritário. O segundo projeto, “Lugares de Memória”, é dedicado a identificar as estruturas, os locais e as instituições que o regime repressivo utilizou para as violações dos direitos humanos através de um sistema de georreferenciamento e uma ferramenta virtual. As informações serão disponibilizadas para o público em geral.

O trabalho realizado na Vala de Perus, para identificar e catalogar os corpos, é também importante. Mesmo não sendo exatamente um projeto de memória, não resta dúvida de que os resultados obtidos contribuirão para a formação de uma memória nacional e para a revelação, a longo prazo, das histórias das vidas interrompidas pela repressão.

Por fim, e não menos importante, a Comissão Nacional da Verdade apresentou o seu relatório final ao Presidente da República, em 10 de dezembro de 2014. Embora esta comissão tenha se dedicado - como o próprio nome sugere - a elucidar a verdade, os resultados finais do seu trabalho sobre o período da ditadura civil-militar também são um verdadeiro legado e um registro de memória de valor inestimável para a nação.

As iniciativas de memória, por outro lado, não estão limitadas à esfera federal. Numerosos projetos são realizados nos níveis estaduais e municipais e, até mesmo, fora do âmbito institucional. Muitas vezes, estas iniciativas estabelecem um diálogo direto com as iniciativas federais acima mencionadas. Este diálogo, no entanto, não é obrigatório, o que mostra o grande avanço alcançado pelo Brasil, na última década, no sentido de fortalecer as políticas de memória.

Os Direitos de Transição e a Nova Agenda de Transição Brasileira

A luta pela memória, elucidação da verdade e dos fatos, justiça e julgamento dos criminosos, reparação para as vítimas e reforma das instituições foi originada pelo trabalho das vítimas da perseguição durante a ditadura e pelos familiares daqueles que morreram ou desapareceram. O fato de que nos últimos anos essas causas aderiram uma variedade de movimentos sociais que envolvem uma série de atores políticos é impressionante e encorajador. Não só os atores mais velhos estão aderindo estas causas, mas também novos grupos e movimentos - com por exemplo pessoas que nem haviam nascido durante o período do governo autoritário - estão surgindo e fazendo desta causa o foco do seu ativismo.

Em outubro de 2010, durante a chegada dos restos mortais de uma vítima das perseguições políticas, Bergson Gurjão Farias, em Fortaleza, um grupo de jovens decidiu fundar o grupo *Coletivo Aparecidos Políticos*. Ao focar na relação entre a arte e a política - ou como eles chamam: “arte guer-

rilha urbana” - os Aparecidos organizam exposições, realizam uma variedade de eventos e criam grafites, cartazes, exibições de filmes, programas de rádio e outras montagens urbanas.

Em maio de 2011, jovens ativistas começaram a circular notas de real, na cidade de São Paulo, carimbadas com as palavras: “Quem torturou a Dilma Rousseff?”. Esta ação foi uma reinterpretação de uma das obras mais famosas do artista Cildo Meirelles. Na década de 1970, ele estampou a frase “Quem matou Herzog?” nas notas de cruzeiro. Os jovens ativistas, responsáveis pela ação, fazem parte do *Coletivo Político Quem* que usa o pronome interrogativo em seu nome para trazer luz, não só para as graves violações dos direitos humanos cometidas durante a ditadura, mas também para os interesses que motivaram essas violações e permitiram os seus perpetradores se manterem escondidos.

“Se for necessário afirmar claramente *Quem* torturou, nós também devemos nomear *Quem* publicou e continua publicando jornais que colaboram com o regime, ou que emprestou seus carros para levar os presos políticos para as celas de tortura. É necessário determinar *Quem* matou, *Quem* governou e continua governando. É necessário determinar *Quem* escondeu os corpos, mas também *Quem* lucrou e continua lucrando com a manutenção da ordem econômica estabelecida no passado pela liderança das Forças Armadas e no presente pelas balas reais ou de borracha disparadas pela polícia que também é militar.”⁵

No ano seguinte, dois grupos no Brasil deram início a uma prática que já era bem conhecida em outros países latino-americanos: os esculachos ou escraches - um tipo de protesto que envolve o confronto público dos responsáveis em seus locais de trabalho ou residências. “Se não há justiça, haverá um esculacho geral”, gritavam os membros da *Frente do Esculacho Popular*, em abril de 2012, na frente de Harry Shibata, médico legista e ex-diretor do Instituto Médico Legal. Ele foi acusado de produzir relatórios de autópsia fraudulentos que encobriram torturas e assassinatos da ditadura. Poucos dias antes, o *Levante Popular da Juventude* organizou um *esculacho* que reuniu centenas de manifestantes em frente da casa de David dos Santos Araújo (também conhecido como “Capitão Lisboa”). Shibata e Araújo foram incluídos na lista dos 377 criminosos da ditadura no relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

Entre as abordagens e as ações destes movimentos, uma constante fundamental se destaca: em todos eles, sem exceção, a lembrança das violações em nosso passado autoritário é acompanhada da lembrança do modo sistemático no qual as instituições de segurança pública de hoje continuam cometendo violações.

Qual é o verdadeiro alcance da violência do Estado no Brasil atual? Infelizmente, a extensão do problema preocupa mesmo aqueles que acompanham os dados diariamente.

Em um período de nove anos, de 2003 a 2012, a Polícia Militar do Rio de Janeiro matou 9.646 pessoas. Ou seja, mais de mil pessoas por ano. Em um período de cinco anos, de 2005 a 2009, a Polícia Militar de São Paulo matou 2.045 pessoas. Para uma comparação de esclarecimento, o número total de mortes provocadas por policiais nos Estados Unidos, durante os mesmos cinco anos, foi de 1.915 pessoas. Assim, a força policial do estado de São Paulo, estado que possui uma população de

5 O texto é assinado apenas com o nome do grupo. “Verdade e Justiça para Quem”, Brasil de Fato, 19 de julho de 2011, Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/6877>. Acessado em 20 abril de 2015.

quarenta milhões de habitantes, mata mais pessoas que as forças policiais de todos os Estados Unidos, que possuem uma população de trezentos milhões de habitantes. O Rio de Janeiro, com dezesseis milhões de cidadãos - 5% da população dos EUA - tem uma força policial que mata em dois anos o mesmo número de pessoas que o conjunto de todas as forças policiais dos EUA mata em cinco anos. Luiz Eduardo Soares resume a seriedade e a tragédia do problema:

“Um verdadeiro genocídio está acontecendo no Brasil [...] é especialmente os homens negros, jovens entre 15 e 24 anos [que estão sendo mortos] [...]. O problema chegou a um ponto tão grave que há um déficit de homens jovens na demografia do Brasil. Um déficit que só é visto em sociedades que estão em guerra.”⁶

Qualquer futuro historiador, geógrafo, cientista social que decidir analisar a estrutura demográfica brasileira do nosso tempo notará este déficit. Não há dúvida de que estamos diante de uma tragédia histórica equivocada e indelével. Assim, é, sobretudo, um imperativo ético que a violência atual do Estado seja incluída nos temas mais básicos da discussão sobre a nova agenda para a justiça de transição no Brasil.⁷

Tal imperativo também abrange a satisfação das exigências do movimento *Mães de Maio*, um dos movimentos sociais mais importantes dedicados ao tratamento da violência policial no Brasil. Composto principalmente pelas mães dos jovens assassinados pela Polícia Militar de São Paulo, as *Mães de Maio* defendem, há anos, a necessidade de uma comissão democrática da verdade dedicada à investigação dos crimes cometidos pelos agentes do Estado, a partir de 1988. Além disso, grupos como *Margens Clínicas*, um grupo de jovens psicanalistas que oferecem assistência psicológica às vítimas da violência policial, defendem a criação de políticas públicas para promover a memória, a verdade e a reparação para as pessoas afetadas pela violência do Estado nos dias atuais.

Na verdade, é importante lembrar que os mecanismos da justiça de transição foram incorporados como obrigações do Estado nas sociedades pós-transição, se tornando “direitos de transição”. Ou seja, na medida em que eles foram estabelecidos pela agenda de transição, eles foram incorporados ao ordenamento jurídico como direitos duradouros que devem ser aplicados às graves violações cometidas pelos agentes do Estado no presente. Desta forma, eles devem ser chamados de “direitos de transição”, a fim de identificar a sua origem, e não apenas de “direitos transicionais” ou “direitos para a transição” como se fossem restritos aos períodos transitórios. Assim, a luta pela memória, verdade, justiça e reparação também se aplica às vítimas das violações cometidas pelos agentes do Estado nos dias atuais - violações que infelizmente ocorrem diariamente.

A expansão dos direitos de transição para as vítimas do presente - que deve ser, certamente, um assunto em questão - não ofusca, de maneira nenhuma, a luta histórica das vítimas do nosso período

6 L.E. Soares, “Segurança Municipal no Brasil sugestões para uma agenda mínima”, in J.T. Sentosé Prevenção da violência: o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

7 Para explicações mais detalhadas, veja: Dario de Negreiros, “Memória, Verdade, Justiça e Reparação para os crimes do Brasil pós-ditatorial”, disponível em: <http://ponte.org/memoria-verdade-justica-e-reparacao-pa-ra-os-crimes-do-brasil-pos-ditatorial/>

ditatorial. Ao contrário, esta inclusão fortalece a luta. Ao longo do século passado, muitos de nós não desistimos; nós continuamos a criticar as lacunas no processo de transição brasileira. Da mesma forma, nós continuamos a repetir que o fracasso de um país ao tomar as responsabilidades pelo seu passado o condenaria a repetir os mesmos erros. A lamentável manutenção das práticas ditatoriais do passado nos dias de hoje - como a violência do estado e os crimes contra a humanidade cometidos pelas instituições públicas nos dias atuais - infelizmente validam a importância das nossas lutas e demonstram a precisão da razão usada para justificá-las.

No entanto, na medida em que as nossas causas crescem, as nossas vozes são amplificadas e a nossa luta se renova com o surgimento de novos grupos e movimentos sociais. Se os efeitos da violência cometida por uma ditadura têm a capacidade de atravessar o tempo, trazendo consigo um passado que se repete no presente, a adição de novas vozes, exigindo a prestação e a expansão dos direitos de transição, asseguram que a luta pela liberdade e pela democracia não seja apagada pelo tempo.

1.3 MEMORIALIZAÇÃO NAS SOCIEDADES PÓS-CONFLITO NA ÁFRICA: POTENCIAIS E DESAFIOS¹

Ereshnee Naidu

Em janeiro de 2012, o Memorial dos Direitos Humanos da União Africana (MDHUA) foi inaugurado como parte da nova sede da União Africana (UA), em Addis Abeba, na Etiópia. O memorial faz parte da nova sede da UA e foi construído no mesmo local da antiga prisão Alem Bekagn, que ganhou notoriedade pelos massacres e detenções durante o período da ocupação italiana, em 1936, e durante o período do Terror Vermelho, de 1977 a 1979. O MDHUA, inicialmente construído com o objetivo de homenagear as vítimas do Terror Vermelho na Etiópia, do Genocídio de Ruanda, do Apartheid na África do Sul, do colonialismo e do tráfico de escravos, pretende se expandir no futuro para reconhecer as atrocidades em massa em outros países do continente.² Na inauguração do memorial, o Professor Andreas Esthete, Presidente do Conselho Provisório do MDHUA, observou:

... [A]quilo que está sendo, especialmente, enfatizado são crimes graves dos quais, acima de tudo, somos os culpados ... os Estados e os governos africanos decidiram, coletivamente, honrar a memória dessas perdas e as vidas dos africanos inocentes. O que está sendo reconhecido neste local, hoje, é um fato moral profundo sobre nós mesmos que

1 Este capítulo foi reproduzido com a permissão da Intersentia. Ele foi publicado anteriormente, como: Naidu, Ereshnee, "Memorialisation in Post-conflict Societies in Africa: Potentials and Challenges," *Memorials in the Time of Transition*, edited by Susanne Buckley-Zistel and Stefanie Schäfer. Intersentia, Cambridge: Trinity House, 2014, chapter 1. Este foi editado.

2 Alex DeWaal, "Remember Alem Bekagn," *London Review of Books* 34, no. 2 [2012], 16. Acessado em 21 de setembro de 2014, <http://sites.tufts.edu/reinventingpeace/2012/01/20/remember-alem-bekagn/>.

nenhuma geração vindoura de africanos poderá esquecer [...] Em suma, o Memorial é um símbolo permanente do compromisso da África com a justiça.³

O MDHUA é apenas um exemplo do papel crescente que a memorialização⁴ possui nas sociedades pós-conflito. O MDHUA não apenas exemplifica o crescente reconhecimento político da memorialização e o compromisso para usá-la como um meio de reconhecimento das vítimas das atrocidades em massa, em nível regional, como também destaca o papel crescente dos memoriais nos processos mais amplos da justiça de transição. A memorialização preenche algumas lacunas que não podem ser inteiramente resolvidas através dos mecanismos de justiça de transição formais, como os processos judiciais.⁵ Os memoriais se tornaram parte da paisagem pública há bastante tempo. Por outro lado, o papel da memorialização como um símbolo de reconhecimento do sofrimento e como forma de reparações para as vítimas ganhou apoio político e social após o Holocausto, na medida em que o mundo tentava superar as atrocidades em massa cometidas em uma escala inédita para os tempos modernos. Desde então, a memorialização, auxiliada pelo crescimento do campo da justiça de transição, ganha destaque como um mecanismo que não só apoia os processos de justiça de transição, mas também atua como um instrumento da justiça de transição no seu próprio direito, capacitando a sociedade a se reconciliar com o seu passado e superar as atrocidades do passado. Além da ação dos governos pós-conflito que incentivou o desenvolvimento de projetos de memorialização logo após o período de transição, as vítimas dos conflitos estão solicitando, cada vez mais, a memorialização como uma das várias formas de reparações. Há uma tendência crescente do uso da memorialização para cumprir uma variedade de objetivos da justiça de transição. No entanto, o sucesso real da memorialização para alcançar essas metas varia. Então, qual é o papel da memorialização para a reconciliação com o passado? Quais são os fatores que contribuem para as iniciativas de sucesso, ou desafio, da memorialização nas sociedades pós-conflito? Como estes fatores podem ser mediados para garantir que a memorialização cumpra com os seus objetivos de reconstrução da sociedade, reconhecendo as vítimas dos conflitos, contribuindo para os processos de apuração da verdade e promovendo a aprendizagem do passado para que este não se repita no futuro?

Este capítulo oferece uma reflexão sobre algumas destas questões, destacando a importância da

3 Andreas Esthete, "Remarks at the Inaugural of the AU Human Rights Memorial," postado online por Bridget Conley, website World Peace Foundation acessado em 21 de setembro de 2014, <http://sites.tufts.edu/reinventingpeace/2012/01/31/remarks-at-the-inaugural-of-the-au-human-rights-memorial>.

4 Para os fins deste artigo, o termo memorialização se refere aos processos através dos quais a memória é perpetuada. Desta forma, a memorialização pode se referir a uma ampla gama de produtos de memória, como: memoriais, museus, projetos de arte e memória, pedidos de desculpas, ou a renomeação de obras públicas. Na justiça de transição, estes produtos geralmente fazem parte da subcategoria das reparações simbólicas.

5 De acordo com Louise Hogan, os processos da justiça de transição em Ruanda e na África do Sul mostraram que é praticamente impossível processar todos os perpetradores das graves violações dos direitos humanos. Os memoriais, como o MDHUA, servem para preencher as lacunas entre a responsabilização e a justiça, oferecendo às vítimas um símbolo concreto de que o sofrimento no qual foram submetidas será lembrado. Veja Louise Hogan, "Beyond Transitional Justice—Memorialisation in Africa," *Transconflict*, 24 de maio de 2012, acessado em 21 de setembro de 2014, <http://www.transconflict.com/2012/05/beyond-transitional-justice-memorialisation-in-africa-245/>.

memorialização no discurso e na prática da justiça de transição. O trabalho de campo⁶ e as pesquisas realizadas na África do Sul, Serra Leoa, Libéria e Quênia reforçam o argumento de que a memorialização, após os conflitos violentos e os regimes ditatoriais, pode apresentar vários resultados imprevisíveis. Portanto, a memorialização, nos contextos de pós-conflito, pode apresentar resultados positivos e negativos. Esta pode apresentar tanto potencial para contribuir com as falhas subjacentes à violência, como para a reconciliação pós-conflito e a manutenção da paz.

Debates no Campo da Justiça de Transição

O final de 1980 e início de 1990 foram marcados pelo surgimento do paradigma da justiça de transição no cenário internacional. Com o objetivo de acabar com a cultura da impunidade e estabelecer o Estado de direito nas sociedades - que emergiram dos conflitos e das ditaduras violentas - os mecanismos da justiça de transição foram estabelecidos para oferecer às vítimas um espaço para o testemunho, identificação dos autores responsáveis pelas graves violações dos direitos humanos, contribuição para a descoberta da verdade sobre o passado, recomendações às ações judiciais e à anistia, reparações às vítimas das graves violações dos direitos humanos e, principalmente, para a facilitação dos processos de reconciliação e cura após o período de violência.⁷

O início de 1990 foi marcado pelo crescimento da literatura que celebra a justiça de transição como um mecanismo para lidar com a violência do passado e reconstruir as sociedades após os conflitos violentos. No entanto, apenas recentemente os acadêmicos passaram a discutir se a abordagem do passado pode promover a paz e se a reconciliação e a justiça de transição proporcionam, de fato, a justiça para as vítimas.⁸ Embora, exista um certo consenso no meio de que a responsabilização é importante para a construção de uma paz sustentável, alguns estudiosos argumentam que há uma falta de conhecimento empírico para apoiar algumas reivindicações que afirmam que os mecanismos da justiça de transição podem fazer justiça, promover a democracia, impedir o retorno das atrocidades do passado e facilitar a reconciliação e a cura. Além disso, alguns estudiosos afirmam que metas como a apuração da verdade só podem ser alcançadas se as iniciativas da justiça de

6 Este capítulo está baseado no trabalho realizado, em nome da Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência, no Quênia, em Serra Leoa e na Libéria. A pesquisa adicional na Libéria foi realizada como parte da pesquisa de campo do pós-doutorado do autor. No entanto, os pontos de vista deste documento não refletem, necessariamente, as opiniões da Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência.

7 Neil J. Kritz, ed., *Transitional Justice: How Emerging Democracies Reckon With Former Regimes*, Washington D.C.: United States Institute for Peace, 1997; Priscilla B. Hayner, *Unspeakable Truths: Transitional Justice and the Challenge of Truth Commissions*, New York: Routledge, 2010.

8 Claire Moon, *Narrating Political Reconciliation: South Africa's Truth and Reconciliation Commission*, New York: Rowman and Littlefield Publishers Inc., 2008; Hugo van der Merwe, Victoria Baxter, Audrey R. Chapman, eds., *Assessing the Impact of Transitional Justice: Challenges for Empirical Research*, (Washington D.C.: United States Institute for Peace Press Books, 2009).

transição forem sustentadas e institucionalizadas a longo prazo.⁹ Outros estudiosos, como Rama Mani¹⁰, argumentam que em consequência do âmbito limitado e dos parâmetros, muitas vezes, estreitos dos mecanismos da justiça de transição, estes mecanismos podem ser mais divisionistas do que conciliatórios, na medida em que intensificam a separação entre as vítimas e os perpetradores. Além disso, algumas definições estreitas do conceito excluem os expectadores e uma ampla gama populacional do processo, reduzindo o potencial dos mecanismos de atuar em uma mudança social mais abrangente.¹¹ Apesar das críticas aos processos da justiça de transição, é importante frisar que a maioria dos autores não rejeitam a justiça de transição em si, no entanto, desejam contribuir para a sua melhoria. As discussões, portanto, se concentram em aspectos técnicos, como: o tempo e a sequência das atividades, a sua complementaridade, a sua expansão para cumprir os objetivos mais amplos de construção da paz e a sua sustentabilidade a longo prazo.

O crescimento global dos mecanismos da justiça de transição e o reconhecimento dos organismos internacionais¹² de que esta contribui para a paz e a justiça deixam pouca margem para a crença de que a justiça de transição é uma mera tendência que irá desaparecer em um futuro próximo. Portanto, é importante garantir que os mecanismos da justiça de transição contribuam para a paz e a reconciliação. O resultado decisivo destes mecanismos, a medida que afetam positivamente as sociedades pós-conflito, depende de como que eles traduzem, na prática, as vidas e as realidades de milhões de pessoas afetadas, em nível local, nestas sociedades. Ao centrarmos no papel da memorialização nas sociedades pós-conflito, podemos apresentar insights sobre esta questão central.

Reparações Simbólicas e Memorialização nas Sociedades Pós-Conflito

No discurso da justiça de transição, a memorialização é frequentemente apresentada como parte das reparações simbólicas. Com o crescimento da justiça de transição, a questão das reparações às vítimas, pelas graves violações dos direitos humanos, assumiu um papel central na lei e na política nacional e internacional. O direito de reparação tem sido afirmado em uma série de documentos regionais e internacionais dos direitos humanos. Estes documentos começaram a ser elaborados a partir da terrível experiência do genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra da Segunda Guerra Mundial. A compensação para os sobreviventes das atrocidades cometidas pelos

9 David E. Lorey and William H. Beezley, eds., *Genocide, Collective Violence and Popular Memory: The Politics of Remembrance in the Twentieth Century*, Wilmington: Scholarly Resources, Inc., 2002; David Mendeloff, "Truth-Seeking, Truth-Telling, and Post-Conflict Peacebuilding: Curb the Enthusiasm?" *International Studies Review* 6, no. 3 (2004): 355–380.

10 Rama Mani, "Rebuilding an Inclusive Political Community After War," *Security Dialogue* 36, no. 4 (2005): 511–526.

11 Mani, "Rebuilding an Inclusive Political Community."

12 Em setembro de 2011, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas estabeleceu um mandato de Relator Especial para a promoção da verdade, justiça, reparação e garantia da não repetição. A decisão foi saudada pela maioria dos Estados membros, tendo o apoio de setenta e cinco Estados.

nazistas, na Segunda Guerra Mundial, estabeleceu um precedente para os programas de reparação que se seguiram. Recentemente, as reparações foram classificadas como instrumentos de justiça restaurativa, já que elas visam a melhoria ou a restauração das relações comunitárias. As reparações podem ser materiais, financeiras ou simbólicas. As reparações simbólicas são realizadas através de iniciativas, como: pedido de desculpas, homenagens e memorialização.

Na concepção do direito de reparação, os *Princípios e as Diretrizes Básicas para o Direito de Remédio e Reparação para as Vítimas das Violações Graves da Lei Internacional dos Direitos Humanos e das Violações Graves do Direito Humanitário Internacional* - uma resolução das Nações Unidas - se baseiam em instrumentos internacionais, como: a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e tratados internacionais sobre os direitos humanos, como o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. A resolução enfatiza o direito das vítimas ao acesso à justiça e a relevante responsabilidade do Estado para realizar reparações que atendam às necessidades econômicas, sociais, psicológicas e políticas das vítimas. De acordo com as diretrizes, as reparações podem assumir a forma de restituição, compensação, reabilitação, satisfação (categoria na qual a reparação simbólica pode ser incluída) e garantias de não repetição. As reparações apresentam formas diferentes e podem assumir formas individuais e coletivas.

Recentemente, as comissões da verdade - na África do Sul, Marrocos, Timor-Leste, Chile, Serra Leoa e Libéria - recomendaram uma série de medidas reparadoras, como: a combinação da compensação individual ou coletiva, prestação de serviços sociais para grupos específicos da comunidade, reparações, restituição, reabilitação e reparações simbólicas. A maioria das comissões da verdade recomendam as reparações, a fim de reconhecerem o sofrimento das vítimas, restaurar a sua dignidade e, potencialmente, contribuir com o processo de cura individual e coletivo e com a reconciliação. Todas as formas de reparação possuem um elemento simbólico, mesmo sendo uma reparação monetária. A reparação, em si, é apenas um gesto, já que nunca compensará o sofrimento de uma pessoa ou grupo pelas perdas sofridas. Além disso, é fundamental que elas sejam coesas e abrangentes, e que complementem outros esforços da justiça de transição, como a busca pela verdade, os processos judiciais, ou a reforma institucional.¹³ A memorialização é uma das várias formas que as reparações simbólicas podem assumir; esta, por sua vez, tem ganhado uma atenção significativa com a disseminação global da justiça de transição.¹⁴ Vários relatórios das comissões da verdade recomendam atividades de memorialização como parte de um programa de reparação simbólica mais

13 Pablo de Greiff, ed., *The Handbook of Reparations*, Oxford: Oxford University Press, 2006; Brandon Hamber, "Narrowing the Micro and Macro: A Psychological Perspective on Reparations in Societies in Transition," in Pablo de Greiff, ed., *The Handbook of Reparations*, Oxford: Oxford University Press, 2006, 560; Ereshnee Naidu, *Symbolic Reparations: A Fractured Opportunity*, Johannesburg: Centre for the Study of Violence and Reconciliation, 2004. (Este último está disponível no <http://www.csvr.org.za/docs/livingmemory/symbolicreparations.pdf>, acessado em 20 de setembro de 2014.)

14 De acordo com Victoria Baxter e Judy Barsalou, as iniciativas de memorialização são tomadas em todas as fases do ciclo dos conflitos. No entanto, para efeitos do presente capítulo, a memorialização se concentrará apenas nas iniciativas pós-conflito. Veja Judy Barsalou and Victoria Baxter, "The Urge to Remember: The Role of Memorials in Social Reconstruction and Transitional Justice", United States Institute on Peace Stabilization and Reconstruction Series, no. 5 (2007), 1-24.

abrangente, como por exemplo: a construção de monumentos e museus, rituais que homenageiam as vítimas, renomeação de obras públicas e pedidos de desculpas oficiais. Os relatórios das primeiras comissões da verdade, como o relatório da Comissão da Verdade e Reconciliação Sul-Africano, definiram a memorialização sob a ampla perspectiva das reparações simbólicas. Atualmente, presenciemos uma mudança significativa na definição da memorialização como uma categoria em si mesma¹⁵, complementar aos processos penais, reparações, reforma institucional e à busca da verdade. O aumento do reconhecimento da memorialização como um mecanismo da justiça de transição se dá, em parte, porque a memorialização pode ser, muitas vezes, espontânea, incluir uma parte mais ampla da sociedade e ser iniciada por qualquer grupo social, mesmo com recursos limitados.¹⁶ Os memoriais espontâneos criados durante a revolução egípcia de 2011, na Praça Tahrir, que celebram as casualidades e fatalidades do levante e a mudança, quase imediata, dos nomes das obras públicas na Tunísia, após a destituição do ex-presidente Ben Ali, testemunham, na mesma medida, a importância da memorialização. Estes também revelam que a memorialização é uma ferramenta política poderosa, carregada de significado e ideologia que serve para marcar, nos respectivos países, o final de uma ditadura, o começo da justiça de transição e o momento de triunfo.

Nos regimes repressivos ou durante períodos de conflito prolongado, as histórias são muitas vezes distorcidas ou silenciadas. A memorialização pós-conflito possui uma função política na medida em que oferece à paisagem nacional uma interpretação nova ou revista do passado. Ao oferecer espaços para a celebração e o luto, os projetos de memorialização contribuem para o projeto, mais abrangente, de construção da nação, retratando e promovendo o sentimento de coesão do grupo e renovando a identidade nacional.¹⁷ Em muitos casos, os memoriais nacionais procuram retratar os triunfos e as vitórias de uma nação, fornecer mártires para os cidadãos e destacar os sacrifícios que foram feitos em seu nome. Em um nível individual, ou em um nível social mais amplo, os memoriais podem servir como catalisadores para a cura, uma vez que eles apresentam o potencial para reconhecer as atrocidades vividas pelos sobreviventes, reintegrar os sobreviventes no reino social e ajustar os registros históricos de acordo com a verdade.¹⁸

Grande parte do sucesso das iniciativas de memorialização no cumprimento dos objetivos positivos do pós-conflito depende de como as iniciativas se relacionam com outras formas de reparação e com

15 Tanto as comissões da Libéria como as do Timor-Leste recomendam a memorialização como uma categoria distinta de reparações.

16 Brandon Hamber, Liz Ševčenko, and Ereshnee Naidu, "Utopian Dreams or Practical Possibilities: The Challenges of Evaluating the Impact of Memorialization in Societies in Transition," *International Journal of Transitional Justice* 4, no. 3 (2010): 397-420.

17 W. James Booth, *Communities of Memory: On Witness, Identity and Justice*, London: Cornell University Press, 2006; Jenny Edkins, *Trauma and the Memory of Politics*, New York: Cambridge University Press, 2003; Daniel Bar-Tal, "Collective Memory of Physical Violence: Its Contribution to the Culture of Violence," in Ed Cairns and Micheál D. Roe, eds., *The Role of Memory in Ethnic Conflict*, New York: Palgrave Macmillan, 2003.

18 Jeffrey Blustein, *The Moral Demands of Memory*, Cambridge: Cambridge University Press, 2008; Vamik D. Volkan, "What Some Monuments Tell Us About Mourning and Forgiveness," in Elazar Barkan and Alexander Karn, eds., *Taking Wrongs Seriously: Apologies and Reconciliation*, California: Stanford University Press, 2002.

os processos em torno do qual o projeto do memorial é iniciado¹⁹. Em diversos relatórios da Comissão da Verdade, a memorialização é recomendada como parte de uma estratégia ampla de reparações, sendo significava não para a substituição de outra recomendação, mas para a sua complementação. Além disso, assim como Brandon Hamber²⁰ aponta, os processos e o discurso público em torno da concessão de reparações e da iniciativa dos projetos de memorial dependem do sucesso, ou do fracasso, das propostas de reparação do passado e de reconstrução das relações sociais. Ao contrário de outros mecanismos da justiça de transição, a memorialização permite um amplo envolvimento público que se estende ao longo de um largo período.²¹ A memorialização está sempre aberta a contestação, promovendo, assim, mais debates e discussões públicas do que outros mecanismos da justiça de transição que, muitas vezes, são relegados ao domínio da elite política. A Conferência de Virgínia de 2009, realizada na Libéria, exemplifica este fato.²² Enquanto os participantes argumentavam, apaixonadamente, a favor e contra as questões relacionadas aos processos de anistia, o grupo de trabalho de memorialização - que contava com sobreviventes, perpetradores que testemunharam perante a Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR) do país, funcionários do governo e outros membros da sociedade civil - concordaram, rapidamente, sobre a necessidade das iniciativas de memorialização. Embora os participantes do grupo de trabalho tenham debatido quais as formas que as iniciativas de memorialização devem tomar, ou quais histórias devem ser contadas, houve um consenso geral sobre a necessidade das iniciativas de memorialização para garantir que o conflito continue a fazer parte da paisagem coletiva da memória, que o registro histórico seja definido de acordo com a verdade e que a violência seja impedida no futuro.²³ A discussão do grupo de trabalho também demonstrou que a memorialização pode desempenhar um papel significativo no desenvolvimento da reconciliação porque a memorialização não oferece apenas espaço para as partes envolvidas no conflito discutirem suas questões e, potencialmente, entrar em consenso, mas também promove o diálogo entre os diferentes atores sociais em torno de questões amplas relacionadas ao perdão, justiça e responsabilização. Yasmin Sooka, Ex-Comissária da Verdade Sul-Africana e de Serra Leoa, reitera o papel da memorialização como um catalisador de diálogo. Ela observa que a memorialização, embora seja um ato inerente à política, abre espaços para o diálogo e o debate construtivo porque é

19 Ereshnee Naidu, *The Ties That Bind: Strengthening the Linkages Between Memorialization and Transitional Justice*, Johannesburg, Centre for the Study of Violence and Reconciliation TJP Research Brief, 2006. Também disponível no: <http://www.csvr.org.za/docs/livingmemory/tiesthatbind.pdf>, acessado em 20 de setembro de 2014; J. Blustein, *The Moral Demands of Memory*; Brandon Hamber, "Narrowing the Micro and Macro: A Psychological Perspective on Reparations in Societies in Transition," in Pablo de Greiff, ed., *The Handbook of Reparations*, Oxford: Oxford University Press, 2006.

20 Hamber, "Narrowing the Micro and Macro"

21 Hamber et al., "Utopian Dreams," 397-420.

22 A Comissão da Verdade e Reconciliação liberiana sediou a conferência antes da elaboração das suas recomendações finais. Várias partes interessadas, como as vítimas, perpetradores, ONGs locais e internacionais e funcionários do governo, se reuniram para discutir o caminho que a reconciliação e a justiça na Libéria devem seguir.

23 Notas da discussão do grupo de trabalho facilitado pelo autor; Virgínia, Libéria, 2009.

vista como um mecanismo de justiça de transição que não apresenta ameaça devido a uma suposição geral de que as questões da justiça e da responsabilização não serão abordadas no processo.²⁴ No entanto, como foi exemplificado pela Conferência de Virgínia, mesmo havendo uma percepção de que a memorialização não aborda questões sobre justiça e responsabilização - sendo vista, muitas vezes, como uma questão fácil da justiça de transição - as questões de justiça e responsabilização emergem através das discussões sobre quais histórias devem ser contadas, quem deve ser reconhecido e como os diferentes grupos devem ser retratados.

No entanto, apesar da aparente natureza não ameaçadora da memorialização, os sítios históricos de memória - oficial ou não oficial - desempenham um papel importante nos processos de apuração da verdade e de conscientização na esfera pública. Este é o caso da Nyayo House (Casa Nyayo), um edifício central de escritórios na capital do Quênia, Nairobi. No início dos anos 80, as celas do seu porão foram transformadas em um local de graves abusos dos direitos humanos contra políticos, líderes estudantis e professores universitários radicais que manifestavam opiniões contrárias ao regime do então presidente Arap Moi.

Os presos políticos relataram diversas formas de tortura, como o afogamento simulado, mudanças extremas de temperatura em suas celas e sufocamento com partículas de poeira. Os observadores da sociedade civil alegam que, em 2002, o regime Moi/KANU realizou tentativas fracassadas para demolir o espaço. Em 2008, após uma visita à Nyayo House, sobreviventes e organizações dos direitos humanos observaram que novos esforços - chamados de reformas - foram tomados para destruir as provas no local. Ao reconhecer a importância do local como uma prova física da tortura e das violações dos direitos humanos para os processos judiciais futuros e para a Comissão da Verdade, Justiça e Reconciliação (CVJR), proposta na época, os grupos das vítimas apoiados por ONGs, como a Comissão de Direitos Humanos do Quênia²⁵, trabalharam ativamente para preservar o local. Em 2008, a Comissão de Direitos Humanos do Quênia solicitou o primeiro-ministro do Quênia, Raila Odinga, que interrompesse todas as supostas reformas do local, uma vez que tais ações foram vistas como uma tentativa do governo de destruir provas, em vez de preservar o local. A petição foi bem-sucedida e todas as renovações no local foram interrompidas. Em 2004, as vítimas submetidas à tortura na Nyayo House²⁶ abriram um processo contra o Estado pelas violações graves dos direitos humanos e pelas detenções inconstitucionais e sem julgamento. Em julho de 2010, vinte e um sobreviventes das câmaras de tortura finalmente ganharam a causa no Supremo Tribunal. Em fevereiro de 2012, a Nyayo House se tornou, novamente, o centro das atenções públicas, quando a CVJR realizou audiências públicas no porão do edifício nas quais doze vítimas testemunharam publicamente sobre as

24 Entrevista pessoal do autor, Johannesburgo, África do Sul, 23 de setembro de 2011.

25 Para mais informações, veja: "Kenya Human Rights Commission", website Kenya Human Rights Commission acessado em 20 de setembro de 2014, <http://www.khrc.or.ke/>.

26 Ershnee Naidu, *From Nyayo House to Godown Arts Center: A Needs Assessment of Memorialization Initiatives in Kenya*, New York: International Coalition of Sites of Conscience, 2010, acessado em 20 de setembro de 2014, <http://www.sitesofconscience.org/wp-content/uploads/Kenya-Needs-Assessment-Report.pdf>.

suas experiências de tortura e detenção no local.²⁷

Enquanto a Nyayo House for usada como um edifício público que oferece acesso público limitado às celas do porão, o seu futuro como memorial oficial permanecerá incerto. Após a derrota do Presidente Moi, em 2002, o atual presidente Kibaki marcou uma nova era política ao abrir o porão para o público, declarando suas intenções de tornar o local um patrimônio público. No entanto, pouco tempo depois, o local foi novamente fechado ao público. De 2003 a 2007, vários ministros anunciaram a intenção do governo de tornar o local público. De acordo com alguns comentaristas da sociedade civil²⁸, a hesitação do presidente Kibaki em declarar oficialmente o local de detenção como um patrimônio público pode estar relacionada, em parte, com a preocupação de que a atenção do público para o local possa promover projetos de apuração da verdade que, eventualmente, poderiam implicá-lo ao regime repressivo de Moi. A Nyayo House foi um símbolo de horror e, sendo patrimônio público ou não, se transformou, através do trabalho de ONGs dedicadas e dos grupos de vítimas, em um local de vitória e triunfo para o constitucionalismo e os direitos humanos.

A sociedade civil usou, com sucesso, a Nyayo House para promover a apuração da verdade e aumentar a conscientização pública sobre as atrocidades cometidas no local. Ela também usou o local, com sucesso, como prova para os processos judiciais, identificando os sobreviventes da tortura ao realizar audiências públicas no próprio local. No entanto, o potencial do local para promover os direitos humanos, a educação da democracia e a identificação dos sobreviventes depende da vontade do governo de transformar a Nyayo House em um patrimônio público que permite o acesso público no local.

A transformação do local em um memorial nacional, pelo governo, não servirá apenas como o reconhecimento governamental das violações dos direitos humanos cometidas no local e como uma validação das denúncias de tortura dos sobreviventes. Esta irá destacar o compromisso do governo com o ajustamento do registro histórico de acordo com a verdade, uma questão que permanece no centro dos processos da justiça de transição.

Os exemplos, até agora, demonstram o papel político positivo que a memorialização realiza ao permitir que os grupos, anteriormente divididos, se envolvam em um debate e em uma discussão construtiva sobre o passado para que, desta forma, cheguem a um consenso em relação ao trabalho de um projeto comum. Estes também destacam, como no caso da Nyayo House, o potencial dos sítios de memória para a contribuição na apuração da verdade e na responsabilização dos antigos regimes pelas violações dos direitos humanos cometidas no passado. No entanto, a memorialização também pode atuar como um catalisador para as divisões e aumentar as tensões subjacentes.

27 Dave Opiyo, "Kenya: TJRC Told of Nyayo House Torture," *All Africa*, February 28, 2012, acessado em 20 de setembro de 2014, <http://allafrica.com/stories/201202290033.html>

28 Entrevistas pessoais do autor, Nairobi, Quênia, 22 de julho de 2010.

Memorialização: Alimentando as Divisões Subjacentes?

Os memoriais são representações físicas do imaginário das comunidades e de como essas comunidades se veem no futuro.²⁹ De acordo com Kristin Ann Hass³⁰, as contestações em torno dos memoriais destacam as tensões sobre o que deve ser lembrado e como deve ser lembrado. Além disso, conforme Sanford Levinson³¹ afirma, as mudanças nos regimes políticos trazem mudanças para os espaços públicos nas quais certas narrativas são priorizadas em detrimento de outras com o objetivo de construir novas identidades nacionais. Este processo, no entanto, é raramente consensual. O Freedom Park (Parque da Liberdade) na África do Sul³², localizado na cidade de Tshwane, exemplifica a ambiguidade de muitos projetos de memorial pós-conflito que buscam equilibrar o passado com um futuro imaginado de paz unificada, enquanto ainda trabalha para reconhecer as vítimas e ajustar a narrativa histórica de acordo com a verdade. Ao considerar a solução política negociada da África do Sul e sua narrativa pós-conflito de “nação arco-íris”³³, o projeto destaca o papel dos processos de paz na formação e definição das iniciativas de memorialização. Este também destaca alguns dos desafios enfrentados na tentativa de reconstruir uma nação, anteriormente dividida, na medida em que promove os valores do multiculturalismo e da diversidade.

O governo sul-africano criou o projeto Freedom Park, com sede em Tshwane, na África do Sul, em junho de 2000, como uma resposta direta às recomendações do CVR para as reparações simbólicas. O Freedom Park conta a história pré-colonial, colonial, Apartheid e as eras pós-apartheid da África do Sul, a fim de reconhecer as pessoas que contribuíram com as lutas de libertação da África do Sul. O patrimônio público possui 53 hectares e apresenta, entre outras exposições, a Gallery of Leaders (Galeria de Líderes), que presta homenagem aos ícones nacionais e internacionais da liberdade e da humanidade, e a Wall of Names (Parede de Nomes), que lista os nomes de todos que morreram durante os oito principais conflitos violentos da África do Sul. No entanto, desde 2007, o Freedom Park se tornou um local de controvérsia e de narrativas contestadas. Várias organizações da sociedade civil - maioria branca - defendem a inclusão dos nomes dos soldados da South African Defense Force (SANDF) (Força Nacional de Defesa Sul-Africana) que lutaram contra as forças de libertação durante os anos do Apartheid. Apesar do Freedom Park manter o seu encargo de reconhecer todos os sul-africanos, independentemente da cor, que lutaram pela liberdade, os grupos de direita argumentam, cada vez mais, que a ideologia pan-africana do sítio e a exclusão dos soldados da SANDF

29 Kristin Ann Hass, *Carried to the Wall: American Memory and the Vietnam Veterans Memorial*, Berkeley: University of California Press, 1998; James E. Young, *The Texture of Memory: Holocaust Memorials and Meaning*, New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1993.

30 Hass, *Carried to the Wall*

31 Sanford Levinson, *Written in Stone: Public Monuments in Changing Societies*, Durham: Duke University Press, 1998.

32 “Freedom Park,” website Freedom Park acessado em 22 de setembro de 2014, <http://www.freedompark.co.za>.

33 “Nação Arco-íris” é um termo cunhado pelo Arcebispo Desmond Tutu, este descreve uma África do Sul multicultural pós-apartheid.

é um indicativo, em nível nacional, da marginalização dos brancos sul-africanos. Em uma pesquisa realizada na África do Sul, um entrevistado alertou para o desenvolvimento de uma narrativa nacional baseada na dicotomia entre o bem (as forças de libertação do Apartheid) e o mal (os soldados da SANDF), observando que algumas forças de libertação do Apartheid também foram indiciadas pela CVR como perpetradoras de graves violações dos direitos humanos. Ele argumentou que para a verdadeira reconciliação acontecer, é necessário que as histórias humanas - inclusive aquelas sobre a humanidade dos soldados da SANDF - sejam capturadas pelas narrativas do Freedom Park.³⁴ Uma visão matizada do passado permitiria que todos os sul-africanos compreendessem as realidades do Apartheid e o seu impacto sobre os negros e brancos na África do Sul. As questões de inclusão e exclusão não estão limitadas à identificação dos sul-africanos com uma raça específica. Nos grupos focados³⁵, os sobreviventes também apontam o seu sentimento de exclusão do projeto Freedom Park. Muitos argumentaram que, apesar de terem sido convidados a apresentar nomes para a inclusão no Wall of Names, eles não foram consultados para nenhum dos processos seguintes. Um dos sobreviventes afirmou que, sendo o Freedom Park um projeto de reparação simbólica seria necessário incluir a participação dos sobreviventes em todas as fases do projeto, do começo ao fim. Como Mamphela Ramphele observa³⁶, grande parte da contestação da história da África do Sul vem do fato de que a negociação do acordo de paz da África do Sul garantiu a ausência de vencedores e vencidos. Assim, a contestação da história da África do Sul não é apenas racial, mas também política, de acordo com os diferentes movimentos de libertação.³⁷ Além disso, pela própria natureza da narrativa nacional de unidade e diversidade de uma sociedade multicultural na África do Sul, os espaços públicos tornam-se espaços de contestação de grupos diferentes que lutam por reconhecimento e validação.³⁸

A questão da inclusão dos nomes ultrapassou a agenda local específica do memorial e se transformou em uma questão mais ampla de inclusão e exclusão nacional. Com o ressurgimento da política de raça, as acusações de racismo e incitação ao ódio contra os líderes da African National Congress Youth League leaders³⁹ (Liga da Juventude do Congresso Nacional Africano) e os pedidos recentes do Arcebispo Desmond Tutu para a criação de um imposto sobre o patrimônio dos brancos sul-africanos

34 Entrevista pessoal do autor, Johannesburgo, África do Sul, terça-feira, 13 de setembro de 2011.

35 Os grupos focados conduzidos pelo autor com os membros do Grupo de Apoio Khulumani, Johannesburgo, África do Sul, 6 de setembro de 2011.

36 Mamphela Ramphele, *Laying Ghosts to Rest: Dilemmas of Transformation in South Africa*, Cape Town: NB Publishers, 2008.

37 Ramphele, *Laying Ghosts to Rest*. 38 Levinson, *Written in Stone*

38 Levinson, *Written in Stone*

39 Alan Cowell, "A.N.C. Official Convicted of Hate Speech," *New York Times*, 12 de setembro de 2011, acessado em 22 de setembro de 2014, <http://www.nytimes.com/2011/09/13/world/africa/13southafrica.html>.

como um meio de solucionar as disparidades econômicas atuais⁴⁰, a nação, celebrada anteriormente como arco-íris, parece correr o risco de, mais uma vez, semear a divisão racial. Apesar das críticas de que o mandato limitado da CVR não conseguiu direcionar as realidades socioeconômicas diárias do Apartheid para a vida dos sul-africanos comuns⁴¹, Deborah Posel e Graeme Simpson argumentam que a CVR, no entanto, foi bem sucedida ao revelar um passado escondido e silenciado, mostrando as contradições e reescrevendo a história diversificada do país.⁴² No entanto, a contestação do Wall of Names do Freedom Park indica que nem todos os sul-africanos aceitam essa nova narrativa.

Como um sítio, como o Freedom Park, pode trabalhar no sentido de rever a história distorcida da África do Sul e reconhecer as vítimas dos conflitos sem alimentar as tensões raciais e outras tensões baseadas na identidade? Um dos representantes do Freedom Park expressou, em entrevista, a sua esperança de que o sítio se tornará, um dia, um espaço de diálogo e discussão sobre as questões de inclusão, exclusão, justiça e reconhecimento.⁴³ No entanto, esta não é a realidade presente e para alcançá-la será necessário a criação de programas de educação pública projetados cuidadosamente para que o sítio se torne um espaço de engajamento. Como as vítimas continuam buscando justiça para alguns problemas que a CVR não apresenta solução - como a permanência da pobreza entre a maioria dos sul-africanos que sofreram as consequências econômicas e sociais do Apartheid - os memoriais, como o Freedom Park, continuarão sendo contestados, criando tensões e divisões. O exemplo do Freedom Park ainda destaca que o sucesso da memorialização no cumprimento das metas de reconciliação pós-conflito pode depender, em grande parte, do tempo e da relação entre as questões de justiça e verdade. Enquanto os grupos da sociedade civil e as organizações dos sobreviventes continuam pressionando o governo a rever as propostas de regulação das reparações para a inclusão de todas as vítimas que sofreram violações dos direitos humanos durante o Apartheid, e não apenas a minoria que testemunhou perante a CVR⁴⁴, problemas de grande alcance como a

40 “The great white-tax debate—‘Rich should pay wealth tax’—Tutu,” City Press, 13 de agosto de 2011, acessado em 22 de setembro de 2014, <http://www.citypress.co.za/Columnists/The-great-white-tax-debate-Rich-should-pay-wealth-tax-Tutu-20110813>.

41 Madeleine Fullard, *Dis-placing Race: The South African Truth and Reconciliation Commission (TRC) and Interpretations of Violence*, (Johannesburg: Centre for the Study of Violence and Reconciliation, 2004). Também disponível no: <http://www.csvr.org.za/wits/papers/paprctp3.html>, acessado em 22 de setembro de 2014.

42 Deborah Posel and Graeme Simpson, eds., *Commissioning the Past: Understanding South Africa’s Truth and Reconciliation Commission*, Johannesburg: Witwatersrand University Press, 2002.

43 Entrevista pessoal do autor, Johannesburg, África do Sul, sexta-feira, 9 de setembro de 2011.

44 Khulumani Support Group, “No Cohesion without Reparations!—The Struggle for Inclusive and Comprehensive Reparations: A View from the South African Coalition for Transitional Justice,” July 22, 2007, acessado em 22 de setembro de 2014, <http://www.khulumani.net/reparations/item/499-no-cohesion-without-reparations-the-struggle-for-inclusive-and-comprehensive-reparations-a-view-from-the-south-african-coalition-for-transitional-justice.html>.

restituição das terras⁴⁵ e a desigualdade econômica⁴⁶ continuarão desafiando a reconciliação. A maioria dos sul-africanos afetados pelo Apartheid e os sobreviventes que depuseram na CVR ainda não alcançaram a justiça social. Diante destas condições, a memorialização permanece, portanto, sem sentido, tornando-se um espaço de contestação para levantar outras questões pendentes da justiça.

A memorialização, na forma de projetos para a construção da nação, é largamente afetada pelas políticas de inclusão e exclusão, além de contribuir com elas. A importância dada aos diferentes setores da sociedade no processo da justiça de transição sempre reflete quem foi incluído nas discussões sobre significado, estilo e forma das atividades de memorialização e quem é representado no produto final. Isto foi ilustrado no conflito sobre a torre do relógio na capital de Serra Leoa, Freetown, em 2009. A torre do relógio, na Eastern Police Station in Freetown (Estação da Polícia Oriental de Freetown), construída durante o domínio colonial britânico, é um marco da área central da rua Kiskey. Além de servir como um marco da história do colonialismo, ela também serve como uma lembrança da guerra mais recente de 1991 a 2002. O local foi palco de algumas das batalhas mais ferozes durante os primeiros dias da intervenção da Economic Community of West African States Monitoring Group (ECOMOG) (Comunidade Econômica do Grupo de Monitoramento dos Estados do Oeste Africano). Em março de 2009, o prefeito da cidade, proveniente do partido All Peoples' Congress (APC) (Congresso de Todo Povo) e que está no poder desde 2007, inaugurou a torre do relógio recém-renovada. O arenito original foi pintado e azulejado e a torre foi apresentada como o compromisso do APC com a revitalização e o desenvolvimento da cidade.⁴⁷

Durante a inauguração, os apoiadores do partido da oposição, o Sierra Leone People's Party (SLPP) (Partido do Povo de Serra Leoa), atacaram verbalmente o prefeito, argumentando que eles não foram consultados sobre as reformas. Em contrapartida, os defensores do APC vandalizaram escritórios e bens do SLPP, dando origem a três dias de tumultos e violência política que se espalharam para as províncias. Mesmo estando claro que o memorial em si foi apenas o catalisador que trouxe à tona tensões em torno da marginalização política subjacente, o incidente destaca como a memorialização pode servir como um barômetro para medir os níveis de reconciliação e paz.⁴⁸

45 James L. Gibson, *Overcoming Historical Injustices: Land Reconciliation in South Africa*, Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

46 Kate Lefko-Everett, Ayanda Nyoka, and Lucia Tiscornia, "SA Reconciliation Barometer Survey: 2011 Report," 2011, Institute for Justice and Reconciliation, acessado em 22 de setembro de 2014, <http://reconciliationbarometer.org/wp-content/uploads/2011/12/2011-SA-Reconciliation-Barometer.pdf>.

47 Lisa Denney, "Sierra Leone: Wave of Violence or Wake-Up Call?" Pambazuka 438, June 18, 2009, acessado em 22 de setembro de 2014, <http://www.pambazuka.org/en/category/features/57073>.

48 Da mesma forma, a Freedom Square Klibtown, local público que marcou a assinatura da Carta da Liberdade, se tornou o palco de protestos políticos violentos na África do Sul, em 2007. A comunidade local estava protestando contra a falta de prestação de serviços básicos na área. Aqui, novamente, o local do memorial se tornou um espaço para protestos e destacou o fato de que uma paz duradoura não pode ser alcançada sem a realização da justiça social.

Conclusão

A memorialização tem o potencial tanto para contribuir com a justiça de transição pós-conflito e para a consolidação da paz como para alimentar os conflitos subjacentes. No entanto, se for cuidadosamente concebida, a memorialização pode servir como um lembrete da futilidade da violência e, além disso, auxiliar na construção de outros processos da justiça de transição, como por exemplo o Peace Museum (Museu da Paz) localizado no antigo Special Court of Sierra Leone (SCSL) (Tribunal Especial de Serra Leoa).⁴⁹ Durante o processo de divulgação e consulta nas comunidades locais, a Peace Museum Project Management Team (Equipe de Gestão de Projetos do Museu da Paz) descobriu que muitas pessoas estavam dispostas a contribuir com histórias inéditas da guerra. Alguns afirmaram que ficaram com medo de depor na comissão da verdade e reconciliação, que esteve aberta de 2002 a 2004. No entanto, com o passar do tempo, eles se tornaram cada vez mais dispostos a compartilhar as suas histórias.

Através da conceituação, do desenvolvimento e dos programas públicos educacionais em curso, a memorialização pode oferecer espaços de diálogo e debate, contribuindo, assim, para o restabelecimento de uma cultura da democracia, que em muitos casos foi silenciada pela precedência de regimes repressivos, ou durante períodos de violência prolongada. No caso da torre do relógio, o processo de renovação apresentou o potencial de reunir partidos políticos de oposição na mesma mesa. Embora não tenha resultado em consenso, o gesto do atual governo pode indicar uma abertura para escutar vozes diferentes, incluindo as vozes de discórdia. Da mesma forma, o debate sobre o Wall of Names, no Freedom Park, teve o potencial de reunir grupos de oposição para discutirem as questões morais sobre as várias fases da violência na África do Sul e o sentido da justiça, da reconciliação e do perdão nos dias atuais. No entanto, para que a memorialização sirva como um catalisador para a discussão de algumas das questões mais difíceis que as sociedades pós-conflito sempre apresentam, é necessário que os iniciadores dos memoriais se comprometam com o envolvimento de segmentos mais amplos da sociedade e com a garantia de programas ou consultas projetados com o objetivo de realizar um verdadeiro diálogo e engajamento que irão contribuir para a reconstrução das relações sociais. O desafio para os iniciadores nas sociedades pós-conflito é descobrir a melhor forma de gerir a política de memorialização através de uma consulta ampla e do desenvolvimento de estratégias criativas que usam o poder da memorialização para contribuir com a reconciliação, a cura, a construção da democracia e, principalmente, a realização de um futuro que garanta a não repetição do passado.

A agenda para os processos de construção da paz pós-conflito é frequentemente influenciada pelo argumento de que existe mais pressão para a segurança e o desenvolvimento que para a construção da paz. Estes fatores são significativos, mas não à custa da transição social e dos memoriais. Como uma ativista do patrimônio de Serra Leoa expressou, há uma percepção de que “se você é pobre, não há tempo para história”.⁵⁰ As iniciativas de memorialização, como parte de um programa

49 Mais informações sobre o desenvolvimento do Peace Museum, no local do antigo SCSL, podem ser encontradas no capítulo “A Criação e o Uso de um Sítio Histórico: A Transformação do Tribunal Especial de Serra Leoa em um Museu da Paz” deste livro.

50 Entrevista pessoal do autor, Freetown, Serra Leoa, 17 de julho de 2010.

de reconstrução e reparação mais amplo, podem ser desenvolvidas em direção dos objetivos que talvez não possam ser tratados pelos programas tradicionais da justiça de transição. Na medida em que a memorialização pode contribuir para a reconciliação pós-conflito e para a construção da paz, é pertinente perguntar se ela é adequada a um contexto específico e se os atores locais desejam as iniciativas de memorialização. A sociedade está preparada para se engajar em questões relacionadas ao passado? Qual é o impacto dos seus legados nos dias atuais? Como o futuro pode ser reimaginado? E por fim, como a memorialização se relaciona com outras atividades da justiça de transição, como reparações, processos e reformas institucionais?

1.4

SÍTIOS DE CONCIÊNCIA: MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS

Bix Gabriel e Zachary McKiernan

Em 11 de março de 2010, a presidente do Chile, Michelle Bachelet, inaugurou o Museu da Memória e dos Direitos Humanos em Santiago, capital do país. Este evento histórico foi um marco importante para a democracia em transição no país. O novo museu simboliza as reparações promovidas pelo Estado em resposta às violações dos direitos humanos cometidas durante a ditadura de Augusto Pinochet, de 1973 a 1990. Além disso, o museu confirma oficialmente o que as organizações de base estão defendendo há décadas, ou seja: a memória das violações dos direitos humanos é essencial para que as sociedades pós-conflito construam democracias estáveis, justas e transparentes. A essência do museu está baseada nas recomendações da comissão da verdade do Chile¹, combinando as demandas das organizações locais de direitos humanos com os compromissos firmados pelos governos progressistas sucessivos. Desta forma, a inauguração do museu culminou como o esforço de colaboração entre os diversos setores da sociedade civil e do Estado.

O relatório da conferência internacional de 2007, “Memorialização e Democracia: Política de Estado e Ação Cívica”, afirmou que “nas últimas décadas, os memoriais públicos - como locais históricos, monumentos e museus, alguns projetos de arte pública ou arte conceitual e eventos comemorativos ou apresentações - se tornaram elementos fundamentais para as lutas atuais pelos direitos humanos

1 Chilean National Commission on Truth and Reconciliation, *Report of the Chilean National Commission on Truth and Reconciliation*, trans. Phillip E. Berryman, South Bend, Indiana: University of Notre Dame Press, 1993.

e pela democracia”². O Museu da Memória e dos Direitos Humanos do Chile personifica esta ideia. Os objetivos fundamentais do museu são: “chamar atenção para as violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado chileno, entre 1973 e 1990; dignificar as vítimas e suas famílias; e estimular a reflexão e o debate sobre a importância do respeito e da tolerância para que esses eventos não se repitam”³. Estes objetivos reúnem os principais componentes que ligam o passado ao presente, promovendo a construção de uma cultura de direitos humanos para o futuro.

O Museu, sem precedentes, do Chile destaca a ligação entre a memória e os direitos humanos, além do desejo de que o serviço de memória defenda os princípios dos direitos humanos. Além disso, o museu afirma que a memória é um direito humano. Estes padrões, por sua vez, atualmente institucionalizados no país do Cone Sul, não são novos para os atores ao redor do mundo que foram vítimas das violações à dignidade humana, integridade física e consciência política. Como exemplo podemos citar uma cidadã egípcia, chamada Ramah Casers, que, em 27 de novembro de 2012, usou o passado para agir no presente com um gesto simples e, no entanto, poderoso. Ela, em uma atitude desafiadora, foi com a sua filha para a praça Tahrir com um cartaz que dizia: “eu sou uma cidadã egípcia e não irei permitir que o meu país se transforme em uma ditadura novamente”⁴. Os ecos da história de Casers podem ser ouvidos em inúmeros esforços globais para lembrar e tratar do passado e, ao mesmo tempo, exigir justiça e responsabilização.

No caso do Chile, Louis Bickford apresentou as razões comuns, de acordo com os ativistas dos direitos humanos, que levaram o famoso movimento dos direitos humanos do país a abordar o passado com bastante vigor durante a transição para a democracia. As razões apresentadas foram: há um imperativo moral que afirma a impossibilidade de ignorar o passado; este esforço fortalece a democracia; a responsabilização promove a democracia; a ênfase do passado permite a construção de uma cultura democrática; e a lembrança é uma parte essencial do conceito de “nunca mais”⁵. Nas sociedades ao redor do mundo - do Chile ao Camboja, da África do Sul à Síria - a “urgência para lembrar”⁶ se manifesta em uma variedade de ações. A partir de sinais simples das praças das cidades até os museus patrocinados pelo Estado, o reconhecimento público das violações passadas estimula a reflexão pessoal, ou o luto, na mesma medida em que estimula a necessidade de garantir o “nunca mais”.

2 Sebastian Brett, et al., “Memorialization and Democracy: State Policy and Civic Action”, (Relatório final da Conferência Internacional de Memorialização e Democracia: Política de Estado e Ação Cívica, Santiago, Chile, 20 a 22 de junho de 2007), 1.

3 “Sobre el Museo”, tradução do autor, website do Museu da Memória e dos Direitos Humanos, acessado em 15 de setembro de 2014, <http://www.museodelamemoria.cl/el-museo/sobre-el-museo/>.

4 Medea Benjamin, “Egyptians Stand Up to President’s Power Grab” Huffington Post, 28 de novembro de 2011, acessado em 19 de setembro de 2014, http://www.huffingtonpost.com/medea-benjamin/morsi-pro-tests_b_2204988.html.

5 Louis Bickford, “Preserving Memory: The Past and the Human Rights Movement in Chile,” in *Democracy and Human Rights in Latin America*, eds. Richard S. Hillman, John A. Peeler, and Esla Cardoza da Silva (Westport, Connecticut: Praeger, 2002), 9 - 26.

6 Judy Barsalou and Victoria Baxter, “The Urge to Remember: The Role of Memorials in Social Reconstruction and Transitional Justice”, United States Institute on Peace Stabilization and Reconstruction Series, nº 5 (2007), 1 - 22.

Justiça de Transição, Direitos Humanos e Memoralização

A ideia de justiça de transição emergiu de uma disputa entre os defensores da verdade e da justiça e os apologistas que buscavam a impunidade pelas violações passadas cometidas pelo Estado.⁷ Em setembro de 2012, Pablo de Greiff, Relator Especial das Nações Unidas sobre a promoção da verdade, justiça, reparação e garantias da não repetição, argumentou que a plena observância da justiça de transição é essencial para evitar a repetição das violações dos direitos humanos ao redor do mundo.⁸ Os mecanismos da justiça de transição são inúmeros. Estes assumem muitas formas e podem ser regulados por uma variedade de estruturas.⁹ De acordo com Greiff, através das medidas judiciais e não judiciais, das comissões da verdade, dos programas de reparações e dos memoriais públicos, “o reconhecimento das vítimas como indivíduos e titulares de direitos é essencial para qualquer tentativa de reparação das violações maciças dos direitos humanos e para a prevenção da sua recorrência”¹⁰. Assim, a justiça de transição destaca a relação histórica entre a memoralização e as violações dos direitos humanos. Os mecanismos de justiça de transição medeiam as versões concorrentes do passado, principalmente em relação ao contraste entre as verdades não oficiais das vítimas e as verdades oficiais dos seus perpetradores. Em essência, a política de memória em uma sociedade pós-conflito é, de acordo com Thomas C. Wright, “uma luta sobre como a história nacional será ensinada e compreendida, ou seja, sobre a forma como as gerações futuras irão pensar e agir”¹¹. Assim, muitas iniciativas de memoralização da sociedade civil servem para catalisar as demandas públicas pela verdade. As iniciativas de arquivamento e documentação do Memoria Abierta da Argentina¹² e a coleta de histórias orais e testemunhos do Liberation War Museum (Museu da Guerra de Libertação) de Bangladesh têm sido

7 Thomas C. Wright, *State Terrorism in Latin America: Chile, Argentina, and International Human Rights* (Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2007), xiii.

8 “Transitional Justice is Key to Preventing Human Rights Violations, Says UN Expert”, UN New Centre, 11 de setembro de 2012, acessado em 19 de setembro de 2014, http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=42850#U7b_Yajc1yU.

9 Em alguns países, como o Brasil, os processos de justiça de transição foram organizados e comissionados nacionalmente - com mandatos e órgãos internos - e liderados pelo poder judiciário do país. Em outros casos, tribunais internacionais foram criados, como o International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia (ICTY) (Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia), um tribunal das Nações Unidas que trata dos crimes de guerra que ocorreram durante os conflitos nos Balcãs na década de 1990. Por fim, em casos como o de Serra Leoa, um tribunal especial foi estabelecido entre as Nações Unidas e o governo de Serra Leoa, combinando o direito internacional, o direito de Serra Leoa e o direito pessoal.

10 “Transitional Justice is Key to Preventing Human Rights Violations”, 2012.

11 Wright, *State Terrorism in Latin America*, xiv.

12 Relatório do Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos do seminário sobre as experiências dos arquivos como um meio para garantir o direito à verdade, 14 de abril de 2011, www2.ohchr.org/2Fenglish/2Fbodies/2Fhr-council/2Fdocs/2F17session/2FA-HRC-17-21.pdf.

usadas como evidência forense para estabelecer as verdades nas comissões e nos relatórios oficiais¹³, auxiliando o processo de justiça para as vítimas e a identificação dos perpetradores das violações.

O papel da memorialização e a sua ligação com os direitos humanos são claros. No entanto, mesmo com a ausência de mecanismos oficiais para a busca da verdade e da justiça, as iniciativas de memorialização podem ajudar a estabelecer uma história que ultrapassa a negação dos acontecimentos. A verdade sobre o que aconteceu durante um conflito, ou durante um regime autoritário, pode ser oficialmente reprimida por anos, mas as vítimas continuam fazendo exigências contra o esquecimento e denúncias contra o Estado que promove este esquecimento. As iniciativas de memorialização lideradas pelas vítimas e atores da sociedade civil são, em muitos casos, um estímulo para os Estados assumirem as suas funções.

Nas sociedades que sofreram rupturas recentes, como guerras civis, terrorismo de Estado ou regimes ditatoriais, as iniciativas de memória aproximam as pessoas com diferentes experiências e perspectivas para a criação de novas formas de trabalho em equipe ao longo do processo de reconstrução após o conflito. No entanto, mesmo nas sociedades onde o conflito não representa um evento recente, os desafios dos direitos humanos permanecem. Na verdade, assim como Héctor Timerman, Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, afirmou: “o estabelecimento da democracia não significa o fim da luta pelos direitos humanos... as ameaças aos direitos humanos tomam novas formas e, às vezes, a maior ameaça não é a agressão, mas a apatia”¹⁴. Dentro deste contexto, os esforços de memorialização podem ser um meio fundamental para envolver um grande número de pessoas. Milhões de pessoas visitam os memoriais diariamente e muitas delas usam esses espaços para expressar as suas conexões pessoais e se engajarem em questões políticas. Os memoriais também podem refletir as consequências da vida real das pessoas que se reconciliam com o passado e que agem de acordo com o significado, o valor e as emoções que esta lembrança provoca.

Por fim, o trabalho de memória é estabelecido de acordo com a construção de uma cultura abrangente dos direitos humanos em um processo contínuo. Além disso, ele é influenciado pelo contexto e pelo entendimento dos direitos humanos de um lugar específico. Assim, mesmo considerando lugares tão diversos como o Brasil e Bangladesh, esta cultura de direitos humanos pode encontrar fortes raízes nas iniciativas dos memoriais públicos. Por outro lado, não existe um modelo universal para os memoriais públicos, ou seja, a construção de cada memorial público representa um processo único. No entanto, os memoriais públicos podem ser criativamente concebidos “para evocar uma reação específica ou conjunto de reações, como o reconhecimento do público dos fatos ou das pessoas representadas; a reflexão pessoal ou o luto; o orgulho, a raiva ou a tristeza sobre algo que aconteceu; ou o aprendizado sobre os períodos do passado”¹⁵. Neste sentido, os memoriais públicos contribuem para uma cultura dos direitos humanos, mantendo, simultaneamente, a memória viva e incitando a sociedade civil para a construção ou reconstrução da sociedade após o conflito.

13 Rashidul Hasan, “War Crime Trial: Evidence collection begins,” *The Daily Star*, 31 de março de 2010, acessado em 26 de setembro de 2014 <http://archive.thedailystar.net/newDesign/cache/cached-news-details-132301.html>.

14 Carta de Héctor Timerman do Relatório Anual da Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência, 2008.

15 Brett et al., “Memorialization and Democracy,” 1.

Sítios de Consciência: Uma Abordagem da Memória e dos Direitos Humanos

O desejo de lembrar pode se transformar em um estímulo para a ação? Do Brasil a Bangladesh, das iniciativas que compreendem os esforços das comunidades de base aos projetos patrocinados nacionalmente, os indivíduos, as comunidades e as instituições estão percebendo o poder da memória para inspirar a ação e, a longo prazo, redefinir as histórias nacionais e as memórias coletivas.

Os Sítios de Consciência são iniciativas de memorialização que usam o poder da memória do seu público - seu valor emocional, sua natureza coletiva e sua universalidade - para incorporar e construir uma cultura dos direitos humanos. Os Sítios de Consciência reconhecem que a simples criação de um memorial público relacionado aos abusos do passado não garante a não repetição destes abusos. Em contrapartida, eles trabalham com a premissa de que a melhor forma de se proteger contra a violação dos direitos humanos é dispor de uma cidadania ativa e engajada, caracterizada pela consciência, liberdade e ferramentas que promovem a ação e o fim do abuso antes mesmo do seu início. Ou seja, a ação cívica e a mobilização em torno da memória são os fatores que criam e embasam a cultura dos direitos humanos. A capacidade dos cidadãos para debater e participar dos processos públicos de memorialização é tão, ou mais, poderosa que o próprio memorial. Os significados do memorial mudam, inevitavelmente, ao longo do tempo. Este, por sua vez, possui a capacidade de se transformar em um lugar de encontro, homenagem e comemoração.

Em um artigo de 2011, do *New York Times*, sobre a revisão do Auschwitz-Birkenau State Museum (Museu Estadual de Auschwitz-Birkenau) em relação à adequação do cerne das suas exposições ao seu novo objetivo de ensino com o propósito de inspirar a ação no presente, o diretor do museu, Piotr Cywinski, afirmou: “para mim, todo o sistema educativo relacionado ao Holocausto, em vigor desde a década de 1990, atendeu o seu objetivo em relação ao fornecimento de fatos e informações. No entanto, há outro nível de ensino, um nível de consciência sobre o significado destes fatos. O choro não é suficiente. A empatia é algo nobre, mas não é suficiente”¹⁶.

O desafio da passagem da empatia para o engajamento, da memória para a ação está no cerne dos Sítios de Consciência. Por mais de uma década, os Sítios de Consciência, que formam a Coalizão Internacional, buscam alternativas para inspirar as pessoas a agir como parte interessada no movimento dos direitos humanos, principalmente nos últimos anos. A Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência tem como objetivo usar estas iniciativas em escala global. Ela trabalha para alcançar três objetivos principais: interpretar a história através dos sítios históricos; estimular o diálogo sobre as questões sociais prementes, promovendo os valores humanitários e democráticos como função principal; e oferecer oportunidades para a participação pública em questões abordadas nos seus sítios. Estes mecanismos de orientação são interpretados através de diversos programas destinados a ligar o passado ao presente e a memória à ação. Todavia, como estes objetivos podem ser alcançados?

Uma das formas de auxílio que a Coalizão Internacional oferece aos Sítios de Consciência para que eles alcancem os seus objetivos e metas gerais é o apoio ao desenvolvimento de programas

16 Michael Kimmelman, “Auschwitz Shifts From Memorializing to Teaching”, *The New York Times*, 18 de fevereiro de 2011, acessado em 12 de setembro de 2014, www.nytimes.com/2011/02/19/arts/19auschwitz.html.

públicos inovadores através do Fundo de Suporte para Projetos da Secretaria da Coalizão. O Fundo oferece apoio holístico aos programas, combinando apoio financeiro, recursos metodológicos, defesa e promoção.

Esta publicação assume um destes princípios - ou seja, os recursos metodológicos - ao explicar e desenvolver ideias, abordagens e métodos utilizados por vários membros da Coalizão com o propósito de melhorar a eficácia dos seus programas públicos. Os estudos de caso apresentados neste manual delinham e descrevem as estratégias que auxiliam, de forma eficiente, o estabelecimento das conexões entre o passado e o presente e entre a memória e a ação. Cada estudo de caso apresenta uma estratégia ou método particular empregado por um Sítio de Consciência (em alguns casos, por vários sítios) com o objetivo abrangente de conduzir os membros do público da memória para a ação. Cada estudo de caso explica o significado exato do método ou estratégia particular, identificando a questão contemporânea em destaque, a sua importância para o desenvolvimento global de um projeto e as formas de implementação com base nas contingências específicas do sítio.

Além disso, é fundamental considerarmos o que estes métodos constituem, ou seja, eles representam as estratégias para o engajamento em questões contemporâneas. As questões contemporâneas presentes nesta publicação são vastas; elas caracterizam a diversidade dos membros da Coalizão. A variedade dos trabalhos que os membros da coalizão assumem - estes variam desde o confronto da xenofobia e do neonazismo até a documentação das violações passadas e presentes dos direitos humanos - atesta a aplicabilidade das lições da história para os problemas atuais.

Apesar das diferenças entre as questões levantadas pelos programas dos Sítios de Consciência em diferentes partes do mundo, podemos notar semelhanças marcantes. A existência destas semelhanças está relacionada aos compromissos compartilhados entre os membros da coalizão, considerando que estas semelhanças estão ligadas às estratégias e aos métodos compartilhados. Como exemplo, podemos destacar que o compromisso dos ex-prisioneiros chilenos com os direitos humanos, a abordagem da imigração e da diversidade em Nova York e a educação dos jovens sobre o genocídio no Camboja apresentam semelhanças na medida em que exigem a participação do público, na medida em que são movidos por injustiças passadas e pela esperança e porque desenvolvem conexões que provocam a empatia, a emoção e a ação no presente. Estas semelhanças - ou seja, a participação pública, a importância do passado e as conexões entre emoção e ação - apresentam as ligações desenvolvidas pelos métodos empregados para produzi-las, como: a história oral, o diálogo entre diversas perspectivas e os programas educacionais, entre outros.

Metodologia Versus Método: Esclarecendo as Questões

A metodologia e o método são termos frequentemente usados como sinônimos. No entanto, eles são duas entidades distintas ainda que apresentem semelhanças. A *metodologia* se refere “ao conjunto ou sistema de métodos, princípios e regras que determinam uma disciplina específica”¹⁷; o *método*, por sua vez, diz respeito “ao procedimento, técnica, ou forma de realizar algo de acordo com um plano

17 *Dictionary.com*, s.v. “methodology”, acessado em 19 de setembro de 2014, <http://dictionary.reference.com/browse/methodology>.

determinado”¹⁸. O primeiro representa as bases filosóficas ou teóricas de uma disciplina, estudo ou área de pesquisa. O segundo reflete as estratégias práticas para resolver um problema particular ou executar um plano.

Por exemplo: de um lado, este manual representa a metodologia ou os princípios orientadores que regem os Sítios de Consciência, ou seja, a premissa que liga o passado ao presente e a memória à ação. Por outro lado, os estudos de caso individuais refletem os métodos ou as estratégias específicas usadas para resolver um problema ou executar um plano através dos programas que se enquadram nas metas globais dos Sítios de Consciência. Estes métodos convertem a memória em ação, auxiliando os Sítios de Consciência com o cumprimento de compromissos específicos, além de direcionar, ao mesmo tempo, os valores e o sistema de crenças da Coalizão.

Além disso, uma metodologia pode descrever a *razão* que os Sítios de Consciência possuem para fazer ou acreditar em algo. Ou seja, um método pode descrever *como* eles realizam algo ou possuem uma crença. Por exemplo, a metodologia apresentada no capítulo “Engajamento do Público Através da Contação de Histórias” tem o objetivo de “envolver o público, a fim de promover a tolerância em meio à crescente xenofobia e discriminação”, na medida em que os programas desenvolvidos pelos Sítios de Consciência na Europa disponham dos aspectos da contação de histórias como métodos utilizados para alcançar este objetivo. Da mesma forma, a metodologia da exposição “Unfinished Business - Juvenile Justice” (Negócios Inacabados - Justiça Juvenil), do Museu Hull-House, tem o objetivo de engajar diariamente os cidadãos, em Chicago, na luta pela reparação de um sistema de justiça ineficiente, na medida em que o método ou a estratégia usada para alcançar este objetivo configure o uso da exposição de Estações de Ação. As Estações de Ação, por sua vez, são exposições com características práticas que incentivam os visitantes do museu a agir através de ferramentas, como as campanhas para a escrita de cartas.

Assim, ao desenvolver e detalhar *como* os Sítios de Consciência realizam o trabalho de colaboração e planejamento, reflexão e flexibilidade, definição de ferramentas e recursos relevantes - ou seja, os métodos em geral - a *razão* que ordena o trabalho dos sítios é inevitavelmente revelada: interpretar a história, estimular o diálogo e compartilhar oportunidades para a participação pública, a fim de construir culturas de direitos humanos.

Conclusão: Planejamento desde o Início

Ao refletir sobre os programas dos Sítios de Consciência, é importante considerar que os métodos oferecem uma estrutura e orientação, uma estratégia clara para atingir um objetivo ou propósito definido e diretrizes a seguir. Cada programa dos Sítios de Consciência possui um método ou métodos variados. Quando o método é claramente definido, o programa dispõe de maiores oportunidades de sucesso para a sua implementação. Assim, com uma implementação bem-sucedida, o programa alcançará as suas metas e objetivos.

Os métodos são diversos e se baseiam, de forma ideal, nas especificidades do programa. No entanto, eles podem ser adaptados de acordo com o contexto de cada Sítio de Consciência, o que

18 *Dictionary.com*, s.v. “method”, acessado em 19 de setembro de 2014, <http://dictionary.reference.com/browse/method>.

necessariamente requer autoavaliação e reflexão.

Ao refletir sobre um método particular - como a colaboração entre os sítios, os programas de educação, o desenvolvimento de exposições ou de visitas guiadas - podemos seguir um plano simples que envolve a reflexão dos seus componentes. Este plano diz respeito, como alguns dos capítulos desta publicação apresentam, à definição do quem, do quê, de quando, onde e o porquê do uso de um método particular. Ao identificar e estabelecer as porcas e os parafusos, a estratégia selecionada ganha corpo naturalmente. Isto também permite comparações e permutabilidade com outros métodos. Em outras palavras, uma pessoa que possui experiência com entrevistas para um projeto de história oral também pode oferecer dicas para um programa que visa facilitar os diálogos entre as comunidades. Neste sentido, a abordagem básica que identifica os componentes de um método define a forma e o potencial do método, oferecendo espaço para a flexibilidade e a mudança.

Os métodos são essenciais para o trabalho dos Sítios de Consciência e para os seus programas. Eles exigem pensamento crítico, bastante planejamento e não devem ser subestimados. Por outro lado, eles também abrem espaços para a emoção, a criatividade, a colaboração construtiva com seus pares e os membros da comunidade, além de oferecer oportunidades para o emprego de novas ideias. Neste sentido, ao escolher os métodos ou as estratégias que conduzirão um programa, é fundamental se concentrar na estrutura, na imaginação e na inspiração do programa.

Na medida em que o papel da memorialização ganha suporte para além do campo da justiça de transição, alcançando o campo abrangente dos direitos humanos, notamos a urgência para o desenvolvimento e o compartilhamento de ferramentas e estratégias específicas que podem auxiliar as iniciativas de memória ao redor do mundo, no que diz respeito ao desenvolvimento de projetos que contribuem com a lembrança do passado, construindo, simultaneamente, um futuro baseado em direitos. O *Fortalecimento da Memória, da Justiça e dos Direitos Humanos no Brasil e no Hemisfério Sul* serve como esta ferramenta. Este manual metodológico oferece algumas respostas para a questão de como a memória pode ajudar a construir culturas de direitos humanos em contextos extremamente diferentes através de exemplos e estratégias práticas. Com base na experiência dos Sítios de Consciência, especialmente no hemisfério sul, este manual fornece um conjunto de métodos e abordagens que promovem as conexões entre o passado e o presente e entre a memória e a ação. Cada estudo de caso presente neste manual se concentra em um método específico para a conexão da memória e da ação nas questões do presente sobre os direitos humanos. Além disso, os métodos são desenvolvidos para orientar qualquer esforço de memorialização que possui o mesmo objetivo. Cada estudo define o seu método ou estratégia específica, a sua importância no desenvolvimento global de um projeto e a forma na qual o método pode ser implementado com base nas contingências específicas dos sítios. Cada estudo de caso pode ser utilizado de forma independente como uma estratégia isolada, ou em conjunto com outros métodos.

Juntos e separadamente, as iniciativas de memória, organizações da sociedade civil, acadêmicos, profissionais e formuladores de políticas de museologia, direitos humanos e justiça de transição, em todo o mundo, podem usar este manual para desenvolver e sustentar programas baseados na memória que engajarão ativamente inúmeras pessoas na lembrança do passado, na ação no presente e na formação de um futuro baseado nos direitos humanos para todos.

SEÇÃO 2
ESTUDOS DE CASO DOS SÍTIOS DE CONSCIÊNCIA

2.1

A CRIAÇÃO E O USO DE UM SÍTIO HISTÓRICO: A TRANSFORMAÇÃO DO TRIBUNAL ESPECIAL DE SERRA LEOA NO PEACE MUSEUM (MUSEU DA PAZ)

Zachary McKiernan

Em 16 de janeiro de 2002, um acordo entre o governo de Serra Leoa e as Nações Unidas estabeleceu o Tribunal Especial de Serra Leoa (TESL). No mesmo mês, a guerra civil do país foi oficialmente encerrada. A guerra se intensificou em março de 1991, quando a Frente Revolucionária Unida (FRU) invadiu o país da África Ocidental a partir da aproximação com a Libéria com o objetivo de derrubar o governo. Os cidadãos sofreram graves violações dos direitos humanos. O movimento insurgente explorou os problemas de um estado pós-colonial que já estava falido, ou seja: a pobreza, a corrupção política e a fraqueza da sociedade civil. Após conquistar a sua independência do domínio britânico em 1961, Serra Leoa passou por períodos de governos autoritários e violações dos direitos humanos. As pessoas engajadas na expressão política ou no exercício da liberdade de expressão eram coagidas, ameaçadas e detidas. Os grupos que assumiram o poder enriqueceram, atendendo raramente as necessidades básicas de saúde e educação da população¹. Diante desta realidade problemática do início da guerra civil, os serra-leonenses eram lançados diariamente em um mundo de violência, mutilação e de violações e ataques baseados no gênero.

O TESL foi estabelecido para julgar as “pessoas que possuem a maior responsabilidade pelas sérias violações da lei internacional humanitária e da lei de Serra Leoa cometidas desde 30 de novembro

1 George Klay Kieh, Jr., “State-building in Post-Civil War Sierra Leone,” *African and Asian Studies* 4, Nº 1 - 2 [2005]: 163-185.

de 1996”². Este mandato destaca as limitações inatas do TESL, já que ele omite as violações corridas entre 1991 e 1996, além de focar apenas nas pessoas que possuem a “maior responsabilidade”. No entanto, os defensores da verdade e da justiça histórica construíram o que o Dr. Lansana Gberie descreve como “um complexo feito sobre medida para o Tribunal em Freetown . . . um forte enorme com muros altos, arame farpado no topo e com a sua própria prisão”³. O TESL foi originalmente programado para funcionar durante 3 anos. No entanto, o tribunal funcionou por quase 12 anos, até dezembro de 2013; o tribunal, por sua vez, não funcionou sem controvérsia. Os defensores do tribunal citaram as denúncias de 13 criminosos de guerra como um sucesso. Os críticos sugeriram que a abrangência internacional da justiça criminal enfraqueceu as preocupações de base. Quando o tribunal foi fechado, o governo de Serra Leoa passou a controlar o complexo. Um observador internacional da cerimônia de encerramento afirmou que: “este complexo é um monumento reconhecido internacionalmente pela justiça criminal internacional. . . Nós temos a esperança de que o Tribunal seja usado como uma ferramenta para a promoção da justiça para os cidadãos de Serra Leoa. Nós esperamos que os legados que este Tribunal alcançou sejam lembrados para sempre”⁴.

Hoje, o complexo e o tribunal do TESL refletem o legado dos mecanismos internacionais de responsabilização, os processos de reconciliação local, de reflexão e a posse do passado recente. O que fazer com os remanescentes físicos do sítio que possui um grande poder simbólico é uma questão fundamental tanto para os observadores da justiça internacional como para os serra-leonenses. O sítio foi passado para o governo de Serra Leoa após o fechamento oficial do Tribunal Especial em 2 dezembro de 2013. As instituições nacionais que ocupam parte do sítio são: a Comissão de Reforma da Lei, a Escola de Direito de Serra Leoa e a Unidade de Proteção de Testemunhas da Polícia de Serra Leoa. A dúvida sobre o que fazer com este sítio leva a outras questões cruciais, como: como os atores sociais e as instituições podem ativar o sítio como uma ferramenta para a justiça e para a lembrança? Quais são os tipos de atividades e programas que podem enriquecer o valor do sítio histórico? Quem é o principal responsável pela manutenção deste valor e pela administração das funções diárias do sítio?

A definição da “ativação” de um sítio histórico

A ativação de um sítio diz respeito à identificação, ao reconhecimento, à recuperação, à preservação e à abertura de um lugar significativo para o público, como o antigo TESL. Cada passo envolve o compromisso contínuo dos atores sociais com o sítio, enriquecendo o seu valor social presente e enfati-

2 “Agreement between the United Nations and the Government of Sierra Leone and Statute of the Special Court for Sierra Leone, 16 January 2002”, Special Court of Sierra Leone and Residual Special Court of Sierra Leone, acessado em 5 de setembro de 2014, <http://www.rscsl.org/Documents/scsl-agreement.pdf>.

3 Lansana Gberie, “The Special Court for Sierra Leone Rests - for Good”, Africa Renewal Online, April 2014, acessado em 5 de setembro de 2014, <http://www.un.org/africarenewal/magazine/april-2014/special-court-sierra-leone-rests---good>.

4 “Special Court Hands Over Courthouse and Complex to the Government of Sierra Leone”, Special Court for Sierra Leone Press Release, 2 de dezembro de 2013, acessado em 5 de setembro de 2014, <http://www.rscsl.org/Documents/Press/2013/pressrelease-120213a.pdf>.

zando a sua importância histórica. A ativação é o investimento social contínuo no sítio realizado por pessoas reais, independentemente se o meio for um museu, comemorações semanais, vigílias, visitas guiadas, entre outros. Este processo se desenvolve ao longo do tempo e pode ser definido por marcos mensuráveis, ou mesmo retrocessos, em um determinado momento. Um sítio oferece oportunidades para o engajamento e para a reunião. As pessoas que interagem com um sítio histórico despertam a imaginação, a criatividade e principalmente os mecanismos que mantêm o passado vivo no presente.

A Equipe de Gestão de Projetos do Museu da Paz (EGP) foi estabelecida em Serra Leoa como um comitê das partes interessadas nacionais responsáveis pela criação do Museu da Paz e pela determinação da sua composição institucional. Os membros são oriundos dos departamentos e agências governamentais e das instituições nacionais, como a Comissão de Direitos Humanos de Serra Leoa, as organizações da sociedade civil e o Tribunal Especial de Serra Leoa. O Gabinete Integrado de Consolidação da Paz das Nações Unidas em Serra Leoa (United Nations Integrated Peacebuilding Office in Sierra Leone (UNIPSIL)) possui o status de observador. A EGP promoveu a ideia de um museu com o objetivo de “preservar a história da guerra, contar a história da paz e erguer um monumento para as vítimas da guerra”⁵. O museu “ajudaria as pessoas de Serra Leoa a confrontar o seu passado, aprender com ele e usá-lo para a construção da paz e para a promoção dos direitos humanos e da democracia”⁶. Assim, os observadores veriam o TESL não apenas como um monumento, mas também como um sítio histórico para a educação, para a comunidade e para a lembrança. A EGP se baseia no poder intrínseco do local para identificar a história única do sítio do TESL, reconhecendo o poder da sua narrativa, ajudando a manter a sua preservação e abrindo as suas portas para o público tanto para o planejamento e para a posse como para as visitas gerais.

O historiador Randolph Bergstrom argumenta que “os lugares que evocam a história, como os sítios históricos, os memoriais e os museus. . . possuem oportunidades e relevância social particulares”⁷. A EGP está bem consciente deste fato. Esta organização atribui grande importância social e histórica ao TESL da mesma forma que os cidadãos de Serra Leoa. Como este caso apresenta, os sítios com a magnitude do TESL são significativos devido inúmeras razões. Eles são fundamentais para as histórias individuais e para as lembranças coletivas. Eles são repositórios de experiências e de memórias. Eles também apresentam muitas contradições e paradoxos. Os sítios, como o TESL, representam tanto a justiça como as deficiências da justiça, tanto a história do conflito como o processo de pacificação. Além disso, estes sítios podem apresentar passados dolorosos e transmitir traumas. As pessoas, por sua vez, atribuem valores aos sítios históricos e aos lugares que evocam a história. Os sítios podem provocar emoções e reações nos visitantes. Várias pessoas de todos os setores da sociedade visitam os sítios para lembrar, comemorar, protestar e se conectar ou reconectar com o passado mesmo com todas - ou por causa de todas - as limitações e contradições que um sítio apresenta. Desta forma, mesmo que os sítios sejam físicos e tangíveis, eles não são estáticos.

5 Peace Museum Project Management Team, “Engaging Civil Society on the Relevance of the Peace Museum in Building Peace and a Culture of Human Rights in Sierra Leone”. International Coalition of Sites of Conscience Project Support Fund Grant, Sierra Leone, 2012.

6 PMT, “Engaging Civil Society”

7 Randolph Bergstrom, “Editor’s Corner: Engaging History,” *The Public Historian* 30, Nº 1 [2008] 7 - 8.

O Projeto da Equipe de Gestão de Projetos do Museu da Paz: “Engajamento da Sociedade Civil na Relevância do Museu da Paz para a Construção da Paz e da Cultura de Direitos Humanos em Serra Leoa”

Ao reconhecer as “oportunidades e a relevância social” inerentes ao TESL, a EGP se comprometeu em tornar este sítio histórico relevante, trabalhando com os cidadãos de Serra Leoa que possuem experiências variadas na guerra civil brutal do país. Através de um projeto patrocinado pela Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência (CISC), chamado “Engajamento da Sociedade Civil na Relevância do Museu da Paz para a Construção da Paz e da Cultura de Direitos Humanos em Serra Leoa”, a EGP incorporou as vozes das minorias, especialmente das vítimas entre mulheres e crianças. Esta medida foi uma ação consciente da administração em relação a um monumento reconhecido internacionalmente pela justiça criminal. O legado da justiça passou de um mecanismo internacional de jurisprudência para ações locais de construção da paz. Ao reconhecer que a sociedade civil enfraquecida de Serra Leoa contribuiu com a guerra civil, a EGP afirmou na proposta deste projeto para a CISC que o seu objetivo era “criar uma plataforma para que as comunidades locais do país se engajassem no diálogo sobre a importância do museu da paz”. Assim, o fortalecimento da sociedade através das atividades de base e da participação no processo de construção da paz produziria tantos resultados como o planejamento de um museu.

O Museu da Paz tem o objetivo de honrar as vítimas da guerra, preservar a história da guerra e a história da paz, prevenir o conflito e promover os direitos humanos. O museu possui três espaços principais: um arquivo, uma exposição e um jardim memorial. Através destes espaços, o poder transformador do antigo TESL estende, de forma única, o legado da justiça jurídica para um “espaço físico e intelectual com o objetivo de considerar as principais causas do conflito e discutir o compromisso atual da nação em relação à prevenção de conflitos futuros”⁸. Para alcançar este objetivo, a EGP reivindicou a posse do sítio, preservou o sítio e os artefatos importantes provenientes do período de guerra, coletou histórias individuais e incluiu as vozes das minorias na narrativa do museu. Vários atores foram envolvidos no processo, refletindo a grande participação social no projeto para o desenvolvimento de um recurso e de um legado fundamental para o pós-guerra em Serra Leoa.

A Ativação de um Sítio Histórico: Um Método para a Promoção da Paz, da Democracia e da Posse pela Comunidade

Um lugar, como uma escola, uma pensão, ou um tribunal, pode ser visto como um território político que dá forma às experiências sociais⁹. Os sítios da Coalizão aceitam o desafio de esclarecer esta visão, usando a relevância histórica e social do lugar, a sua história, o seu poder, os seus aspectos tangíveis e as suas características emocionais. Os sítios promovem o que Liz Ševčenko e Maggie Russell-

8 PMT, “Engaging Civil Society”

9 Dolores Hayden, *The Power of Place: Urban Landscapes as Public History*, Cambridge: MIT Press, 1995, 23.



VISITANTES NO MUSEU DA PAZ DE SERRA LEOA APÓS A SUA ABERTURA. FOTO: MUSEU DA PAZ DE SERRA LEOA.

Ciardi citam como “as frequentes inter-relações conflituosas entre as pessoas na sociedade”, uma definição clássica do dicionário para política que, de acordo com Ševčenko e Russell-Ciardi, sugere o engajamento civil¹⁰. A forma como um sítio é ativado através de um museu, como exemplificado pela EGP, ou mesmo desativado através do seu encerramento pode refletir a força ou a fraqueza de um processo democrático, além da habilidade da sociedade civil de se engajar no diálogo crítico sobre o passado, o presente e o futuro. Ao longo da história, lugares sagrados e sítios históricos foram muitas vezes destruídos pelas pessoas que ocupam o poder com o objetivo de reduzir a discussão política e a participação cívica. A EGP e os sítios da Coalizão demonstram como as partes interessadas podem alcançar a meta de proteção e preservação de um sítio, reivindicando o seu valor histórico no passado e no presente para o futuro.

Este alto nível de consciência sobre o valor da proteção e da preservação dos sítios não emerge naturalmente; ele surge através do compromisso e das experiências dos atores sociais com um determinado sítio. No entanto, a reivindicação do valor histórico de um sítio não é suficiente para transformá-lo em uma ferramenta poderosa para a construção da paz e da democracia. Além disso, é necessário manter o sítio como uma entidade ativa através de ações sociais e políticas, de programações comunitárias e do compromisso com a cultura dos direitos humanos. Os três elementos

10 Liz Ševčenko and Maggie Russell-Ciardi, “Sites of Conscience: Opening Historic Sites for Civic Dialogue,” *The Public Historian* 30, Nº 1 [fevereiro de 2008] 9 - 15.

principais do Museu da Paz levam o museu a alcançar estas qualificações através de uma variedade de atividades, como a pesquisa histórica, a reflexão pessoal e as comemorações no jardim memorial. Além disso, o programa da EGP apoiado pela CISC, “Engajamento da Sociedade Civil na Relevância do Museu da Paz para a Construção da Paz e da Cultura de Direitos Humanos em Serra Leoa”, promove a construção de uma relação recíproca entre as instituições nacionais e as comunidades locais do país. As atividades, por sua vez, aumentam o valor social e histórico do antigo TESL através do planejamento e da programação *in situ*, ou das conversas e dos diálogos em todo o país. Desta forma, o sítio serve como uma ferramenta “para a cura e o aprendizado individual e coletivo”¹¹ após a guerra civil em Serra Leoa.

O trabalho no sítio tem sido histórico devido aos componentes, como: a narrativa da apuração da verdade sobre a guerra civil; a coleta e a interpretação do material cultural relacionado à guerra; e o uso do sítio não como um monumento singular, mas como um pilar na paisagem cultural dos direitos humanos. O “Engajamento da Sociedade Civil na Relevância do Museu da Paz para a Construção da Paz e da Cultura de Direitos Humanos em Serra Leoa” é um importante exemplo desta ação. Este programa define objetivos, como: levar a comunidade a discutir sobre o museu da paz e a sua contribuição para a construção da paz; promover a consciência sobre o museu da paz e a necessidade do envolvimento das comunidades; diminuir o medo do uso de artefatos realizado pelo Tribunal Especial como um pretexto para a reunião de evidências; e engajar as comunidades na identificação e na coleta de artefatos para o museu da paz. Estes objetivos promovem a apropriação e a capacitação da comunidade. Estes objetivos também demonstram a sensibilidade da EGP com a ideia de que a ativação do sítio como um centro para a construção da paz e da democracia requer a inclusão de diversas histórias, interpretações e lutas para a compreensão das pessoas que vivenciaram a guerra em primeira mão. As comunidades de base que vivenciaram a dura história da guerra civil também estão engajadas na criação, no arquivamento e no compartilhamento do conhecimento sobre a guerra através do museu da paz no antigo TESL.

Porcas e Parafusos: Características e Considerações

Os sítios históricos ativados são espaços para encontros. Além de constituir um importante passo para a transmissão da memória durante o seu desenvolvimento, a existência de um sítio reflete oportunidades sociais e a abertura política para os processos de reconciliação após o conflito civil.

A ativação ou o uso de um sítio individual pelos atores sociais depende de uma variedade de considerações. Não existe um método universal para todos os contextos. Os fatores locais - como o acesso, a nomeação e a contestação em relação a um sítio - podem impedir ou promover o seu processo de ativação. A ativação de um sítio também pode representar iniciativas com abordagens de baixo para cima, de cima para baixo, ou colaborativas. Na melhor das hipóteses, este processo é considerado difícil. Os desafios surgem devido às políticas inerentes dos locais especiais, porque as pessoas que se preocupam com estes lugares às vezes possuem agendas divergentes e porque os lugares possuem diferentes significados para comunidades distintas. No pior dos casos, sérios

11 PMT, “Engaging Civil Society”

conflitos sobre o significado e o uso de um sítio podem surgir às custas dos processos produtivos e colaborativos. Independentemente do caso, um alto nível de cuidado, precaução e sensibilidade deve ser aplicado ao abordarmos as políticas de um sítio.

Quem: Quem ativa um sítio? Quem são as partes interessadas? Quem é o proprietário do sítio? Quem promove a importância social e histórica do sítio?

A ativação de um sítio envolve vários participantes. Com não poderia deixar de ser, um processo como este tem o potencial para criar problemas. As pessoas podem apresentar visões competitivas sobre a melhor forma para a ativação de um sítio e para a sua manutenção. Por outro lado, o processo composto por vários participantes apresenta o potencial para a colaboração e se beneficia com a diversidade de experiências e expectativas. Uma grande colaboração pode proporcionar ao sítio uma maior legitimidade, principalmente se o processo permitir que diferentes perspectivas e vozes contribuam com a tomada de decisões. Um processo de inclusão também aumenta o potencial dos recursos disponíveis, como os recursos humanos, econômicos e políticos. Os grupos que ativam os sítios com sucesso também demonstram uma habilidade para reunir as partes interessadas ao invés de separá-las. Certos grupos devem ser considerados para o envolvimento, como:

- “ **As Partes Interessadas de Base:** os ativistas de base são geralmente aqueles que promovem a ativação de um sítio importante em uma comunidade. Na medida em que o processo é movido através dos seus fluxos naturais, é imprescindível que as vozes e as visões dos grupos de base se mantenham vitais para a tomada de decisões. Estes grupos representam os interesses da comunidade e muitas vezes as histórias e as memórias intrínsecas aos valores históricos e culturais de um sítio. As partes interessadas de base podem ser:
 - “ Organizações da sociedade civil
 - “ Líderes tradicionais e religiosos
 - “ Grupos de mulheres
 - “ Grupos de jovens
 - “ Vítimas da guerra
 - “ Organizações de direitos humanos
 - “ Grupos de ex-prisioneiros
 - “ Comitês religiosos
 - “ Minorias étnicas
 - “ Grupos de estudantes
 - “ Comunidades de idosos
 - “ Vizinhos do sítio
- “ **As Partes Interessadas Oficiais:** as partes interessadas oficiais possuem um importante papel no desenvolvimento dos sítios históricos. Elas representam as agências governamentais e as organizações profissionais. Elas oferecem o suporte e o peso político do estado, além dos benefícios práticos, como o conhecimento profissional e os recursos econômicos. Além disso, algumas partes interessadas oficiais, como os ministérios da cultura, do turismo, ou dos direitos

humanos, podem garantir proteção para o sítio com nomeações de status. Um sítio considerado como “patrimônio histórico” ou “monumento nacional histórico” pode desfrutar de grandes privilégios que um sítio sem patrocínio oficial não possui. As partes interessadas oficiais podem ser:

- .. Ministérios e agências governamentais
 - .. Instituições nacionais (como a Comissão de Direitos Humanos de Serra Leoa)
 - .. Bibliotecas e arquivos nacionais
 - .. Acadêmicos
 - .. Associações de arquitetos e artistas
 - .. Doadores
 - .. Urbanistas
 - .. Universidades
- .. Os Proprietários e Administradores: a propriedade e a administração de um sítio podem ser privadas, públicas ou uma parceria público-privada. Desta forma, os interesses e o uso do sítio dependem dos seus proprietários legais, dos seus gestores e das visões do seu conselho administrativo.
- ç **A Equipe de Gestão de Projetos do Museu da Paz:** a EGP é composta por uma equipe diversificada que possui 14 membros entre os quais podemos destacar: os representantes da Comissão de Direitos Humanos de Serra Leoa, dos Arquivos Nacionais, da ONG de direitos humanos Rede do Movimento de Defesa, da Associação dos Amputados e Feridos de Guerra, da Procuradoria-Geral, das Nações Unidas e até mesmo do antigo Tribunal Especial de Serra Leoa. A EGP é responsável pela implementação do projeto do museu e pelo engajamento da sociedade civil na sua missão e visão.

O que: Quais são os tipos de sítios que podem ser ativados? Quais são os objetivos? Qual é a narrativa que será contada?

Os sítios emblemáticos, como os campos de batalha ou as valas comuns, evocam associações imediatas com a lembrança e a homenagem. Além disso, são constantemente identificados pelas suas iniciativas de ativação. No entanto, os edifícios presentes em uma paisagem urbana também podem lançar luz sobre histórias sociais cruciais. A identificação e a preservação de uma antiga fábrica de vestuário podem iluminar a história e a memória das comunidades étnicas que trabalharam no local. Uma antiga loja five-and-dime (loja de artigos que custam entre 5 a 10 centavos) pode oferecer ideias sobre as políticas de segregação no sul dos Estados Unidos. Um olhar crítico sobre os ambientes físicos pode revelar histórias além das impressões superficiais e refletir ou despertar o desejo da comunidade de proteção e preservação do local. Os tipos de sítios que devemos considerar são:

- .. Casas antigas
- .. Locais de iniciação e indução
- .. Campos de batalhas
- .. Igrejas e locais religiosos

- .. Antigas prisões e campos de concentração
- .. Cemitérios

Os objetivos podem variar entre a documentação, a preservação, a representação e a interpretação do passado para o engajamento civil e político da sociedade sobre os principais problemas do presente. Os objetivos podem ser claramente definidos pela missão e visão do sítio, podendo ser alcançados através dos programas e da divulgação. Os objetivos podem ser:

- .. Arquivamento e interpretação dos artefatos históricos
- .. Compartilhamento e preservação do sítio histórico
- .. Estimulação dos visitantes do sítio para a realização de reflexões críticas
- .. Oferecimento de recursos para o engajamento cívico
- .. Extensão e avanço do legado histórico

A narrativa é iniciada, normalmente, com a história do próprio sítio e, em seguida, esta história é conectada com a história geral dos processos e dos eventos históricos. Um sítio físico que está intencionalmente conectado com o passado também possui a vantagem de engajar vários sentidos, como a visão, o tato, o olfato, a audição e, por fim, a imaginação. As narrativas do sítio dependem de quem está fazendo a narração e dos tipos de artefatos e recursos usados. O sítio, por si mesmo, pode evocar emoções e histórias que outros recursos ou narrativas históricas não podem. Os sítios também podem apresentar uma série de narrativas históricas, como:

- .. Histórias sociais ou políticas
- .. Histórias traumáticas e difíceis
- .. Narrativas dos processos de paz
- .. Narrativas dos direitos humanos e da memória
- .. Histórias locais e da comunidade

ç **A Equipe de Gestão de Projetos do Museu da Paz:** a ativação de uma parte do antigo TESL em um museu realizada pela EGP é ao mesmo tempo típica e única. Ela representa uma abordagem mais tradicional da ativação ao preservar a história de um processo nacional. A sua singularidade, por outro lado, reside no fato de que utiliza um sítio internacional emblemático estabelecido para processar os violadores dos direitos humanos. A EGP preserva e estende, simultaneamente, o legado da justiça para as vítimas de Serra Leoa, além de educar as novas gerações através dos testemunhos, dos artefatos e das experiências dos sobreviventes.

Quando: Quando os sítios são ativados? Quanto tempo é necessário para a ativação? O seu resultado é sustentável?

A pergunta sobre quando ativar o sítio talvez seja a mais difícil de ser respondida. Se a escolha não for arbitrária, ela pode depender dos fatores políticos, sociais e de segurança locais. A recuperação, a preservação e a abertura para o público podem ser, por exemplo, impossíveis para determinados sítios durante um regime autoritário. Alguns sítios em condições similares podem ser ativados de forma não oficial através de ações efêmeras, como as vigílias à luz de vela, e receberem reconheci-

mento apenas com a mudança do regime político. Em outros casos, é necessário décadas para que um sítio possa ser reconhecido publicamente ou oficialmente. As mudanças nas condições políticas e sociais podem, por outro lado, provocar a desativação de um sítio. Neste sentido, a natureza de um sítio físico e do que pode ou não ser feito em um determinado período refletem com frequência a saúde da democracia.

A sociedade civil pode acelerar o processo, fazendo pressão no Estado para ativar o sítio. Vários sítios da Coalizão foram criados a partir das iniciativas de base para a recuperação de um sítio por causa do seu valor histórico independentemente da sua configuração, como uma antiga prisão, uma pensão ou um campo de concentração. Em alguns casos, a sociedade civil criou demandas para impedir a destruição ou a violação dos sítios.

Os mandatos estatais e as reparações também determinam quando um sítio físico pode ser ativado. Esta ação é especialmente visível na mudança de um regime autoritário para a democracia. As recomendações de uma comissão da verdade podem incluir a preservação de um sítio. Quando o Estado reconhece a importância de um sítio físico como reparação para os erros do passado, o sítio pode ser configurado como um memorial ou como um lugar especial de homenagem.

O intervalo de tempo, o nível de apoio necessário e a sustentabilidade dependem de uma variedade de fatores, como a situação política, os atores locais envolvidos, o tipo e a localização do sítio. Alguns grupos podem tentar assegurar um sítio por anos e encontrar uma enorme resistência, embora estes esforços representem partes significativas do processo. Outros processos podem apresentar uma resistência menor e se beneficiarem com uma parceria público-privada inicial. A sustentabilidade depende de fatores, como: o acesso aos recursos, as mudanças no cenário urbano e o seu uso e o interesse na narrativa, missão e visão do sítio.

ç **A Equipe de Gestão de Projetos do Museu da Paz:** a EGP é beneficiada pela sua parceria público-privada e pelo legado do mandato do TESL. Embora o público tenha prestado atenção no TESL durante a sua criação em 2002, o processo de reconhecimento e lembrança do local como um sítio histórico foi estabelecido quando o local foi fechado, há mais de uma década atrás. O projeto da EGP para o desenvolvimento de um museu multiprogramático estendeu o legado do TESL.

Por que: Por que ativar um sítio? Por que identificar, sinalizar, recuperar, preservar e abrir um determinado local para o público? Por que a ativação é importante?

Há várias justificativas para a ativação de um sítio. As pessoas são universalmente atraídas pelos sítios físicos por causa do seu valor histórico. Os sítios transmitem e preservam o passado, além de promover a lembrança. No entanto, o foco na história não é suficiente para o uso efetivo de um sítio no presente. Os sítios não são ativados apenas porque possuem um valor histórico intrínseco; eles também são ativados porque refletem e moldam as questões políticas no presente. Além de engajar a sociedade civil, um sítio ativado também chama a atenção para os principais problemas desta sociedade. As pessoas, as organizações e os governos ativam os sítios por várias razões relevantes

para o presente e para o futuro, como as reivindicações no presente, a mobilização das comunidades ou o aprofundamento das democracias. Os sítios são locais para debater sobre o passado, criar o presente e planejar o futuro.

ç **A Equipe de Gestão de Projetos do Museu da Paz:** a EGP estabeleceu, intencionalmente, um museu da paz que preservaria a história da guerra civil de Serra Leoa e a história do processo de pacificação. A EGP escolheu este método porque o museu oferece o conhecimento histórico e a consciência deste momento tênue da história da nação, além de registrar o processo da construção da paz que se iniciou como consequência do conflito. Os atores da sociedade civil, as autoridades do Estado e os observadores internacionais possuem interesses sobre o TESL. Cada parte interessada contribuiu por razões diferentes, indicando que a colaboração foi o principal fator do sucesso da ativação do sítio histórico.

O Esquema “Como” das Estratégias para a Ativação do Sítio

Primeiro Passo: Identificação do Sítio

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none">1. Qual é o tipo deste sítio?2. Para que o sítio é usado atualmente?3. Qual é a sua história?4. Qual é a narrativa histórica que o sítio ativado irá contar?	<ol style="list-style-type: none">1. Definir o tipo do sítio. Isto é importante para o trabalho futuro. Por exemplo, o trabalho realizado em um sítio localizado em um antigo local de violência ou de resistência à violência será diferente do trabalho realizado em um sítio localizado em uma antiga fábrica ou em um espaço religioso.2. Reconhecer, considerar e consultar os proprietários do sítio. O uso corrente do sítio pode estar contra ou a favor das iniciativas de preservação histórica.3. Pesquisar a história completa do sítio, como o seu uso ao longo dos anos. Isto é necessário para contextualizar a sua narrativa. O sítio pode apresentar mais de uma história.4. Distinguir a longa história do sítio da narrativa histórica que o sítio ativado irá apresentar.

Segundo Passo: Apresentação do Plano de Ativação do Sítio

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none">5. Onde o sítio está localizado?6. Quem são as partes interessadas no sítio?7. O público tem conhecimento sobre o sítio?8. Quem são os colaboradores potenciais?	<ol style="list-style-type: none">1. Definir a localização do sítio para determinar o acesso da logística, as contingências comunitárias e os tipos de obstáculos ou vantagens da sua localização.2. Anunciar publicamente que o sítio foi selecionado para a ativação. Isto irá revelar outros interessados no sítio e em sua utilização, além de mostrar como estes fatores podem afetar o planejamento de longo ou curto prazo.3. Determinar se o público tem conhecimento do sítio. O sítio talvez seja usado para comemorações não oficiais, vigílias ou usos práticos no presente. Assim, é importante determinar se o sítio está sendo usado, se está abandonado, ou se está fora do conhecimento do público porque estes fatores podem diferenciar o tipo de trabalho que será realizado no sítio.4. Considerar os colaboradores potenciais que também podem estar interessados nos projetos de ativação.

Terceiro Passo: Recuperação do Sítio

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none">1. Como o sítio pode ser recuperado?2. Quais são as licenças necessárias?3. Qual é o significado da "recuperação"?4. Quando a recuperação pode ser iniciada?	<ol style="list-style-type: none">1. Assegurar o envolvimento de organizações de base, de entidades governamentais, dos proprietários do sítio, entre outros. A recuperação de um sítio depende da colaboração e da comunicação entre todas as partes interessadas no sítio.2. Compreender o que pode acontecer no sítio após a sua recuperação. A forma como o sítio será usado - ou seja, como um museu, um parque, um teatro para apresentações culturais, etc. - irá determinar certos requerimentos.3. A recuperação pode tomar várias formas. Assim, é necessário determinar se a recuperação diz respeito à mudança de proprietário, à mudança na gestão, uma nova administração, entre outros fatores. Isto depende de como e em qual contexto a recuperação do sítio será usada e quem será envolvido.4. A recuperação será iniciada quando as partes interessadas concordarem sobre os parâmetros da ativação e do uso. Assim, é importante assegurar o diálogo aberto e a participação de uma variedade de vozes. A recuperação também depende da situação política e dos recursos disponíveis. A recuperação pode levar meses, anos ou mesmo décadas.

Quarto Passo: Preservação do Sítio

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 1. Como o sítio será preservado? 2. Que tipo de nomeação pode assegurar a sua proteção sustentável? 3. Quais são os recursos disponíveis para a preservação do sítio? 4. Quem está envolvido nas iniciativas de preservação? 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Considerar as escolhas sobre como o sítio será preservado. O tipo do sítio e as suas condições devem ser considerados. Alguns grupos irão manter as condições ou características originais do sítio para apresentar um período ou evento histórico. Em outros casos, a preservação irá, paradoxalmente, alterar o sítio e transformá-lo, por exemplo, em um parque ou em um local para a reflexão. A preservação pode tomar várias formas, como a preservação da integridade física de um sítio, a preservação dos artefatos que o sítio possui ou a preservação de uma narrativa histórica determinada. 2. Considerar as nomeações oficiais. As nomeações, como "monumento histórico nacional", protegem o sítio. As nomeações também refletem a colaboração entre os interesses públicos e privados. 3. Determinar os limites da preservação, ou seja, o que pode ser preservado. Os recursos humanos e econômicos podem determinar a extensão da preservação. 4. Identificar quais são as partes interessadas nas iniciativas de preservação. As partes interessadas, como os administradores do sítio, arquitetos, historiadores e voluntários, são responsáveis pela preservação do sítio. Esta responsabilidade também se estende para os vizinhos do sítio e para as comunidades locais que sempre representam recursos excelentes e formas de conhecimento para a preservação do sítio.

Quinto Passo: Abertura para o Público

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none">1. Por que abrir um sítio para o público?2. Como a participação do público auxilia este estágio?3. Quais são os parâmetros para esta participação?4. Quando um sítio ativado está pronto para ser aberto para o público?	<ol style="list-style-type: none">1. A abertura do sítio para o público promove a transparência, a consciência e o conhecimento histórico, além da oportunidade de participação. O público deve ser sempre convidado a participar, revisar e debater a ativação de um sítio histórico. A participação do público é crucial para todas as etapas.2. Engajar o público. A oportunidade de participação do público no processo promove a legitimidade e a posse local. O envolvimento do público é crucial para a sustentabilidade e o sucesso. A participação local é sempre um catalisador inicial para a ativação de um sítio.3. Selecionar os parâmetros para a participação do público. Eles podem ser: os visitantes, as contribuições do público para o uso do sítio, os voluntários e os docentes, os administradores, entre outros.

Conclusão

Os sítios que invocam a história e a lembrança são importantes para as sociedades do mundo inteiro. Os sítios de todos os tipos, formas e configurações - como um tribunal especial apoiado pelas Nações Unidas, ou um pátio construído em um momento histórico crucial para uma comunidade ou nação - contribuem para a construção da memória e para a formação das identidades locais, regionais e nacionais. Quando os sítios apresentam oportunidades para o engajamento e para o encontro, as partes interessadas podem elaborar projetos e programas potenciais para a ativação dos sítios. Mesmo que a ativação possa apresentar várias formas e mesmo que um método universal não exista, um local não pode ser considerado um sítio até que se transforme no sujeito das histórias, memórias, homenagens, músicas ou de outros indicadores e atividades de investimento pessoal. Um sítio é ativado na medida em que as partes interessadas atribuem valor histórico, social, cultural e político ao sítio.

A Equipe de Gestão de Projetos do Museu da Paz usou um sítio simbólico existente de uma nova forma para estender o legado de justiça e de posse nacional. Ao estabelecer um museu no local do antigo TESL, a EGP preservou a história da guerra civil do país, apresentou a história do processo de paz subsequente e homenageou as vítimas da guerra. A abordagem multiprogramática entre as várias partes interessadas auxiliou a EGP a alcançar os objetivos compartilhados para o estabelecimento do museu, além de ajudar o museu a manter o seu funcionamento e se beneficiar com os investimentos sociais e políticos do sítio. Hoje, o Museu da Paz de Serra Leoa, um sítio ativado e uma propriedade local, é um exemplo internacional, como o antigo TESL, para as pessoas interessadas na ativação de um sítio para fins históricos.

2.2 AS ESTAÇÕES DE AÇÃO NO JANE ADDAMS HULL-HOUSE MUSEUM: MÉTODOS INTERATIVOS PARA O ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE NOS ESTADOS UNIDOS

Bix Gabriel e Zachary McKiernan

Em 1931, Jane Addams se tornou a primeira mulher americana a receber o Prêmio Nobel da Paz. Ela também foi rotulada como “a mulher mais perigosa da América”, durante a Primeira Guerra Mundial, devido a sua postura pacifista inabalável e a sua preocupação “radical” e solidária em relação aos imigrantes e aos pobres.

Hoje, o Jane Addams Hull-House Museum comemora o seu legado duradouro, e complicado, na sua sede em Chicago, Illinois, onde Addams estabeleceu o primeiro e mais famoso abrigo de assistência social da nação. Os abrigos de assistência social foram o cerne das pesquisas e do ativismo que defendiam uma sociedade democrática mais inclusiva, tendo como objetivo “elevar” as pessoas pobres, expondo-as ao conhecimento, à cultura e a um padrão de vida melhor. Além disso, ao estabelecer os abrigos de assistência social em bairros de classe média, os seus fundadores tinham o objetivo de construir uma coesão social e fazer com que as pessoas ricas e pobres convivessem na mesma comunidade.

Os reformadores fundaram o Hull-House de Chicago em 1889. Muitos deles, como Addams, viveram nestes locais progressistas. Em 1920, o Hull-House se tornou o porta-estandarte do movimento de assistência social nos Estados Unidos e o seu número de abrigos de assistência social chegou a quase quinhentos. O Hull-House se tornou um guia para a justiça social e, de acordo com

os organizadores do Museu Hull-House, este “desempenhou um papel fundamental na redefinição da democracia americana nos tempos modernos”¹. Os reformadores do Hull-House, muitos deles mulheres que viviam no abrigo, trabalharam incansavelmente para influenciar a política e a opinião pública em relação aos direitos dos trabalhadores, reforma da imigração e sufrágio feminino. Este trabalho pioneiro de investigação, educação e engajamento social que possui o objetivo de desenvolver estratégias alternativas para enfrentar os problemas da comunidade representa uma abordagem que o Museu Hull-House mantém até hoje.

O Museu Hull-House é um memorial dinâmico para Addams que, nas próprias palavras do seu website, “preserva e desenvolve o local original do Hull-House para a interpretação e continuação da visão histórica do abrigo de assistência social”².

A Exposição do Jane Addams Hull-House Museum: *Unfinished Business - Juvenile Justice* (Negócios Inacabados - Justiça Juvenil)

Em 1899, os reformadores do Hull-House ajudaram a estabelecer o Tribunal Juvenil do Condado de Cook, o primeiro tribunal juvenil dos Estados Unidos. No mesmo ano, a promulgação do Ato do Tribunal Juvenil de Illinois permitiu que o Estado interviesse nos casos de negligência infantil, falta de moradia e delinquência. Na medida em que os reformadores realizavam progressos em relação à proteção das crianças, novos profissionais, como assistentes sociais e agentes de liberdade condicional, surgiram juntamente com os programas de assistência social. Assim como o Hull-House, o Tribunal Juvenil do Condado de Cook também se tornou um modelo nacional.

Atualmente, a taxa de encarceramento dos Estados Unidos é maior do que em qualquer outro país do mundo. Os Estados Unidos também possuem um complexo industrial penitenciário (Prison Industrial Complex - PIC) multibilionário, definido por uma organização como “os interesses sobrepostos do governo e da indústria que usam a vigilância, o policiamento e a prisão como soluções para os problemas econômicos, sociais e políticos”³. Em 2013, *The New York Times* publicou vários relatórios sobre o PIC, concluindo o que o economista Paul Krugman definiu, subsequentemente, em uma coluna do *New York Times* como “um sistema mal administrado, com escassez de pessoal e uma força de trabalho desmoralizada no qual os indivíduos mais perigosos, muitas vezes, escapam para causar mais estragos, enquanto os infratores menos perigosos enfrentam o terror e o abuso nas mãos de outros presos”⁴.

Neste contexto, e em resposta aos visitantes do museu interessados em aprender mais sobre um

1 Jane Addams Hull-House Museum, “Unfinished Business-Juvenile Justice Exhibit”. International Coalition of Sites of Conscience Project Support Fund Grant, United States, 2012.

2 “Welcome to Jane Addams Hull-House Museum”, website, Jane Addams Hull-House Museum, acessado em 16 de setembro de 2014, http://www.uic.edu/jaddams/hull/_museum/visitors.html.

3 “What is the PIC? What is Abolition?” Website, Critical Resistance, acessado em 10 de setembro de 2014, <http://critical-resistance.org/about/not-so-common-language/>.

4 Paul Krugman, “Prisons, Privatization, Patronage”, *The New York Times*, 21 de junho de 2012, acessado em 10 de setembro de 2014, <http://www.nytimes.com/2012/06/22/opinion/krugman-prisons-privatization-patronage.html>



VISITANTES DA EXPOSIÇÃO "UNFINISHED BUSINESS" DO JANE ADDAMS HULL-HOUSE MUSEUM. FOTO: JANE ADDAMS HULL-HOUSE MUSEUM, UNIVERSIDADE DE ILLINOIS, CHICAGO.

sistema de justiça criminal que parece falhar para as pessoas de cor, os pobres e os jovens, o Museu Hull-House criou a exposição *Unfinished Business - Juvenile Justice* (Negócios Inacabados - Justiça Juvenil). A exposição foi apresentada de setembro de 2010 a agosto de 2011. A exposição interpretou a longa história do envolvimento do Hull-House com a justiça juvenil através do Tribunal Juvenil do Condado de Cook e do Ato do Tribunal Juvenil de Illinois. Os funcionários do Museu colaboraram com os grupos da comunidade para contar essa história dentro de um contexto contemporâneo. A exposição também desafiou os visitantes do museu a se manifestarem sobre os debates atuais relacionados à justiça juvenil e à reforma penitenciária. Nas estações de ação de toda a exposição, os visitantes se engajavam nestas questões através de ferramentas tangíveis e únicas que invocavam a empatia e a capacitação.

Em uma das estações de ação, os visitantes do museu ouviam os testemunhos dos jovens infratores e os comentários dos oficiais de liberdade condicional. Em seguida, eles eram solicitados a escrever em um quadro-negro sobre uma infração cometida quando eram jovens, abordando esta tarefa com "generosidade crítica"⁵. Por fim, eles eram convidados a apagar o que haviam escrito e começar, a partir daquele momento, com uma ficha limpa. Eles também eram informados de que muitos jovens, nos dias de hoje, são incapazes de limpar os registros criminais por falta de recursos jurídicos e financeiros. A sensação provocada pela possibilidade de começar do zero com uma ficha limpa

5 O Museu Hull-House usa o termo "generosidade crítica" para definir a abordagem que incentiva os visitantes a expressar opiniões e pontos de vistas diversos de uma forma construtiva. Da mesma forma, o termo "criticismo sensível" tem sido usado por outros grupos, como o National Council on Public History (Conselho Nacional de História Pública), para descrever o tipo de resposta bem informada e respeitosa que estes grupos incentivam.



UMA ESTAÇÃO DE AÇÃO ONDE OS VISITANTES SÃO CONVIDADOS A MANDAR CARTÕES POSTAIS COM POEMAS PARA OS JOVENS ENCARCERADOS.

FOTO: JANE ADDAMS HULL-HOUSE MUSEUM, UNIVERSIDADE DE ILLINOIS, CHICAGO.

incentivou os visitantes do museu a defender a mesma possibilidade para os jovens encarcerados.

Em outra estação de ação, os visitantes do museu podiam se comunicar com os prisioneiros em confinamento solitário na prisão Supermax Tamms.⁶ Os visitantes recebiam canetas, papel e uma vasta gama de significados poéticos para escrever poesias e cartas de encorajamento para os jovens presos. Os funcionários do museu informaram que as cartas personalizadas ajudaram os adolescentes a tomar conhecimento de que a sua defesa estava em progresso e as pessoas do lado de fora se preocupavam com as suas condições.

A exposição *Unfinished Business - Juvenile Justice* informou os visitantes sobre a história da justiça juvenil. Através das estações de ação, a exposição também apresentou as histórias personalizadas dos jovens infratores e permitiu que as pessoas agissem no presente, independentemente do tempo, muito ou pouco, que tinham para oferecer. Estas oportunidades interativas e sob medida, que só foram possíveis através da colaboração da comunidade, criaram uma sensação de que a exposição - apropriadamente nomeada - ajudou a fechar os negócios inacabados da justiça juvenil.

As Estações de Ação Como Ferramenta Metodológica

Uma estação de ação é uma ferramenta metodológica utilizada para aumentar a eficácia dos Sítios de Consciência, aumentando o potencial para a participação dos visitantes. A ferramenta promove exatamente o que professa: ação.

⁶ A prisão Tamms Supermax foi fechada em 2013 como resultado da defesa dos ativistas contra as violações dos direitos humanos cometidas na prisão.

Uma estação de ação proporciona aos visitantes dos Sítios de Consciência a oportunidade de participação em uma questão contemporânea de uma maneira específica. Além disso, é um veículo para que os cidadãos armados com o contexto histórico se manifestem em relação aos problemas locais, regionais e nacionais. Por outro lado, as estações de ação, independente da sua definição, são ferramentas que capacitam os cidadãos com o conhecimento e os recursos para a participação cívica. Ao oferecer aos visitantes os meios para a ação, ela capacita os visitantes a não se sentirem impotentes diante de questões complexas e histórias complicadas.

Uma estação de ação pode assumir muitas formas, como uma simples, mas poderosa, campanha para a escrita de cartas, ou a coordenação mais complexa de protestos e manifestações pacíficas. O seu papel é dar voz aos cidadãos para causas variadas. No Museu Hull-House, por exemplo, as estações de ação transformaram os observadores passivos de um sistema de justiça penal injusto em participantes ativos contra esse sistema. Estas estações de ação possuem o benefício adicional de reunir um conjunto diversificado de pessoas interessadas, como: funcionários dos museus, organizações locais, especialistas e o público geral.

As estações de ação geralmente oferecem oportunidades para ações no sítio. No entanto, elas também podem inspirar os visitantes em ações futuras, muito tempo depois de terem deixado o museu. As atividades de acompanhamento para engajar os visitantes podem variar entre o recebimento de informações sobre a realização de entrevistas com a família, a criação de programas curriculares nas escolas, ou a realização de projetos comunitários fora do sítio. Na medida em que os museus ou sítios históricos fornecerem recursos específicos, o visitante com um pouco de criatividade e imaginação pode decidir até que ponto deve desenvolvê-los. Portanto, uma estação de ação pode ser o primeiro passo de uma longa marcha de ativismo.

As Porcas e Parafusos das Estações de Ação

As porcas e parafusos, ou componentes, de uma estação de ação variam de acordo com inúmeros fatores, como: as necessidades e habilidades de um museu ou sítio histórico, a questão contemporânea em destaque e a demografia dos visitantes. As categorias universais - quem, o que, quando, onde e por que - fazem com que as estações de ação sejam facilmente adaptáveis a qualquer Sítio de Consciência. O uso destas categorias oferece aos museus e aos sítios históricos um plano de estação de ação que identifica os atores locais (quem), os recursos (o que), os momentos oportunos (quando), a localização mais apropriada (onde) e as questões em destaque (por que).

Em primeiro lugar, o Sítio deve identificar o problema em questão. O Museu Hull-House, por exemplo, abordou a questão da justiça juvenil e da reforma penitenciária baseando-se na história específica do sítio e nas respostas dos visitantes. Os Sítios de Consciência devem decidir a questão ou as questões que irão chamar a atenção dos seus visitantes e refletir a sua missão. Em seguida, a equipe do sítio deve decidir se as estações de ação são os métodos mais adequados para abordar esta questão.

Além disso, o cerne de uma estação de ação gira em torno da disponibilização de um conjunto fácil e relevante de ferramentas para o visitante. Isso, por sua vez, requer planejamento e coordenação. Os princípios, a seguir, servem como um guia para o desenvolvimento de uma estação de ação.

Quem: quem são os interessados em uma estação de ação? Quem e quantas pessoas irão usá-la?

- “ **A audiência Externa e o Público Geral:** talvez, o componente mais importante da estação de ação seja o seu público-alvo, ou seja, os visitantes do museu que irão usá-la. A identificação e o desenvolvimento do perfil das pessoas do público que irão participar da estação são fundamentais. Por exemplo, os alunos serão os principais utilizadores de determinadas estações de ação? Ou será uma geração mais velha que possui laços estreitos com a história do sítio? Esta identificação irá determinar muitos aspectos da estação de ação, como: o conteúdo, a localização dentro da exposição do museu, ou do sítio, e, o mais importante, as ferramentas oferecidas na estação de ação. Por exemplo, os cartões postais digitais podem ser uma boa opção para os adolescentes. No entanto, os cartões postais físicos são, provavelmente, uma opção melhor para um público mais velho.
 - “ **Os Colaboradores da Comunidade:** os Sítios de Consciência devem considerar a colaboração de especialistas ou profissionais que trabalham com a questão contemporânea em destaque. Estas colaborações podem ser realizadas pelos membros da comunidade, ajudando na curadoria da estação de ação, ou atuando como “usuários avaliadores” para determinar se as ferramentas, os conteúdos e o local da estação de ação são apropriados para o visitante. Além de ajudar o pessoal do museu com o desenvolvimento das ferramentas mais eficazes para resolver a questão, os colaboradores também têm o potencial para alcançar o público em geral, como aquele que possui interesse pela questão contemporânea, mas não tem muito conhecimento sobre a sua história.
 - “ **O Pessoal do Museu:** estas pessoas são responsáveis pela coordenação geral da estação de ação. Eles colaboram estreitamente com as organizações comunitárias e com os profissionais. Juntos, eles oferecem o conteúdo, os recursos, o conhecimento e as ferramentas disponíveis para cada estação de ação, baseando-se em uma avaliação crítica da exposição, do projeto, dos objetivos, do público-alvo e da própria ação do sítio. Embora possa parecer óbvio, é importante identificar os membros da equipe e seus papéis desde o início, determinando quem irá assumir as tarefas específicas, como por exemplo a coordenação dos colaboradores da comunidade.
- ç **No Museu Hull-House:** a exposição *Unfinished Business - Juvenile Justice* do Museu Hull-House envolveu muitos colaboradores. Entre eles, podemos destacar os especialistas do Museu Wing Luke, de Seattle, os jovens atualmente encarcerados e as organizações de Chicago, como o Projeto NIA⁷, a Free Write Jail Arts⁸ (Escrita Livre de Artes na Prisão) e a Chicago Freedom

7 Lançado em 2009, o Projeto NIA é um centro de defesa, organização, educação popular, pesquisa e capacitação de Chicago cujo objetivo, a longo prazo, é acabar com o encarceramento dos jovens. O seu website, acessado em 10 de setembro de 2014, é <http://www.project-nia.org/>.

8 Os Programas Free Write Jail Arts (Escrita Livre de Artes na Prisão) e Literacy (Alfabetização) realizam, diariamente, oficinas de escrita criativa formal e poesia no Cook County Juvenile Temporary Detention Center (Centro de Detenção Juvenil Temporária do Condado de Cook) de Chicago. A sua página no Facebook, acessada em 10 de setembro de 2014, é <http://www.facebook.com/freewritejailarts/info>.

School⁹ (Escola da Liberdade de Chicago). A Free Write Jail Arts, por exemplo, disponibilizou os testemunhos de áudio dos jovens encarcerados; o Projeto NIA educou o museu sobre as leis de reabilitação criminal de Illinois e ajudou a desenvolver a atividade do quadro-negro e da “ficha limpa”; e o Tamms Year Ten¹⁰ criou a estação de escrita de postais e poemas. Esta colaboração foi uma escolha deliberada do museu, que idealizou a estação de ação como um “valor para toda a comunidade - ativistas, acadêmicos, estudantes, promotores culturais, artistas, famílias e o observador casual”¹¹. Outros Sítios de Consciência devem considerar o papel da estação de ação dentro e fora do sítio, ou das exposições, na medida em que uma estação de ação pode ter várias audiências com várias funções e objetivos.

O que: quais são as ferramentas da estação de ação? Quais são os conteúdos e os recursos? Qual é a ação?

- “ **As Ferramentas Intelectuais:** qualquer ação deve ser baseada no aprendizado desenvolvido no sítio. Portanto, uma estação de ação deve estar equipada com informações relevantes sobre questões contemporâneas e sobre a sua história. As visitas guiadas, ou não guiadas, ao sítio e as exposições e os diálogos facilitados são estratégias comuns para conquistar este objetivo. O uso de artefatos, histórias na primeira pessoa, fotografias e componentes audiovisuais pode ajudar a transmitir uma história particular, fornecendo aos visitantes as ferramentas intelectuais que irão embasar as suas ações.
- “ **As Ferramentas Práticas:** as ferramentas para a ação variam de acordo com a ação desejada. Elas representam o aspecto físico da experiência interativa. Ou seja, se a estação de ação tiver o objetivo de inspirar a escrita de cartas para os legisladores, canetas, papel e informação legislativa devem ser disponibilizados. Independentemente da ação desejada, as ferramentas para ajudar o visitante a tomar medidas devem estar prontamente disponíveis, juntamente com instruções claras para que o visitante não tenha dúvida sobre o que fazer. Por exemplo, um convite para a participação ou coordenação de um protesto popular, ou para a participação em uma organização comunitária exige que cartazes, panfletos e outros dispositivos de mobilização estejam disponíveis, juntamente com os detalhes sobre como o visitante pode participar da organização.
- ç **No Museu Hull-House:** os visitantes contam com uma narrativa histórica da justiça juvenil e, em seguida, recebem uma variedade de ferramentas para se engajarem. As ferramentas com-

9 A Chicago Freedom School (Escola da Liberdade de Chicago), fundada com base nas escolas da liberdade originais do Mississippi, oferece oportunidades de treinamento e educação para os jovens e adultos aliados através do estudo da história dos movimentos sociais e dos seus líderes. O seu website, acessado em 10 de setembro de 2014, é <http://chicagofreedomschool.org/>.

10 O Tamms Year Ten é uma coalizão de ativistas de arte, fundada em 2008 para protestar contra as políticas equivocadas e desumanas da prisão Tamms Supermax e para acabar com a prática do isolamento de longo prazo em Illinois. Sua página do Facebook, acessada em 17 de março de 2015, é <https://www.facebook.com/tammsyearten/>

11 Jane Addams Hull-House Museum, “Unfinished Business”.

preendem o envio de cartões postais aos jovens encarcerados e a reflexão sobre uma reforma penitenciária. Os visitantes do museu participam de diálogos facilitados que os ajudam na formação de opiniões sobre a questão da justiça juvenil com o objetivo de incentivar a tomada de medidas no sítio e, possivelmente, a continuação da ação fora do sítio.

Quando: qual é o melhor momento para usar uma estação de ação? Por que o momento certo é importante?

- “ **O Momento Certo:** o momento certo para usar uma estação de ação depende das contingências específicas do sítio. Uma estação de ação é normalmente usada quando os convidados visitam o sítio. As visitas podem ser gerais ou parte de programas e atividades específicas, como as visitas escolares. Embora as estações de ação compartilhem informações sobre as oportunidades para ações futuras e fora do sítio, como a assinatura de uma petição on-line, é fundamental que a introdução de tais ferramentas e recursos para os visitantes seja realizada durante a visita ao sítio porque a experiência dos visitantes está fresca e presente na sua memória.
- “ **As Questões Contemporâneas:** as estações de ação podem ser extremamente eficazes quando as ações são relacionadas à conscientização pública sobre o assunto em questão. Quando uma questão está presente nos debates públicos, as estações de ação fornecem uma via direta para os membros da comunidade se manifestarem sobre essa questão. Muitas vezes, é difícil avaliar quando um problema irá chamar a atenção do público. No entanto, ao planejar as estações de ação de acordo com comemorações particulares ou eventos previstos (como as eleições) é possível ajudar a definir agendas, convencer a opinião pública e inspirar a mudança.
- ç **No Hull-House:** as estações de ação do Museu Hull-House foram inauguradas durante a exposição *Unfinished Business - Juvenile Justice* (Negócios Inacabados - Justiça Juvenil). A exposição recebeu milhares de visitantes; todos eles tiveram a oportunidade de participar do passado e do presente e de tomar medidas. Antes da interação do público com as estações de ação, o museu realizou várias oficinas e reuniões com os parceiros da comunidade e profissionais “para desenvolver plenamente o contexto, os modos de ação, as questões urgentes, uma variedade de pontos de vista diferentes e outros aspectos do projeto”¹².

Onde: onde as estações de ação estão localizadas? Elas devem estar localizadas no centro ou na frente? Por que o poder da localização é importante?

- “ **Na Exposição, Após a Interação:** as estações de ação são concebidas para a participação pública e devem ser empregadas após os visitantes estarem armados com as ferramentas intelectuais necessárias para a tomada de decisões informadas. Assim, é ideal que os visitantes utilizem as estações de ação depois de passar por experiências - como as interações significativas com os dispositivos interpretativos, ou os diálogos construtivos com outros visitantes e funcionários

12 Jane Addams Hull-House Museum, “Unfinished Business”.



OS DESENHOS FEITOS PELO ARTISTA JOSH PETERS ILUSTRARAM A FUNDAÇÃO DO PRIMEIRO TRIBUNAL JUVENIL DA NAÇÃO. À DIREITA ESTÁ O POSTER ATIVISTA CRIADO PELA RESISTÊNCIA CRÍTICA, UMA ORGANIZAÇÃO NACIONAL DEDICADA À LUTA CONTRA A EXPANSÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL PENITENCIÁRIO. FOTO: JANE ADDAMS HULL-HOUSE MUSEUM, UNIVERSIDADE DE ILLINOIS, CHICAGO.

do museu - que lhes darão informações sobre o contexto histórico e contemporâneo da questão, além da oportunidade de reflexão, a partir de opiniões, e de confronto de pontos de vista diferentes.

- “ **Localização:** uma estação de ação deve ser disposta em uma área de destaque, ou de alto tráfego da exposição ou sítio, aumentando as oportunidades para a participação do público. Uma estação de ação também pode ser localizada perto de artefatos poderosos ou em movimento. A visibilidade e a acessibilidade explícita são fundamentais para a localização da estação de ação. Além disso, é importante lembrar que as estações de ação devem estar embasadas ou cercadas pela narrativa histórica.
- ç **No Museu Hull-House:** as estações de ação foram componentes centrais da exposição *Unfinished Business - Juvenile Justice*. O museu disponibilizou quatro estações em locais diferentes. Assim, os visitantes puderam escolher entre uma variedade de opções de ação. O Museu Hull-House também usou o “poder do lugar” - a própria história do sítio repleta de exemplos de pessoas em ação - para encorajar os visitantes a tornar esta história viva nos dias atuais.

Por que: por que usar uma estação de ação?

- “ Por que não? O propósito de uma estação de ação é evidente: inspirar e envolver os visitantes

e promover a participação do público. Ao combinar as ferramentas intelectuais e práticas nas estações estrategicamente posicionadas, as estações de ação oferecem aos visitantes formas concretas de participação ativa na definição dos legados atuais dos problemas históricos. Em essência, as estações de ação oferecem uma forma de participação na construção da democracia para todos aqueles que visitam o sítio.

ç **No Museu Hull-House:** as estações de ação oferecem os meios para que os trinta mil visitantes anuais - como estudantes, jovens e imigrantes - tomem medidas sobre a justiça juvenil, um dos principais problemas dos dias atuais. O envolvimento de uma ampla variedade de vozes nesta questão é uma vitória para todos.

O Esquema “Como” de uma Estação de Ação

Este esquema é uma formulação básica que apresenta três etapas com perguntas que devem ser refletidas durante o desenvolvimento de uma estação de ação. O esquema não é definitivo e apresenta flexibilidade em todas as etapas. Ele serve principalmente como um esboço ou lista de verificação para ajudar a desenvolver programas, utilizando as estações de ação como uma estratégia para o envolvimento da comunidade.

Primeiro Passo: Identificação do Problema, Determinação das Ações e Definição da Logística

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none">1. Qual é a questão contemporânea?2. Por que usar uma estação de ação?3. Qual será a ação?4. Quais são os resultados desejados da ação?5. Como a estação de ação se relaciona com a missão e a história do sítio?6. Quem é o público-alvo? Quem tomará medidas? Quem será envolvido?7. Quais são os recursos materiais, humanos e econômicos disponíveis?	<ol style="list-style-type: none">1. Identificar o problema e o porquê da sua relevância.2. Identificar como o método da estação de ação será usado dentro do contexto amplo do programa ou projeto.3. Identificar os atores que serão envolvidos, como o público-alvo, a equipe do sítio e os colaboradores.4. Listar as principais organizações comunitárias, os profissionais e os interessados.5. Identificar os recursos do programa e as suas limitações.6. Desenvolver um roteiro ou um plano para a implementação das estações de ação.

Segundo Passo: Colaboração e Preparação da Estação

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais são as fases do plano e as necessidades de cada fase? 2. Como a estação de ação conecta o passado ao presente? 3. Quais são os tipos de ações que serão implementadas? 4. Quais são os recursos necessários para concluir as ações? 5. As estações de ação serão envolvidas com outras atividades, exposições e oficinas? 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir os parâmetros físicos da estação de ação. 2. Mapear e implementar as colaborações com os atores internos e externos para o treinamento, os debates e a preparação. Colaborar com os Sítios de Consciência que empregam as mesmas estratégias. 3. Descrever como os visitantes irão interagir com a estação de ação. Como eles serão preparados? 4. Esclarecer o uso das ferramentas para intensificar o foco na estação de ação. 5. Fazer as ordens de pedidos e organizar os materiais e os recursos que serão usados. 6. Preparar as ações correspondentes e todos os acompanhamentos necessários.

Terceiro Passo: Implementação e Execução

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 1. Quando a estação de ação será usada? 2. Onde a estação de ação estará localizada? 3. As ações serão realizadas no sítio ou fora do sítio? 4. Como os visitantes irão interagir com a estação de ação? 5. Como a estação de ação será avaliada? A estação está alcançando os resultados esperados? 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Descrever as ações. Praticar as ações com um grupo de avaliadores. 2. Implementar as estações de ação de acordo com o planejamento. 3. Providenciar instruções e interpretação. 4. Observar as interações do visitante e realizar todas as mudanças necessárias. 5. Oferecer aos visitantes a oportunidade de resposta. 6. Aperfeiçoar as ferramentas quando necessário..

Conclusão

Uma estação de ação é uma estratégia ou método criativo que ajuda os visitantes a se moverem para a ação. O objetivo geral, ou seja, envolver o público em um assunto contemporâneo, é complementado pela colaboração da comunidade - indispensável para planejar, desenvolver e implementar a estação de ação. Através desta oportunidade compartilhada, as questões podem ser exploradas a partir de diversas perspectivas. No entanto, desafiar os visitantes com questões críticas e perguntas não é suficiente. As oportunidades oferecidas ao público para que este tome medidas sobre estas questões são o que diferencia o Museu Hull-House e outros Sítios de Consciência.

O Jane Addams Hull-House Museum reconhece que o sistema penitenciário dos EUA ainda possui grandes desafios, especialmente o Tribunal Juvenil de Chicago que apresenta muitos problemas. A solução para as condições precárias de encarceramento e para a dificuldade de limpar os registros criminais dos jovens exige o conhecimento histórico e os meios contemporâneos para confrontar tais questões. Além disso, requer empatia e compreensão. Através das estações de ação, o museu oferece oportunidades para ambos, incitando as pessoas ao engajamento, ação e manifestação das suas vozes. Estas ferramentas são poderosas e oferecem autonomia para as pessoas, permitindo que todos nós ajamos como atores históricos.

As estações de ação, que valorizam a ação de forma explícita, podem não ser uma opção para todos os Sítios de Consciência. Este fato está baseado em uma variedade de razões políticas e institucionais. No entanto, o método da estação de ação não deve ser descartado nestes casos. Como alternativa, a sua aplicação deve ser cuidadosamente considerada e o seu uso deve ser adaptado de acordo com o contexto em questão. Por exemplo, uma única estação de ação, ou várias estações de ação, dentro de uma exposição pode oferecer diversas oportunidades aos visitantes para que estes tomem medidas nas quais se sintam confortáveis e alinhados. Assim, os Sítios de Consciência, de forma geral, podem usar os princípios das estações de ação para fazer com que as pessoas se envolvam de várias formas, inspirando a ação dos visitantes durante e após a sua passagem pelo sítio.

2.3

HISTORY-BASED OUTREACH: ACTIVITIES TO EASE RELIGIOUS AND POLITICAL DISCORD AT BANGLADESH'S JAMALPUR GANDHI ASHRAM

Bix Gabriel and Zachary McKiernan

“A diferença fundamental é que nós queremos um Bangladesh para todos os cidadãos de Bangladesh; eles, no entanto, querem um Bangladesh muçulmano”, afirma Asaduzzaman Noor, um membro do parlamento que foi atacado pelos aliados do maior partido islâmico de Bangladesh, em 2013. O ataque contra Noor figurou entre centenas de embates políticos em Bangladesh naquele ano. Os ataques provocaram a morte de quase 500 pessoas, o maior número de mortos fora de uma zona de conflito de acordo com o grupo de direitos humanos Odhikar, de Daca¹. Embora a instabilidade econômica e política sejam as principais razões para a violência, o conflito religioso entre as forças islâmicas e as forças seculares, que Noor identifica, também pode ser visto como um fator. A violência ocorrida em 2013 é um indicador destas tensões que se movem contra uma tradição de tolerância religiosa e de harmonia étnica. Os cidadãos de Jamalpur, em Bangladesh - uma região que abrigava pessoas de diversas crenças religiosas - testemunham a transformação de sua região em um reduto de organizações e atividades fundamentalistas. Ao considerar a situação na região de Jamalpur e a experiência de conflitos sociais semelhantes em outras partes do mun-

1 Nilanjana Bhowmick, “Four Things You Need to Know About the Chaos In Bangladesh”, Time, (6 de novembro de 2013) acessado em 15 de setembro de 2014, <http://world.time.com/2013/11/06/four-things-you-need-to-know-about-the-chaos-in-bangladesh/>.

do, os Sítios de Consciência, como o Jamalpur Gandhi Ashram, se engajaram na busca de formas de promoção dos direitos humanos e dos valores democráticos. Quais são as ferramentas que eles podem usar e as medidas que podem tomar para atingir grandes círculos eleitorais que enfrentam problemas distintos e similares?

O Jamalpur Gandhi Ashram identifica o uso da história e, especificamente, a divulgação baseada na história como um método para promover o diálogo, a paz e a harmonia religiosa na região de Jamalpur, um distrito localizado a cerca de 90 milhas de distância de Daca, capital de Bangladesh. O Jamalpur Gandhi Ashram foi fundado em 1934 como um centro comunitário baseado nos princípios de Gandhi de não violência, resistência passiva e não cooperação, defendendo e praticando estes ideais contra o jugo do Império Britânico. Hoje, os membros do Ashram lembram que “alguns partidários do movimento Swadeshi² ... fizeram do centro um lugar para a luta anticolonial e para o desenvolvimento de várias obras sociais com o propósito de autodesenvolvimento e autossuficiência”³. Através desta experiência, o Ashram floresceu como um centro cultural, refletindo o longo legado de outros ashrams hindus focados na instrução religiosa e musical, na reflexão pessoal e introspectiva e no exercício físico e mental. Por volta de 1940, o movimento de independência indiana conseguiu expulsar os britânicos do subcontinente indiano. No entanto, a região de Bengala, na Índia, reconhecida por sua forte identidade cultural e linguística, foi dividida e Jamalpur foi submetido às novas delimitações geopolíticas que definiram o novo Estado nacional do Paquistão.

Os paquistaneses nacionalistas - geograficamente, etnicamente e politicamente isolados do Paquistão Ocidental dominante - desencadearam ações violentas contra o Ashram Hindu, no Paquistão Oriental, provocando a Guerra de Libertação de Bangladesh, em 1971. As “escolas, os centros de treinamento, os centros de saúde e outros edifícios do Ashram... foram destruídos”⁴, restando apenas o escritório administrativo. No entanto, o Ashram continuou com o seu funcionamento em condições precárias e se manteve firme no autodesenvolvimento.

Hoje, o Jamalpur Gandhi Ashram vivencia um renascimento com o aumento da presença do público e do apoio internacional. O centro usa as suas raízes históricas e mensagens de não violência e harmonia religiosa para enfrentar o desafio atual do fundamentalismo religioso contra as comunidades de minorias religiosas e étnicas. Ao empregar uma estratégia de divulgação baseada na história com o objetivo de estabelecer relações com pessoas de diferentes origens e histórias

2 O movimento Swadeshi, ou seja, o movimento para a autossuficiência fez parte da luta pela independência indiana contra os britânicos. O movimento se baseou em uma estratégia econômica que incluía o boicote de produtos britânicos, protestos em lojas que vendiam estes produtos e a promoção do uso exclusivo de produtos fabricados na Índia. A estratégia era um princípio fundamental do conceito de autogoverno de Gandhi, conhecido como “swaraj”, que ajudou a Índia a conquistar a sua independência. Para saber mais sobre o desenvolvimento do Swadeshi na Bengala Ocidental e no Paquistão Oriental (atualmente Bangladesh), veja Sumit Sarkar, *The Swadeshi Movement In Bengal (O Movimento Swadeshi em Bengala)*, 1903-1908.

3 Jamalpur Gandhi Ashram, “Dialogues on Inter-Religious Harmony and Tolerance.” International Coalition of Sites of Conscience Project Support Fund Grant, Bangladesh, 2012.

4 “Jamalpur Ghandi Ashram (Bangladesh)”, International Coalition of Sites of Conscience, acessado em 18 de setembro de 2014, <http://www.sitesofconscience.org/members/jamalpur-gandhi-ashram/>.

compartilhadas, o centro cumpre a responsabilidade cívica e social de um ashram e de um Sítio de Consciência. Ao atuar como sítio histórico e como testemunha e agente ativo dos processos e eventos que definiram a região de Jamalpur desde 1930, o Ashram ocupa uma posição estratégica para fortalecer as relações existentes e estabelecer novas relações. Além disso, o Ashram é um sítio com responsabilidade social, sensível às necessidades das comunidades ao seu redor. Desta forma, o centro desenvolve meios para reunir as diversas partes interessadas com o objetivo de discutir as questões, como religião, que ameaçam dividir a comunidade.

Hoje, o trabalho comunitário do Jamalpur Gandhi Ashram pode ser descrito como a divulgação baseada na história. A divulgação baseada na história é um método utilizado para promover a paz, a harmonia e a tolerância através do estabelecimento de relações com diversas comunidades. Assim, ao identificar as necessidades das comunidades por meio dessas relações e trabalhar para atender as suas necessidades, este método promove, simultaneamente, o diálogo e o oferecimento de programas educacionais e culturais. O Ashram desenvolve atividades no sítio e fora do sítio com base nos princípios de Gandhi e na história única do Ashram. Os princípios de divulgação baseada na história foram moldados pelo projeto bem-sucedido do Ashram, “Diálogos sobre a Harmonia e a Tolerância Inter-Religiosa”. Estes princípios, por sua vez possuem um método que pode ser aplicado nos Sítios de Consciência do mundo inteiro.

Os “Diálogos sobre a Harmonia e a Tolerância Inter-Religiosa” do Jamalpur Gandhi Ashram.

O Jamalpur Gandhi Ashram criou o projeto “Diálogos sobre a Harmonia e a Tolerância Inter-Religiosa” devido a “ascensão do extremismo religioso e militante fundamentalista [que] ... representa uma séria ameaça à longa herança e às tradições de harmonia religiosa e étnica, de mil anos, da nossa sociedade pluralista”⁵. Desta forma, o Ashram se configura como um agente ativo de uma questão contemporânea, baseando-se em sua própria história original para promover ideais humanitários e democráticos, bem como a paz, a harmonia, a transparência e a conscientização. Os ativistas do Ashram criaram um museu para comemorar o movimento de independência de Bangladesh e uma biblioteca para a comunidade. Eles também criaram programas de saúde, educação e formação profissional. O Ashram usou o seu papel histórico durante o domínio colonial e depois da independência de Bangladesh como a peça central dos “Diálogos sobre a Harmonia e a Tolerância Inter-Religiosa”. O programa de divulgação empregou uma ampla gama de atividades para ativar a consciência e a força histórica, como: oficinas com líderes cívicos e de opinião, seminários em escolas e apresentações culturais em várias comunidades. De acordo com o Diretor do Ashram, Utpal Kanti Dhar, “nós estávamos otimistas com a possibilidade de envolver um grande número de pessoas - como líderes religiosos e comunitários, representantes da comunidade, líderes de opinião, agentes catalisadores da nossa sociedade e, especialmente, estudantes e gerações mais jovens - nos diálogos simulados in-

5 Utpal Kanti Dhar, Diretor e CEO do Jamalpur Gandhi Ashram, “Closing Report of the Project ‘Dialogues on Inter-Religious Harmony & Tolerance’”, relatório submetido/manuscrito não publicado, 2010.

terativos sobre a harmonia e a tolerância inter-religiosa porque isto ajudaria bastante o nosso projeto”⁶.

Para alcançar o seu objetivo, o Ashram se comprometeu com o método sustentável da divulgação baseada na história, empregando este método durante um ano inteiro. Durante o compromisso com a divulgação sustentável, o Ashram contou com a presença, nos seus diálogos, de líderes religiosos, professores, estudantes, ativistas culturais, ativistas dos direitos humanos, jornalistas, advogados, entre outros. Os líderes do Ashram reuniram mais de 150 mil pessoas através de três programas de atividade: as sessões de diálogo lideradas pelos líderes políticos e religiosos; as apresentações culturais na comunidade; e os debates, concursos de redação, testes, exposições de filmes, exposições de cartazes e exposições fotográficas nas instituições de ensino. Além disso, cerca de 40 mil estudantes visitaram o Ashram para aprender sobre a sua história e discutir sobre as suas implicações contemporâneas. O Ashram relatou que estes grupos tomaram consciência de que o Bangladesh possui uma sociedade pluralista que apresenta grande diversidade religiosa através da promoção, realizada pelo Ashram, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da constituição de Bangladesh, vislumbrando a “igualdade de garantias e de privilégio em todas as esferas da vida para todas as comunidades religiosas e grupos étnicos [do] país”⁷.

A Divulgação Baseada na História Como Ferramenta Metodológica

A melhor forma de refletir sobre a divulgação baseada na história é compreender o método como uma abordagem para envolver o público novo ou experiente através da história, das atividades e projetos históricos e da colaboração histórica. Nos Sítios de Consciência, a divulgação baseada na história utiliza, especificamente, a trajetória da história como o ponto de engajamento com o público para esclarecer as questões contemporâneas. O objetivo específico do programa de extensão do Jamalpur Gandhi Ashram é amenizar as tensões sociais e religiosas através do diálogo, dos eventos culturais e dos debates. Os membros do Ashram utilizam a divulgação para confrontar o fundamentalismo religioso, destacando a tradição de promoção da paz e harmonia do sítio histórico e da região.

Embora, um programa de divulgação não apresente fórmulas universais, há dois componentes fundamentais para o alcance dos seus objetivos. Em primeiro lugar, os programas dos sítios históricos e dos museus devem estabelecer conexões com a comunidade. Desta forma, eles não apenas reconhecem, conscientemente, os seus papéis como repositórios da história em uma sociedade, mas também como atores principais dos diálogos cruciais nos quais o conhecimento histórico confere uma perspectiva única sobre as questões contemporâneas prementes. A divulgação baseada na história estabelece as conexões e as relações em torno das histórias compartilhadas. A primeira conexão pode ser caracterizada como a relação entre o sítio histórico e uma comunidade maior. O fluxo de comunicação é movido em duas direções. Na medida em que o sítio histórico dissemina os recursos, como o material educativo e o conhecimento histórico, ele também promove a participação pública e o diálogo

6 Closing Report of the Project, 2010.

7 Closing Report of the Project, 2010.

cívico no qual os membros da comunidade podem compartilhar as suas experiências com o sítio histórico sobre as questões sociais e as realidades cotidianas prementes. A segunda conexão emerge neste processo através da conexão entre a comunidade e a história. Os locais históricos engajam as comunidades através da história, se conectando com as comunidades e articulando as suas próprias histórias. Neste sentido, a divulgação baseada na história promove o desenvolvimento da história com base na comunidade, além de uma consciência histórica mais profunda.

Ao se concentrar na história, o método promove o compartilhamento. Desta forma, o Jamalpur Gandhi Ashram estabelece espaços para o diálogo compartilhado democrático no sítio e também nas escolas, nos centros religiosos e nos encontros culturais. O Ashram usa estes espaços para reunir as pessoas em torno de atividades e memórias significativas. Estas atividades promovem o aprendizado prático, bem como a força histórica e a “historicidade”, a partir da compreensão de que o passado é muito importante para a vida cotidiana das pessoas. Ou seja,

“...não apenas o passado pelo passado, a memória pela memória, mas o significado real da historicidade que consiste precisamente no drama da necessidade de ação, de avaliação do futuro e de inserção e integração do passado... [Desta forma] o sujeito histórico... assume a historicidade, toma decisões e dá forma ao seu presente e futuro; [ele / ela] deve construir a sociedade com base na [sua] memória histórica.”⁸

Cada contato com o público pode ser uma oportunidade para a divulgação. O que torna a divulgação baseada na história distinta é a sua capacidade de atrair as pessoas para se unirem com a história. As ações, as decisões e as construções da realidade dos cidadãos são moldadas de acordo com o entendimento do passado, seja em um sentido individual ou coletivo. As atividades - como as sessões de diálogo, a exploração dos artefatos, a contação de história e o compartilhando - promovem a conexão das pessoas com a história ao incentivar a investigação compartilhada para melhorar a compreensão histórica e desenvolver a empatia. Os cidadãos podem se tornar conscientes da sua própria historicidade como agentes ativos de um momento histórico. Os programas de divulgação baseados na história, por sua vez, defendem a história sobre o passado e sobre o presente.

Porcas e Parafusos: Características e Considerações

Qual é o objetivo geral de um programa de divulgação? Quais são os outros objetivos do programa? Como o programa se encaixa na missão e na visão geral de um sítio histórico? Estas são as primeiras questões que devem ser consideradas durante a criação de um programa de divulgação baseado na história. Apesar dos museus e dos sítios históricos, normalmente, direcionarem a divulgação para os visitantes, as atividades de divulgação baseadas na história devem ser criadas para atender as metas e as necessidades específicas da comunidade que a divulgação definiu como alvo.

O objetivo do programa do Jamalpur Gandhi Ashram era reunir diversas pessoas para aprender sobre a história da tolerância religiosa na região, a fim de promover a harmonia religiosa nos dias

8 Gabriel Salazar, Mario Garcés y Pablo Artaza, “La Historia Social: Sujeto social e historicidad en la construcción de memoria para la acción,” ed. Verónica Vives Cofré, Cuaderno de Trabajo Volumen 1: Memoria, Historia y Derechos Humanos, (Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2011), 67 - 83.

atuais. No entanto, o programa observou que as comunidades participantes tinham outras necessidades - como a necessidade de aprendizado escolar baseado na história e a necessidade de atividades culturais que ultrapassem as barreiras religiosas da comunidade - devido à ausência das mesmas. Desta forma, o projeto “Diálogos sobre a Harmonia e a Tolerância Inter-Religiosa” apresentou várias formas de transição, sendo criado para abordar vários temas, áreas e populações. O planejamento foi o primeiro passo da equipe e dos voluntários do Ashram. Em seguida, eles conduziram o treinamento e as oficinas com os professores, os ativistas dos direitos humanos e os líderes religiosos. Por fim, implementaram o produto final de divulgação em 80 escolas locais, em 20 centros comunitários e 4 assembleias públicas. O Ashram, por sua vez, é beneficiando por uma presença contínua da comunidade porque possui uma história de ativismo estabelecida e, de acordo com seus líderes, está conectado com 200 mil pessoas através do programa de divulgação.

Para os sítios que consideram a possibilidade de estabelecer um programa de divulgação para 200 pessoas ou para 200 mil pessoas, nós podemos definir alguns passos simples a seguir.

Quem: quem está envolvido na divulgação? Que tipo de público será alvo da divulgação? Há limites para o envolvimento do público-alvo?

- “ **Comunidades de Base:** o principal objetivo da divulgação é engajar as comunidades. Estas comunidades são diversas. A definição das comunidades depende dos contextos e das preocupações locais específicas do Sítio de Consciência. Assim, os Sítios de Consciência devem determinar quais são as comunidades e os grupos locais - ou seja, aqueles que enfrentam um problema social específico - com os quais irão trabalhar. Os imigrantes que enfrentam os nacionalistas xenófobos? Os gays e lésbicas que enfrentam os grupos de ódio? As populações indígenas que enfrentam a repressão do governo? Quais são as comunidades de base que serão os alvos do programa? Elas podem ser:
 - “ Organizações de mulheres
 - “ Grupos de imigrantes
 - “ Minorias étnicas e religiosas
 - “ Grupos de vítimas
 - “ Desabrigados e sem terra
 - “ Jovens em risco

- “ **Os líderes comunitários e de opinião:** estes indivíduos desempenham papéis importantes, exercendo grande influência sobre as suas comunidades. Ao alcançarmos estes líderes, recebemos auxílio para as incursões em diversas comunidades. Esta lista apresenta os grupos de pessoas em todas as sociedades que poderiam ser aliados potenciais para os programas de divulgação baseados na história:
 - “ Líderes religiosos
 - “ Jornalistas e acadêmicos
 - “ Grupos de professores e sindicatos

- .. Líderes políticos e civis
 - .. Proprietários de pequenas empresas
 - .. Departamentos de polícia locais
- ☛ **As Instituições:** o alcance das instituições com bases estabelecidas também deve ser considerado. Algumas destas instituições são:
- .. Outros museus e sítios históricos
 - .. Universidades e escolas
 - .. Centros culturais
- ☛ **Os Sítios Históricos e as Equipes dos Museus:** o diretor do programa de divulgação deve ser designado para gerenciar a logística geral do programa. O diretor do programa também é responsável pelas equipes de divulgação, pelas equipes de funcionários e voluntários que possuem responsabilidades específicas no programa de divulgação. Cada equipe é composta por divulgadores. Os divulgadores terão responsabilidades bastante específicas dentro do contexto da equipe de divulgação. A equipe de divulgação pode ser facilmente criada a partir dos departamentos já estabelecidos dentro do sítio histórico - em áreas como educação, interpretação, ou preservação. A estrutura pode apresentar:
- .. Equipe de divulgação
 - .. Diretor ou gerente
 - .. Divulgadores
- ☛ **No Ashram:** o projeto ambicioso do Ashram tem o objetivo específico de alcançar a juventude. No entanto, devido a complexidade e a gravidade dos problemas contemporâneos, os ativistas também procuram os líderes religiosos, ativistas dos direitos humanos, advogados e professores para auxiliar na implementação do programa de diálogo. Estes atores, juntamente com os agentes do Ashram, ajudam a disseminar a consciência da importância da harmonia e da tradição religiosa e étnica, além do respeito pela laicidade, pluralismo e tolerância
- ☛ **O que:** o que são as atividades de divulgação? Qual é a história do sítio? Qual é a questão contemporânea?
- ☛ **As Atividades de Divulgação:** as atividades de divulgação representam a aplicação prática da divulgação. Elas são projetadas e desenvolvidas para estabelecer a comunicação, a participação e a colaboração. Além disso, as atividades apresentam diversas formas de acordo com a história do programa e os problemas locais em questão. As atividades também são determinadas de acordo com o público-alvo, ou seja, a juventude, as mulheres, ou outros grupos predeterminados. Embora as atividades apresentem bastante diversidade, podemos destacar algumas delas que possuem características universais:
- .. Facilitação dos programas de diálogos da comunidade
 - .. Participação nas oficinas e programas educativos

- .. Exposições nas apresentações culturais
- .. Apresentações em escolas e museus
- .. Disponibilização de recursos e informações históricas
- .. Trabalho com o governo e as organizações locais
- .. Participação em assembleias e festivais

ç **No Ashram:** o projeto “Diálogos sobre Harmonia e Paz Inter-Religiosa” do Ashram se concentrou nos programas escolares. O projeto realizou encontros em mais de 80 escolas e faculdades, incluindo 10 madraçais. As demandas dos alunos e dos professores determinaram a escolha das atividades, como as competições estudantis através de redações, testes e cartazes.

Quando: qual é o melhor momento para realizar a divulgação? Ela é uma atividade diária ou requer um planejamento de longo prazo? Nós devemos considerar momentos específicos?

- .. **O Momento Certo:** o momento certo é importante. Desta forma, é fundamental que os programas de divulgação desenvolvam um cronograma. Embora todos os dias apresentem oportunidades para a divulgação, uma abordagem programática envolve o planejamento de curto, médio e longo prazo. O planejamento oferece estrutura ao programa. Ele determina as agendas de treinamento, os horários da oficina e o tempo de execução das atividades planejadas. A elaboração de um cronograma com as referências e os objetivos correspondentes também oferece uma estrutura para o programa de divulgação e auxilia o controle do seu progresso.
 - .. Cronograma: objetivos de curto, médio e longo prazo
 - .. **Todos os Dias, Todo o Ano:** os programas dos sítios históricos e dos museus devem manter uma estratégia de alcance conceitual em suas missões e visões gerais. Isto permite o contato consistente com a comunidade, transformando o quando em qualquer momento. No entanto, um programa de divulgação específico necessita de objetivos e métodos claros para manter a eficácia ao abordar uma questão contemporânea.
 - .. **Os Eventos Especiais:** além das estratégias diárias e dos programas específicos, a participação em eventos especiais pode aumentar a exposição e o impacto da divulgação. Além disso, a divulgação também pode ser planejada para coincidir com outras atividades comunitárias. Ao refletir sobre os momentos estratégicos, considere os seguintes eventos e datas existentes:
 - .. Eventos culturais
 - .. Cerimônias de comemoração
 - .. Seminários e conferências
 - .. Encontros religiosos
 - .. Datas emblemáticas
- ç **No Ashram:** o Ashram mantém uma vigilância constante sobre as suas relações com a comunidade. Além disso, ele está preparado para empregar as atividades de divulgação de várias

formas e em vários períodos. Desta forma, o Ashram criou os “Diálogos sobre a Harmonia e a Tolerância Inter-Religiosa” como uma resposta oportuna ao aumento da intolerância religiosa e da violência. Por outro lado, a previsão de sustentabilidade do Ashram - bem como a demanda para o programa - permitiu que os membros do sítio empregassem a divulgação baseada na história nos “Diálogos” durante o período de um ano.

Onde: onde os locais históricos e os museus realizam a divulgação?
A divulgação é sempre realizada fora do sítio ou existem estratégias desenvolvidas no sítio?

- “ **A Divulgação fora do Sítio:** a divulgação fora do sítio é, em geral, o cerne destes programas. A divulgação fora do sítio apresenta possibilidades e espaços praticamente infinitos para a sua atuação, mesmo que a divulgação seja sempre definida pela comunidade em questão. Em geral, a divulgação fora do sítio é realizada nas áreas onde a comunidade trabalha e reside. As áreas podem ser rurais, urbanas, ou qualquer outro local. Os locais para a divulgação fora do sítio são:
 - “ Escolas e universidades
 - “ Departamentos e centros governamentais
 - “ Centros culturais e comunitários
 - “ Museus e sítios históricos
 - “ Bazares e mercados
 - “ Mídia Social

- “ **A divulgação no sítio:** uma vez que a divulgação fora do sítio for realizada, podemos iniciar a divulgação no sítio. Assim, a instituição terá a oportunidade de engajar ativamente os seus visitantes no sítio, fazendo uso do poder do local. A divulgação no sítio também pode usar as ferramentas e as instalações do sítio para o diálogo e apresentações. As atividades de divulgação no sítio podem ser:
 - “ Disponibilidade de visitas guiadas
 - “ Condução de diálogos e sessões educativas
 - “ Distribuição de panfletos e outros materiais educativos

- ç **No Ashram:** o Ashram lançou o programa na sede do Distrito de Jamalpur. Os dignitários, acadêmicos, jornalistas e leigos participaram da oficina durante um dia inteiro. Posteriormente, o Ashram concentrou seus esforços em outras áreas, dando foco especial para as escolas rurais. As atividades de divulgação também foram realizadas no próprio Ashram.

O Esquema “Como” do Programa de Divulgação Baseado na História

Primeiro Passo: Identificar o Problema, os Objetivos da Divulgação e as Estratégias

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual é a questão contemporânea? 2. Por que a divulgação é necessária? 3. Qual será o formato da divulgação? 4. Quem é o público-alvo? 5. Quem irá realizar a divulgação? 6. Onde a divulgação será realizada? 7. Qual é a história que a divulgação irá usar? 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir o objetivo da divulgação com base em uma questão contemporânea e nas necessidades da comunidade. 2. Considerar as estratégias e as ferramentas para a divulgação. 3. Considerar os colaboradores potenciais. Fazer uma lista das alianças fora do sítio. 4. Identificar os locais para a divulgação. 5. Observar e analisar outros programas de divulgação.

Segundo Passo: Desenvolvimento do Plano de Divulgação

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais são os objetivos específicos do programa de divulgação? 2. Como o programa de divulgação usa a história para engajar o problema contemporâneo? 3. Qual é o plano de divulgação? 4. Quando o plano de divulgação será implementado? 5. Quais são as ferramentas e os recursos necessários para a sua implementação? 6. Quando ele deve ser implementado? Qual é o melhor momento? 7. Há qualquer consideração especial? 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir os objetivos específicos com base nas necessidades da comunidade e no problema contemporâneo. 2. Desenvolver a missão e a visão do plano e da estratégia. 3. Desenvolver as atividades com base no plano e nos objetivos da divulgação. 4. Nomear o diretor, as equipes e os divulgadores do programa de divulgação. 5. Estabelecer e atribuir responsabilidades. 6. Desenvolver um cronograma com objetivos específicos. 7. Elaborar a forma na qual a história será usada no processo de divulgação com base nas atividades e objetivos selecionados, entre outros. 8. Identificar as oportunidades e os desafios potenciais que o programa pode enfrentar.

Terceiro Passo: Treinamento, Preparação e Promoção

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual é o treinamento, ou preparação, que precisa ser concluído? Qual é o conhecimento existente entre os parceiros da divulgação e as comunidades? 2. Como as atividades irão contribuir para a colaboração e a participação? 3. Quais são os recursos adicionais de divulgação que serão usados? 4. Os locais de divulgação foram confirmados? 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Preparar a equipe e os voluntários do programa. 2. Preparar os materiais e os conteúdos. 3. Planejar e praticar as atividades. 4. Iniciar o contato com as comunidades, os líderes da comunidade e a mídia. 5. Realizar oficinas, treinamento e reuniões de divulgação. 6. Contatar a comunidade novamente e confirmar as atividades, as visitas fora do sítio, etc. 7. Promover o plano para a comunidade, os líderes, as redes de contato preexistentes, as novas comunidades, etc.

Quarto Passo: Implementação e Execução

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais são os métodos de avaliação? 2. Quantas pessoas foram alcançadas? 3. Quais foram os resultados da divulgação? 4. Novas questões ou problemas foram registrados? 5. A divulgação alcançou os seus objetivos e metas determinadas? 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar atividades de divulgação. 2. Avaliar a participação da comunidade. 3. Disseminar informações e materiais. 4. Responder as perguntas. 5. Atualizar o cronograma e os objetivos. 6. Avaliar o impacto observado. Avaliar as atividades de divulgação.

Conclusão

O Jamalpur Gandhi Ashram usou a história com o objetivo de realizar os “Diálogos sobre a Harmonia e a Tolerância Inter-Religiosa” para enfrentar a crescente onda de fundamentalismo religioso. A história única do Ashram combina o compromisso com os princípios de Gandhi e a promoção da paz e da tolerância. De acordo com o diretor do Ashram, “a história é a principal força dos nossos programas”. O Ashram serve a comunidade como um museu, um local para a educação e um espaço para encontros democráticos. Desta forma, as suas atividades têm alcançado milhares de estudantes, sendo conduzidas por líderes religiosos e políticos ilustres da região. Através da divulgação baseada na história, o Ashram criou espaços para os diálogos críticos com base na história e na tradição de respeito religioso e de cooperação étnica da região.

A construção de um programa de divulgação com base na história não é uma tarefa fácil. No entanto, os Sítios de Consciência devem manter um componente de divulgação permanente nas suas atividades gerais e de planejamento. A divulgação, realizada fora do sítio ou no sítio, pode fazer da história um fator relevante para os atores contemporâneos e, potencialmente, identificar os novos legados das histórias antigas. A divulgação baseada na história oferece uma forma para a aproximação das comunidades novas ou conhecidas, para a identificação dos problemas e das necessidades da comunidade, para a análise das condições políticas e sociais atuais e para o estabelecimento de estratégias criativas que oferecem às comunidades a oportunidade de usar a história com o objetivo de criar a história. Independente do objetivo de um sítio histórico ou museu, que pode variar entre a conexão com algumas pessoas, ou com várias pessoas, a divulgação baseada na história é um método adequado para estas conexões. Este método promove os valores humanitários e democráticos e, além disso, representa o uso da história como uma prática de construção da comunidade.

2.4 EUROPEAN SITES OF CONSCIENCE: ENGAGING THE PUBLIC THROUGH STORYTELLING

Maja Čečen and Silvia Fernández

O que as nossas histórias nos ensinam sobre nós e sobre os outros? Em fevereiro de 2014, representantes de 14 Sítios de Consciência Europeus e especialistas nos campos de museologia, contação de história e história oral se encontraram nos armazéns históricos da empresa de navegação Red Star Line¹, na Antuérpia, Bélgica, para discutir esta questão e para definir como os Sítios de Consciência, através do método de contação de história, podem se tornar agentes de inclusão social, compreensão partilhada e participação cívica na Europa. O encontro foi organizado pela Rede de Sítios de Consciência Europeus², uma das sete redes regionais e temáticas que compõem a Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência. A Rede de Sítios de Consciência Europeus é caracterizada pela diversidade. Ela é composta por 31 museus históricos e organizações da sociedade civil de 17 países e tem como objetivo promover a tolerância diante da crescente xenofobia e discriminação presentes na Europa, nos dias atuais. Através dos seus membros, a rede aborda vários momentos decisivos da história europeia, como o Holocausto, a guerra dos Balcãs, o conflito da Irlanda do Norte, entre outros.

Este capítulo trata das experiências e discussões que aconteceram durante a preparação do

1 <http://www.redstarline.be/en>

2 <http://www.sitesofconscience.org/members/?region=europe>

encontro de 2014 e ao longo da sua realização.³ As experiências e os diálogos abordaram a teoria e a aplicação prática da contação de histórias como uma forma de envolver o público na reflexão crítica sobre o passado e seus legados contemporâneos. A seguir, mostraremos brevemente como a contação de histórias é compreendida e aplicada dentro da Rede de Sítios de Consciência Europeus, apresentando cinco projetos realizados na Bélgica, Irlanda do Norte, Sérvia e Espanha que utilizam a contação de histórias para ligar o passado ao presente e a memória à ação.

A Contação de Histórias no Âmbito dos Sítios de Consciência Europeus

Os Sítios de Consciência Europeus se reuniram na Antuérpia para comemorar a abertura do Museu Red Star Line. Além disso, eles também celebraram e prestaram homenagem às histórias de milhões de europeus que durante o século XIX deixaram tudo para trás em busca de uma vida melhor no Novo Mundo. O Museu Red Star Line está localizado em um dos portos mais estratégicos da Europa e foi construído sobre a base de suas histórias. Estas histórias abrangem grandes expectativas, grandes decepções, alegrias, tristezas, despedidas e novos começos. Além disso, são histórias humanas universais que ressoam em todos os cantos do continente europeu no passado e que se mantêm presentes nos dias atuais.

A coleta e a preservação das histórias pessoais, compreendidas como narrativas pessoais, são práticas comuns entre os museus históricos e as instituições que trabalham com a memória. Os Sítios de Consciência do mundo inteiro coletam e preservam histórias orais, escritas e experiências humanas visuais com o objetivo de criar registros permanentes do passado para a educação, memorialização, apresentação da verdade e busca da verdade. No Peru, Bangladesh e em Serra Leoa, por exemplo, os Sítios de Consciência usam, respectivamente, murais, ônibus e mapas do corpo humano para a recordação e a contação de histórias das pessoas desaparecidas e mortas nos seus países, ou dos sobreviventes dos conflitos internos e das guerras.

Além disso, nós contamos, hoje em dia, com um extenso trabalho e pesquisa sobre arquivamento e história oral no mundo inteiro. A Oral History Association (Associação de História Oral) define a história oral como “um campo de estudo e um método de coleta, preservação e interpretação das vozes e das lembranças das pessoas, comunidades e participantes dos eventos do passado”⁴. A autora Angela Zusman afirma que a história oral está focada, principalmente, nas “memórias dos narradores, não na ideia consolidada da Verdade”⁵.

No entanto, a prática da contação de histórias, com o objetivo específico de catalisar mudanças

3 <http://www.sitesofconscience.org/2014/02/the-2014-european-sites-of-conscience-meeting/> Acessado em 30 de abril de 2015.

4 “Oral History: Defined”, website, Oral History Association, acessado em 20 de setembro de 2014, <http://www.oralhistory.org/about/do-oral-history/>.

5 Angela Zusman, *Story Bridges: A Guide to Conducting Intergenerational Oral History Projects*, (Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2010), 19.

positivas, não é bastante examinada. Na verdade, não existe um diálogo entre os Sítios de Consciência sobre o poder das histórias orais como um catalisador para a mudança social, ou sobre o uso da contação de histórias para apoiar as abordagens dos Sítios de Consciência que exploram o poder do lugar e da história com o objetivo de abrir novos diálogos sobre assuntos difíceis. A primeira vez que estes museus históricos e iniciativas de memória refletiram sobre as competências, estratégias e mecanismos necessários para o uso das histórias como meios de estimular uma ação positiva foi no encontro dos Sítios de Consciência Europeus de 2014. A Rede de Sítios de Consciência Europeus define o termo “ação positiva” como ações que contribuem para o fim dos estereótipos e das atitudes xenófobas.

Durante o encontro, os Sítios de Consciência Europeus reconheceram que, embora o poder de uma história pessoal seja ilimitado, os Sítios de Consciência compartilham a responsabilidade e o compromisso da criação de processos de contação de histórias, estratégias e produtos que:

- envolvam o público em um diálogo estimulante sobre as questões atuais;
- promovam os valores humanitários e democráticos; e
- compartilhem as oportunidades de participação pública e ação positiva.

A partir destas premissas, os Sítios de Consciência Europeus concentraram seus esforços em dois aspectos da contação de histórias com o único objetivo de ajudar a construir sociedades mais inclusivas. O primeiro aspecto considerado sobre a contação de histórias foi a forma como as histórias orais e os testemunhos pessoais podem ser coletados, organizados e divulgados. O segundo aspecto foi o uso da forma narrativa como metodologia. Este capítulo apresenta as histórias pessoais e as narrativas ficcionais dos projetos.

Os Sítios de Consciência Europeus também exploraram como as novas formas de mídia - além dos mapas digitais, exposições interativas, ou visitas guiadas - são usadas como estratégias para a contação de histórias e como novos meios para as pessoas gravarem, expressarem, receberem e se engajarem com o passado e o presente. Os Sítios estão explorando novas formas de mídia, como os web documentários, as novelas gráficas na web e os videogames baseados nas histórias.

Além de explorar o papel das novas mídias na narrativa, os Sítios de Consciência Europeus - instituições vivas que sofrem constante evolução e adaptação às novas realidades sociais e públicas - reconhecem a necessidade de adotar formas mais tradicionais de história, como as histórias orais. Os Sítios têm o objetivo de capturar as histórias orais das vozes do presente. Assim, através da coleta e divulgação das histórias e experiências do presente, as gerações mais jovens são engajadas nos diálogos sobre questões sociais contemporâneas.

Os estudos de caso abaixo mostram como cinco Sítios de Consciência Europeus usam diferentes momentos históricos e contextos culturais e sociopolíticos contemporâneos como estratégias de contação de histórias para envolver o público nos desafios sociais comuns que afetam o continente europeu no presente.

Estudos de caso

O que as histórias podem nos ensinar? Como a preservação da história de diferentes homens, mulheres e crianças nos ajudam a nos conectarmos através das fronteiras? Como as histórias individuais contribuem para o fim dos estereótipos racistas e para a transformação das atitudes xenófobas na Europa, nos dias atuais? Estas são algumas das questões exploradas pelos seguintes projetos: Memorial Democratic (Memorial Democrático), Espanha; Red Star Line, Bélgica; Diversity Challenges (Desafios da Diversidade) e Museu Free Derry, Irlanda do Norte; B-92 Fund, Sérvia.

O Passado, suas Vozes e suas Representações no Presente: Memorial Democratic, Espanha

Com sede em Barcelona, Catalunha, Espanha, o Memorial Democratic tem o objetivo de pesquisar, preservar e divulgar a história da Espanha, de 1931 a 1981, como por exemplo: a luta democrática contra o fascismo durante a Guerra Civil Espanhola, o regime do general Francisco Franco, a luta dos cidadãos espanhóis pela democracia e contra a ditadura e a transição para a democracia.

O Memorial Democratic é uma instituição pública que desenvolveu o “Memorial Bank of Witnesses”⁶ (Memorial do Banco de Testemunhos), um arquivo de histórias orais que se estende de 1931 - proclamação da Segunda República Espanhola - até as primeiras eleições democráticas do Parlamento catalão, em 1980. Este período cobre os eventos mais traumáticos do passado recente da Catalunha - a Guerra Civil, o exílio e a ditadura de Franco - e os sucessos da sociedade civil na luta pela democracia - a Segunda República, a luta contra a ditadura e o processo de transição para a democracia, após a ditadura de Franco.

O arquivo possui 377 entrevistas e mais de 1.100 horas de registros audiovisuais com os testemunhos das vítimas da Guerra Civil Espanhola e da ditadura de Franco, além de todos aqueles que lutaram pelos valores democráticos e pela liberdade. O arquivo do Memorial Bank of Witnesses, caracterizado pela amplitude de perspectivas, é um testemunho da pluralidade de lembranças da sociedade democrática da Catalunha. As histórias orais estão disponíveis online e servem como uma ferramenta valiosa para a investigação e a educação, na medida em que as sociedades espanholas e catalanas buscam sentido para as suas histórias.

Nos últimos anos, o Memorial Democratic usou o arquivo como um catalisador para atingir um público mais amplo e despertar a reflexão sobre o passado e sobre os desafios políticos atuais na Catalunha e na Espanha, promovendo exposições com base nas seções de história oral do arquivo. Como exemplo, podemos citar a exposição “Catalonia during transition”⁷ (A Catalunha durante a transição), que utiliza depoimentos para explicar a transição política da ditadura para a democracia. Há também exposições de vídeo, como os “Memory Keepers” (Guardiões da Memória) - este narra trechos do prefácio da Lei do Memorial Democratic através de uma combinação de 12 vozes do

6 “Banc Audiovisual di Testimonis”, website, Banc Audiovisual di Testimonis, acessado em 28 de agosto de 2014, <http://bancmemorial.gencat.cat>.

7 “El Memorial Democràtic”, website, Memorial Democràtic, acessado em 20 de setembro de 2014, <http://memorialdemocratic.gencat.cat>.

passado e do presente - e apresentações artísticas, como “El Meu Poble I Jo”⁸ - baseada na obra do poeta catalão Salvador Espriu.

O desenvolvimento destes projetos realiza a narração de histórias pessoais dentro de uma estrutura artística, usando uma linguagem mais contemporânea do que aquela encontrada em formatos tradicionais. Desta forma, os projetos se tornam mais acessíveis às novas gerações. Como resultado, estes projetos promovem um amplo alcance da juventude, um dos principais públicos para a maioria dos Sítios de Consciência.

As Vozes do Passado Ganham Vida com as Pessoas de Mudança: Museu Red Star Line, Bélgica

O Museu Red Star Line | People on the Move (Pessoas de Mudança), Antuérpia, Bélgica, foi inaugurado em setembro de 2013. O museu está situado em um local histórico e é dedicado à emigração, de 1873 a 1934, da Antuérpia para os Estados Unidos através da empresa de navegação belga-americana: Red Star Line.

Desde a sua criação, o Museu Red Star Line foi concebido para compartilhar a sua história e fazer com que esta seja relevante para os seus visitantes no presente. Sua missão é ajudar os seus visitantes a refletir e compreender as experiências de migração, do passado e do presente, a partir de um ponto de vista pessoal. Quais são as esperanças, os sonhos e as aspirações dos emigrantes quando eles deixam os seus países? Quais são os efeitos de longo prazo da emigração? O Museu Red Star Line promove estas reflexões ao usar o poder da contação de histórias, como descrito abaixo: “... nós contamos com o poder da história para sensibilizar os nossos visitantes. Esta história é co-movente, relevante, reconhecível e estimula a imaginação das pessoas independentemente das suas origens e atitudes.”⁹

O Museu Red Star Line é por si só um projeto de contação de histórias. As histórias pessoais ganham vida com a exposição permanente do museu através de uma linha narrativa que compara os fenômenos migratórios de 1873 a 1934 com os de hoje. A exposição emprega uma metodologia diversificada para a contação de histórias, como: testemunhos de primeira mão, reconstrução das histórias de vida dos emigrantes, obras de arte que transmitem sentimentos de esperança e incerteza e uma exposição cenográfica que segue o mesmo caminho dos emigrantes dos séculos XIX e XX. A exposição oferece visitas guiadas e preparadas com o objetivo de amplificar as vozes dos passageiros do Red Star Line. No final da exposição, os visitantes observam um modelo digital da Antuérpia atual que lhes dão a oportunidade de refletir e deixar os seus pontos de vista sobre a migração do passado e do presente. Um dos membros do Museu Red Star Line afirma:

“Nós acreditamos que as experiências pessoais dos emigrantes, de ontem e de hoje, sejam a forma mais significativa de ligar o passado e o presente. [...] A migração envolve

8 “El Meu Poble i Jo”, vídeo do YouTube acessado em 29 de agosto de 2014, http://www.youtube.com/watch?v=Is-TBn_5Qhac.

9 Bram Beelaert, Mandy Nauwelaerts, and Luc Verheyen, *Musea en Erfgoed Antwerpen*, “The Power of the Story,” *Museums of Ideas: Commitment and Conflict*, [Edinburgh: Museums etc., 2011].

experiências e emoções que muitos visitantes reconhecem, mesmo aqueles sem histórico de migração, como: as despedidas, as incertezas, os perigos da viagem, as mudanças, as esperanças sobre o futuro, as aspirações, etc. A forma como nós contamos esta história universal deve envolver todos os segmentos do público.”¹⁰

O Equilíbrio de uma Linha Sutil Através da Contação de Histórias: Diversity Challenges (Desafios da Diversidade), Irlanda do Norte

Um dos principais objetivos da organização Diversity Challenges¹¹ é ajudar as sociedades lidarem com o conflito na Irlanda do Norte, conflito comumente conhecido como Troubles (Problemas). O Diversity Challenges realiza programas que facilitam o diálogo, a fim de promover a cura, a reconciliação e o reconhecimento da dor e do sofrimento que o passado evoca nas pessoas. Neste processo, o Diversity Challenges se esforça para estabelecer a comunicação entre os dois lados do conflito, desafio que só pode ser alcançado através do desenvolvimento da confiança. Para compreender a relutância de ex-policiais, ex-militares, ex-funcionários das prisões e famílias, no Reino Unido e na República da Irlanda, em arriscar a abertura de feridas do passado, o Diversity Challenges concentra a sua atenção nestes grupos específicos, usando a narração e o diálogo como meios para ganhar confiança.

As histórias daqueles que policiaram as comunidades divididas, das interações diárias e das colaborações nas fronteiras irlandesas ainda não foram contadas. Assim, o Diversity Challenges criou, em 2013, o Green and Blue Across the Thin Line Project¹² (Projeto Verde e Azul Através de uma Linha Sutil) que oferece aos policiais das fronteiras de ambos os lados a oportunidade de compartilhar suas experiências e memórias. O projeto reflete a cooperação e a interação entre os ex-policiais do Northern Irish Royal Ulster Constabulary (RUC) e do An Garda Síochána (Garda) ao longo da fronteira irlandesa, desde o estabelecimento das duas forças policiais irlandesas, há quase cem anos, até 2001.

Os participantes do Green and Blue Across the Thin Line Project aprendem a coletar histórias através de um curso de formação acreditado em contação de histórias. Os participantes coletam as histórias dos ex-policiais e suas famílias ao longo da fronteira. As histórias reunidas cobrem uma ampla série de tópicos. As atividades do projeto promovem a integração entre os participantes e os contadores de histórias. Estas facilitam o contato entre os ex-policiais do Garda e do RUC. Todas as histórias são coletadas com base em procedimentos éticos, legais e de confidencialidade e estão disponíveis no website dedicado ao projeto¹³. O website também serve como um recurso para a continuação do diálogo entre os participantes. O Diversity Challenges também planeja criar um livro ilustrado com estas histórias.

10 Bram Beelaert, et al, “The Power of the Story,” 2011.

11 “Diversity Challenges Home Page”, website, Diversity Challenges, acessado em 20 de setembro de 2014, <http://www.diversity-challenges.com/home-page/>.

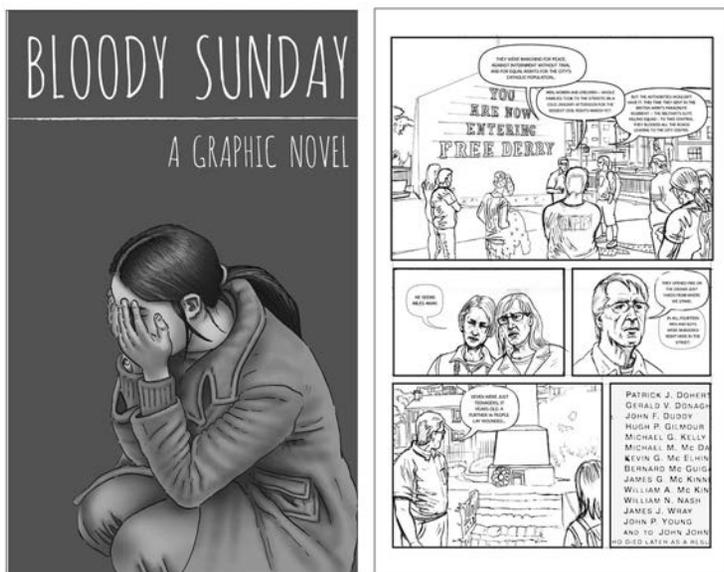
12 O Diversity Challenges faz parceria com o George Cross Foundation neste projeto que recebe auxílio do PEACE III Programme e é gerido pelo Special EU Programmes Body através do Community Relations Council/Pobal Consortium.

13 “Green and Blue - Across the Thin Line”, website, Green and Blue Across the Thin Line, acessado em 20 de setembro de 2014, <http://www.green-and-blue.org>.

A Narração de uma História Traumática Através de uma Novela Gráfica: Museu Free Derry, Irlanda do Norte

Outro Sítio de Consciência da Irlanda do Norte, o Museu Free Derry¹⁴, lida com eventos traumáticos específicos relacionados ao massacre do Bloody Sunday (Domingo Sangrento) de janeiro de 1972. No entanto, ao contar esta história, o Museu abrange todo o período do movimento nacional e faz referência ao contexto internacional da época. O Museu conta essa parte da história da cidade a partir do ponto de vista das pessoas que viveram e foram afetadas por estes eventos. Desta forma, o Museu apresenta a história da comunidade contada do ponto de vista da comunidade.

O Museu Free Derry iniciou um novo e excitante empreendimento - com base nos seus arquivos, informações e pesquisas - para contar a história do Bloody Sunday através de uma novela gráfica. Nos últimos anos, o gênero novela gráfica deixou de ser considerado simplesmente como uma forma de quadrinhos e passou a ser aceito como um formato para assuntos sérios e difíceis. As novelas gráficas produzidas nos últimos anos abordam temas como o Holocausto¹⁵, a situação na Palestina¹⁶



A CAPA E UMA PÁGINA DA NOVELA GRÁFICA "BLOODY SUNDAY" (DOMINGO SANGRENTO) CEDIDA PELO MUSEU FREE DERRY. FOTO: MUSEU FREE DERRY

14 "Museu Free Derry The National Civil Rights Archive", website, Museum of Free Derry, acessado em 20 de setembro de 2014, <http://www.museumoffreederry.org/>.

15 A novela gráfica Maus, do cartunista Art Spiegelman, conta a história do pai do autor durante o Holocausto.

16 Palestine é uma novela gráfica, criada por Edward Said e John Sacco, baseada em entrevistas e experiências pessoais nos Territórios Palestinos Ocupados.

e o movimento pelos direitos civis nos EUA¹⁷.

O Museu Free Derry escolheu o formato da novela gráfica para contar a história do Bloody Sunday por uma série de razões. Em primeiro lugar, este formato permite que a história seja apresentada de forma acessível e bastante flexível. Em segundo lugar, o formato atinge um público amplo, abrangendo idades e níveis de alfabetização variados. Em terceiro lugar, o autor e o artista estão pessoalmente ligados ao tema e tiveram trabalhos premiados sobre o assunto, no passado. Finalmente, o projeto conta com o apoio das famílias do Bloody Sunday, apresentando, desta forma, a história autêntica e as consequências daquele dia.

Uma vez que o formato inicial da novela gráfica for concluído, esta será amplamente utilizada nos programas educativos do museu. A novela gráfica poderá ser facilmente convertida para um formato digital interativo, aumentando ainda mais o seu alcance e uso. Assim, a novela poderá ampliar o alcance do Museu e fazer com que os seus visitantes se perguntem por que iniciativas semelhantes, visando os mesmos resultados, ainda não foram desenvolvidas em todo o mundo e o que eles próprios podem fazer a respeito disso.

Re: Generation - Lidando com o Passado Através das Histórias do Presente: B92 Fund, Sérvia

O enfrentamento das atrocidades dos conflitos recentes nos Balcãs é um dos pilares do trabalho do B92 Fund em várias mídias.¹⁸ Este trabalho vai desde a coprodução de documentários com o seu fundador, a empresa de mídia B92¹⁹, até o desenvolvimento de programas educacionais para o público jovem. O B92 Fund tem como objetivo promover o respeito pela liberdade de expressão, direitos humanos, responsabilidade social e valores humanísticos na Sérvia e em outras comunidades da região.

Ao perceber que a juventude da região é muitas vezes negligenciada, desmotivada e estigmatizada pela mídia tradicional, o B92 Fund desenvolveu um programa, em 2013, chamado Re: Generation. Este programa reúne as histórias das pessoas de cinco países da região, que participaram em lados opostos do conflito: Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Macedônia, Montenegro e Sérvia. Três equipes trabalham, juntamente como um grupo criativo diversificado, para desenvolverem as histórias online. O primeiro grupo é formado por onze jovens de toda a região, eles recebem treinamento nos diferentes aspectos do engajamento social. O segundo grupo é formado pelos funcionários do B92 Fund. O terceiro grupo, por sua vez, é composto por uma equipe de produção e atores. Ao combinar recursos, pessoas e histórias, o B92 Fund oferece às novas gerações destes países a oportunidade de se expressarem com a ferramenta na qual se sentem mais confortáveis: a Internet. O primeiro passo para o desenvolvimento do programa Re:Generation foi a produção de uma websérie premiada,

17 March: Book One, criado pelo congressista americano John Lewis, Andrew Aydin e Nate Powell, apresenta crônicas do movimento pelos Direitos Civis baseadas na história pessoal de Lewis.

18 “B92 Fund”, website, B92 Fund, acessado em 20 de setembro de 2014, <http://fondb92.org>.

19 “B92”, website, B92, acessado em 20 de setembro de 2014, <http://www.b92.net/eng>.

realizada pelo B92 Fund, chamada #SamoKažem (#ApenasFalando)^{20 21}, a primeira produção do tipo realizada nos Balcãs. A websérie reúne atores e equipes de produção de toda a região dos Balcãs para contarem a história fictícia de uma nova geração pós-conflito com todos os seus problemas, esperanças e sonhos.

Os jovens participantes do programa²² dirigem a produção e a veiculação das séries na internet. Além disso, eles usam novas mídias e recursos promocionais criativos, como minisséries sobre os personagens²³. As minisséries são parte de um esforço amplo que motiva os jovens a se engajarem, tanto na vida real como virtualmente, e ajudarem as suas comunidades com o encerramento do círculo vicioso de conflitos e com a construção de um lugar melhor para se viver. Esta iniciativa abrange uma escola de engajamento social que ensina os jovens sobre campanhas, redes sociais, engajamento social e áreas afins. Além disso, o projeto tem o objetivo de realizar uma turnê por toda a região que irá reunir os jovens de diferentes comunidades para trocarem ideias, desenvolverem ações em conjunto e, é claro, se divertirem. O projeto também possui um website com histórias inspiradoras de ações bem-sucedidas dos jovens participantes, ferramentas para o desenvolvimento e a implementação de atividades de base e entrevistas de vídeo, de curta duração, com jovens de toda a região.²⁴

O programa Re:Generation, do B92 Fund, tem o objetivo de motivar os jovens a tratar de temas, como: xenofobia, apatia, intimidação e falta de interesse para o desenvolvimento de uma sociedade melhor. O projeto não lida com fronteiras políticas. Em vez disso, oferece um espaço para os jovens testarem e ultrapassarem os limites virtuais, mentais, ou reais que os adultos definiram, apresentando o propósito de estimular o próprio crescimento e a responsabilidade dos jovens como membros da sociedade.

Conclusão

A contação de histórias tem sido praticada desde o alvorecer das civilizações pela simples razão de que as pessoas se identificam mais facilmente com outras pessoas e, portanto, com as dores, alegrias e dilemas dos personagens das histórias. O uso da contação de histórias com o objetivo de estimular ações positivas é uma prática muito mais complexa. No entanto, ela pode ser particularmente eficaz quando as histórias são baseadas na história e no testemunho pessoal.

20 “SamoKažem”, vídeo do YouTube acessado em 20 de setembro de 2014, <http://www.youtube.com/samokazem01>.

21 Esta websérie ganhou prêmios, como: o Satellite Award de 2013, como “Melhor Seriado Original”, organizado pela International Press Academy (<http://www.pressacademy.com/project/samokazem/>); o Gold Medal de 2014 no World Media Festival em Hamburgo; e o Official Honoree no 18th Annual Webby Awards, em 2014.

22 Onze jovens dos países participantes foram treinados e contratados para trabalhar na continuação do programa. Mais informações no: “Re: Generators”, website, SamoKažem, acessado em 20 de setembro de 2014, <http://samokazem.org/en/re-generation/-re-generators.1.276.html>.

23 Os exemplos das minisséries sobre os personagens podem ser vistos em: “JustSaying”, website, SamoKažem, acessado em 18 de julho de 2014, <http://samokazem.org/en/justsaying/gang.1.122.html>.

24 “Kažiti”, website, Kažiti, acessado em 20 de setembro de 2014, <http://www.kaziti.org>.

Os Sítios de Consciência usam a estrutura narrativa das histórias para envolver a imaginação dos visitantes sobre o passado, o presente e sobre as suas próprias vidas. Em alguns casos, os Sítios também usam histórias pessoais dentro de uma perspectiva histórica ou narrativa mais ampla, como os testemunhos autônomos. O uso da história pessoal é um dos métodos mais poderosos para a apresentação de questões difíceis e importantes, independentemente, se estão sendo apresentadas no museu, no local, ou através dos diversos meios de comunicação - novos ou tradicionais. O efeito que um testemunho pessoal tem sobre os ouvintes é maior que qualquer outro meio de aprendizagem sobre o passado.

Porém, a contação de histórias traz vários desafios. A motivação dos contadores de histórias e dos ouvintes das histórias é crucial quando consideramos a contação de histórias como uma metodologia usada pelos Sítios de Consciência. De acordo com o Professor Alessandro Portelli²⁵, o principal orador do encontro dos Sítios de Consciência Europeus de 2013, na Antuérpia, “a contação de histórias é sobre o passado e também sobre o presente. A memória é a ferramenta de pesquisa do contador de histórias para o significado da experiência que ele ou ela sobreviveu”²⁶. Diante desta reflexão, os representantes dos Sítios de Consciência, no encontro na Antuérpia, concluíram que aqueles que coletam e apresentam as histórias não podem mudar as motivações ou os possíveis enganos dos contadores de histórias. Aqueles que compartilham as suas histórias pessoais com o público devem se esforçar para compreender e apresentar estas histórias pessoais de uma maneira ética, profissional e acessível.

Apesar destes desafios e independentemente das formas utilizadas para a apresentação destas histórias - como exposições interativas, documentários, sons digitais, novelas gráficas, ou webséries - os Sítios de Consciência Europeus têm o objetivo de engajar um público amplo, intelectualmente e emocionalmente, na reflexão do passado para a ação no presente, a fim de moldar as gerações futuras para que sejam mais tolerantes e inclusivas.

25 Alessandro Portelli é um pesquisador italiano da literatura e cultura americana, historiador oral, escritor do jornal diário *il manifesto* e musicólogo. Ele é conhecido pelo seu trabalho de história oral que compara os relatos dos trabalhadores sobre os conflitos industriais em Harlan County, Kentucky, e Terni, Itália.

26 Alessandro Portelli, Keynote Address, 2014 European Sites of Conscience Network meeting, Antwerp, Belgium, February 17–19, 2014.

2.5

DIÁLOGO INTERGERACIONAL: CONECÇÃO DO PASSADO E DO PRESENTE EM CAMBOJA, NA YOUTH FOR PEACE (JUVENTUDE PELA PAZ)

Long Khet

. . . [C]ompartilhar o passado é também uma forma de reconciliação.
—Tum Lot, 60 anos de idade, sobrevivente do regime do Khmer Vermelho

A história do Camboja é marcada por décadas de guerra civil e pela recuperação pós-guerra. Entre abril de 1975 e janeiro de 1979, o país sofreu sob o comando comunista do regime do Khmer Vermelho. Durante este tempo, mais de 1,7 milhões de pessoas foram mortas pela fome, trabalho forçado, tortura e execução. A imensidão destas atrocidades em massa, cometidas pelos membros do Khmer Vermelho, deixou os cambojanos com feridas profundas e traumas psicológicos. O passado violento continua afetando todas as esferas da vida das pessoas, além de ser um tema de controvérsia política e conflito. O conflito deixou um legado de desumanização, desconfiança profunda, estereótipos e memórias coletivas divergentes. Além disso, apesar dos traumas profundos perpetuados ao longo das gerações, pouca atenção é dada às práticas de superação dos traumas. A geração do pós-guerra recebe pouca educação formal sobre o passado recente. Elas se baseiam principalmente nos relatos dos seus pais que muitas vezes transmitem traumas, crises de identidade e vitimização. Os filhos do Ex-Khmer Vermelho e os filhos das vítimas que sobreviveram ao regime possuem apenas um

conhecimento limitado sobre as causas e o funcionamento do regime do Khmer Vermelho e sobre as experiências dos seus pais.¹ Os jovens são muitas vezes marginalizados. Além disso, os valores sociais hierárquicos priorizam o conhecimento dos mais velhos, inibindo, assim, o engajamento cívico dos jovens. Ao mesmo tempo, muitos jovens são socializados em um ambiente marcado pela violência estrutural e muitas vezes física.

A ausência de uma educação formal sobre o regime do Khmer Vermelho levou a juventude cambojana a viver entre narrativas conflitantes, principalmente os filhos dos sobreviventes e os dos perpetradores. Estes descendentes dependem, em grande parte, das narrativas familiares para obterem informações. Muitos jovens simplesmente não acreditam que estas atrocidades aconteceram em larga escala.² A confusão e a raiva mal direcionada refletem o potencial perigoso para que o legado da justiça de transição no Camboja seja apagado.

Dentro deste contexto, a Youth For Peace³ (Juventude pela Paz) - uma ONG cambojana que tem o objetivo de incentivar e inspirar os jovens a desenvolver iniciativas em prol da paz e da justiça social dentro da sociedade cambojana - iniciou um projeto chamado Diálogo Intergeracional que promove a ampla compreensão sobre a história do Khmer Vermelho e oferece uma plataforma para a apuração da verdade e para o envolvimento dos jovens na reconciliação de memórias das vítimas sobreviventes.

O projeto sensibiliza os jovens sobre a importância da história e sobre as experiências passadas dos sobreviventes. Após a participação no projeto, a atitude e o comportamento dos jovens participantes mudam em consequência de um entendimento melhor sobre a história do Khmer Vermelho, as principais causas das atrocidades e a realidade das histórias dos sobreviventes. Os jovens participantes desempenham um papel fundamental no processo de cura e de apuração da verdade durante a implementação do projeto. Eles escutam os sobreviventes de forma ativa, reconhecendo, aprendendo e validando os seus sofrimentos. Os jovens se simpatizam com a geração mais velha e elogiam os esforços que esta realiza para superar os obstáculos da vida.

Com o objetivo de desenvolver relações saudáveis e aumentar a capacidade de superação social, o projeto Diálogo Intergeracional contribui com o processo, em curso, da justiça de transição - que acontece em nível nacional através do Extraordinary Chambers in the Courts of Cambodia (ECCC) (popularmente conhecido como Tribunal do Khmer Vermelho) - em conjunto com a justiça reparadora realizada nos níveis locais. A junção entre as iniciativas oficiais e locais promove uma reconciliação social mais abrangente e duradoura no Camboja, aumentando a capacidade de resistência social contra as mobilizações violentas.

O projeto Diálogo Intergeracional realiza atividades nas áreas de ensino de história, apuração da verdade e memorialização. O projeto combina níveis individuais, relacionais e comunitários da sociedade, abordando as atitudes e comportamentos das vítimas sobreviventes do Khmer Vermelho

1 Burcu Münyas, "Genocide in the minds of Cambodian youth: transmitting (hi)stories of genocide to second and third generations in Cambodia," *Journal of Genocide Research* 10, no. 3, [2008] 413-439.

2 Münyas, "Genocide in the minds of Cambodian youth".

3 "Youth For Peace Cambodia", website, Youth For Peace, acessado em 19 de setembro de 2014, <http://www.yfp-cambodia.org/>.

e da geração pós-guerra. Homens e mulheres contribuem igualmente para o projeto. Além disso, várias medidas foram tomadas para garantir a segurança e a dignidade de todos os participantes.

Sobre a Youth for Peace (Juventude pela Paz)

A Youth for Peace (YFP) iniciou suas atividades em 1999 e foi oficialmente registrada como uma ONG da juventude em 2001. A sociedade cambojana, culturalmente, considera os jovens inferiores e inexperientes, limitando as oportunidades da sua participação no trabalho e na mudança social. O objetivo geral da YFP é capacitar os jovens para se tornarem agentes da mudança social pacífica. A organização está voltada, estrategicamente, para os principais grupos de jovens, além de outros grupos relevantes, promovendo diferentes níveis de mudança, como: pessoal, relacional, cultural e estrutural. A YFP dá continuidade ao seu programa de construção da paz, cura social e reconciliação através de abordagens inovadoras e participativas. Estas abordagens enfatizam a transformação interna dos jovens e a transformação da mentalidade da comunidade para construir uma cultura de paz.

A YFP organiza diversas atividades relacionadas à paz, liderança, desenvolvimento pessoal e reconciliação. A organização incentiva o ativismo juvenil e o voluntariado. A YFP mobiliza um grande número de jovens e desenvolve um estreito contato com eles através do diálogo e de abordagens participativas. A organização valoriza bastante a criatividade, o domínio e a iniciativa própria dos participantes. A YFP adota novos temas e grupos principais. Atualmente, ela lida com uma ampla gama de questões relacionadas à paz na sociedade, trabalhando em favelas, áreas rurais e zonas urbanas.

Além disso, ao reconhecer o déficit do trabalho de memória em torno do conflito, a YFP criou vários comitês para os memoriais das comunidades, promovendo iniciativas de memória voltadas para as necessidades de cada comunidade com os seus legados de memória específicos. A YFP também trabalha em parceria com o Peace Institute of Cambodia (PIC) (Instituto da Paz de Camboja). Este realiza pesquisas importantes e reúne documentações sobre os temas da paz, conflito, reconciliação, apuração da verdade e memorialização. O objetivo deste trabalho é promover uma cultura de paz e uma cultura democrática através da educação, pesquisa e de uma rede de defesa. O PIC pretende criar o National Peace Learning Center (Centro Nacional de Aprendizagem da Paz) que será formado por um Museu da Paz, uma Biblioteca de Pesquisa e um Centro de Recursos.

O Diálogo Intergeracional como um Meio de Conexão entre o Passado e o Presente na Youth For Peace

A Youth for Peace define o diálogo intergeracional como o diálogo entre os jovens e as gerações mais velhas sobre a história do regime do Khmer Vermelho e outros conflitos no Camboja, durante a guerra civil. O objetivo do diálogo é compartilhar a memória dos eventos históricos traumáticos com outros grupos ou gerações através de uma compreensão mútua. O diálogo entre as gerações é um método fundamental para trazer a cura social às comunidades de base, criar uma plataforma para a apuração da verdade sobre o passado das atrocidades do Khmer Vermelho e estabelecer uma relação entre as vítimas sobreviventes, os ex-membros do Khmer Vermelho e as gerações do



UMA JOVEM ENTREVISTA UM SOBREVIVENTE DO GENOCÍDIO COMO PARTE DOS DIÁLOGOS INTERGERACIONAIS DA YOUTH FOR PEACE. FOTO CEDIDA PELA: YOUTH FOR PEACE.

pós-guerra, contribuindo, assim, para a construção da democracia e da paz.

O projeto Diálogo Intergeracional da YFP aborda diferentes temas e atividades para envolver os jovens no aprendizado sobre a história do Khmer Vermelho. O processo utiliza abordagens de aprendizagem participativa, como: a apresentação das histórias das vítimas sobreviventes, visitas de campo aos locais de extermínio em massa, desenho das memórias das atrocidades através da terapia artística e visitas às exposições e concertos da comunidade. Durante as atividades do projeto Diálogo Intergeracional, a YFP convida os participantes, incluindo as vítimas sobreviventes, a organizar rituais coletivos tradicionais, como a cerimônia de água, na qual as dores do passado são lavadas, e as oferendas dedicadas aos espíritos dos mortos. No final da atividade, as vítimas sobreviventes recebem fotos dos desenhos que fizeram sobre as suas memórias pessoais da atrocidade. As vítimas sobreviventes, que permitem o uso das suas histórias ou fotografias, têm as suas histórias gravadas para serem publicadas posteriormente. O processo é bastante significativo para a cura das vítimas sobreviventes e para a aprendizagem dos jovens com as memórias das gerações mais velhas.

O projeto Diálogo Intergeracional tem o objetivo de:

- “ Apoiar a cura dos sobreviventes, liberando a dor guardada em suas memórias.
- “ Preencher a lacuna entre a geração sobrevivente e a geração pós-guerra, criando um ambiente onde ambas as gerações tenham um espaço seguro para contar as suas histórias e experiências. Compartilhar as experiências da geração sobrevivente com a geração pós-guerra é parte

do processo de transformação do negativo para o positivo. Além disso, é parte do processo da quebra do silêncio sobre a história do Khmer Vermelho.

- Incentivar a compreensão dos jovens sobre a história das atrocidades para evitar que as mesmas se repitam e incentivá-los a participarem dos processos de paz, como as iniciativas de memória, reconciliação e cura.
- Promover a reflexão crítica dos jovens e adultos sobre os fatores que provocaram os problemas sociais e a crise política durante o período do regime do Khmer Vermelho, visando a aprendizagem do passado e a sua aplicação no presente.
- Envolver a juventude em atividades sociais para transformá-la em um agente de mudança social e ao mesmo tempo promover o entendimento de uns com os outros através da confiança e do espírito de equipe compartilhado.

Componentes do Diálogo Intergeracional

O projeto Diálogo Intergeracional da YFP reúne as vítimas sobreviventes e a geração pós-guerra para compartilhar e aprender sobre o regime do Khmer Vermelho. As vítimas sobreviventes, com idade acima dos 45 anos, são convidadas a participar do programa juntamente com os jovens, com idades entre 16 e 22 anos. A YFP realiza workshops principalmente em comunidades de base, selecionando e trabalhando com grupos de 20 a 30 jovens. A juventude e as vítimas sobreviventes são convidadas a participar de todo o conjunto de atividades. As atividades começam com a oficina Compreender, Lembrar, Mudar, promovendo diálogos intergeracionais, oficinas de arte e memória, viagens de campo e cerimônias de água que lavam as memórias dolorosas. O programa é realizado em torno dos locais de extermínio em massa da comunidade, a fim de situar a história dentro de lugares específicos. As atividades são planejadas de acordo com o horário de folga dos membros das comunidades, como por exemplo após o trabalho agrícola ou outras obrigações.

1. A Oficina *Compreender, Lembrar, Mudar*

A oficina interativa *Compreender, Lembrar, Mudar* é realizada em três dias e oferece aos jovens participantes informações sobre a história do Kampuchea Democrático, do tribunal do Khmer Vermelho, da reconciliação e da reparação. O primeiro conjunto de atividades é projetado para melhorar a compreensão dos jovens sobre a história do Kampuchea Democrático. A juventude é exposta à ideologia do Khmer Vermelho, às causas da revolução comunista, aos fatores que impulsionaram a revolução a atrair os seus participantes e aos principais eventos que provocaram o genocídio. Este projeto auxilia os jovens a levantar questões e discussões sobre os fatores sociopolíticos, econômicos e ideológicos que provocaram o regime do Khmer Vermelho.

A oficina *Compreender, Lembrar, Mudar* promove a compreensão holística da diversidade de narrativas históricas, dando a mesma importância para histórias que documentam as experiências das vítimas e dos perpetradores. Uma das seções da oficina *Compreender, Lembrar, Mudar* se concentra em ajudar os jovens a compreender os fatores psicológicos e culturais por trás da violência coletiva.

Assim, a oficina gera discussões em torno do pensamento crítico e analítico sobre política e liderança, ao invés de uma obediência cega, capacitando os jovens com princípios morais.

A última seção da oficina *Compreender, Lembrar, Mudar* se concentra no futuro. Esta seção apresenta à juventude o conceito de reconciliação como um termo que possui significados diferentes para pessoas e comunidades diferentes, de acordo com seus contextos culturais, diferentemente da forma dominante que tem sido apresentado no Camboja como a ação de “perdoar e esquecer”. Esta seção apresenta as experiências de outros países com a violência em massa e como estes países lidam com isto. A oficina também aborda as medidas adotadas, desde o fim do Khmer Vermelho, para lidar com os crimes cometidos durante o regime. De forma didática e relevante para a juventude, esta seção se concentra no Tribunal do Khmer Vermelho, introduzindo a sua origem, os seus procedimentos, além de possíveis benefícios e dificuldades que este apresenta.

2. Diálogos Intergeracionais

Os diálogos intergeracionais são realizados nos centros religiosos das comunidades. As comunidades, por sua vez, recebem a visita prévia dos facilitadores antes da organização da oficina *Compreender, Lembrar, Mudar*. Os diálogos são realizados entre os membros da Achara⁴, professores, residentes antigos e os jovens das vilas. Os diálogos são direcionados de acordo com as expectativas e percepções do Tribunal do Khmer Vermelho. Os facilitadores da YFP dirigem os diálogos, e os alunos que concluíram a oficina *Compreender, Lembrar, Mudar* atuam como participantes. Os estudantes são encorajados a ouvir e fazer perguntas. Os diálogos não são apresentados como se os membros mais velhos da comunidade estivessem ensinando os fatos históricos à juventude. Os diálogos são apresentados como uma oportunidade para a juventude compreender a diversidade das narrativas históricas e percepções entre os cambojanos da zona rural. Cada diálogo tem a duração de 3 ou 4 horas, sendo realizado em dias consecutivos. Os diálogos são conduzidos através das táticas de discussão usadas para grupos grandes ou pequenos e através de exercícios teatrais. O programa é ajustado de acordo com as necessidades e interesses dos participantes da comunidade, segundo as suas determinações durante a preparação.

3. Oficina de Arte e Exposição

Através destas atividades, a YFP oferece espaços e recursos para os membros das comunidades integrarem a arte aos processos locais de memória cultural. Nas oficinas de arte, as vítimas sobreviventes compartilharam as suas memórias dolorosas através de desenhos, em um processo que permite a abertura do debate sobre o passado violento. O debate, por sua vez, dá origem ao diálogo intergeracional, gerando trocas bastante proveitosas.

As exposições de obras de arte dos moradores, jovens e monges envolvem toda a comunidade. Elas também apresentam concertos, espectáculos teatrais juvenis e sorteios para atrair a comunidade. Além disso, muitas vezes esta exposição é mostrada em conjunto com outras exposições. Uma

4 Achara é a denominação usada para as pessoas religiosas das vilas. Elas fazem parte, geralmente, de um grupo ou comitê religioso.

delas é a exposição itinerante sobre o Case 001 (Caso 001), o primeiro caso antes do ECCC.⁵ Outra exposição apresentada é “Rescuers: Picturing Moral Courage” (Prova: Retrato da Coragem Moral), criada em colaboração com uma organização sediada nos Estados Unidos, chamada Proof: Media for Social Justice (Prova: Mídia para a Justiça Social).⁶ A exposição Rescuers mostra exemplos de pessoas que ajudaram outras pessoas em tempos de guerra, em quatro países diferentes. Ela destaca a importância da não conformidade e da solidariedade. Estas atividades são integradas com concertos da comunidade e apresentações dos jovens treinados, reforçando, desta forma, uma forte relação entre a memória e a cultura.

4. Visitas aos Sítios Locais de Assassinato em Massa

O objetivo desta visita é oferecer aos participantes a oportunidade de aprendizado sobre a história dos locais de extermínio em massa e sobre os seus memoriais, com o propósito de promover um diálogo ativo entre as duas gerações sobre os últimos acontecimentos que ocorreram nestes locais. O uso dos locais como ferramenta para a compreensão da história oferece aos participantes uma maneira mais profunda de lembrar os acontecimentos. As visitas levam os jovens a compreender melhor as especificidades da vida sob o regime do Khmer Vermelho. Elas deixam uma impressão muito maior do que simplesmente falar sobre estes locais, garantindo uma experiência autêntica da história.

A YFP recebe a ajuda de professores de história para vincular estas atividades ao currículo escolar. Durante as visitas, a equipe da YFP e os alunos organizam uma cerimônia budista, oferecendo comida para os monges. Este é um conceito de cura que incentiva a lembrança e a prática de orações para os mortos. Além disso, depois da visita aos sítios locais de assassinato em massa, os idosos e os estudantes são convidados a participar de uma “cerimônia de água” na qual os jovens lavam os mais velhos em um rio, simbolizando a limpeza da má sorte e da dor que as vítimas sobreviventes vivenciaram. Esta cerimônia promove uma relação mais estreita entre as diferentes gerações.

O Impacto sobre as Vítimas Sobreviventes e a Juventude

Depois da participação no projeto, os jovens mudam suas atitudes e comportamentos. Estas mudanças são realizadas através da compreensão da história do Khmer Vermelho, das causas profundas das atrocidades e da realidade das histórias de sobrevivência. Os jovens participantes desempenham um papel fundamental no processo de cura e de apuração da verdade durante a implementação do projeto. Eles são os únicos que escutam os sobreviventes de forma ativa, reconhecendo o sofrimento vivido pelos sobreviventes. Os jovens simpatizam com a geração mais velha e elogiam os esforços que esta realiza para superar os obstáculos da vida. Um dos jovens participantes afirma:

“Eu escutei a história do Khmer Vermelho contada pelo meu avô e meu tio. Eles dedicaram o seu ... tempo para me contar sobre as suas experiências. Eu senti pena do meu avô

5 “Case 001”, website, Extraordinary Chambers in the Courts of Cambodia (ECCC), acessado em 3 setembro de 2014, <http://www.eccc.gov.kh/en/case/topic/1>.

6 “Proof: Media for Social Justice”, website, Proof, acessado em 20 de setembro de 2014, <http://proof.org/>.

porque o seu irmão foi morto nas montanhas do Phnom Khiev, na província de Pailin. Em seguida, o Khmer Vermelho ordenou que ele fosse levado para a selva, para um campo de trabalho forçado onde enfrentou problemas de saúde. Muitas perguntas foram surgindo na minha cabeça. Como por exemplo: quem criou este regime? Por que eles mataram pessoas inocentes? Por que outros países apoiaram o Khmer Vermelho? Como eu posso participar dos processos de reconciliação e de memória cultural? E muitas outras. Eu não sabia como encontrar as respostas. Felizmente, eu fui selecionado para participar da oficina Compreender, Lembrar, Mudar. A oficina é excelente. Eu aprendi muito sobre a história do Khmer Vermelho, como por exemplo os fatores externos e internos que levaram o Khmer Vermelho ao poder. Os fatores externos foram o apoio da China e do Vietnã do Norte ao KV, oferecendo técnicos e armas. Já os fatores internos estão relacionados ao bombardeamento realizado pelos EUA, a corrupção, as questões da terra, a ideologia do KV e assim por diante.

O Khmer Vermelho matou mais de três milhões de pessoas inocentes em todo o país. Eu realmente odeio a guerra. A aprendizagem do passado é uma forma de impedir que o genocídio aconteça novamente no meu país e no mundo.

Eu estou muito feliz com a realização destas atividades porque elas me oferecem a oportunidade de participar dos processos de reconciliação e de construção da memória cultural para as próximas gerações. Eu irei compartilhar tudo que aprendi neste programa com os meus parentes, vizinhos e amigos.”

— *Hun Mary, estudante do sexo feminino, de quinze anos de idade, da Escola Anlong Vil, da província de Battambang.*

As vítimas sobreviventes também estão felizes com a participação no projeto. Elas se sentem aliviadas ao contar suas histórias aos membros das novas gerações que as escutam ativamente. Este é o momento em que os jovens reconhecem os sentimentos e o sofrimento verdadeiro dos sobreviventes, compartilhando, assim, a tristeza dos sobreviventes. Os sobreviventes desejam homenagear os mortos de várias maneiras. Alguns desejam preparar stupas⁷ em homenagem aos mortos. Alguns desejam criar memoriais simbólicos e compilar testemunhos para auxiliar no aprendizado das novas gerações. Outros desejam preservar os canais⁸ construídos pelo Khmer Vermelho. Um dos membros da geração mais velha afirma:

7 As stupas são monumentos budistas comemorativos que, normalmente, abrigam relíquias sagradas associadas ao Buda ou outras pessoas religiosas. Após a queda do regime do Khmer Vermelho, muitas stupas foram construídas para preservar os crânios e os ossos das pessoas mortas pelo Khmer Vermelho, a fim de adorar os espíritos dos mortos e reunir seus restos mortais com seus espíritos.

8 Muitas pessoas foram levadas da cidade e de outros lugares para cavar canais que faziam parte do desenvolvimento da irrigação durante o regime do Khmer Vermelho. Os canais são amplamente conhecidos e associados às pessoas que sobreviveram ao regime do Khmer Vermelho.

“Eu estou feliz ao ver a nova geração curiosa para saber sobre o meu passado. Eu tinha 16 anos de idade na época do regime do Khmer Vermelho. Eu passei por uma brigada móvel⁹ da Vila Aumorny. Em seguida, Angka¹⁰ me transferiu para Thmor Korl e Samrongkhong, onde havia uma prisão. Cerca de 10 mil pessoas inocentes foram mortas neste lugar. Eu estava muito triste porque o meu sobrinho e outros parentes morreram naquele período. Na brigada móvel, Angka ordenou que eu trabalhasse mais de oito horas por dia. Eu vivia em uma situação assustadora e não tinha comida suficiente. Durante a estação chuvosa, eu recebia sopa de arroz e na estação seca eu só recebia uma pequena tigela de arroz.

Eu não esqueci o que vivenciei no passado. Eu me sinto triste ao falar sobre isso, mas é melhor assim [do que permanecer em silêncio]. Eu espero que o ECCC faça justiça para mim e para as outras vítimas. Eu fiquei muito feliz quando os juízes condenaram Kaing Guek Eav, pseudônimo Duch¹¹, à prisão perpétua.

Em relação à memória cultural, eu acho que devemos construir um museu local, compilar as histórias das vítimas, conservar os locais de extermínio em massa e educar os jovens sobre a história do Khmer Vermelho para impedir que o genocídio aconteça novamente no Camboja.

A criação de espaços, realizada pela YFP, para os jovens aprenderem sobre a história do Khmer Vermelho, de acordo com a perspectiva dos sobreviventes, é muito importante. O ECCC não é a única forma de fazer justiça e promover a reconciliação. O compartilhamento do passado é também uma forma de reconciliação.”

—*Tum Lot, 60 anos de idade, sobrevivente do regime do Khmer Vermelho.*

Por fim, o projeto promove a construção de uma colaboração permanente entre adultos, jovens, escolas, comunidades e autoridades locais. O projeto incentiva os jovens perguntarem os adultos, como os seus pais, sobre as suas experiências. Além disso, incentiva os adultos partilharem as suas próprias experiências passadas com os jovens.

9 As mulheres adultas e os grupos de jovens, compostos por trabalhadores saudáveis, eram escalados pelo regime do Khmer Vermelho para atender as necessidades de mão de obra rural.

10 De acordo com o glossário de termos relacionados ao regime do Khmer Vermelho, cedido pelo Documentation Centre of Cambodia (Centro de Documentação do Camboja), Angkar, ou partido, se refere à organização de liderança dentro do Khmer Vermelho. Este termo não pode ser usado para indivíduos.

11 Kaing Guek Eav, pseudônimo Duch, é o ex-presidente do Centro de Segurança S-21 do Khmer Vermelho, em Phnom Penh.

As Lições Aprendidas com os Diálogos Intergeracionais

A YFP acredita que a documentação dos testemunhos dos sobreviventes, para o uso em diálogos futuros, irá melhorar o projeto e criar sustentabilidade para o programa. Os testemunhos podem ajudar os jovens a sentir compaixão e empatia pela geração sobrevivente. As novas gerações também podem usar as histórias dos sobreviventes em apresentações públicas, se colocando, assim, no lugar dos sobreviventes. Portanto, o plano para documentar o processo do projeto no futuro será benéfico para o Camboja e servirá como um modelo de reconciliação em outros contextos. A gravação do processo também pode ser usada para promover a participação das novas gerações nas salas de aula.

Através do processo de diálogo, o jovem escuta as histórias dos sobreviventes. Em troca, eles organizam a cerimônia de água para os sobreviventes, o que é fundamental para a criação de um sentido de partilha. Os líderes da YFP observam que os jovens são curiosos e desejam compreender a vida dos sobreviventes e as suas experiências. No entanto, a YFP também observa que a reunião entre os sobreviventes e as gerações pós-guerra pode gerar alguns efeitos negativos. Em alguns casos, o diálogo reforça o trauma dos sobreviventes, na medida em que eles expressam as suas memórias dolorosas. A equipe da Youth For Peace aborda este tipo de impacto negativo de forma crítica, a fim de reduzir os riscos que podem apresentar para o projeto no futuro. [Outros sítios, que realizam projetos semelhantes podem discutir de forma proativa se este, ou qualquer outro tipo de impacto negativo - como a transferência dos traumas para as novas gerações - é uma preocupação potencial; com que frequência o impacto negativo é um problema; e quais são as estratégias que podem mitigar os traumas ou os efeitos negativos na comunidade em questão.]

Conclusão

As histórias dos sobreviventes formam o núcleo do projeto Diálogo Intergeracional. O projeto contribui com a apuração da verdade, a cura e a construção de melhores relações entre a geração dos sobreviventes e a geração pós-guerra. Através desta abordagem, os jovens participam ativamente nos processos de reconciliação das suas comunidades e as vítimas sobreviventes compartilham, com alívio, as suas memórias dolorosas, embora esse alívio não seja, necessariamente, permanente. A experiência induz empatia e compaixão para com os sobreviventes. Ela também constrói um espírito de comunidade através das atividades coletivas, como os festivais, a cerimônia de água e as exposições de arte nas comunidades.

O projeto Diálogo Intergeracional é uma forma bastante significativa para o povo cambojano lidar com o seu próprio passado e, especialmente, com a questão dos traumas. O projeto quebra a cultura do silêncio e do medo na sociedade atual. Através deste processo, os jovens e os mais velhos têm o poder de refletir, se expressar e construir processos democráticos para as suas comunidades e para além delas.

SEÇÃO 3
FOCO NA AMÉRICA LATINA

3.1 TRANSIÇÕES: UM EXEMPLO DA EXPOSIÇÃO COLETIVA DA REDE

Valeria Barbuto e Ariel Caniza

A Rede Latino-Americana da Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência surgiu como uma ideia em 2005. A Coalizão, composta por instituições do mundo inteiro, era relativamente nova naquele período, contando com apenas alguns locais na América Latina. Com o objetivo de consolidar o trabalho comum e em virtude das suas semelhanças em relação aos procedimentos e problemas históricos, entre outras, as instituições destes locais formaram redes regionais ou temáticas. Estas redes iniciaram outro nível de profundidade no trabalho e na troca de recursos entre as instituições.

Além das origens culturais comuns, das semelhanças entre as suas histórias de formação do Estado Nacional e do sofrimento provocado pela conquista da América, os países da América Latina também possuem semelhanças relacionadas às graves violações dos direitos humanos, durante períodos específicos entre as décadas de 1960 e 1990. A execução destes crimes não aconteceu da mesma forma, nem durante o mesmo período. Assim, podemos encontrar diferenças qualitativas e quantitativas significativas entre eles. No entanto, a repressão coordenada entre os governos, a solidariedade internacional contra a repressão e a luta contra a impunidade criaram um vínculo entre estas histórias recentes.

Hoje, 35 Sítios de Consciência, em onze países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, México, Paraguai, Peru e Uruguai), compõem a Rede Latino-Americana. A fim de promover a democracia e garantir a não repetição das atrocidades do passado, estas instituições trabalham em conjunto para a reconstrução da memória coletiva das violações

dos direitos humanos que ocorreram na região durante os períodos do terrorismo de Estado e dos conflitos armados internos. O Memoria Abierta, Ações Coordenadas das Organizações Argentinas dos Direitos Humanos, coordena a rede desde a sua criação por ser um dos membros fundadores da Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência e em virtude dos laços históricos do Memoria Abierta na região.

Os membros da rede são locais históricos, memoriais, arquivos, organizações territoriais, museus e instituições de ensino que possuem focos específicos. A grande diversidade no formato institucional, bem como no âmbito e no tamanho dos sítios, torna esta rede um espaço especial para a realização de um trabalho colaborativo no qual a combinação de diferentes pontos de vista promove os diálogos.

O trabalho realizado em cooperação, durante todos estes anos, aumentou o nosso conhecimento sobre as experiências que passaram e se desenvolveram na região. Além disso, nos ajudou a desenvolver e compartilhar estratégias de trabalho, treinamentos e metodologias específicas. Nós desenvolvemos práticas e reunimos informações substanciais sobre a criação, organização e acessibilidade dos arquivos e sobre as experiências de recuperação dos locais onde graves violações dos direitos humanos foram cometidas. Além disso, nós assessoramos e colaboramos com a construção de monumentos e memoriais, realizamos pesquisas topográficas, criamos exposições, produzimos conteúdo para os projetos dos museus, desenvolvemos materiais interativos e realizamos campanhas para o impacto do público, entre outras atividades e projetos.

Transições: Da Ditadura para a Democracia

Em 2010, a Rede Latino-Americana iniciou o trabalho de criação da exposição coletiva com o objetivo de incentivar a discussão do processo de transição política. A rede escolheu a fotografia como meio de comunicação principal por causa da sua riqueza, força e capacidade para examinar e transmitir informações. A concepção metodológica de trabalho foi concebida para gerar um consenso entre os diferentes sítios do país e, posteriormente, repetir o mesmo resultado em cooperação com todos os outros países. A rede se concentrou em um resultado que fosse adaptável para diferentes públicos, que levasse em conta os diferentes objetivos de cada instituição colaboradora e que tivesse um alto nível de acessibilidade e a possibilidade de reprodução como uma exposição local de baixo custo.

De acordo com estes propósitos, todos os Sítios de Consciência, agrupados por países, selecionaram entre três a cinco fotografias que representavam as suas histórias recentes, utilizando como critério de representação os principais momentos que marcaram as experiências de transição nos seus países. Durante as oficinas do encontro anual de 2010, os representantes dos sítios de cada país exibiram as fotografias selecionadas e promoveram debates sobre o conteúdo das fotografias. O envolvimento de vários participantes na discussão em torno da apresentação das Imagens Emblemáticas da História Recente (o nome original da atividade *Transições*) foi a parte mais produtiva do seminário. Os representantes dos sítios explicaram brevemente porque as fotografias selecionadas eram significativas para aquele momento. Apesar dos processos apresentarem diferenças em cada país, pudemos notar através das imagens que a passagem do autoritarismo para os regimes democráticos foi impulsionada por processos intensos de conflito

interno entre as forças políticas, o poder de mudança e os movimentos sociais.

Um dos aspectos mais interessantes e centrais desta discussão foi o debate interno entre os representantes de vários sítios do mesmo país - resultado das diferenças entre as características, tamanho, experiências pessoais e posicionamentos ideológicos de cada instituição. Em alguns casos, os representantes dos sítios foram capazes de identificar perspectivas alternativas para a abordagem do passado, criando um novo consenso sobre as modificações e as representações dos marcos históricos. A Colômbia teve uma participação limitada no debate porque o conflito armado, em curso no país, impediu que seus representantes afirmassem o desenvolvimento de um processo de transição na região. No entanto, eles foram integrados no processo de discussão e planejamento, refletindo sobre a possibilidade de divulgar a exposição para mostrar as experiências de outros países latino-americanos.

Os Sítios de Consciência Latino-Americanos produziram textos que explicam o contexto de cada fotografia e revisaram os significados e a importância das fotografias com base nas opiniões expressas na oficina. Um membro de cada país foi encarregado dos textos explicativos. O Memoria Abierta, no papel de coordenador, ficou encarregado de dinamizar o trabalho e a organização da exposição.

Exemplo do Paraguai

O processo no Paraguai ilustra os debates que surgiram durante a seleção das imagens. Inicialmente, os membros da rede do Paraguai selecionaram três fotos. No entanto, dias antes do lançamento da exposição, um representante do Departamento da Verdade, Justiça e Reparação foi convidado. O departamento - uma unidade do Gabinete da Procuradoria de Justiça paraguaia - não havia participado da seleção das imagens. Ao avaliar as fotografias, a partir de uma perspectiva diferente, o representante observou que uma das fotografias na exposição escondia uma história muito mais complexa, especialmente em relação às outras fotos da exposição. A fotografia mostrava o ex-presidente Alfredo Stroessner subindo os degraus de um avião, partindo para o exílio. O representante salientou que a imagem não ilustrava o fato de que o regime foi composto por mais de uma pessoa, ou seja, o regime recebeu amplo apoio militar, político e cívico. O comentário trouxe sugestões para a inclusão da representação de momentos importantes, como o Março do Silêncio, em 1985, durante a visita do Papa. Os representantes dos sítios paraguaios decidiram modificar a exposição com base nestas discussões. A exposição modificada apresentou imagens da marcha que aconteceu antes da queda da ditadura e imagens da apresentação do relatório final da Comissão da Verdade e Justiça, em 2008. Estes momentos são considerados passos importantes para a democracia do Paraguai.



AS ÚLTIMAS FOTOGRAFIAS SELECIONADAS PELOS MEMBROS QUE REPRESENTAM A TRANSIÇÃO DO PARAGUAI PARA A DEMOCRACIA. FOTO: ALICIA GALEANO.

Após decidirem quais fotos seriam incluídas na exposição, os membros da rede se concentraram em transformar a exposição em realidade. Uma das opções mais simples seria a criação de uma exposição itinerante tradicional que circularia entre os diferentes sítios membros da rede. No entanto, desde a sua criação, a exposição foi concebida a partir de um esforço de colaboração horizontal. O gerenciamento centralizado da exposição *Transições* seria uma contradição para o projeto.

Portanto, os membros decidiram usar uma plataforma que resultaria em uma maior acessibilidade e circulação para a exposição *Transições*. Eles colocaram as fotos no Flickr¹, um website que permite o compartilhamento, armazenamento, ordenamento e pesquisa de fotografias e vídeos. Esta plataforma digital não só oferece às pessoas, com acesso à Internet, a oportunidade de acessar a exibição em qualquer lugar do mundo, mas também permite que a exibição atinja um público mais amplo - através das mídias sociais, do website da rede e de outros websites similares - que, porventura, não teve a oportunidade de visitar um dos sítios de memória. A plataforma digital também permite que os 35 sítios membros divulguem *Transições* através dos seus próprios canais de comunicação. Para facilitar este processo, a exposição foi traduzida para o português e para o inglês.

1 “Transitions: From Dictatorships to Democracies”, álbum do Flickr acessado em 1º de setembro de 2014, <https://www.flickr.com/photos/latinamericantransitions/sets/72157644967789013/>. A galeria original em espanhol é: “Transiciones: De las dictaduras a las democracias”, álbum do Flickr acessado em 1º de setembro de 2014, <https://www.flickr.com/photos/transiciones/sets/72157627958361889/>. A galeria em português é: “Transições: de ditaduras para democracias”, álbum do Flickr acessado em 1º de setembro de 2014, <https://www.flickr.com/photos/transicoes/sets/72157631309432024/>.

A exposição, todavia, não é apenas uma exibição digital. A exposição física é exibida nos Sítios de Consciência e em outros locais relacionados ao tema.

Por outro lado, *Transições* não é uma exposição itinerante. Ou seja, não se configura como uma exposição única que circula de um Sítio de Consciência para outro. Em contrapartida, a exposição pode ser apresentada simultaneamente em espaços diferentes. Para alcançar este objetivo, o Memoria Abierta criou e selecionou painéis e catálogos para que cada local de memória pudesse imprimir, montar e adaptar a obra aos seus espaços, possibilidades e estilos de acordo com as suas necessidades. Isto permite que a exposição seja produzida no país em que será exibida, reduzindo, assim, os custos.

A versão digital de *Transições*² foi disseminada em todos os websites da rede, em dezembro de 2011. Em 16 de novembro de 2012, ela foi apresentada pela primeira vez em um Sítio de Consciência: o Museu da Memória de Rosário, em Santa Fé, Argentina. Em dezembro do mesmo ano, a exposição foi exibida no Memorial da Resistência, em São Paulo, Brasil. Em 2013, a exposição foi exibida na Universidade Nacional de General Sarmiento, em Buenos Aires, Argentina, e no Museu da Memória e dos Direitos Humanos, em Santiago, Chile.

Em cada local, a exposição foi exibida em condições únicas e com características únicas, adaptan-



A PRIMEIRA EXPOSIÇÃO DE TRANSAÇÕES FOI CEDIADA PELO MUSEO DE LA MEMORIA, ROSÁRIO, ARGENTINA, EM 6 DE NOVEMBRO DE 2012. FOTO CEDIDA PELO MEMORIA ABIERTA.

2 “Transiciones: De las dictaduras a las democracias”, compartilhamento de fotos acessado em 1º de setembro de 2014, <https://www.flickr.com/photos/transiciones>.

do-se ao espaço e aos recursos da instituição. Os critérios mínimos para a exposição são: um painel de introdução com o título e o nome dos produtores e a apresentação dos outros painéis com a série de fotografias de cada país de acordo com a ordem cronológica estabelecida. A ordem sugerida para os países é alfabética, embora eles também possam ser organizados a partir de outros critérios. O catálogo da exposição completa e contextualiza o motivo da escolha do evento representado em cada imagem, a importância da fotografia, o contexto da imagem e as implicações da fotografia. Assim, o catálogo mostra o valor que cada fotografia exhibe. O próprio catálogo, por sua vez, é uma parte integrante da exposição.

Lições de *Transições*: As Melhores Práticas

A experiência de criar a exposição *Transições* coletivamente permitiu que a rede tomasse algumas lições e desenvolvesse práticas mais eficazes e úteis para aqueles que planejam projetos semelhantes no futuro.

- .. A ideia central e o foco do projeto são os primeiros pontos que devem ser considerados.
- .. A exposição coletiva requer o compromisso dos coautores/participantes e a liderança de um coordenador para mobilizar o trabalho.
- .. Os custos fixos de uma exposição virtual não são altos. No entanto, é fundamental que os recursos tecnológicos e humanos necessários para os trabalhos de edição e upload das fotografias estejam disponíveis. Quando estes recursos não estiverem disponíveis, é possível recorrer aos colaboradores externos. A exposição virtual, *Transições*, não gerou custos adicionais; tudo foi realizado graças ao trabalho voluntário, à colaboração dos parceiros e ao uso de plataformas virtuais grátis. O trabalho, todavia, só foi realizado graças à preexistência de recursos humanos.
- .. As permissões e os direitos autorais das imagens que são colocadas na Internet devem ser considerados. Nós devemos ser cautelosos em relação a isso porque o download e a reprodução das imagens podem violar os direitos autorais e ofender os fotógrafos que possuem vínculos com as instituições.
- .. Além do Flickr, há outras plataformas que permitem a criação de álbuns fotográficos que, por sua vez, podem ser mais adequadas às características e necessidades de um álbum. Outra opção é a criação da própria galeria. A escolha de uma plataforma existente e gratuita está relacionada ao fato de que ela oferece tráfego e a possibilidade de alcançar um público mais amplo e não tradicional.
- .. Se a plataforma permitir comentários, como o Flickr, é necessário estabelecer uma política de respeito. Nós escolhemos comentários moderados e excluímos as mensagens ofensivas. No entanto, os comentários respeitosos que expressam uma opinião contrária às ideias da exposição e dos nossos sítios são mantidos.
- .. Uma forma de alcançar públicos novos e inesperados, considerando o usuário médio da internet, é ligar os eventos do passado ao presente. Assim, os usuários podem encontrar a exposição das fotos ao buscar por informações do presente. Uma excelente forma de fazer esta ligação é

através das datas comemorativas importantes porque elas trazem os eventos passados para o presente com uma data específica. Outra maneira é ligar os processos presentes com os eventos passados. O uso destas duas ferramentas, juntamente com o uso das redes sociais como um local de partida, pode atrair um novo público. Embora este grupo ainda seja pequeno, ele poderá expandir o alcance da exposição além do público especializado ou daqueles interessados nos temas da exposição.

- “ O desenvolvimento da exposição deve ser flexível e econômico. Desta forma, a maioria das instituições serão capazes de realizar a exposição. O Memoria Abierta elaborou um documento que define os critérios mínimos para a realização da exposição. Estes são: autoria, números de catálogos, espaço apropriado e representação de todos os países. A partir destes princípios, o Memoria Abierta estabeleceu um acordo com as instituições em relação à forma como *Transições* é exibida.
- “ A maior parte dos custos é para a impressão dos catálogos da exposição. Os catálogos devem ser disponibilizados para cada visitante da exposição porque eles apresentam os textos explicativos com o significado de cada uma das fotografias. Em um caso particular, a opção mais econômica para a exposição foi exibir a impressão dos textos dos catálogos juntamente com as fotografias. Embora esta não seja a opção ideal, a solução foi eficaz para o problema da falta de recursos.
- “ Outra questão que devemos considerar é a propriedade da exposição após a sua conclusão. Embora cada instituição pague pela impressão, o conteúdo das fotografias é propriedade da rede. Esta questão deve ser esclarecida antes do lançamento da exposição. Todas as partes devem concordar sobre o que fazer com os painéis após o fim da exposição.

Conclusões

Transições: Da Ditadura para a Democracia é uma experiência produtiva de trabalho cooperativo no contexto de uma rede. A dinâmica usada neste trabalho é fundamental para lidar com instituições que possuem uma diversidade enorme e que, por outro lado, estão unidas ao objetivo comum de promover os direitos humanos no presente.

Os componentes principais desta dinâmica foram:

- “ **A existência de um interesse comum**: os sítios que integram a Rede Latino-Americana manifestaram interesse através da realização de uma atividade que pretende estabelecer um diálogo em torno das histórias recentes dos seus países. O desejo comum foi essencial para o desenvolvimento de um projeto cooperativo porque a criação do projeto depende do acordo inicial de compromisso com a tarefa que irá garantir o uso futuro do projeto.
- “ **O desenvolvimento de um objetivo comum e diretrizes claras**: o princípio orientador do projeto foi caracterizado pela simplicidade, sendo movimentado a partir de recomendações executáveis e expectativas realistas. Além disso, o estabelecimento de diretrizes permitiu que todos os sítios participassem, se integrassem e refletissem sobre os resultados positivos do seu trabalho diário.

- .. Os espaços de discussão compartilhada: o encontro regional criou um fórum importante para a discussão e destacou a importância do trabalho conjunto para um projeto compartilhado. Os participantes falaram abertamente sobre as suas diferentes perspectivas em relação ao trabalho. O diálogo aprofundou o compromisso mútuo dos participantes e abordou a questão da viabilidade do projeto.
- .. A delegação de algumas etapas: uma vez que os membros da rede chegaram a um consenso básico e criaram os critérios gerais para a produção da exposição, foi essencial para os membros participantes delegarem a execução final da logística a um representante.

Transições: Da Ditadura para a Democracia apresenta algumas lições compartilhadas sobre a América Latina. Entre elas, podemos destacar que todos os países dão importância para a democracia, a paz e uma vida digna. Os períodos de graves violações dos direitos humanos cessaram graças à luta dos ativistas, organizações sociais, partidos políticos e um número considerável de pessoas comprometidas com a solidificação dos direitos humanos. A luta continua até hoje, todavia, sob a forma de pedidos para o fim da impunidade com base nos perdões ou privilégios para os responsáveis. Em alguns países, esses objetivos foram alcançados através de políticas públicas.

Os Sítios de Consciência trabalham para a apuração da verdade, a execução da justiça, o reconhecimento das vítimas e as reparações sociais. Eles realizam este trabalho através da promoção de discussões que ligam o passado ao presente. Desta forma, *Transições* mostra que os limites da transição dos sistemas repressivos na América Latina vão além dos tempos de mudança do sistema político e apresentam uma ideia de democracia substantiva. *Transições* será concluída apenas quando a impunidade for eliminada e a valorização dos direitos humanos constituir a principal característica da nossa vida política, social e cultural.

3.2

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO E SOLIDIFICAÇÃO DOS SÍTIOS DE CONSCIÊNCIA

Kátia Felipini Neves e Maurice Politi

Os Sítios de memória, mesmo sendo monumentos documentados que testemunharam as violações dos direitos humanos, não são capazes de comunicar por si mesmos. Através da musealização¹ eles podem se tornar agentes da transformação social ao estabelecer uma relação dialógica com os visitantes que, por sua vez, possuem uma variedade de perfis e experiências. Para isso, é necessário adotar uma perspectiva museológica processual - baseada na ação e reforçada pelo trabalho coletivo, multidisciplinar e interdisciplinar - e promover o envolvimento dos atores sociais na implementação do desenvolvimento.

O Memorial da Resistência de São Paulo, um Sítio de Consciência exemplar, oferece um estudo de caso que ilustra a perspectiva museológica e seu processo, desde o início até o seu desenvolvimento. Os pontos centrais deste estudo de caso são: determinados documentos de orientação fundamentais, a história do edifício e algumas questões conceituais, metodológicas e administrativas que foram ligadas às escolhas, priorizações e aos numerosos desafios ao longo do processo.

O Memorial da Resistência de São Paulo é uma instituição dedicada à preservação das memórias da resistência e das repressões políticas do período republicano brasileiro, de 1889 até o presente. O Memorial da Resistência está localizado em uma antiga prisão, em um prédio que pertencia ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP). O Sítio de Consciência,

¹ Musealização é a prática ou o conceito de preservar e transformar uma configuração ou estrutura para mostrar o seu significado através do desenvolvimento de um museu ou dos elementos de um museu.



FACHADA DO ANTIGO PRÉDIO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO (DEOPS – SP). FOTOGRAFIA POR PABLO DI GIULIO, COLEÇÃO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO, 2009.

localizado na antiga sede de um dos regimes políticos mais brutais da República brasileira, foi criado através das iniciativas políticas do governo do Estado de São Paulo, da Secretaria de Estado da Cultura, da demanda dos cidadãos - especialmente do Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo - e do trabalho multidisciplinar coordenado pela Pinacoteca do Estado de São Paulo. Com o desenvolvimento de um relacionamento único que continua evoluindo entre estas diversas entidades, o Memorial da Resistência foi estabelecido como uma instituição fundamental para o conhecimento crítico sobre a história recente do país, comprometida com o desenvolvimento de uma cultura dos direitos humanos.

Ele foi o primeiro lugar de memória no Brasil transformado em um Sítio de Consciência, durante um período em que o país dava os primeiros passos em direção à justiça de transição e valorização do direito à memória, verdade e justiça. Em 2007, ano em que o projeto do museu foi concebido, e durante muitos anos após a inauguração do Memorial da Resistência, as opiniões sobre a preservação se dividiram entre as ideias de que o passado deveria ser esquecido ou recuperado, inclusive entre os atores sociais. Muitos atores sociais estavam com medo de ter os seus nomes associados à instituição. Além disso, havia pouca menção da instituição na mídia.

Esta situação não foi totalmente superada. No entanto, o Memorial da Resistência é visto, já há algum tempo, como uma fonte de orgulho para aqueles que lutaram contra a ditadura e para aqueles que acreditam na necessidade de promover os valores do respeito e da defesa dos direitos humanos.

Além disso, o Memorial da Resistência é um recurso para os educadores. Ele oferece aos professores uma das poucas oportunidades para ensinar os seus alunos sobre a ditadura militar. O Memorial também se tornou um lugar no qual os pais e avós levam os seus filhos e netos para ensiná-los um pouco mais sobre as suas histórias.

O papel do Memorial da Resistência está ganhando reconhecimento e atuando como incentivo e catalisador para a criação de instituições similares em muitos outros estados do país. Assim, a instituição coopera de várias formas com a criação de outros memoriais e museus. Esta cooperação é inspirada pelo fato de que, considerando o medo de falar sobre o passado, a busca por uma sociedade mais justa, humana e decente só é possível quando muitas instituições museológicas abordam o assunto.

Sucessos e Desafios do Memorial da Resistência

O Memorial da Resistência é um sucesso porque ele assumiu um compromisso político através do desenvolvimento de uma proposta de projeto museológico². Além disso, ele desenvolve e solidifica seis linhas de ação programática: um centro de referência, lugares de memória, coleta regular de testemunhos, exposições, ações educativas e ações culturais. Entre os seus objetivos, podemos destacar a pesquisa e a comunicação que fazem do Memorial um lugar de produção de conhecimento e democratização da informação. O seu público também cresce todos os anos. Em 2013, ele recebeu cerca de setenta e três mil visitantes dos quais cerca de 30% foram guiados através de passeios educativos.

A musealização, como este estudo de caso sugere, permite que os lugares de memória se tornem agentes da transformação social porque a musealização favorece uma relação dialógica entre as diferentes comunidades através da dinâmica das ações.

O Memorial da Resistência enfrenta muitos desafios. Um deles é a divisão do edifício com o museu de arte Estação Pinacoteca, uma unidade da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Outro desafio diz respeito ao pequeno espaço disponível para as exposições permanentes e temporárias e ao pequeno número de funcionários. Ou seja, há a necessidade de um espaço físico maior e de mais funcionários. No entanto, mesmo com estes desafios, nós acreditamos, com base no processo desenvolvido no Memorial da Resistência, que iremos superar os desafios atuais e os desafios futuros. Esta é a dinâmica das instituições museológicas.

O fato de que os desafios citados estejam relacionados, especificamente, ao edifício em si reflete a complexidade que um local físico pode gerar para o processo de musealização. Para compreender estes desafios e os conceitos e metodologias por trás do Memorial da Resistência é necessário entender a história do edifício.

2 A proposta do projeto museológico - que poderá ser chamada, mais adiante no processo, de documento do projeto museológico ou esboço do projeto museológico - é o primeiro documento abrangente da nova instituição. Ela é cientificamente estruturada e justifica a criação e a existência do museu.

Resumo da História do Edifício

O edifício onde o Memorial da Resistência e a Estação Pinacoteca estão localizados foi palco de muitas ocupações. O edifício foi construído em 1914 para ser usado como armazém e escritórios da Estrada de Ferro Sorocabana. Em seguida, ele foi ocupado pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), de 1940 a 1983, até a agência de repressão ser extinta. O edifício também sediou a Delegacia de Defesa do Consumidor até 1997. O prédio, que até então estava sob a administração da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, foi passado para a Secretário de Estado da Cultura com o objetivo de criar um espaço dedicado à cultura. Várias possibilidades para a ocupação do edifício foram sugeridas, como: uma escola de teatro, escola de música com sala para concertos, biblioteca, ou museu. A restauração do edifício começou em 1999 e foi concluída em 2002 com a inauguração de um projeto prévio, chamado Memorial da Liberdade, no local da prisão e com duas exposições no segundo andar. O projeto foi realizado a partir de uma designação simbólica, sem processo de musealização.

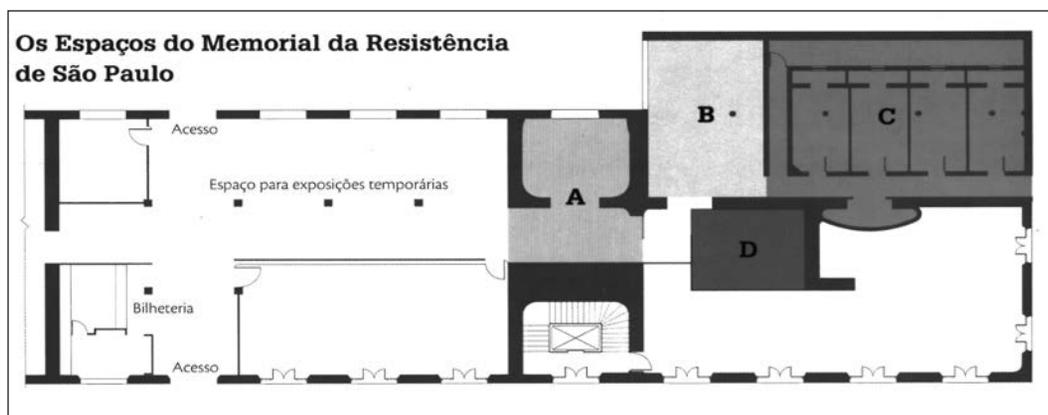
A reforma, no entanto, gerou muitas queixas entre os ativistas e ex-presos políticos porque o projeto apagava a memória do lugar e não oferecia nenhuma oportunidade para acrescentar informações sobre a história do edifício. Não havia nenhum planejamento para atividades educativas e culturais que explorassem a história dos acontecimentos do local ou a história do período repressivo da ditadura. Além disso, o Memorial da Liberdade não funcionava como deveria, uma vez que a necessidade de musealização e pesquisa não foi prevista em nenhum momento.

Nenhuma ocupação permanente do edifício foi concretizada. Assim, em 2004, ele foi passado para a administração da Pinacoteca do Estado de São Paulo para a criação de um museu de arte, a Estação Pinacoteca. O Memorial da Liberdade continuou sob a gestão do Arquivo Público do Estado até 2007. Em seguida, a administração do Memorial da Liberdade também foi passada para a Pinacoteca do Estado, marcando um novo capítulo na história deste lugar de memória.

Reflexões Conceituais e Metodológicas

O sucesso de uma instituição como esta depende da combinação de três fatores principais: a demanda dos atores sociais, o apoio dos órgãos governamentais e o comprometimento com a ação museológica. A combinação destes três fatores determinou os passos iniciais para a criação do Memorial da Resistência. Estes três fatores podem ser definidos, como:

- “ **Atores sociais:** os militantes, os ex-presos políticos e os ex-perseguidos políticos exigiram do Governo do Estado que o sítio tivesse um nome mais apropriado e que o seu potencial educativo e cultural fosse explorado.
- “ **Apoio dos órgãos governamentais:** o governo do Estado de São Paulo patrocinou o projeto financeiramente e conceitualmente.
- “ **Ação museológica:** o desenvolvimento da proposta do projeto museológico apresentou uma reflexão sobre o que esta nova instituição seria. Através desta reflexão, foi especificado que



A PLANTA DOS ESPAÇOS DE EXPOSIÇÕES DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA POSSUI UM ESPAÇO PARA EXIBIÇÕES PERMANENTES E PARA EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS. FOTO CEDIDA PELO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO.

o projeto museológico não deveria ser concebido por uma única pessoa, mas por um grupo. Além disso, o projeto seria mais do que uma exposição permanente, ou seja, uma instituição preocupada com a produção e a comunicação do conhecimento.

Quando a administração do Memorial da Liberdade foi transferida para a Pinacoteca do Estado de São Paulo, o diretor da Pinacoteca do Estado na época, Marcelo Araújo, solicitou uma equipe interdisciplinar de consultores para criar um projeto de museu. A equipe foi formada pela museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, pela historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e pelo educador Gabriela Aidar, da Pinacoteca do Estado de São Paulo. A equipe entregou o documento da proposta, “Projeto Museológico de Ocupação do Memorial da Liberdade”, em agosto do mesmo ano. Eles apresentaram um projeto com uma nova perspectiva museológica. O projeto proposto assumiu o compromisso de esclarecer os acontecimentos durante a ocupação do edifício pelo DEOPS-SP e, principalmente, refletir sobre os problemas contemporâneos da sociedade.

Qual é o primeiro passo para criar uma instituição como esta?

O primeiro passo é o desenvolvimento de uma proposta de projeto museológico. Que documento é esse e qual é a sua importância?

A proposta do projeto museológico foi concebida a partir de várias pesquisas sobre fatores, como: a história do lugar de memória, o contexto, as possibilidades e os tipos de coleções (museológica, arquivo, bibliográfica, etc.) e o público potencial. Ademais, nós podemos perguntar: qual é a função

social desta instituição? Qual é o tema principal? Em outras palavras, a partir de quais ideias ela deve ser desenvolvida? Quem é o público-alvo? Quais são os programas que devem ser desenvolvidos? Quais atividades devem ser criadas? A partir da análise das respostas destas perguntas pertinentes, um *diagnóstico museológico*³ é realizado, criando a base para a concepção da proposta do projeto museológico.

Desta forma, o documento do diagnóstico museológico é extremamente importante, na medida em que representa o resultado de uma reflexão coletiva que orienta todas as dinâmicas futuras da instituição. No entanto, o diagnóstico não é imutável já que a dinâmica da instituição e as revisões sistemáticas podem mostrar, ao longo do tempo, que alguns programas e atividades não funcionam ou não apresentam os resultados esperados.

No caso das instituições localizadas nos lugares de memória, o conceito central que chamamos de conceito de fundação, e a partir do qual a instituição é criada, deverá refletir os problemas e a mensagem que os organizadores desejam comunicar, bem como as exposições e os programas permanentes da instituição. Por exemplo, nos lugares onde as violações dos direitos humanos ocorreram, o foco principal do museu pode ser a repressão e os métodos de controle utilizados. Se a imigração for o foco principal do museu, a exposição pode se concentrar nos problemas específicos que os imigrantes sofrem. Por outro lado, o museu pode enfatizar as práticas de intolerância ou racismo se esse for o seu tema principal. Portanto, as especificidades das histórias de cada local determinam o seu tema central. Assim, os programas e os projetos são criados a partir destas especificidades.

No caso do Memorial da Resistência, nós escolhemos a resistência como conceito de fundação. Esta escolha foi tomada de acordo com vários fatores. Primeiramente, nós acreditamos que a resistência é uma necessidade perene. Portanto, a experiência das pessoas que viveram durante o período da ditadura deve ser um exemplo para os dias de hoje. Em segundo lugar, nós desejamos dar voz aos protagonistas da história para criar um contraste com a história oficial que aprendemos nas escolas.

O Projeto Museológico de Ocupação, além de definir o conceito de fundação, indica quais são as características que devem ser priorizadas. Os componentes prioritários foram definidos de acordo com a história do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), a trajetória de ocupação do edifício e seu status atual como Estação Pinacoteca. O projeto abrange componentes de pesquisa, de preservação através da conservação e documentação e de comunicação através das exposições, atividades educacionais e ações culturais.

Os programas foram organizados da seguinte forma:

Centro de Referência:

- “ O Centro de Referência expandiu o acesso à informação através de uma rede de instituições que possui documentos e fontes bibliográficas - através de pesquisas sistemáticas realizadas nas universidades, arquivos e instituições do gênero - com o objetivo de estabelecer diálogos diretos entre o Centro de Referência e outras instituições do gênero.

3 O termo diagnóstico museológico, comumente utilizado no campo da museologia brasileira, define o processo de planejamento estratégico museológico, extremamente analítico, caracterizado pela pesquisa, informações relevantes, pessoas envolvidas no processo, metas, trajetórias do museu e desafios.

Lugares de Memória:

- “ A identificação e a catalogação dos lugares de memória da resistência e da repressão, localizados no estado de São Paulo, ampliaram o alcance preservacionista do Memorial.

Coleta Regular de Testemunhos:

- “ A coleta e a gravação dos depoimentos dos ex-presos políticos, dos parentes das pessoas mortas e desaparecidas e dos ex-funcionários do DEOPS-SP foram usadas para a construção de um banco de dados sobre o DEOPS-SP e disponibilizadas para outros lugares de memória.

Exposições:

- “ A apresentação de exposições permanentes - cujos recursos devem ser sistematicamente renovados e cujo conceito serve como base para a criação de exposições temporárias que apresentam outro enfoque - favorece a abordagem de novas perspectivas em relação às questões do tema central do Memorial.

Ação Educacional:

- “ As ações educativas envolvem diálogos de construção entre as exposições e o público, a partir do desenvolvimento de processos de formação para educadores, oferecendo ensino formal e informal.
- “ Realização de visitas guiadas e produção de materiais de apoio para o ensino.

Ação Cultural:

- “ As ações culturais promovem eventos para gerar discussões sobre as práticas de controle, repressão e as ações dos grupos de resistência nos regimes autoritários e democráticos, realizando abordagens multidisciplinares que podem renovar as interpretações do passado recente. Estes eventos são: seminários acadêmicos, palestras, lançamentos de filmes, produções teatrais, festivais de cinema e outros.

O projeto possui uma proposta para uma exposição permanente no espaço onde as celas da prisão eram localizadas. Além disso, a proposta também abrange a ocupação de outras áreas do edifício.

Como visto no caso do Memorial da Resistência, o documento do projeto museológico é uma condição *sine qua non*, na medida em que atua como o primeiro documento de orientação da instituição. Ou seja, os planos do museu e os planos estratégicos devem ser criados e monitorados com base neste documento.

As instituições, devido a uma variedade de fatores, levam tempos diferentes para se solidificarem. Elas podem ser fortalecidas através de programas e projetos que demonstram seriedade e compromisso, aumentando a sua credibilidade na sociedade.

Qual é a Metodologia Usada para a Implementação do Lugar de Memória? Qual é a Metodologia Usada para as Exposições Permanentes?

A curadoria compartilhada é uma necessidade fundamental. O trabalho com a memória, por sua vez, é bastante complexo. Assim, apenas uma ou duas pessoas não seriam suficientes para desenvolver uma instituição. O envolvimento de atores sociais e profissionais de diversas disciplinas e especialidades é fundamental. Em conjunto, eles podem trabalhar de forma compartilhada e articulada, oferecendo conhecimentos, habilidades e competências exclusivas.

O primeiro passo para a implementação da proposta do projeto museológico do Memorial da Resistência foi contratar uma equipe de consultores que elaboraram o documento, além de outros três técnicos: um museologista, um educador com formação em história e um pesquisador/historiador. O arquiteto e todos os outros funcionários - como os pintores, eletricitas e pessoal administrativo/financeiro - eram da Pinacoteca do Estado de São Paulo. O Fórum dos Ex-Prisioneiros Políticos foi contratado em maio de 2008 para desenvolver atividades culturais e apoiar os objetivos educacionais. Durante o andamento da obra e das reuniões com a equipe técnica e os consultores, a equipe deu início à coleta dos testemunhos dos ex-presos políticos. Estes testemunhos foram fundamentais para a compreensão da resistência na vida cotidiana da cadeia e para a compreensão do ambiente da prisão. Concomitantemente, a equipe incorporou outros profissionais no processo, como os funcionários da Pinacoteca do Estado especializados em áreas, como: expografia⁴, montagem, obras civis, comunicação, acessibilidade para o público com deficiência física e atividades educativas. A equipe também contratou os serviços de especialistas de áudio, vídeo e implementação do modelo.

Dois representantes do Fórum dos Ex-Prisioneiros Políticos, Ivan Seixas e Maurice Politi, foram convidados para participar do processo de coleta dos testemunhos. O convite foi determinado por duas razões principais: a primeira diz respeito à garantia de que toda a representação seria feita através das suas vozes; a segunda diz respeito à necessidade de saber o que aconteceu de fato naquele lugar de memória.

Quatro sessões de coleta dos testemunhos foram realizadas. Os ativistas que participaram do processo tinham experiências variadas. Eles faziam parte de diferentes organizações políticas, como o Partido Comunista do Brasil, a Ação de Libertação Nacional, a Ação Popular e outros. Eles também representaram uma variedade de ocupações, como: estudantes, professores, trabalhadores, artistas gráficos e jornalistas. Entre eles, destacamos: Ivan Seixas, Maurice Politi, Alípio Freire, Elza Lobo, Rose Nogueira, Raphael Martinelli, José Paiva e Frei Betto. Eles foram acompanhados pelos representantes do Fórum dos Ex-Prisioneiros Políticos, que atuaram como mediadores, e pela equipe de

4 O termo expografia pode ser definido como uma abordagem cuidadosa e abrangente para a apresentação de projetos que considera todos os componentes em conjunto, independentemente da importância e da relação estabelecida entre os componentes, como: os objetos em exibição, o texto, os componentes visuais ou as pessoas que interagem com a exposição. Além disso, o termo se refere à previsão e ao planejamento da relação entre os componentes e como esta relação molda o ambiente de uma exposição, determinando o que será exibido, comunicado e a maneira de equilibrar informação e emoção.

implementação.

A extensa preparação para estas sessões de coleta dos testemunhos contou com a elaboração de um roteiro de entrevistas e com a localização de documentos e iconografias com o objetivo de otimizar as entrevistas e auxiliar na ativação das memórias dos participantes. Mesmo que este processo tenha ativado as memórias de um período traumático e relativamente recente, as entrevistas foram realizadas em um ambiente de entusiasmo, alegria e esperanças em relação ao futuro. A partir desta experiência, o projeto inicial sofreu algumas mudanças, incorporando novos recursos expográficos.⁵

A participação dos ex-presos políticos aconteceu, na verdade, antes da inauguração do Memorial da Resistência. Eles trabalharam, juntamente com a equipe, em diversas áreas do projeto e colaboraram intensamente para a resolução de inúmeros desafios e para o desenvolvimento de recursos. As áreas nas quais os ex-presos políticos trabalharam, juntamente com a equipe, foram: desenvolvimento do ambiente e gravação de áudio para as antigas celas; doação de documentos e fotografias como recursos expográficos; participação das visitas educacionais e da implementação de atividades culturais, como os Sábados Resistentes - programa cujo objetivo é inspirar a discussão de questões sociopolíticas do passado e do presente através de vários formatos, como: palestras, seminários, lançamentos de livros, filmes e apresentações teatrais.

O projeto foi elaborado a partir de uma autoria compartilhada. Todos os recursos expográficos foram resultados da participação da equipe na elaboração das ideias, desafios, soluções propostas e implementação do projeto.

Os desafios foram inúmeros. Um dos desafios foi a reinterpretação deste lugar de memória a fim de atrair públicos diversos e garantir o seu retorno com a família e os amigos. A eficiência do trabalho - em um pequeno espaço que não havia sido construído, originalmente, para a visitação, para a seleção do que queríamos mostrar e para a comunicação do que gostaríamos de expressar - e a garantia de que a seleção seria exibida de uma forma que equilibraria informações e emoção foram limitadas. Além disso, houve o desafio de expressar as histórias contadas pelos ex-prisioneiros como um estímulo necessário para a resistência, mesmo nos dias de hoje, e não como um obstáculo. Ademais, nós tínhamos o objetivo de garantir que a resistência não fosse representada, mais uma vez, como uma experiência frustrada para aqueles que resistiram. Para enfrentar estes desafios nós refletimos, discutimos e analisamos cada elemento, cuidadosamente, com o respeito que essas iniciativas merecem.

O Papel do Plano Museológico e do Planejamento Estratégico: O Que Esperamos da Instituição a Curto, Médio e Longo Prazo?

As instituições museológicas são dinâmicas. Assim, embora o esboço do projeto museológico seja o primeiro documento de orientação para direcionar as suas atividades, uma série de fatores e va-

⁵ Os recursos expográficos são quaisquer ferramentas utilizadas para melhorar a apresentação de uma exposição, como por exemplo: projeção de vídeo, mostras fotográficas, textos de parede ou monitores de computador interativos.

riáveis podem mudar as rotas da instituição. Entre os fatores e variáveis, nós podemos destacar: a dinâmica da instituição, equívocos na compreensão dos programas, falta de pessoal, financiamento inadequado, falta de compreensão ou apoio das instituições de gestão e intervenção direta ou indireta dos órgãos governamentais nos quais a instituição está vinculada.

Em raras ocasiões, as instituições são inauguradas com um organograma, com um orçamento anual baseados em seu perfil e nas suas necessidades e com todos os seus programas implementados. O museu é um processo e o projeto museológico é apenas o começo. Desta forma, enfatizamos a importância do planejamento estratégico que Maria Cristina Oliveira Bruno descreve como o plano museológico da instituição.

“Os processos museológicos desenvolvidos nos museus, memoriais, centros de memória e outras instituições do gênero são criados a partir de um documento de orientação - recentemente reconhecido pela legislação nacional como plano museológico. O documento é preparado de acordo com a ligação entre o diagnóstico institucional e a proposição de estratégias sobre a consolidação das diretrizes programáticas, baseando-se nas circunstâncias descritas pelo modelo de gestão. Por um lado, este documento tem o objetivo de clarificar e garantir a vocação institucional em relação ao seu potencial e singularidade. Por outro lado, ele destaca a necessidade da elaboração de diretrizes e ações estratégicas com o propósito de resolver os problemas identificados. Além disso, o plano deve facilitar a inserção qualificada da instituição museológica nas políticas de educação e patrimoniais.”⁶

Assim, é extremamente importante que a instituição avalie se o que foi inicialmente proposto continua adequado, ou se a instituição deve reformular alguns programas ou projetos. A instituição deve identificar os pontos fortes, as fragilidades, as oportunidades e as deficiências que irá enfrentar, ou se beneficiar, definindo o que será priorizado e o que será deixado para depois. Ademais, o caráter dinâmico das instituições pode fazer com que os requisitos iniciais assumam outras dimensões durante a gestão da instituição.

No caso do Memorial da Resistência - após a sua implementação e pleno funcionamento das atividades educativas e culturais, das exposições e dos componentes da pesquisa inicial do projeto - foi necessário estabelecer um plano museológico para avaliar se as considerações do projeto museológico inicial continuavam adequadas. Este processo envolveu uma abordagem da instituição a curto, médio e longo prazo através do planejamento estratégico e do estabelecimento de prioridades para que a instituição pudesse se solidificar.

Neste momento, a ênfase nas atividades voltadas para a comunicação foi fundamental para que o Memorial da Resistência sensibilizasse o público, durante um período em que tudo relacionado à ditadura era ainda tratado com muito medo.

O diagnóstico museológico foi essencial para a elaboração do plano museológico. Uma das análises do Memorial da Resistência concluiu que a essência dos pressupostos de orientação prevista na implementação do documento do projeto museológico foi preservada durante o desenvolvimento

6 Maria Cristina Oliveira Bruno, *Plano Museológico do Memorial da Resistência de São Paulo*, São Paulo: Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC; Memorial da Resistência de São Paulo, 2010.

institucional, após a sua inauguração. Esta essência foi gerada, especificamente, pela: dinâmica do trabalho coletivo, multidisciplinar e interdisciplinar; participação do Centro de Preservação da Memória Política em muitos programas; participação dos grupos através de atividades culturais; e pelo desenvolvimento de outros programas. De acordo com Marcelo Araújo e Maria Cristina Oliveira Bruno,

“Entre as principais variáveis que consolidaram a experiência na concepção e execução deste programa museológico, as atividades do Fórum merecem uma atenção especial porque a sua presença é evidente para a decisão política mencionada. Elas passaram por todas as etapas expográficas, por várias ações educativas e culturais, se mantendo visíveis na dinâmica do desenvolvimento e expansão das diretrizes do programa museológico. Esta ação transversal em relação à base do projeto, muitas vezes vertical em algumas atividades, ofereceu uma rara oportunidade de experimentação museológica para o trabalho, vivenciando com os protagonistas as suas próprias esferas de musealização. Esta experiência, por outro lado, tem demonstrado consistentemente a importância do diálogo com aqueles que construíram a “memória da resistência” neste “território profissional” e destacado o potencial das atividades museológicas para transformar as relações, muitas vezes dolorosas, destes protagonistas com os seus próprios dramas do passado.”⁷

O Memorial da Resistência foi submetido a um processo e o seu diagnóstico museológico foi baseado na documentação que o Memorial possuía, como relatórios, planos de trabalho anuais, projetos e publicações. O diagnóstico também foi baseado na observação de algumas atividades educativas e culturais, como: a participação dos grupos nas visitas educativas, as reuniões com os educadores, as palestras, o projeto Sábados Resistentes e as inaugurações das exposições. Ademais, foram realizadas reuniões com a equipe de consultoria, a equipe técnica e o Conselho de Gestores da Pinacoteca, além de consultas on-line. Ou seja, o plano museológico foi tão participativo quanto a proposta do projeto museológico.

Algumas análises do diagnóstico e da proposta proporcionam um entendimento global do plano museológico.

O objetivo da avaliação institucional foi analisar os problemas e os potenciais da execução do programa museológico⁸ e os seus possíveis impactos, principalmente em relação à Pinacoteca do Estado de São Paulo e à Estação Pinacoteca, considerando a separação e a independência destas instituições. A avaliação também abrangeu a gestão da Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC)

7 Marcelo M. Araújo e Maria Cristina Oliveira Bruno, Coordenadores, Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, Memorial da Resistência de São Paulo, 2009, 61.

8 Os “Programas Museológicos” são documentos resultantes dos estudos sobre as necessidades concretas da instituição. Os programas podem ser técnicos e práticos. Eles contribuem para o estabelecimento das prioridades, auxiliando, assim, o planejamento estratégico da instituição. Os programas abrangem a pesquisa, exposições, marketing, comunicação, educação, planejamento arquitetônico, etc. Além disso, várias subcategorias do projeto podem coexistir dentro de cada um dos programas.

- uma Organização Social da Cultura⁹, a avaliação da inserção e admissão do Memorial da Resistência no âmbito de outras instituições e órgãos de preservação do patrimônio em diferentes esferas e, particularmente, a avaliação da relevância do desenvolvimento e execução do projeto museológico para o conceito de fundação.

O diagnóstico concluiu que o conceito museológico de fundação se manteve adequado e apropriado, “promovendo o desenvolvimento vocacional e a construção do processo museológico da instituição”¹⁰. O diagnóstico também confirmou a pertinência das diretrizes de ação programática, o reconhecimento oficial da instituição, a existência de quadros jurídicos, a contratação dos seus próprios funcionários, o desenvolvimento do Conselho de Orientação Cultural¹¹, o apoio efetivo da Organização Social da Cultura e a participação do Fórum dos Ex-Presos Políticos¹².

Para garantir um diagnóstico museológico minucioso, foram criados vários níveis de verificação, como por exemplo: a construção de um inventário sobre as características do Memorial da Resistência; o desenvolvimento de um quadro de referência com os pontos fortes e fracos das características identificadas; a avaliação do grau de desenvolvimento dos programas; a análise da inserção do Memorial da Resistência na Pinacoteca do Estado de São Paulo; e, por fim, o aumentando da análise dos documentos sob a responsabilidade do Conselho de Gestores. A concepção do plano museológico estabeleceu uma conexão entre as diferentes fases do projeto com base em uma visão estratégica. Os componentes conectados abrangeram fases estruturais que asseguraram o equilíbrio entre as diretrizes do programa. Além disso, abarcaram experimentos iniciais, como o programa realizado entre o Memorial da Resistência, a Estação Pinacoteca e a Pinacoteca do Estado de São Paulo com o objetivo de preparar a coordenação das fases do projeto. As revisões sistemáticas também fizeram parte da concepção do plano museológico, verificando a eficácia das estratégias do plano.

O projeto do Memorial da Resistência foi organizado de acordo com a seguinte estrutura:

Primeira Fase - Implementação das Diretrizes Programáticas do Memorial da Resistência de São Paulo

A implementação dos programas enfatizou os lugares de memória, a coleta regular de testemunhos e o desenvolvimento do Centro de Referência. Esta escolha foi realizada com base em uma discrepância evidente em relação às diretrizes programáticas focadas na comunicação, como exposições, educação e ações culturais. Elas possuem um número considerável de atividades variadas. Desta forma, foi necessário encontrar um certo equilíbrio entre estes e outros programas.

9 A Organização Social da Cultura é uma das inúmeras Organizações Sociais (OS) oficiais, ou seja, organizações civis sem fins lucrativos que administram as instituições públicas. A maioria dos museus e outras instituições ligadas ao Governo do Estado são administradas por um sistema operacional desse tipo.

10 Bruno, Plano Museológico, 2010, 17-18.

11 O Conselho de Orientação Cultural (COC) é uma agência do Departamento da Cultura que oferece consultoria, acompanhamento e avaliação das atividades e das funções desempenhadas pelo Memorial da Resistência de São Paulo, bem como conselhos e sugestões. O conselho é composto por sete membros e os visitantes podem assistir as reuniões.

12 Bruno, Plano Museológico, 2010, 17-18.

Segunda Fase - Solidificação do Conceito de Fundação do Memorial da Resistência de São Paulo

Esta fase se concentrou, principalmente, na verificação e avaliação da consistência conceitual e pertinência das diretrizes estratégicas propostas pelas ações programáticas para o desenvolvimento da missão institucional. Esta avaliação também indicou a necessidade do aumento do quadro de funcionários, da revisão sistemática do perfil e das opiniões dos visitantes e da avaliação sistemática dos resultados dos experimentos iniciais. Além disso, os resultados desta avaliação indicaram “a possibilidade de que a instituição tenha condições de consolidar seus pressupostos e diretrizes programáticas, além de traçar os possíveis caminhos para a sua expansão”¹³.

Terceira Fase - Expansão Institucional do Memorial da Resistência de São Paulo

Com base nos estudos realizados periodicamente pela instituição e no cumprimento dos pressupostos das etapas anteriores, foi possível afirmar, claramente, que o Memorial da Resistência pode alcançar, de forma gradativa, a sua autonomia institucional. Como explicou Cristina Bruno, a autonomia do Memorial da Resistência ficou evidente “devido à valorização de uma abordagem temática extremamente relevante para a educação e para a cidadania; à localização em um “lugar de memória” fundamental para enfrentar os seus problemas políticos patrimoniais; e ao programa museológico adequado às principais demandas da museologia contemporânea”¹⁴.

Considerações Sobre a Criação ou Revitalização das Instituições de Memória

A revitalização de um lugar envolve muito mais do que uma simples reforma, restauração e a abertura para o público. Assim, como observado no Memorial da Resistência, as instituições do gênero na América Latina, que trabalham com perspectivas futuras, desenvolvem inúmeros projetos e ações nas áreas de pesquisa, exposição, atividades educacionais e ação cultural, dependendo da extensão de cada projeto. Todas elas atuam em conjunto com as suas comunidades de interesse.

Assim, para a criação ou revitalização das instituições, devemos considerar:

1. Quais são os primeiros passos para a concepção de uma instituição? A criação do projeto museológico. As perguntas que devem ser respondidas são:
 - “ Por que criar a instituição? Qual é a função da instituição, do museu ou do memorial? A instituição se dedicará a quê?
 - “ A instituição será criada para quem e para quê? Qual é o público que será potencialmente mais ativo?

13 Bruno, Plano Museológico, 2010, 55.

14 Bruno, Plano Museológico, 2010, 58.

- “ Qual é o tema central (exemplo: o conceito de fundação)? O que você deseja comunicar através deste tema? Quais são os principais temas que a instituição irá abordar com o objetivo de influenciar a mudança na realidade do dia a dia?
- “ Quais são os principais programas e projetos para o desenvolvimento da instituição? Qual é a história e a importância do lugar e do seu contexto?
- “ Quais são as conexões com o presente? Qual é a sua importância nos dias atuais?
- “ Em que medida e de que forma a instituição será um agente de transformação social?

1.1 O que deve ser considerado para a programação?

a. Exposições

- “ Quais são as questões abordadas na exposição permanente? Quais são as temáticas abordadas na exposição permanente que podem ser trabalhadas nas exposições temporárias?
- “ Há espaço disponível para as exposições temporárias? Nossos recursos anuais podem financiar quantas exposições temporárias? Quais são as metas das exposições temporárias?

b. Atividades Culturais

- “ Qual é a importância das atividades culturais? Qual é o público-alvo das atividades culturais? Como vamos envolver os diferentes tipos de público?
- “ Explorar as possibilidades de parcerias com as universidades, entidades governamentais e organizações não governamentais para a realização de seminários e outros eventos.
- “ Como podemos transformar a instituição em um fórum de discussão? Como podemos transformar o lugar de memória em um espaço de representação que poderá ser usado por diferentes grupos?
- “ Há várias possibilidades que nem sempre necessitam recursos financeiros. Estas podem ser: seminários acadêmicos, palestras com vários temas, filmes, apresentação de peças de teatro, lançamentos de livros, etc.

c. Atividades educacionais

- “ Qual é o público-alvo das atividades educacionais públicas? Ele abrange o público geral? Ele é formado por estudantes? Qual é o nível de educação dos estudantes? Ele é formado por educadores do ensino superior? ONGs?
- “ Qual é a idade do público-alvo das atividades educacionais?
- “ Como podemos construir roteiros para as visitas educativas às exposições permanentes? Que tipo de roteiro pode ser desenvolvido ao levar em conta fatores, como idade, alcance do público geral e alcance dos grupos escolares com base no nível de escolaridade (ensino fundamental, médio e universitário)?
- “ Como iremos ampliar as atividades da instituição através dos replicadores ou educa-

dores de pares, como professores ou funcionários das ONGs que recebem formação específica sobre um tema específico (por exemplo: direitos humanos) com a finalidade de promover a discussão do assunto? Isto pode ser alcançado através da inclusão de educadores com uma educação formal e não formal, realização de treinamentos, apresentação de palestras temáticas e criação de um clube de educadores.

- “ Como vamos envolver as crianças com menos de dez anos de idade? Como vamos criar jogos educativos e oportunidades para a contação de histórias?

d. Pesquisa

- “ Quais são as áreas de pesquisa mais importantes para o estudo e o desenvolvimento sistemático da instituição? O conceito de fundação apresenta questões que podem ser favorecidas?
- “ Quais são as possibilidades de coordenação com as universidades e outras organizações?

e. Preservação da documentação e conservação

- “ Quais são os tipos de coleções que a instituição possui ou possuirá (museu, arquivo, coleções bibliográficas, etc.)? Quais são os critérios estabelecidos pela instituição para esta aquisição? Como vamos elaborar uma política de coleções?
- “ Quais são os espaços necessários para o processamento e a manutenção das coleções? Como vamos documentar e manter as coleções? Que tipo de profissionais ou especialistas serão necessários?

f. Gestão

- “ Como a gestão é estruturada? Quem é o patrocinador principal? Como podemos envolver outros patrocinadores e criar parcerias?
- “ O que é ideal para cada um dos departamentos? Quais são as possibilidades do presente e o quais serão as possibilidades para o futuro?

2. Qual é a metodologia usada? Quais são os requisitos para a criação da instituição?

- “ Quem são os principais profissionais que podem contribuir para a implementação dos programas e para a exposição permanente?
- “ Como criar um ambiente participativo, onde todos terão a liberdade e a confiança para expressar as suas ideias?
- “ Como podemos reunir e envolver os atores sociais desde o início do processo? Como as suas memórias e conhecimentos podem ajudar no desenvolvimento do conteúdo do roteiro da exposição?
- “ Quais são as técnicas e os métodos utilizados para a seleção e a organização das ideias e pesquisas para a construção do discurso descritivo?

- .. É possível desenvolver atividades educativas e culturais durante o processo de estabelecimento da instituição. Em que medida isto pode dar visibilidade à nova instituição?

3. O papel do plano museológico e do planejamento estratégico

- .. O que podemos desejar ou esperar da instituição a curto, médio e longo prazo? Como sabemos se a instituição é bem-sucedida e/ou consistente com a sua missão e com os seus objetivos iniciais? Há incompatibilidades?
- .. A instituição possui os recursos para a contratação de um especialista para a elaboração do plano, ou a equipe terá que prepará-lo? Como a pesquisa, a análise e o diagnóstico da instituição devem ser realizados?
- .. O que mudou no contexto social, político, econômico e cultural desde a abertura da instituição? Há novas necessidades provocadas por estas alterações ou pela dinâmica da instituição? Estamos satisfeitos com o perfil do público presente no museu, ou precisamos identificar falhas que devem ser investigadas e corrigidas?
- .. Como envolver a equipe no desenvolvimento do plano museológico? O que fazer para torná-lo um processo participativo?
- .. Como envolver a equipe na preparação dos planos estratégicos?
- .. O que devemos priorizar a curto, médio e longo prazo no planejamento estratégico?
- .. Como podemos aumentar a equipe? Através da contratação efetiva, temporária, estagiários ou voluntários?

Conclusão

Os lugares de memória, ligados às questões políticas, devem ser tratados sob uma perspectiva museológica processual para que possam desempenhar uma função social contemporânea. Assim, o compromisso político, a construção das instituições em conjunto com os atores sociais e o trabalho com os profissionais de diferentes disciplinas e especialidades são práticas essenciais.

Ao refletir sobre o processo desenvolvido no Memorial da Resistência de São Paulo e sobre as análises das instituições do gênero, descobrimos que o processo em um lugar de memória estabelece um tipo de relação dialógica com o visitante. Esta relação, por sua vez, é necessária para a promoção de ações transformadoras e deve estar no centro de todas as ações museológicas.

3.3

VISITAS GUIADAS E INTERATIVAS NA CASA MEMORIA JOSÉ DOMINGO CAÑAS 1367

Zachary McKiernan e Bix Gabriel

Por mais impressionante que este fato possa parecer, ou seja, uma casa modesta em um bairro de classe média ter se transformado em um centro de detenção e tortura, é igualmente surpreendente como a mesma casa, apesar de ter sido destruída, manteve a sua história viva através dos ativistas do bairro. Esta é a história da Casa Memoria José Domingo Cañas 1367.

Em 11 de setembro de 1973, quando o golpe militar derrubou o governo democraticamente eleito de Salvador Allende, no Chile, a casa modesta localizada em José Domingo Cañas 1367 no bairro de Ñuñoa, em Santiago, pertencia a um cidadão brasileiro. Após o golpe, a embaixada do Panamá - diante da necessidade urgente de ter um espaço para abrigar os asilados políticos - usou a casa como uma casa de proteção. No entanto, as forças civis-militares se apropriaram rapidamente da casa, transformando-a em um centro clandestino temporário de detenção e tortura. O centro esteve em funcionamento de 1974 a 1975. A infame Direção Nacional de Inteligência (DINA), do Chile, chamou a casa de "Prisão Ollague". A casa se tornou o local de detenção das pessoas associadas ao Movimento de Esquerda Revolucionária (Movimiento de Izquierda Revolucionaria - MIR), um partido político armado criado por estudantes, em 1965, que ampliou a influência da doutrina marxista-leninista entre os trabalhadores antes do golpe. Em 1977, a casa José Domingo Cañas 1367, ou a Prisão Ollague, foi ocupada pela organização que sucedeu a DINA, o Centro Nacional de Inteligência (CNI), até 1987. Durante o seu funcionamento como um centro clandestino de tortura, 53 prisioneiros desapareceram e até hoje não sabemos nada sobre estes desaparecimentos.

Após a retomada da democracia no Chile, em 1990, a casa foi abandonada. Em 1999, os ativis-

tas do bairro iniciaram um processo para a recuperação e transformação da casa em um lugar de memória como parte da política de memória da democracia nascente. No entanto, o proprietário da casa na época, um magnata da indústria de brinquedos, destruiu a casa com o intuito de apagar a sua história, refletindo um objetivo presente nas ações de vários simpatizantes do regime de Pinochet. No entanto, os ativistas se mantiveram resolutos. Em 2002, a propriedade do lote onde a casa estava localizada - cedida ao Estado pelo antigo proprietário - foi transferida para os ativistas do bairro e chamada de Monumento Histórico Nacional. A partir desta data, a Casa Memoria José Domingo Cañas 1367 foi transformada em um espaço público de encontro que abrange um período e um movimento histórico, cultural, social e político. A Casa Memoria está localizada no centro do local. Ela foi construída no sítio após a destruição da casa original.

A missão do sítio histórico, inaugurado em 2010 como Casa Memoria José Domingo Cañas 1367, é enfatizar a memória das violações dos direitos humanos durante a ditadura e apoiar as lutas pelos direitos humanos nos dias atuais. Como em várias sociedades, uma série de desafios sociais, políticos e econômicos contemporâneos, no Chile, são resultados da sua ditadura no passado. Recentemente, o país tem sofrido um aumento da repressão policial, da violência e da polarização política, além das detenções arbitrárias, principalmente de estudantes e da tribo indígena Mapuche. Os ativistas que dirigem a Casa Memoria José Domingo Cañas 1367 relacionam as políticas de repressão e tortura do Estado durante a ditadura às táticas atuais usadas pela polícia e pelos militares. Assim, além de investigar os casos das pessoas perseguidas que passaram pela Prisão Ollague, analisando e apresentando as violações cometidas durante a ditadura, a equipe da Casa Memoria José Domingo Cañas 1367 estabelece uma cultura da memória em relação às violações dos dias atuais. Os ativistas trabalham no sítio e fora do sítio para reverter a continuidade das políticas ditatoriais na democracia de hoje através da documentação, da lembrança e da valorização do compartilhamento de informação e da denúncia contra as violações e repressões policiais.

A Casa Memoria José Domingo Cañas 1367 oferece visitas guiadas interativas, no sítio do antigo centro clandestino de tortura, com o objetivo de promover a disseminação de informação e esclarecer a ligação entre o passado e o presente das políticas do Estado que violam os direitos humanos e civis. Os guias das visitas incorporam a narrativa histórica da casa com a narrativa nacional da ditadura, usando o poder do local, conscientemente, para induzir o conhecimento histórico e as conexões emocionais. Além disso, eles incentivam os visitantes a analisar, opinar e gerar ideias com o objetivo de esclarecer a ligação entre as violações passadas dos direitos humanos e os problemas contemporâneos relacionados aos direitos humanos. A visita guiada interativa é uma experiência compartilhada na qual os ativistas bem informados e os diversos públicos se reúnem para dialogar e se conectarem com a história, com os problemas contemporâneos, entre outros.

As Visitas Guiadas Interativas na Casa Memoria José Domingo Cañas 1367

Os criadores dos sítios históricos ao redor do mundo reconhecem o poder inerente do local, ou seja, o poder de evocar emoções e reflexões sobre os acontecimentos que ocorreram nos sítios. Os

Sítios de Consciência se engajam ativamente para mudar a pergunta “o que aconteceu neste lugar?” para “o que eu posso fazer hoje para que os acontecimentos do passado não se repitam?” Em vez de oferecer respostas definitivas para as questões sobre os acontecimentos do passado, ou sobre o que deve ser feito no presente, vários Sítios de Consciência incentivam os visitantes a elaborar respostas próprias para que eles possam desenvolver as suas próprias conexões entre o passado e o presente. No entanto, a busca pelo significado e o processo de conexão entre o presente e o passado não é deixada ao acaso. Ao invés disso, os Sítios de Consciência realizam, como de costume, uma abordagem deliberada para estimular a reflexão, a indagação e a ação. Um dos métodos frequentemente usados pelos Sítios de Consciência para promover o engajamento do visitante é a visita guiada interativa.

As visitas guiadas são usadas com frequência pelos museus, sítios históricos, exposições e memoriais. As visitas guiadas interativas, como as visitas do Sítio de Consciência Casa Memoria José Domingo Cañas 1367, em Santiago, incentivam os visitantes a interpretar a história do sítio; compartilhar suas opiniões e experiências; e se engajarem na narrativa, criando significados individualmente ou coletivamente. Em resumo, estas visitas incentivam os visitantes a interagir.

Em 2012, a Casa Memoria José Domingo Cañas 1367 lançou a visita guiada interativa como parte de um programa educacional para estudantes universitários, “*Memórias da Repressão Política no Chile: Direitos Humanos Através das Disciplinas*”. Este programa examina a história da repressão política no Chile, auxiliando os estudantes de disciplinas acadêmicas distintas a explorar uma série de problemas contemporâneos relacionados aos direitos humanos, e não apenas aqueles relacionados às violações cometidas por Pinochet. A visita foi elaborada para auxiliar a compreensão dos estudantes sobre o impacto das violações dos direitos humanos na preparação de oficinas mais longas, voltadas para os aspectos variados dos estudos sobre os direitos humanos. A equipe da Casa Memoria José Domingo Cañas 1367 concluiu que a visita interativa dos estudantes resultou em uma análise mais profunda do sítio, em uma análise da história do sítio a partir de perspectivas diferentes e em uma oportunidade para o diálogo sobre o legado contemporâneo da história do sítio. Como resposta, a equipe do sítio resolveu oferecer a visita guiada interativa para todos os visitantes.

Os guias, que realizam a visita interativa de 40 minutos, param em seis estações ao longo da paisagem física e vazia do sítio para contar a história do antigo centro de tortura. Na primeira estação, por exemplo, os guias se apresentam, descrevem o contexto do sítio e analisam os murais pintados nas paredes do sítio. Outra estação faz homenagem às 53 vítimas detidas que desapareceram da Prisão Ollague, listando os seus nomes sobre o assoalho do memorial. Os ativistas escolheram listar os nomes das vítimas, especificamente, sobre o assoalho (ao invés de usar uma placa ou parede) porque os sobreviventes da prisão testemunharam que durante a sua transferência de uma parte para outra no centro de detenção, eles podiam ver o chão ao olhar por baixo da venda. Os guias da visita também usam materiais como as histórias pessoais dos prisioneiros, fotografias e outros recursos da biblioteca da Casa Memoria para compartilhar o que aconteceu no sítio. O objetivo geral da estratégia é fazer com que a história da casa e das várias formas de repressão estatal sejam conhecidas. Além deste objetivo, há também o desejo de engajar as pessoas em diálogos sobre o significado desta história para que os visitantes façam conexões entre o passado e o presente dos problemas sobre os direitos humanos. A visita, por sua vez, relata uma variedade de histórias de

forma detalhada, contextualiza o sítio no âmbito geral do terrorismo de Estado e formula questões subjetivas para os visitantes refletirem durante a sua visita. Os visitantes também são estimulados a fazer perguntas para o guia que, desta forma, compartilham as suas experiências e perspectivas. Por fim, o guia descreve o papel ativo que a Casa Memória José Domingo Cañas 1367 possui nas lutas atuais e convida os visitantes a refletir sobre as suas relações pessoais com estas lutas.

A visita guiada interativa da Casa Memória José Domingo Cañas 1367 se diferencia das visitas tradicionais dos museus e dos sítios históricos em ao menos três formas. Em primeiro lugar, o objetivo das visitas é promover o diálogo sobre o conteúdo e o contexto histórico que ainda permanecem sensíveis e contestados, ao invés de simplesmente oferecer uma narrativa sobre o passado e seus legados. O diálogo aberto sobre a tortura e o terrorismo de Estado requer uma sensibilidade enorme, principalmente em uma sociedade onde o silêncio sobre os abusos ocorridos tem sido previsto e imposto há bastante tempo. A experiência para os visitantes e para os guias pode ser emocional e desafiadora, mas também profundamente compensadora. Em segundo lugar, os guias consideram os aspectos demográficos e as motivações para as visitas ao sítio e desenvolvem uma visita que abrange os aspectos mais adequados para promover diálogos entre os diferentes grupos de visitantes. Por exemplo, as visitas elaboradas para os estudantes universitários cobrem os aspectos dos abusos dos direitos humanos. Por outro lado, as visitas elaboradas para as famílias que perderam membros queridos durante a ditadura são focadas nas memórias dos visitantes sobre este período e sobre os membros queridos que perderam. Por fim, as visitas não são didáticas; elas são criadas com o objetivo de abrir espaço para o compartilhamento e para o questionamento. Apesar do guia ser um especialista, ele não representa uma autoridade definitiva. Os guias, por conseguinte, desejam aprender com a experiência e o conhecimento dos visitantes do sítio já que os documentos oficiais foram escondidos ou destruídos. Através dos diálogos com os visitantes, a equipe da Casa Memória expande a narrativa histórica do sítio. Em alguns casos, a história da casa de tortura em particular e o contexto do bairro em geral foram elaborados pelos moradores do bairro que viveram no local durante a ditadura.

As Visitas Guiadas Interativas Como Ferramentas Metodológicas

A principal característica das visitas guiadas interativas é a interação entre o guia e os visitantes, entre os visitantes e a história do sítio e entre os visitantes em geral. A interação entre o guia, ou narrador, e os visitantes possui o potencial para refinar e revisar a narrativa “oficial” da história do sítio, considerando que as questões levantadas pelos visitantes possam oferecer perspectivas diferentes sobre a história do sítio, ou mesmo sobre questões contemporâneas. Ademais, se os visitantes forem encorajados a participar do compartilhamento da interpretação da história do sítio, a distância entre o visitante e a autoridade do guia pode diminuir. Esta prática permite, com frequência, que o visitante experimente um grande sentimento de conexão e de pertencimento em relação à história. Em certo sentido, ao incentivarmos as pessoas a se engajarem na história do sítio através dos significados da interação, a visita guiada interativa cria uma viagem compartilhada através da história com paradas para a apresentação de vários artefatos e fotografias históricas, além da caminhada sobre os mesmos

passos dos nossos predecessores para “sentirmos” as histórias do passado.

A visita guiada interativa também pode estimular as conexões intelectuais e emocionais. Os visitantes aumentam o seu conhecimento e a sua compreensão sobre o passado, sobre os eventos sociais e os processos políticos específicos, entre outros. Estas conexões intelectuais podem resultar em conexões emocionais, na medida em que forem contextualizadas com várias histórias pessoais e compartilhadas no local onde os eventos aconteceram. Por exemplo, se os visitantes olharem para uma cama com uma armação de metal, eles observarão este objeto em si? Ou eles irão imaginar o jovem idealista que foi amordaçado e torturado sobre este objeto? Os visitantes estão caminhando em espaços vazios? Ou eles vislumbram as pessoas que passaram por este local porque não aceitavam o regime autoritário? O que o visitante irá sentir? Como a história provoca empatia, compaixão, medo, frustração e outros sentimentos? As experiências emocionais e intelectuais oferecem aos visitantes a oportunidade para se conectarem pessoalmente com o sítio e com a história do sítio. Além disso, determinam como e porque esta conexão é importante para esta pessoa, em particular, no presente.

A visita interativa também promove a interação entre os visitantes. Estas interações são os resultados de todas as conexões pessoais do visitante com a história do sítio e com as suas experiências presentes e passadas. Estas interações promovem diversas visões e opiniões diferentes. Um guia habilidoso pode ajudar a desenvolver diálogos produtivos e provavelmente promover, em última instância, a compreensão individual e coletiva das histórias do sítio.

As Porcas e os Parafusos das Visitas Guiadas Interativas

A seguir, desenvolvemos o modelo “porcas e parafusos” com a estrutura e os conteúdos básicos das visitas guiadas interativas. Os componentes podem ser modificados de acordo com as necessidades específicas de cada sítio, desenvolvidos de acordo com um programa ou atividade mais abrangente, ou usado como um modelo geral.

Quem: quem são os participantes das visitas guiadas interativas? Quantas pessoas participam de uma visita? Quem são as pessoas que podem ser incluídas?

“ Guias: Orientação e Interpretação

- “ Os guias coordenam as visitas do sítio através da orientação e da interpretação. Os guias podem ser funcionários ou voluntários treinados para a orientação e a interpretação. Em alguns casos, eles podem ser pessoas que possuem experiências pessoais relacionadas ao sítio, ou com a sua história. O guia é responsável pela narrativa e pela interpretação dos recursos, além de fazer perguntas e promover a participação dos visitantes com o objetivo de encorajar a sua interação. O guia deve avaliar e compreender os sentimentos do grupo, além de incentivar os visitantes a refletir sobre as suas experiências no sítio.

“ Visitantes: Os Públicos Participantes

- “ As pessoas de diversas esferas da sociedade possuem interesses nos sítios históricos por uma série de razões. Desta forma, os sítios devem contar com a visita de diversos grupos de indivíduos, como jovens e idosos, estudantes e profissionais, urbanos e rurais, além de diversas esferas sociais e políticas. Algumas visitas guiadas interativas podem ser elaboradas para atender um público específico, como os estudantes. Algumas visitas podem contar com um número reduzido de pessoas, outras visitas podem ser realizadas com um grande grupo. Assim, a preparação e a flexibilidade são fundamentais para lidar com a diversidade das visitas e dos visitantes.

ç Na Casa Memoria José Domingo Cañas 1367

- “ A visita guiada interativa foi criada a partir do trabalho sobre vários temas relacionados aos direitos humanos com um público específico de estudantes universitários. Em seguida, os guias do sítio expandiram o escopo da sua audiência para abranger o público geral composto tanto pelos vizinhos da Casa Memoria José Cañas 1367 como pelos visitantes internacionais.

O que: o que aconteceu no local? Qual é a história que o sítio irá contar? Quais são os problemas passados e presentes relacionados ao sítio? Existe um roteiro a ser seguido? Quais são os recursos que podemos usar?

“ Roteiro: As Histórias e as Estações

- “ Normalmente, o narrador de uma visita guiada conta a história através de uma série de pequenas histórias ligadas a um tema comum e, algumas vezes, a um tema contemporâneo. A criação desta narrativa, ou roteiro, é a primeira etapa do programa de planejamento. O roteiro inspirado pelo próprio sítio, ou pelos eventos que ocorreram em locais específicos do sítio, deve ser elaborado de acordo com uma sequência que irá dirigir o visitante através do sítio, realizando paradas em locais predeterminados onde histórias significantes serão narradas. Estas paradas devem ser pensadas como “estações” da história. Além disso, elas devem ser dispostas separadamente para que o fluxo da narrativa varie ao longo do sítio.

“ Recursos Históricos

- “ Os objetos físicos, como fotografias, artefatos e outros recursos visuais, representam a maior parte dos recursos que enriquecem o roteiro, oferecendo oportunidades para os momentos de interação. Na maioria dos casos, os aspectos físicos do próprio sítio, como a reminiscência de um arame farpado ou uma parte da barra da janela, serão os recursos que abrirão espaço para uma reflexão imediata e para os momentos de interação. Estes momentos ajudam os guias a contar a história, permitindo, ao mesmo tempo, que os visitantes vejam, escutem, toquem e ouçam a evidência histórica.



UMA VISITA GUIADA INTERATIVA NA CASA MEMORIA JOSÉ DOMINGO CAÑAS 1367. FOTO: COALIZÃO INTERNACIONAL DOS SÍTIOS DE CONSCIÊNCIA.

ç Na Casa Memoria José Domingo Cañas 1367

- “ A narrativa da visita interativa é realizada em torno de seis estações distintas; cada estação oferece uma evidência principal e as memórias pessoais da história do sítio. Na primeira estação, por exemplo, os murais políticos, recentemente pintados nas paredes, lembram os visitantes da cumplicidade dos Estados Unidos em relação ao golpe e à repressão dos partidos políticos durante a ditadura. Outra estação homenageia as vítimas da Prisão Ollague e a última estação, Casa Memoria, representa o trabalho realizado no sítio e o trabalho que precisa ser realizado.

Como: onde a interação será realizada? Quais são os tipos de interação desejada? Como elas podem ser realizadas?

Estas são as questões fundamentais que os criadores das visitas guiadas interativas devem considerar e desenvolver cautelosamente. A interação começa assim que o visitante chega no sítio e inicia a exploração do ambiente. A interação continua com a recepção do visitante realizada pelo guia, interprete, ou representante do sítio. O estabelecimento do primeiro diálogo através de expressões para “quebrar o gelo” e introduções simples é uma excelente alternativa. Na medida em que a visita se desenvolve, os guias devem promover tipos de interações mais críticas, guiando o visitante para a reflexão sobre as implicações da história do sítio. O processo requer sensibilidade para avaliar as

emoções e as reações do público. Além disso, a interação deve promover uma compreensão profunda sobre a história do sítio e as suas implicações abrangentes. Por outro lado, é crucial dar tempo aos visitantes para que eles façam comentários e perguntas em todos os estágios da visita porque esta prática promove uma experiência compartilhada e de colaboração. Alguns mecanismos para encorajar a interatividade são:

- “ Fazer perguntas para o visitante.
- “ Incentivar os visitantes a compartilhar experiências comparativas.
- “ Pedir os visitantes para que imaginem o final das histórias incompletas.
- “ Exibir uma fotografia ou objeto que provoque interpretações.
- “ Estimular os sentidos dos visitantes com recursos audiovisuais.
- “ Fazer perguntas para que os visitantes reflitam sobre o que sentiram e aprenderam.
- “ Incentivar os visitantes a compartilhar os seus pontos de vistas durante a discussão de tópicos e situações.

ç Na Casa Memória José Domingo Cañas 1367

- “ Os guias promovem a interação de forma contínua ao perguntar questões aos visitantes. Além disso, os guias oferecem oportunidades para a reflexão e para os comentários em todas as paradas. Eles também desafiam o conhecimento dos visitantes do sítio ao apresentar novas informações. “Por que você acha que é importante aprender sobre isto?” e “Qual é a sua opinião a respeito?” são questões comuns que os guias usam para iniciar os diálogos com os visitantes.

Quando: quando as visitas guiadas serão oferecidas? Quais são os melhores momentos para realizar as visitas interativas? As visitas podem ser implementadas com outros programas e atividades?

“ Visitas Gerais:

- “ As visitas guiadas devem ser, de forma ideal, realizadas com frequência. O cronograma planejado deve apresentar os itinerários diários das visitas. O número de visitas agendadas irá refletir o nível da equipe e a disponibilidade de guias preparados. No entanto, as visitas improvisadas podem beneficiar os visitantes espontâneos. A constante disponibilidade de uma equipe treinada para guiar as visitas planejadas e as visitas espontâneas é um grande recurso. No entanto, isto pode ser inviável devido às limitações do número de pessoal. Nestes casos, o agendamento das visitas guiadas, em dias e horários específicos, permite que os visitantes planejem as suas visitas. Um dos benefícios do agendamento das visitas guiadas é que os visitantes que escolhem participar de uma visita guiada interativa podem estar mais dispostos a participar dos diálogos do que outros visitantes que, por sua vez, preferem uma exploração silenciosa do sítio.

- “ Visitas Especiais:
 - “ As visitas guiadas interativas podem complementar outras atividades realizadas no sítio. Se os visitantes forem ao sítio para uma apresentação cultural, é importante disponibilizar visitas guiadas para a apresentação do contexto histórico do evento. Os eventos comemorativos também são momentos oportunos para a disponibilização das visitas guiadas. Ao elaborarmos as visitas como uma parte fundamental de um grande programa ou atividade do sítio, promovemos o aumento da efetividade do programa e da visita.

ç Na Casa Memoria José Domingo Cañas 1367

- “ A equipe oferece visitas guiadas em vários contextos. O sítio segue cronogramas diários e convida os visitantes a participar das visitas pelo sítio. Além disso, as visitas são usadas para engajar e preparar os visitantes para as oficinas futuras, como o programa de educação elaborado para os estudantes universitários. Por fim, a Casa José Domingo Cañas 1367 oferece visitas improvisadas para os visitantes que não agendaram a visita ou as atividades de acordo com a disponibilidade da equipe do sítio.

Onde: para onde os visitantes devem ir? Quais são os melhores lugares para a interatividade? Os visitantes devem seguir sempre a mesma rota?

- “ A Rota:
 - “ As visitas interativas seguem, normalmente, uma rota planejada. A rota possui paradas em diferentes pontos ou estações, oferecendo ao guia a oportunidade para interpretar vários recursos e incentivar a interação através de perguntas, conexões e transições. Cada estação corresponde a uma parte do roteiro da história do sítio. Apesar de a visita seguir um padrão e uma narrativa planejada, cada estação pode ser vista como uma estação individual. Assim, se os visitantes fizerem questões, ou apresentarem o desejo de visitar espaços relacionados com outras estações de história, o guia tem a opção de avançar para uma estação relevante em uma ordem diferente daquela apresentada na narrativa. Além disso, as visitas às estações podem ser remodeladas para atender as necessidades de uma visita curta ou de acordo com condições imprevistas, mesmo que esta prática não seja ideal.
 - “ Os pontos de parada das estações são:
 - “ Entrada do sítio histórico.
 - “ Marcos específicos dos eventos ou das atividades que ocorreram no sítio.
 - “ Aspectos físicos e simbólicos do sítio, como uma cela da prisão ou uma árvore significativa.
 - “ Exposições e sinais informativos.
 - “ Espaços onde os visitantes podem ler as impressões de outros visitantes e deixar a sua própria marca no sítio através das telas de memória ou das cabines onde os visitantes gravam seus comentários.

ç Na Casa Memoria José Domingo Cañas 1367

- .. As seis estações oferecem diferentes oportunidades para a interação e se configuram em pontos de parada da rota da visita guiada. Cada estação possui recursos, como as características físicas do sítio que os guias utilizam para iluminar os aspectos da história do sítio. Na primeira estação, por exemplo, os guias interpretam os murais políticos pintados nas paredes. A estação final, na Casa Memoria, aborda a utilização da memória e os desafios que o sítio enfrenta. O sítio ainda conta com recursos, como fotografias, vestígios remanescentes da casa de tortura e instrumentos de tortura.

Por que: por que os sítios oferecem visitas guiadas? Por que as visitas beneficiam os visitantes? Qual é a diferença entre uma visita guiada e uma visita não guiada?

- .. Mesmo que as visitas não guiadas e as visitas guiadas tradicionais beneficiem os visitantes, a interação no sítio com os guias treinados oferece benefícios adicionais. As interações promovem um senso de história compartilhada e estimula conexões intelectuais e emocionais. As interações



UM MURAL DA CASA MEMORIA JOSÉ DOMINGO CAÑAS 1367 PRESERVA A MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DA TORTURA DE 1974. FOTO: ZACHARY MCKIERNAN.

podem levar os visitantes a refletir e elaborar respostas para perguntas, como “O que eu posso fazer hoje para prevenir a repetição dos fatos ocorridos neste local?”. Além disso, durante uma visita guiada, os visitantes têm a oportunidade de conversar com outros integrantes do público. As interações podem agregar os seguintes componentes:

- “ **A resposta da pergunta “O que aconteceu neste local?”** é crucial para a missão do sítio. Ela estabelece a consciência histórica e abre espaço para a exploração das questões contemporâneas. As visitas guiadas interativas indagam: “o que você acha ou imagina que tenha acontecido neste lugar?”. Esta pergunta incita o visitante a participar da história do sítio como se fosse a sua própria história.
- “ **Conexões Intelectuais:** estas conexões são baseadas no estabelecimento dos fatos objetivos da história para os visitantes. Os fatos objetivos, aqui, abrangem os fatos de que: o sítio histórico foi usado como um local clandestino de tortura, de 1974 a 1975; o eletrochoque, a privação do sono e o tormento psicológico foram os métodos específicos de tortura; os nomes das vítimas são ____; os nomes dos perpetradores responsáveis são _____. O estabelecimento destes fatos é importante para os registros históricos. Além disso, os visitantes aprendem através da apresentação destes fatos sobre o alcance dos legados contemporâneos relacionados aos papéis históricos de certos indivíduos ou grupos. Em alguns casos, as histórias mostram os antecedentes das leis e das políticas do presente.
- “ **Conexão Emocional:** estas conexões são bastante subjetivas, representando as emoções - como simpatia, medo, confusão e esperança - evocadas pelo sítio e pela história interpretada no sítio. Cada visitante irá experimentar as suas próprias emoções divergentes e inesperadas.
- “ **Conexões Colaborativas:** as visitas guiadas transformam as visitas individuais em experiências coletivas. O visitante tem a oportunidade de expressar as suas opiniões, ideias e emoções, além de aprender com o outro. Através destas interações, os visitantes podem ser levados a repensar os seus pontos de vista sobre a história e sobre os problemas atuais.

ç Na Casa Memoria José Domingo Cañas 1367

- “ A visita tem o objetivo de compartilhar a história do sítio durante o contexto do terrorismo de Estado e estimular a compreensão da concepção dos direitos humanos nos dias atuais. Além disso, considerando o aumento da repressão policial e da polarização política, as visitas interativas estabelecem o diálogo sobre o alcance das políticas ditatoriais na democracia.

O Esquema “Como” de uma Visita Guiada Interativa

Primeiro Passo: Início

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual é a história do sítio? 2. O que aconteceu neste sítio? 3. Como a história será contada? 4. Quem será responsável pela narração da história? 5. O que os outros sítios e museus estão fazendo? 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer a história completa do sítio: a sua origem, como ele foi usado durante os diferentes períodos históricos e quem são os atores relevantes para o sítio desde o seu início. 2. Conduzir uma pesquisa sobre o evento ou os eventos mais relevantes para a missão do sítio histórico. 3. Identificar os principais recursos e as ferramentas que serão usadas durante a visita interativa, como: reminiscências físicas, fotografias e materiais culturais. 4. Identificar potenciais guias/interpretes. Avaliar os aspectos demográficos do público. Identificar os colaboradores para a realização da pesquisa e educação. 5. Visitar outras visitas guiadas. Analisar os seus pontos positivos e negativos. Conversar com os guias para ganhar experiência.

Segundo Passo: Estabelecimento

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais serão as características da narrativa? Ela será cronológica, temática, ou influenciada por outros fatores? 2. Qual é o roteiro para a visita guiada interativa? 3. Para onde o guia/intérprete irá conduzir os visitantes? 4. Qual é o tipo de treinamento necessário para a equipe? 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Resumir ou organizar a longa história do sítio e dos eventos específicos que serão destacados em uma narrativa que pode ser apresentada para vários públicos dentro de um período de tempo específico. 2. Criar um texto geral para que os guias/intérpretes possam seguir, baseado no alcance dos objetivos. Usar este texto para treinar a equipe. Revisar o texto. 3. Identificar a rota. Selecionar as estações relacionadas ao roteiro. 4. Praticar a visita guiada interativa com a equipe; testar várias técnicas de interpretação e recursos.

Terceiro Passo: Realização

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais são as ferramentas e as técnicas de interação que serão usadas? 2. Quem irá narrar as visitas guiadas? 3. Quais são os tipos de conexões que serão realizadas? 4. Como os visitantes irão interagir entre eles? 5. Quais são as questões que o guia poderá perguntar para os visitantes? 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Finalizar os recursos materiais que serão usados. Criar uma lista com questões subjetivas para os visitantes. 2. Identificar os guias treinados que possuem conhecimento, confiança e que estão prontos para iniciar as visitas guiadas. Manter a prática mesmo após o início das visitas. 3. Listar os elementos factuais do sítio que os visitantes devem aprender e lembrar, como datas, as pessoas importantes conectadas com o sítio, a sua relação com os processos mais abrangentes, etc.; listar os tipos de respostas emocionais desejadas, como empatia, orgulho, paixão, etc. 4. Planejar e encenar a variedade de cenários potenciais para as visitas.

Quarto Passo: Interatividade

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 1. Como os guias irão receber os visitantes? 2. Como a história será compartilhada? 3. Quando os visitantes serão engajados nos diálogos? 4. Como lidar com questões difíceis e fora do roteiro? 5. Como a visita guiada interativa será avaliada? 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver atividades para “quebrar o gelo” e criar uma lista de expectativas em relação aos visitantes. Pedir para os visitantes se apresentarem. 2. Avaliar as interações entre os guias e os visitantes. Conectar as experiências pessoais com as coletivas. 3. Fazer perguntas para os visitantes e incentivá-los a fazer perguntas entre si. Identificar as estações, os recursos e as questões que são particularmente efetivas para estimular os diálogos. 4. Antecipar os conflitos “desconfortáveis”; prestar atenção nas histórias compartilhadas e respeitar a diversidade de opiniões. Expor novamente quais são as expectativas. 5. Disponibilizar recursos para os comentários escritos e orais dos visitantes. Fazer reuniões com os guias para o compartilhamento de experiências. Revisar as visitas guiadas quando for necessário.

Conclusão

A visita guiada interativa é um método excelente para aproveitar o poder do lugar, para enriquecer a experiência dos visitantes no sítio histórico e para gerar uma compreensão e uma consciência profunda da história do sítio e dos problemas contemporâneos correspondentes. A visita guiada permite que os sítios históricos apresentem e utilizem recursos, como a biblioteca do sítio ou os vestígios de um edifício destruído. As conexões intelectuais e emocionais que os visitantes podem realizar através destes recursos são praticamente infinitas.

A garantia de que a visita seja repleta de questões e de que ofereça oportunidades frequentes para os visitantes se questionarem é essencial para o sucesso das visitas interativas. Quando a visita é interativa, os visitantes participam da experiência e reconhecem o compartilhamento da informação sobre a história. Ao promover a interação entre os visitantes, os sítios históricos também se tornam espaços ativos para o diálogo público com diversas perspectivas. Além disso, quando as visitas guiadas são conectadas com as questões contemporâneas e os visitantes são estimulados a discutir e agir com base nestas questões, as visitas e os sítios se transformam em veículos para a ação cívica e para a promoção da democracia.

3.4

EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS NO MUSEO DE LA PALABRA Y LA IMAGEN (MUPI): FAZENDO HISTÓRIA FORA DO LOCAL EM EL SALVADOR E AO REDOR DO MUNDO

Bix Gabriel e Zachary McKiernan

Lucio Atilio Vásquez Díaz - ou “Chiyo” - tinha oito anos de idade quando presenciou o assassinato da sua mãe e da sua irmã grávida pelas forças militares da guerra civil em El Salvador. De 1980 a 1992, o governo militar e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) - uma coalizão composta por cinco grupos guerrilheiros - lutaram e mataram mais de 75 mil pessoas, causando uma destruição imensurável. Como milhares de outras pessoas, Chiyo fugiu para escapar da morte. Ele foi para Honduras e posteriormente retornou ao trabalho, ocupando uma posição na estação da *Radio Venceremos*. Hoje, Chiyo é um ativista que usa a história e a memória da guerra para promover a construção de uma cultura dos direitos humanos e da paz.

A história de Chiyo é a peça fundamental da exposição temporária “Um Conto para Aprender” do Museo de la Palabra y la Imagen (MUPI). O MUPI foi estabelecido em San Salvador após a guerra civil de El Salvador. O museu é dedicado à investigação, à preservação e à disseminação do patrimônio histórico e cultural de El Salvador. Além disso, o museu oferece espaços para a reflexão social. O MUPI - criado em 1992 para preservar os arquivos, como os arquivos de áudio sobre os movimentos sociais que emergiram durante a guerra civil e os movimentos sociais do presente - trabalha para documentar a memória histórica das comunidades indígenas e camponesas, além de organizar oficinas para os jovens sobre tópicos, como memória e direitos humanos. Além disso, o MUPI lançou a campanha

“Contra o Caos do Esquecimento” (Contra el caos de la desmemoria) que incentiva o público a doar ou emprestar objetos e documentos com valor cultural, histórico ou artístico. Esta ação é uma forma de conservação coletiva da história e um meio para fazer história verdadeiramente através do povo.

“Um Conto para Aprender”

Nos últimos anos, a violência tem sido uma das principais preocupações em El Salvador devido aos efeitos residuais da guerra civil e à valorização da cultura de gangue promovida pelos Estados Unidos. Durante o conflito nacional, vários salvadorenhos migraram para Los Angeles, incorporando a cultura de gangue da cidade. Uma vez repatriados, os salvadorenhos trouxeram esta cultura para o seu país de origem, principalmente na forma da infame gangue de rua Mara Salvatrucha, ou MS 13. Como resultado, mesmo após a assinatura dos Acordos de Paz de Chapultepec, de El Salvador, em 1992, a violência de rua e as atividades criminais continuaram. As estimativas recentes apontam a existência de 30 a 50 mil membros nas gangues da pequena nação de El Salvador. O país possui uma das taxas de assassinato mais altas do continente americano. Um padre católico que trabalha nas ruas afirmou para a National Public Radio (NPR), em 2009: “nós tivemos uma guerra civil e agora nós temos uma guerra social”¹.

A missão do MUPI para o desenvolvimento educacional e cultural através da reflexão social contribuiu para a criação da exposição temporária “Um Conto para Aprender”. O museu usou a exposição temporária como um método para expor as cicatrizes da guerra civil e conter a enorme onda de violência das gangues através do contato com a população jovem mais afetada por estes legados nas comunidades onde vivem. “Um Conto para Aprender” viajou por nove cidades diferentes com o objetivo de - como descrito na proposta do MUPI para a Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência - “sensibilizar a nova geração pós-guerra. . . sobre o respeito dos direitos humanos e da dignidade”² através da exploração das conexões passadas e presentes incorporadas na violência dos dias atuais. Os gestores e os funcionários do MUPI classificaram as crianças como o público mais vulnerável, alcançando também os seus pais e os líderes comunitários.

“Um Conto para Aprender” do MUPI usou várias estratégias de exposições para apresentar a narrativa histórica da violência e as suas soluções. A peça principal da exposição, “A História de Chiyo”, foi criada com base no testemunho pessoal, na interpretação, nas fotografias e no livro de Chiyo que conta as suas experiências durante a guerra quando era criança. Juntamente com estes artefatos, o MUPI e Chiyo realizaram oficinas sobre a memória histórica da guerra civil, organizaram debates sobre a violência nos dias atuais e treinaram docentes voluntários locais para interpretar a exposição temporária.

1 Jason Beaubien, “Extortion, Gang Violence Terrorize El Salvador”, National Public Radio, 12 de março de 2009, acessado em 10 de setembro de 2014, <http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=101426190>.

2 Museo de la Palabra y Imagen, “A Tale to Learn: Chiyo’s Story”. Project Support Fund Grant International Coalition of Sites of Conscience Project Support Fund Grant, El Salvador, 2012.



OS ESTUDANTES VISITAM O MUSEU E EXAMINAM AS FOTOGRAFIAS E OS OBJETOS DA GUERRA CIVIL SALVADORENHA (1980-1991). FOTO: MUSEU DA PALVRA E DA IMAGEM.

As Exposições Temporárias como uma Ferramenta Metodológica

Um Sítio de Consciência apresenta o poder do sítio como um instrumento de consciência. As pessoas visitam estes sítios por causa do seu valor histórico, para sentir a presença da história, para lembrar o passado e para estabelecer conexões entre o presente e o futuro. No entanto, o que acontece quando a localização de um sítio se transforma em um fator limitante? Como um Sítio de Consciência pode discutir sobre a história fora dos seus limites físicos? O que acontece quando a distância e a localização do sítio impedem as pessoas de visitá-lo? Para superar estes desafios, vários Sítios de Consciência e museus de todos os tipos criaram as exposições temporárias.

A exposição temporária de um sítio histórico funciona praticamente da mesma forma que uma exposição permanente. Ela conecta os visitantes com o passado através do uso de objetos materiais, artefatos, fotografias e outras ferramentas interpretativas. Através destes objetos, a exposição transmite os conceitos, os temas e as ideias históricas aos visitantes, ou seja, a história ou a narrativa histórica. No entanto, eles também oferecem oportunidades para a imaginação, a expressão de ideias e o desenvolvimento de perspectivas alternativas. De acordo com o especialista em planejamento

museológico, Barry Lord, “o objetivo da exposição de um museu é transformar de forma efetiva alguns aspectos dos interesses, das atitudes e dos valores dos visitantes devido à descoberta de algum nível de significado dos objetos apresentados realizada pelos visitantes”³.

Qualquer tipo de exposição representa um recurso excelente para os sítios históricos e os museus que desejam engajar os visitantes. No entanto, uma exposição temporária pode levar o sítio ao público, realizando uma função que a exposição permanente não pode executar. A exposição temporária é ideal para as sociedades e comunidades nas quais viajar é difícil ou caro, ou as comunidades nas quais um determinado local é inacessível. As exposições temporárias podem ser usadas como uma ferramenta para alcançar novos públicos e estabelecer novas relações institucionais e comunitárias. Além disso, uma exposição temporária pode estender a história de um Sítio de Consciência para outros museus, centros culturais, escolas, bibliotecas, órgãos governamentais, entre outros. Este método criativo é a solução para os desafios impostos pela distância e pela localização, além de figurar como uma ferramenta para a divulgação e o engajamento. Nas palavras dos representantes do MUPI, uma exposição temporária é “um museu sem paredes”⁴.

Além disso, uma exposição temporária permite que o museu alcance um público diverso e também públicos específicos e predeterminados. O objetivo do MUPI de desfiar a violência social através de “Um Conto para Aprender” leva a sua equipe a olhar para os cidadãos mais vulneráveis de El Salvador - ou seja, as crianças - e, desta forma, direcionar as exposições temporárias para as escolas. O MUPI também levou “Um Conto para Aprender” para os centros comunitários, bibliotecas e eventos culturais.

Outra vantagem apresentada pelo método da exposição temporária é a promoção para o avanço de uma missão multiprogramática. A exposição móvel do MUPI fez mais do que contar a história de Chiyo. Ela serviu como um meio para treinar docentes, estabelecer diálogos nas comunidades e distribuir livros e recursos. Os estudantes, os pais e a equipe do sítio usaram a exposição temporária como um ponto de encontro. Estes pontos de encontro podem ser fundamentais para os Sítios de Consciência porque os encontros facilitam a colaboração entre uma variedade de pessoas e instituições que podem confrontar os problemas atuais de forma coletiva ou individual.

Por fim, outra vantagem da exposição temporária é o potencial oferecido ao sítio para estabelecer novas relações e fortalecer as relações existentes entre a comunidade, tanto em um nível individual como institucional. Um museu sem paredes pode encontrar parceiros entre as organizações sem fins lucrativos, privadas e públicas. A habilidade para compartilhar o conhecimento em lugares distantes e desfavorecidos está no cerne da exposição temporária.

As Porcas e os Parafusos das Exposições Temporárias

A exposição temporária é dinâmica porque ela integra os componentes, as pessoas e os lugares que estão fora da órbita tradicional do sítio ou museu histórico. Além disso, a exposição requer a mudan-

3 Barry Lord and Maria Piacente, eds. *Manual of Museum Exhibitions*, Second Edition. (Lanham, Maryland: Rowman and Littlefield, 2014), 12.

4 Museo de la Palabra y Imagen, “A Tale to Learn”

ça e a coordenação entre várias instituições. Assim, é essencial estabelecer a missão da exposição temporária, definir o seu público-alvo e o potencial da sua divulgação, distribuir as funções entre a equipe do museu e, por fim, criar a exposição antes que ela seja levada para outro local.

Quem: quem é o público da exposição? Quem são os anfitriões? Quem interpreta a narrativa?

- “ **Novos Parceiros, Novos Públicos:** a exposição temporária engaja novos públicos e estabelece novas parcerias. Além disso, definir quem são estas pessoas e instituições auxilia o planejamento, a execução e o sucesso da exposição. Desta forma, a equipe do museu deve identificar as instituições que irão apresentar a exposição e realizar visitas aos sítios com antecedência. A equipe do museu também deve identificar os fatores demográficos - gênero, idade, etnia, etc. - do público-alvo da exposição temporária, como:
 - “ crianças em idade escolar, jovens adultos, ou cidadãos idosos;
 - “ comunidades em risco, ou marginalizadas; e
 - “ instituições sem fins lucrativos, públicas e privadas.
- “ Em alguns casos, estas audiências serão predeterminadas, como os jovens e os professores nas escolas. Em outros casos, a audiência será muito mais heterogênea, como na exposição temporária apresentada em um evento cultural. No entanto, as exposições temporárias podem reunir várias audiências no mesmo local através de programas especiais desenvolvidos para um público-alvo, ou através do convite para um público geral visitar a exposição.
- “ **Os Sítios Históricos e os Planejadores do Programa:** a logística e o planejamento de uma exibição temporária requerem a delegação de responsabilidades. As responsabilidades variam de acordo com a disponibilidade de pessoal. Uma pessoa deve ser designada para representar o ponto de contato principal, sendo responsável pelas comunicações externas, relações públicas e coordenação do cronograma. Em seguida, uma equipe deve ser designada para a criação, cuidados, transporte, montagem e desmontagem da exibição. Além disso, os membros treinados da equipe do museu devem estar disponíveis para a assistência técnica e para a assistência interpretativa/temática. Uma forma efetiva de gerir e administrar uma exposição temporária é estabelecer equipes e atribuir responsabilidades entre os seguintes grupos:
 - “ Equipe de gestão e administração
 - “ Equipe da exposição
 - “ Equipe de interpretação e educação
 - “ Equipe de comunicação e divulgação
 - “ Equipe de auxílio
- ç **No MUPI:** o público-alvo da exposição é composto por jovens entre 11 e 17 anos de idade que vivem em comunidades que possuem altos índices de violência. Os membros do MUPI traba-

lharam em colaboração com várias instituições, como o Ministério da Cultura, escolas locais e organizações civis. Chiyo treinou a equipe e foi auxiliado pelos guias para a interpretação da exposição. Eles organizaram, em conjunto, as oficinas sobre memória histórica, direitos humanos e sobre a guerra civil salvadorenha.

O que: o que uma exposição temporária envolve? Quais são as suas partes físicas? Qual é o conteúdo de uma exposição temporária?

- “ **Exibição da História:** uma exposição possui, em geral, uma narrativa ou um tema central. Esta narrativa ou história é narrada e baseada em um conteúdo. O conteúdo pode conter evidências históricas, como fotografias ou relatos de um evento ou processo histórico. O uso de várias evidências históricas é uma forma construtiva para manter o visitante engajado. Além disso, a comparação e o contraste dos recursos da exposição também contribui com o engajamento do público de forma efetiva. A seguir, nós apresentamos as ferramentas que auxiliam a transmissão dos conceitos, temas e ideias históricas:
 - “ Artefatos e objetos
 - “ Sinais e painéis
 - “ Fotografias
 - “ Dispositivos audiovisuais
 - “ Materiais educativos
 - “ Guias ou intérpretes
- “ **História Itinerante:** o caráter itinerário da exposição requer um meio de transporte. O museu deve buscar os meios de transporte e assegurar que a exposição seja transferida de forma segura de um lugar para outro.
- ç **No MUPI:** a exposição “Um Conto para Aprender” contou com 18 painéis dispostos de forma cronológica para guiar o visitante através da vida de Chiyo. A história de Chiyo foi interligada e contextualizada com a história recente de El Salvador. A exposição exibiu fotografias de protestos populares durante a guerra civil e os testemunhos dos sobreviventes. Chiyo complementou a exposição muitas vezes, cantando e tocando violão nos locais da exibição.

Quando: qual é o melhor momento para uma exposição temporária? A exposição é sustentável? Por quanto tempo a exposição deve ser apresentada?

- “ **O Melhor Momento:** uma exposição temporária deve ser programada com base em uma questão contemporânea ou social premente e relevante; deve ser desenvolvida de acordo com a conexão entre a narrativa histórica, o tema e a questão contemporânea abordada pela exposição e as necessidades da comunidade; ou de acordo com a identificação de uma oportunidade relevante para a divulgação do programa.
- “ **Considerações especiais:** a realização de uma exposição temporária durante uma data comemorativa especial ou evento cultural é bastante eficaz. As exposições também podem ser



ESQUERDA: ESTUDANTES DO LADO DE FORA DO MUSEU EM SAN SALVADOR. FOTO: MUSEU DA PALVRA E DA IMAGEM. DIREITA: OS ESTUDANTES LEM UM PANFLETO SOBRE A EXPOSIÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA. FOTO: MUSEU DA PALVRA E DA IMAGEM.

incorporadas em outros projetos ou programas públicos. Nós devemos considerar:

- .. Festivais e feriados
- .. Eventos culturais e comemorativos
- .. Tópicos históricos em destaque ou problemas contemporâneos
- .. **As Preocupações Diárias:** a reflexão sobre as questões de logística relacionadas à disponibilidade da exposição e ao cronograma do museu e do sítio anfitrião é essencial. A realização do planejamento e da coordenação com antecedência é fundamental para evitar conflitos de horário e data. Normalmente, uma exposição temporária é planejada com no mínimo um ano de antecedência. Outras questões relacionadas à logística - como o nível apropriado de recursos financeiros e humanos, além do acesso a um meio de transporte mencionado acima - também devem ser consideradas.
- .. **Sustentabilidade:** a vida potencialmente longa e sustentável de uma exposição temporária configura uma das suas vantagens. Dependendo do conteúdo (que pode se tornar datado e menos



OS JOVENS SEGURAM SEUS CERTIFICADOS APÓS PARTICIPAREM DE UMA OFICINA SOBRE DIREITOS HUMANOS, SAN SALVADOR. FOTO: MUSEU DA PALVRA E DA IMAGEM.

relevante) e da durabilidade dos materiais usados na exposição, ela pode ser realizada, após a sua criação, de acordo com a demanda. A exposição também pode ser reutilizada em eventos ou atividades especiais futuras ou recorrentes.

ç **No MUPI:** a exposição temporária do MUPI foi, normalmente, apresentada em sítios predeterminados durante períodos de duas semanas. Além deste calendário rotativo, a exposição também foi apresentada em festivais e encontros religiosos. Em uma das exposições, “Um Conto para Aprender” foi exibida juntamente com uma exposição sobre Anne Frank. Neste caso, a exposição ofereceu aos jovens locais a oportunidade de escrever as suas histórias com base no formato do Diário de Anne Frank.

Onde: onde a exposição temporária é apresentada? Quais são os melhores locais para a exposição?

“ **Os Locais Fora do Sítio:** o local é um componente de distinção da exposição temporária. O local também representa o componente com a maior variação. A escolha do local da exposição irá depender das metas e dos objetivos específicos da exposição, além da predeterminação ou

indeterminação do público-alvo. As instituições que apresentam a exposição - como as escolas, os museus e as ONGs - estão sempre interessadas nas questões tratadas pela exibição. Em outros casos, os locais - como parques, praças, ou bibliotecas públicas - podem ser escolhidos porque simplesmente reúnem uma variedade de grupos e pessoas. A consideração do espaço físico, seu tamanho, seu tipo (espaço aberto ou fechado) e outras considerações que podem facilitar ou dificultar o acesso à exibição são fundamentais. Estas considerações também são importantes para manter os materiais da exposição seguros e evitar danos.

Os lugares que apresentam alta visibilidade são:

- .. Escolas e universidades
- .. Centros comunitários e culturais
- .. Centros Religiosos
- .. Instituições e Organizações Cívicas
- .. Sítios históricos e museus
- .. Parques, praças e mercados

ç **No MUPI:** Chiyo e a companhia viajaram para regiões com altos índices de violência. Com a ajuda do Ministério da Educação, o MUPI selecionou as escolas destes locais para a apresentação de “Um Conto para Aprender”. Em outra ocasião, o MUPI estabeleceu uma aliança como o Museu Municipal Tecleno. O museu ocupa o espaço de um antigo presídio para presos políticos que foi convertido em um centro cultural para a apresentação da exposição porque o conteúdo da exposição complementa a história do museu municipal.

Por que: por que a realização de exposições temporárias faz sentido?

- .. **Levando o Lugar para as Pessoas:** como Grace McCann Morley descreveu no *Manual das Exposições Temporárias* da UNESCO, “. . . elas oferecem aos lugares remotos a possibilidade para o conhecimento e a apreciação das artes, das ciências e da história”⁵. Além de levar o conhecimento para as áreas remotas, a exposição temporária do sítio histórico leva o lugar para as pessoas. Dentro deste contexto, a exposição temporária oferece: um ponto de encontro, uma troca intelectual e educativa, o compartilhamento de recursos e a oportunidade de estabelecer novas relações, entre outras coisas. As exposições temporárias podem ser usadas para:
 - .. levar a história e a missão de um Sítio de Consciência para as pessoas;
 - .. alcançar e engajar geograficamente públicos diversos e específicos;
 - .. estabelecer novas relações institucionais;
 - .. conectar as pessoas com a história através de ferramentas interpretativas; e
 - .. complementar ou promover os diálogos e as iniciativas educacionais.

5 Elodie Courter Osborne, *Manual of Traveling Exhibitions*, UNESCO, 1953.

ç **No MUPI:** “Um Conto para Aprender” sensibilizou a juventude de risco salvadorenha para os legados históricos e conectou esta história com as realidades de violência dos dias atuais com o objetivo de cultivar uma cultura de paz e respeito pelos direitos humanos. A exibição enfatizou a importância do diálogo como um meio para a resolução dos problemas ao invés do conflito armado. As atividades educativas, os debates e a música também marcaram a experiência interpretativa da exposição, na medida em que os programas de discussão e diálogo ofereciam ao público a oportunidade para compartilhar o conhecimento, as opiniões e discutir abertamente sobre assuntos difíceis.

O Esquema “Como” de uma Exposição Temporária

Este é um esquema básico e claro para ser usado durante a elaboração de uma exposição temporária. Ele reflete dois componentes essenciais para uma exposição temporária. O primeiro componente diz respeito ao desenvolvimento, criação e implementação da exposição. O segundo componente representa o planejamento da exposição e a colaboração entre o sítio histórico ou museu e os lugares para onde a exposição é levada.

Primeiro Passo: Desenvolvimento e Identificação de Questões

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none">1. Qual é a principal razão para a criação da exposição temporária? Qual é o desafio que a exposição irá apresentar?2. Onde a exposição será exibida?3. Quem é o público-alvo?	<ol style="list-style-type: none">1. Identificar e definir o objetivo e a missão.2. Identificar o público-alvo.3. Identificar os lugares para a exposição.4. Estabelecer as responsabilidades da equipe.

Segundo Passo: Criação do Roteiro e da Narrativa Histórica

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual é a história que a narrativa histórica irá contar? 2. Quais são as questões contemporâneas que a narrativa irá abordar? Como? 3. Como o passado está conectado ao presente? 4. Que tipo de pesquisa será realizada? Quem fará a pesquisa? 5. A exposição é parte de uma missão multiprogramática? 6. Quais são os outros métodos que serão utilizados? 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar a narrativa. 2. Coletar artefatos, fotos e outras evidências históricas. 3. Conduzir a pesquisa. 4. Estabelecer meios específicos para conectar o passado ao presente. 5. Definir uma estratégia do programa holístico com atividades complementares, como a divulgação, a educação, as oficinas, etc.

Terceiro Passo: Criação e Produção

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 1. Como o conteúdo será apresentado e usado? 2. Como os visitantes irão interagir com a exposição? 3. Quais são as ferramentas interpretativas e as estratégias? 4. Quem irá interpretar a narrativa? 5. Quem irá transportar a exposição? 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Visitar as instituições que irão apresentar a exposição e desenvolver a exposição de acordo com as suas estruturas. 2. Considerar a ordem do conteúdo e a sua lógica. 3. Elaborar as questões para os visitantes. 4. Treinar ou ensinar os docentes no sítio e fora do sítio. 5. Descrever a exposição em relação às outras atividades e programas. 6. Buscar meios de transporte. 7. Confirmar os locais que irão apresentar a exposição.

Quarto Passo: Implementação

Questões que Devem ser Consideradas	Tarefas e Resultados
<ol style="list-style-type: none"> 1. Onde, quando e por quanto tempo a exposição será apresentada? 2. Qual é a equipe do museu que participou da exposição? 3. Quem visitou a exposição? 4. Como a exposição é avaliada? 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer um cronograma para a exposição temporária. 2. Transportar, instalar e interpretar a exposição. 3. Conduzir atividades programáticas e educativas. 4. Estabelecer a comunicação e novas relações com a comunidade. 5. Criar e implementar um plano de avaliação, questionários, respostas dos visitantes, comentários do público, etc. 6. Registrar as visitas planejadas e não planejadas.

Conclusão

Quando a guerra civil assolou El Salvador, de 1979 a 1992, apenas algumas pessoas puderam adivinhar que no futuro um meio artístico e cultural - a exposição temporária - seria um dia usado para confrontar os problemas da violência. “Um Conto para Aprender”, do MUPI, demonstra que o valor de uma exposição temporária ultrapassa o seu poder de mobilidade. Ela abre outras formas para o engajamento e para a colaboração, envolvendo uma variedade de partes interessadas, como as equipes dos sítios históricos e dos museus, vários públicos, professores e políticos. Assim, o sucesso de uma exposição temporária depende da determinação do local que ela será apresentada e do público para quem será apresentada.

4.1 CONCLUSÃO

Bix Gabriel e Deborah Gardner

Em um artigo de 2014, Ram Bhandari, coordenador da National Victims Alliance (Aliança Nacional das Vítimas) em Nepal, citou as palavras da esposa de um cidadão desaparecido: “eu não compreendo a ideia de justiça de transição discutida pelos especialistas que ensinam e dão palestras para as vítimas em Kathmandu. Na minha opinião, justiça significa prosseguir com a minha vida em família com plena dignidade e suprir as minhas necessidades diárias. Eu preciso de respeito e reconhecimento por parte do governo de que meu marido inocente foi forçado a desaparecer durante o conflito”¹. O artigo de Bhandari examina como a dinâmica de classes e castas do Nepal está influenciando negativamente o processo de justiça de transição. O autor afirma que as formas do processo de justiça de transição ignoram as vozes dos grupos tradicionalmente marginalizados, além das vítimas e dos sobreviventes. Quase todos os processos de justiça de transição da história foram criticados porque ignoram tais vozes. Estas omissões frustram o objetivo central da justiça de transição descrito no prefácio desta publicação como: dar voz as vítimas para combater as violações dos direitos humanos.

Mesmo que a intenção principal do processo de justiça de transição seja fazer justiça para as vítimas, é praticamente impossível que todos os grupos ou categorias de vítimas e sobreviventes - sem mencionar todos os indivíduos - tenham voz no processo. Esta é apenas uma lacuna que a memorialização pode preencher durante o processo de justiça de transição e durante os anos, ou mesmo

1 Ram Bhandari, “Class and Justice”, Kathmandu Post, 29 de julho de 2014, <http://www.ekantipur.com/the-kathman-du-post/2014/07/29/oped/class-and-justice/265548.html>. Também publicado como: “Class and Justice in Nepal”, website International Coalition of Sites of Conscience, 2014 de agosto, acessado em 21 de setembro de 2014, <http://www.sitesofconscience.org/2014/08/class-and-justice-in-nepal/>.

décadas, após este processo. O capítulo “A Criação e o Uso de um Sítio Histórico: A Transformação do Tribunal Especial de Serra Leoa em um Museu da Paz” descreve como uma variedade de partes interessadas - como as vítimas e os sobreviventes, as famílias das vítimas, as pessoas desaparecidas, os grupos de ex-prisioneiros, os ex-militares, as instituições de direitos humanos, os comitês religiosos, as minorias étnicas, os grupos de estudantes, as comunidades de idosos, entre outros - podem ter voz e desfrutar do poder de decisão no processo de memorialização.

Os projetos de memorialização que fazem parte dos processos oficiais de justiça de transição não são as únicas iniciativas com potencial para dar voz às vítimas. Várias iniciativas de base para a memorialização oferecem um espaço para escutar e transmitir as vozes das vítimas e dos sobreviventes, mesmo que estas vozes não alcancem um grande número de pessoas. A Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência, por exemplo, realizou parcerias com vários grupos - como a Civic Initiative and Liberia Media Center (Iniciativa Civil e Centro de Mídia da Libéria), na Libéria, a Kenya Human Rights Commission (Comissão de Direitos Humanos do Quênia) e a TICAH (Trust for Indigenous Culture and Health) (Fundação para a Cultura e a Saúde Indígena), no Quênia - com o objetivo de realizar oficinas experimentais para os sobreviventes da violência. Os participantes mapearam as suas experiências nos conflitos em mapas do corpo humano do tamanho real dos seus próprios corpos. Através destes mapas eles contaram as suas histórias e traumas particulares e compartilharam as suas expectativas para o futuro. Os mapas do corpo humano foram exibidos em espaços públicos nos dois países, expondo as experiências marginalizadas para o público e reavaliando como as atrocidades foram compreendidas. Na maioria dos casos, os fóruns sobre memorialização e atividades como estas são as únicas oportunidades para que as pessoas pobres, das zonas rurais, ou as pessoas marginalizadas de uma forma geral contem as suas histórias em um lugar público e recebam reconhecimento nacional ou internacional em relação às suas experiências.

No entanto, como o capítulo “Engajar o Público Através da Contaçon de Histórias” demonstra, as histórias das vítimas, dos sobreviventes e de outros grupos ganham vida própria ao ser experienciadas por novos públicos que provavelmente não conhecem o sofrimento humano forjado pelos eventos históricos. Neste caso, a memorialização possui um papel central para a conexão do público de hoje como os eventos do passado. Ao visitar o Parque da Paz Villa Grimaldi, no Chile - um centro de detenção do regime de Pinochet que foi transformado em um Sítio de Consciência - um estudante afirmou: “às vezes as pessoas interpretam os fatos deste local como algo que já aconteceu, que virou história e ponto final. No entanto, outras pessoas que visitam [o sítio] percebem que ainda há pessoas envolvidas que continuam buscando pelos restos mortais dos seus filhos desaparecidos. . . isto me ajuda a refletir melhor e me colocar no lugar destas famílias”².

A experiência de nos colocarmos no lugar daqueles que já estiveram no lugar de memória pode ser uma experiência visceral. No capítulo, Diálogo Intergeracional no Camboja, o autor Long Khet demonstra como a visita aos sítios de assassinato em massa faz parte da metodologia do diálogo porque, em suas próprias palavras, “visitar os sítios em vez de simplesmente discutir sobre eles

2 International Coalition of Sites of Conscience, “Past to Present, Memory to Action”, International Coalition of Sites of Conscience brochure, 2011.

provoca, geralmente, uma impressão maior e proporciona uma experiência autêntica da história”³.

Além disso, como os autores Maurice Politi e Kátia Felipini Neves demonstram em “Memorial da Resistência de São Paulo: Caminhos para a Construção e Solidificação dos Sítios de Consciência”, a simples preservação dos lugares de memória não é suficiente. Os autores, assim como outros membros da Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência, argumentam que a transformação de um local de conflitos passados em um lugar de memória viva é o que faz um lugar de memória se tornar um Sítio de Consciência.

Mesmo que este processo apresente variações em contextos diferentes, ele possui um ponto em comum na medida em que os Sítios de Consciência se questionam e questionam o seu público sobre o passado com perguntas, como: quais são as experiências múltiplas sobre os acontecimentos do local? Como nós devemos lembrar estas experiências? Quais são as histórias que nós contamos e como são contadas? Além disso, os sítios devem manter o foco no futuro e fazer perguntas, como: quais são as nossas perspectivas para a nossa sociedade no presente e no futuro? Como nós podemos prevenir a repetição das atrocidades do passado? Como nós podemos manter a construção de legados que defenda a justiça? Estas perguntas são realizadas pela equipe dos Sítios de Consciência durante o processo de desenvolvimento dos lugares de memória. No entanto, em vários casos - como exemplificado pelas “estações de ação” do Jane Addams Hull-House Museum - estes tipos de questões são realizadas diariamente, mesmo depois da abertura dos sítios para o público.

A integração destes tipos de perguntas no trabalho diário dos sítios indica um padrão metodológico abrangente, ou seja: os processos dos Sítios muitas vezes refletem os valores que eles procuram inserir nas comunidades que eles trabalham e na sociedade de um modo geral. Estes valores são: o questionamento crítico, a compreensão de múltiplas perspectivas e a tolerância a despeito de todas as diferenças. Assim, o processo procura reunir uma variedade de pessoas que trabalham em conjunto de acordo com os princípios democráticos, colaborativos e igualitários. A exposição virtual, *Transições*, da Rede Latina Americana dos Sítios de Consciência, é um exemplo de memorialização através de uma grande variedade de experiências e de um processo democrático e de inclusão, como os debates e as tomadas de decisões colaborativas. Como o capítulo apresenta, ao descrever o projeto, os Sítios de Consciência de vários países decidiram mudar as fotografias que eles haviam selecionado inicialmente para a exposição *Transições* devido às novas opiniões apresentadas que abordavam perspectivas diferentes.

Por sua vez, o trabalho em conjunto baseado em princípios democráticos apresenta vários desafios. Às vezes, o desenvolvimento de lugares de memória pode ser interrompido por causa de fatores políticos, econômicos e sociais, como a discordância entre os grupos de vítimas sobre quem deve ser lembrado e como deve ser lembrado. Por exemplo, mesmo que a antiga prisão da Irlanda do Norte, conhecida como Long Kesh ou Maze⁴, tenha sido fechada em 2000, a decisão sobre o destino do sítio

3 Capítulo 10, “Diálogo Intergeracional: Conectando o Passado e o Presente em Camboja, no Youth For Peace (Juventude pela Paz)”.

4 O nome varia de acordo com o grupo que está se referindo ao local.

continua indeterminada⁵. As discordâncias em relação à memorialização não são raras e geralmente refletem as realidades de uma sociedade pós-conflito que mantém as divisões entre os grupos das partes interessadas, mesmo que o processo de justiça de transição esteja em curso. Ao criar espaços para os diálogos abertos sobre a natureza destas divisões e promover a reunião dos grupos opostos, os Sítios de Consciência podem ser decisivos para a reconciliação, para a reconstrução das sociedades divididas pelos conflitos passados e para a manutenção da paz.

Mesmo que os Sítios de Consciência não atuem em contextos pós-conflito e não tenham objetivos específicos relacionados à reconciliação e à reconstrução, eles sempre oferecem oportunidades para que os visitantes se tornem cidadãos ativos⁶ que agem em defesa dos direitos humanos. Vários Sítios de Consciência consideram a cidadania ativa como um princípio fundamental para as sociedades democráticas que promovem a resistência, a punição e, se possível, a prevenção contra os abusos dos direitos humanos. Entre outras características, os cidadãos ativos possuem tolerância em relação às diferenças, questionam e lutam contra a injustiça e tomam medidas para promover a igualdade dentro da comunidade ou a igualdade de nível social. Na maioria dos Sítios de Consciência, as histórias dos cidadãos ativos oferecem modelos para que os visitantes tomem medidas no presente. Além disso, ao incitar os visitantes a se perguntarem quais são os seus papéis para a criação do futuro, os Sítios de Consciência promovem a responsabilidade pessoal de cada ser humano na construção de uma cultura dos direitos humanos. Esta ação é extremamente importante porque os memoriais celebram com frequência as figuras que representam o papel do “herói extraordinário”. Assim, esta celebração pode levar ao efeito paradoxal da redução dos visitantes que almejam um papel mais ativo caso se sintam, por exemplo, incapazes de tomar medidas extraordinárias como as medidas tomadas pela figura histórica reverenciada.

Os Sítios de Consciência utilizam métodos para auxiliar os visitantes a compreender o passado e fazer com que eles se transformem em atores da história no presente. Os Sítios precisam de métodos que reflitam e promovem os seus valores. Os métodos descritos nos capítulos precedentes são diversos; eles englobam os programas de diálogo intergeracional, a contação de histórias, as visitas interativas e outros meios de participação para o engajamento do público. Esta diversidade reflete o fato de que estes métodos são aplicados em uma variedade abrangente de contextos e em locais onde os conflitos foram encerrados recentemente, há uma geração atrás, ou mesmo em uma era passada que mantém legados no presente. Contudo, mesmo apresentando diferenças contextuais, os métodos compartilham princípios e características em comum. Entre elas, nós podemos destacar:

5 “Inside the Natalie Lindo, Inside the Maze prison – the first public tours”, website BBC News Northern Ireland, 12 de setembro de 2011, acessado em 23 de setembro de 2014, <http://www.bbc.com/news/uk-northern-ireland-14871213> e Laura McAtackney, “The Negotiation of Identity at Shared Sites: Long Kesh/Maze Prison site, Northern Ireland”, (Trabalho apresentado no Fórum do 10º Seminário Internacional da UNESCO Universidade e Herança “Cultural Landscapes in the 21st Century”, Newcastle-upon-Tyne, 11 - 16 de abril de 2005), revisado em julho de 2006, acessado em 23 de setembro de 2014, http://www.academia.edu/459520/The_Negotiation_of_Identity_at_Shared_Sites_Long_Kesh_Maze_Prison_Site_Northern_Ireland.

6 Katalin Széger, “Active Citizenship Can Change Your Country for the Better”, website Open Society Foundations (OSF), 25 de fevereiro de 2013, acessado em 23 de setembro de 2014, <http://www.opensocietyfoundations.org/voices/active-citizenship-can-change-your-country-better>.

- .. **O público:** durante a escolha dos métodos, os sítios consideram o público que pretende engajar e as formas de engajamento que serão usadas para engajar este público. Desta forma, o público-alvo é quem determina o método. Estas considerações são importantes porque, em geral, os museus, os Sítios de Consciência e os memoriais têm o objetivo de alcançar o maior número de pessoas possível. Contudo, os estudos de caso apresentados nesta publicação delinham seus programas para um público específico. A especificação e a abrangência são fundamentais e apresentam as razões distintas para a sua importância.
- .. **A ligação entre o passado, o presente e o futuro:** a característica marcante dos Sítios de Consciência, ou seja, a conexão intencional do passado e do presente para a construção do futuro também é refletida nas escolhas dos métodos e dos programas dos sítios. Em alguns casos, os visitantes são levados a refletir sobre estas conexões, ligando as suas experiências contemporâneas dos legados do passado ao presente e determinando as formas para a criação do futuro. Em outras situações, as conexões entre o passado e o presente são explicitamente apresentadas pelo próprio sítio.
- .. **O diálogo:** os sítios criam, conscientemente, espaços e oportunidades para o diálogo e o questionamento sobre o passado e o futuro com o objetivo de engajar os visitantes e os membros da comunidade. Estes diálogos promovem a troca de ideias a partir de pontos de vista diferentes. As reuniões públicas informais - realizadas para discutir as histórias muitas vezes difíceis de ser abordadas - estão bem distantes das ideias tradicionais de que os museus e os memoriais são espaços para a contemplação e o aprendizado silencioso. Em vez disso, muitos dos métodos descritos encorajam não só a reflexão do passado, mas também a abertura do diálogo sobre as possibilidades de ação dos indivíduos no presente e no futuro para criar uma cultura baseada nos direitos humanos.
- .. **As ferramentas para o compromisso e a ação:** Mesmo que nem todos os métodos apresentados nesta publicação possuam uma ferramenta ou estratégia para encorajar os participantes a agir, todos os métodos oferecem ao menos um meio para os participantes refletirem sobre o seu compromisso em relação à garantia dos direitos humanos. Em alguns casos, os métodos são construídos em torno dos meios de ação, ou constituem os próprios meios para que os participantes ajam durante ou depois da sua visita ao sítio.

Dois aspectos das semelhanças acima citadas são particularmente impressionantes. Em primeiro lugar, as ideias e as atividades dos memoriais, especialmente aquelas que homenageiam as vítimas das tragédias do passado, podem não ser percebidas ou, em contra partida, podem ter sido criticadas há décadas atrás. Na verdade, ainda hoje alguns memoriais públicos são considerados santuários sagrados onde o diálogo crítico sobre o passado é inaceitável, principalmente se a discussão desafia as narrativas oficiais estabelecidas. No entanto, a exploração contemporânea do problema gerada no sítio pelos visitantes que possuem perspectivas diferentes sobre o passado indica como a visita a um memorial pode ser uma experiência valorosa e interessante. Os grupos das vítimas e outros defensores dos direitos humanos procuram direcionar o impacto destas experiências para o alcance do objetivo do “nunca mais”.

Em segundo lugar, como esta publicação sugere, várias metodologias inovadoras de memorialização estão sendo desenvolvidas no Hemisfério Sul e em outras regiões. O trabalho sobre a memória está se tornando cada vez mais diverso, colaborativo e inovador porque os sobreviventes das atrocidades possuem experiências variadas; além disso, eles participam e lideram as iniciativas de memorialização. Em vários países, projetos de memória criativos e empreendedores são criados mesmo com a ausência de modelos para a memorialização. As iniciativas de base - que podem ou não contar com o auxílio de historiadores e museólogos - estão estendendo os limites da memorialização e criando, com frequência, novos modelos e métodos como aqueles apresentados nesta publicação. Além disso, as novas tecnologias emergentes estão sendo usadas pelos museólogos tradicionais e pelas pessoas ao redor do mundo que desejam preservar e engajar a memória nas esferas públicas.

As metodologias apresentadas nesta publicação mostram claramente que os projetos públicos de memória são únicos, complexos e possuem objetivos, alcance e extensão diferentes. As metodologias também esclarecem que o estudo e a prática da memorialização apresentam novos aspectos. Na prática, a ideia de memorialização está sendo usada de forma diferente com objetivos específicos que refletem o passado, o presente e o futuro, como a homenagem respeitosa às vítimas e aos sobreviventes, a promoção do engajamento civil e a proteção dos direitos humanos. Assim como em todos os processos iniciais, nós podemos identificar desafios e falhas na implementação e nas experiências dos projetos de memória devido a fatores financeiros, práticos, educativos, políticos ou sociais.

Ainda que a memorialização remonte os inícios da civilização humana, a pesquisa acadêmica extensiva sobre a memorialização e as iniciativas para documentar as metodologias do trabalho sobre memória são relativamente novas. Na medida em que os projetos inovadores sobre memória se proliferam ao redor do mundo, o estudo sobre memorialização também se expande com a promessa de crescimento ao longo do tempo. O campo da memorialização é multidisciplinar, refletindo a complexidade do trabalho e as características das sociedades nas quais os projetos de memória são criados. Os estudos sobre memorialização possuem lacunas e oferecem oportunidades, assim como os próprios projetos de memória. Por exemplo, a documentação e a análise das iniciativas de memorialização consideradas como um grande sucesso e das iniciativas vistas como ineficientes representam um campo de pesquisa importante que está em crescimento. Esta documentação deve analisar os fatores essenciais para o sucesso dos projetos, identificar as ameaças potenciais para as iniciativas de memorialização e analisar a influência das iniciativas para a transformação das sociedades.

Esta publicação é um passo no processo de documentação da memorialização. Os projetos e as metodologias selecionadas neste livro apresentam um objetivo em comum, ou seja: usar as lições do passado para fazer com que a justiça avance no presente e para construir uma cultura dos direitos humanos no futuro.

Paulo Abrão é Secretário Nacional de Justiça e presidente da Comissão de Anistia brasileira. Dr. Abrão possui doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e mestrado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Além de especialista em direitos humanos e processos de democratização, o Dr. Abrão é professor do programa de pós-graduação de Direito da Universidade Católica de Brasília. Ele publicou dezenas de artigos e livros sobre justiça de transição e direito público e realizou pesquisas em diversas universidades latino-americanas, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no Brasil, e a Universidade do Chile. Em 2006 ele se juntou à missão brasileira para a implementação da Universidade do Cabo Verde. Atualmente, o Dr. Abrão presta assessoria ao Centro de Referência para o Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Público criado pela Casa Civil da Presidência da República do Brasil. Ele também é coordenador da implementação do projeto Memorial Político e membro do Conselho de Diretrizes Culturais do Museu da Resistência de São Paulo - um dos membros da Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência.

Valeria Barbuto é Diretora da organização Memoria Abierta, na Argentina, e membro da Comissão Executiva do Espaço Memória e Direitos Humanos [antigo ESMA]. Ela desenvolveu vários projetos sobre arquivamento, acesso à informação e direitos humanos. Além disso, participa de pesquisas sobre as questões de memória coletiva e dos processos de transição na Argentina. Ela cursou antropologia na Universidade de Buenos Aires e fez pós-graduação em Administração Cultural no Instituto de Altos Estudos Sociais (IDAES), na Universidade Nacional de San Martín (UNSAM), e em Democratização e Direitos Humanos no Centro de Direitos Humanos do Departamento de Direito da Universidade do Chile. Ela é membro do corpo docente de Antropologia Política e Jurídica do Departamento de Humanidades da UBA.

Ariel Caniza é formado e licenciado em comunicação e jornalismo pela Universidade de Buenos Aires e possui especialização em relações internacionais. Ele participa do trabalho internacional do Memoria Abierta desde 2009. Ariel também participa de vários projetos relacionados à comunicação, pesquisa e produção de conteúdo a partir de uma rede internacional de museus e locais de memória na América Latina através da rede da Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência. Ele é colunista de rádio e de outras mídias gráficas desde 2011. Atualmente, trabalha como colunista da FM Boedo, uma estação de rádio de Buenos Aires, e trabalhou anteriormente para a Mundo Sur FM e a FM Universidad. Ele é o fundador do Jornalismo Urbano, um website de notícias ativo entre 2008 e 2011. Além disso, é professor de discurso e comunicação do ensino médio desde 2004.

Maja Čečen é Diretora do B92 Fund (Fundo B92) em Belgrado, Sérvia. Ela trabalhou como jornalista para meios de comunicação, como Borba, Demokratija e Telegraf, e como Gerente de Projetos no canal de mídia B92. O B92 Fund foi criado pelo meio de comunicação B92, em 2004, como uma fundação independente para promover a responsabilidade social, o desenvolvimento e a conscientização do público sobre várias questões relevantes para a sociedade sérvia e outras sociedades da região. A

missão do B92 Fund é contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade tolerante e responsável e para a melhoria das condições sociais e culturais dos grupos sociais marginalizados. Ao desenvolver o seu trabalho no B92 Fund, Maja atuou como coprodutora de documentários sobre o passado e participou da iniciativa para o estabelecimento de um centro educacional memorial localizado no Staro Sajmište, um antigo campo de concentração nazista, em Belgrado. Este centro tem o objetivo de coletar e preservar as memórias dos judeus e das outras vítimas da perseguição nazista, durante a Segunda Guerra Mundial, e atuar como um centro de pesquisa e educação para o estudo da história, das causas da violência no território da antiga Iugoslávia e da história da luta por uma sociedade mais tolerante. Atualmente, o B92 Fund implementa uma série de projetos educacionais - que liga o passado ao presente - para as crianças de idade escolar na Sérvia.

Doudou Diène nasceu no Senegal em 1941. Doudou Diène é formado em direito pela Universidade de Caen, é Doutor em direito público pela Universidade de Paris e formado em Ciência Política pelo Institut d'Études Politiques de Paris. Depois de atuar como Vice-representante do Senegal na UNESCO, de 1972 a 1977, e como Vice-presidente e Secretário do Grupo Africano e do Grupo de 77, ele se tornou Secretário da UNESCO, em 1977, e foi nomeado Diretor do Gabinete de Ligação das Missões Permanentes e dos departamentos das Nações Unidas em Nova York, em 1980. Entre 1985 e 1987, ele ocupou os cargos de Vice-Diretor Geral Adjunto das Relações Externas, porta-voz do Diretor-Geral e Diretor do Departamento de Informação Pública. Após atuar como Coordenador dos Projetos do "Estudo Integral das Rotas da Seda: Estradas do Diálogo", com o objetivo de promover o diálogo entre o Oriente e o Ocidente, ele foi nomeado Diretor da Divisão de Projetos Interculturais, em 1993 (atualmente chamada Divisão do Diálogo Intercultural). Em 2002, ele foi nomeado pela Comissão de Direitos Humanos como Relator Especial sobre as formas contemporâneas do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, tendo seu mandato prorrogado posteriormente pelo Conselho dos Direitos Humanos. Ele presidiu e participou como convidado ilustre de muitas apresentações, programas de rádio e televisão. Ele é coautor de *Patrimoine culturel et créations contemporaines*, e de "UNESCO and Communications Research and the New World Information Order" do *Journal of International Affairs*. Ele também publicou artigos sobre o diálogo intercultural e inter-religioso em revistas, como *Archeologia, Historia, Sciences et Vie e Actualité des Religions*. Ele também foi diretor editorial do *From Chains to Bonds* (UNESCO, 1998) e escreveu o prefácio de *Tradition orale et archives de la traite négrière* (UNESCO, 2001) e o editorial do Boletim Informativo Nº 2 da "Rota dos Escravos" (UNESCO, 2001).

Kátia Felipini Neves possui graduação em Museologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (1993); especialização em Museologia pelo Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (2002); e mestrado em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (2012), Lisboa, Portugal. Atualmente, ela é estudante do MBA em Gestão Econômica e Projeto Estratégico da Fundação Getúlio Vargas.

Ela também é coordenadora do Memorial da Resistência de São Paulo, onde atua desde agosto de 2008 quando participou do processo de implementação da instituição. Desde então, ela realiza pes-

quisas e contribui com as instituições museológicas dedicadas às questões relacionadas às violações dos direitos humanos. Além disso, desde 2013 ela participa da elaboração dos planos do museu para a implementação do Museu da Diversidade Sexual (Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo) e do Museu da Luta pela Justiça (Centro de Preservação da Memória Política e a Ordem dos Advogados do Brasil). Ela também é representante do Memorial da Resistência de São Paulo na Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, em São Paulo.

Silvia Fernández nasceu na Espanha. Silvia Fernandez é consultora da Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência e trabalha principalmente com a Rede Regional Europeia da Coalizão. Ao atuar como consultora, ela administra os aspectos principais da programação da Rede Europeia. Silvia é ex-diretora do programa da Coalizão. Atualmente, ela trabalha como gerente do programa, apresentando anos de experiência em design, implementação, monitoramento e avaliação de vários programas educacionais de direitos humanos e de justiça social em todo o mundo. De acordo com os vários programas e ferramentas que desenvolveu, ela se interessa bastante pelo uso dos meios de comunicação, da arte e da cultura para moldar a percepção pública e promover uma mudança social positiva. Ela possui mestrado em Educação Internacional com ênfase em Direitos Humanos e Educação para o Desenvolvimento Internacional pela Universidade de Nova York (EUA) e Bacharelado (Ciências Sociais) em Política e Relações Internacionais pela Universidade de Southampton (Reino Unido).

Bruno Scalco Franke é formado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e desenvolveu a tese: Tribunais Híbridos: O caso das Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja. Ele é analista judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Atualmente, ele faz Mestrado em Direito Internacional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Além disso, ele é membro do grupo de pesquisa sobre Constitucionalismo e Justiça de Transição na América Latina.

Bix Gabriel é cofundadora e chefe de comunicações da TakeTwo Services, uma empresa de consultoria, com sede em Nova York, que oferece estratégias de comunicação e de angariação de fundos para organizações sem fins lucrativos. Bix trabalha na área de comunicações estratégicas para organizações sem fins lucrativos - de grande e pequeno porte, locais e internacionais - há mais de uma década. Além disso, é Diretora das Relações Externas da Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência.

Bix atuou, anteriormente, como Diretora Regional de Comunicações na Teach For America, uma organização educacional nacional sem fins lucrativos dos Estados Unidos. Além disso, trabalhou como Assistente Social e Diretora de Mídia na Sakhi - uma organização, em Nova York, de serviços diretos voltada para as Mulheres do Sul da Ásia. Ela possui dois mestrados, um em Comunicação e outro em Estudos de Mídia. Ela também é autora de "Sites of Conscience: Past to present, memory to action" em *Museum of Ideas: Commitment and Conflict*, parte da série *Museums Etc.* Atualmente, ela trabalha como Professora na Universidade de Indiana em Bloomington, IN.

Deborah Gardner é escritora, editora e profissional da saúde pública. Ela possui dois mestrados pela Universidade de Washington, em Seattle: um Mestrado na área de Saúde Pública, em Saúde Materno-infantil, e um mestrado em Escrita Criativa. Ela recebeu o título de bacharel em Estudos da Mulher e da Religião pelo Oberlin College. Ela escreveu para o blog gastronômico do *The New York Times*, para a revista *Issues in Science and Technology Magazine*, para o website *The Atlantic*, *The Jewish Sound* e *Seattle Local Food*. Sua formação abrange pesquisas sobre a saúde global, a defesa da juventude, a gestão sem fins lucrativos e a organização das comunidades para uma alimentação e nutrição sustentáveis e igualdade na saúde. Atualmente, ela atua como Diretora Adjunta do FEEST (Food Education Empowerment Sustainability Team) em Seattle. Deborah morou nos EUA, no Canadá, na Tailândia e na Guiana Francesa.

Long Khet é fundador e Diretor Executivo da Juventude pela Paz. Ele fundou a Juventude pela Paz em 1999, acumulando mais de uma década de experiência prática com o trabalho de construção da paz. Ele é fundamental para o desenvolvimento da paz, da liderança e dos programas de reconciliação para os jovens do pós-conflito no Camboja. Long Khet é formado pela Universidade Real de Phnom Penh e pela Faculdade de Pedagogia. Durante os seus estudos na universidade, ele se engajou nas discussões sobre a paz e nas caminhadas pela paz com o objetivo de acabar com o conflito violento durante a eleição nacional no Camboja. Depois de formado, ele foi professor do ensino fundamental em uma província rural do Camboja durante dois anos. Ele possui Mestrado em Transformação Aplicada de Conflitos pela Universidade de Paññāsāstra do Camboja e pelo Centro de Estudos sobre Paz e Conflitos (Center for Peace and Conflict Studies - CPCS). Ele se interessa, principalmente, pelas iniciativas de memória, pela recuperação pós-conflito e pela integração da ASEAN. O tema da sua pesquisa foi sobre o legado da memória no Camboja. Atualmente, está engajado em um projeto de pesquisa sobre a educação para a paz no Camboja e em outros compromissos relacionados às iniciativas regionais de paz e memória da comunidade. Além disso, participou do programa de bolsa de estudos da Aliança para o Diálogo Histórico e Responsabilização do Instituto de Estudos de Direitos Humanos da Universidade de Columbia, em Nova York. Ele também participou de redes e conferências locais, regionais e globais sobre justiça social, paz e democracia.

Zachary D. McKiernan é professor de história da Universidade de Hampton, Virgínia, nos Estados Unidos. Ele fez pós-graduação em história pública na Universidade da Califórnia, em Santa Barbara. Durante a sua estadia no Chile, o seu trabalho de campo se concentrou nos lugares de memória e museus de direitos humanos. A sua pesquisa atual aborda os lugares afro-americanos de memória em Hampton Roads, Virgínia. Zachary é apaixonado pela capacidade de mobilização das pessoas comuns em torno da história com o objetivo de promover mudanças e criar comunidades.

Ereshnee Naidu é consultora de justiça de transição da Iniciativa Global para a Justiça, Verdade e Reconciliação, um programa pioneiro sobre justiça de transição da Coalizão. Ereshnee é ex-diretora do programa da Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência, ela também trabalhou como pesquisadora e gerente de projeto para iniciativas, como o Centro de Estudo da Violência e Reconciliação (Center for the Study of Violence and Reconciliation- CSV), na África do Sul. Ela possui mais de dez anos de

experiência de trabalho com organizações e elaboradores de políticas comunitárias, desenvolvendo modelos de memorialização que promovem os direitos humanos. Ela realizou seu doutorado em sociologia no Centro de Pós-Graduação da Universidade da Cidade de Nova York e publica vários artigos sobre memorialização e reparações nas sociedades pós-conflito.

Dario de Negreiros é Coordenador de Reparação Psíquica e Pesquisa da Comissão de Anistia do Brasil. Ele é membro do Margens Clínicas, um grupo de psicanalistas que oferece assistência às vítimas da violência policial. Como jornalista, ele trabalhou como repórter da Folha de São Paulo e em outras mídias. Em 2014, ele atuou como Coordenador do Fortalecimento da Memória, Justiça e Direitos Humanos, com sede no Brasil, do projeto brasileiro e do Hemisfério Sul da Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência. Ele é formado em Psicologia, Filosofia, Jornalismo e, atualmente, é estudante de mestrado do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo.

Maurice Politi nasceu no Egito e emigrou para o Brasil com sua família quando ainda era criança. Ele estudou jornalismo em 1967, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Ele participou do movimento estudantil contra o regime militar com o grupo revolucionário ALN (Ação Libertadora Nacional). Em março de 1970, ele foi preso e condenado há quatro anos de prisão como prisioneiro político, passando por trinta e seis celas em nove prisões no estado de São Paulo. Depois de cumprir seu tempo de prisão, Maurice foi exilado do país em 1975, sendo considerado “apátrida”. Ele passou cinco anos no exílio, em Israel, e retornou ao Brasil em 1980, após a anistia ser promulgada e a sua nacionalidade brasileira restaurada. Ele começou a sua carreira trabalhando por 27 anos para uma empresa multinacional especializada em exportação e controle de qualidade. Durante este período ele viveu no Brasil, Peru, México, Quênia, Suíça e Argentina. Desde 2007, seu trabalho se concentra, principalmente, no campo dos direitos humanos e da defesa da verdade, memória e justiça. Ele é fundador e presidente da ONG *Núcleo de Preservação da Memória Política*. Em fevereiro de 2010, o ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, o convidou para coordenar o Projeto de Direito à Memória e à Verdade. Ele coordenou a edição de livros, o desenvolvimento de exposições e a construção de vinte memoriais em homenagem aos mortos e aos desaparecidos. Além disso, ele trabalha como consultor para a equipe profissional responsável pelo Memorial da Resistência, atua como membro do Conselho da Sociedade Civil da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e é membro do Conselho Educacional do Memorial da Resistência. Maurice também é palestrante em diversos seminários e autor do livro *Resistência Atrás das Grades*, além de outros trabalhos.

4.3 REFERÊNCIAS

Os links adicionais do website podem ser encontrados nas notas de rodapé de cada capítulo.

Abrão, Paulo e Marcelo D. Torelly, “Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação”. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. (Brasília: Ministério da Justiça Nº 03, janeiro/junho de 2010), 108 - 139.

“Acordo entre as Nações Unidas, o Governo de Serra Leoa e o Estatuto do Tribunal Especial de Serra Leoa, 16 de janeiro de 2002”, Estatuto do Tribunal Especial de Serra Leoa, 16 de janeiro de 2002, Tribunal Especial de Serra Leoa e Tribunal Especial Remanescente de Serra Leoa.

American Association for State and Local History, Technical Leaflet Nº 249, “EXHIBIT MAKE-OVERS: Do-It-Yourself Exhibit Planning,” in *History News* 65, Nº 1, (Inverno de 2010).

Análise. “Verdade e Justiça para Quem”, *Brasil de Fato*, 19 de julho de 2011.

Araújo, Marcelo M. e Maria Cristina Oliveira Bruno, Coordenadores, *Memorial da Resistência de São Paulo*, São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, Memorial da Resistência de São Paulo, 2009, 61.

Bar-Tal, Daniel, “Collective Memory of Physical Violence: Its Contribution to the Culture of Violence,” in Ed Cairns and Micheál D. Roe, eds., *The Role of Memory in Ethnic Conflict*, New York: Palgrave Macmillan, 2003.

Barsalou, Judy and Victoria Baxter, “The Urge to Remember: The Role of Memorials in Social Reconstruction and Transitional Justice,” *United States Institute on Peace Stabilization and Reconstruction Series*, nº 5 (2007), 1 - 24.

Beaubien, Jason, “Extortion, Gang Violence Terrorize El Salvador,” *National Public Radio*, 12 de maio de 2009.

Benjamin, Medea, “Egyptians Stand Up to President’s Power Grab” *Huffington Post*, 28 de novembro de 2012.

Bergstrom, Randolph, “Editor’s Corner: Engaging History,” *The Public Historian* 30, Nº 1 [fevereiro de 2008]: 7 - 8.

Bhandari, Ram, “Class and Justice”, *Kathmandu Post*, 29 de julho de 2014 (e) Bhandari, Ram, “Class and Justice in Nepal”, website Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência, agosto de 2014.

Bhowmick, Nilanjana, “Four Things You Need to Know About the Chaos In Bangladesh”, *Time*, 6 de novembro de 2013.

Bickford, Louis, "Preserving Memory: The Past and the Human Rights Movement in Chile," in *Democracy and Human Rights in Latin America*, eds. Richard S. Hillman, John A. Peeler, and Esla Cardoza da Silva (Westport, Connecticut: Praeger, 2002), 9 - 26.

Blustein, Jeffrey, *The Moral Demands of Memory*, Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Booth, W. James, *Communities of Memory: On Witness, Identity and Justice*, (London: Cornell University Press, 2006.

Beelaert, Bram, Mandy Nauwelaerts, and Luc Verheyen, *Musea en Erfgoed Antwerpen*, "The Power of the Story," *Museums of Ideas: Commitment and Conflict*, [Edinburgh: Museums etc., 2011].

Brett, Sebastian et al., "Memorialization and Democracy: State Policy and Civic Action," Final report from the International Conference Memorialization and Democracy: State Policy and Civic Action in Santiago, Chile, 20 - 22 de junho de 2007.

Brett, Sebastian, Louis Bickford, Liz Ševčenko, and Marcela Rios. "Memorialization and Democracy: State Policy and Civic Action." Conference Report, Santiago de Chile, 20 - 22 de junho de 2007.

Bruno, Maria Cristina Oliveira, *Plano Museológico do Memorial da Resistência de São Paulo*, São Paulo: Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC; Memorial da Resistência de São Paulo, 2010.

Casa Memory José Domingo Cañas 1367, "Memories of Political Repression in Chile: Human Rights Across the Disciplines." International Coalition of Sites of Conscience Project Support Fund Grant, Chile, 2012.

Chilean National Commission on Truth and Reconciliation, *Report of the Chilean National Commission on Truth and Reconciliation*, traduzido por Phillip E. Berryman, South Bend, Indiana: University of Notre Dame Press, 1993.

Comissão de Anistia. Relatório Anual da Comissão de Anistia 2008, Brasília: Comissão de Anistia, 2009. 58 - 59.

Cowell, Alan "A.N.C. Official Convicted of Hate Speech", 12 de setembro de 2011, *New York Times*.

de Greiff, Pablo, ed., *The Handbook of Reparations*, Oxford: Oxford University Press, 2006.

Denney, Lisa, "Sierra Leone: Wave of Violence or Wake-Up Call?" *Pambazuka* 438, 18 de junho de 2009.

DeWaal, Alex, "Remember Alem Bekagn," *London Review of Books* 34, nº 2 [2012].

Dhar, Utpal Kanti, "Closing Report of the Project 'Dialogues on Inter-Religious Harmony & Tolerance'", relatório submetido/manuscrito não publicado, 2010.

- Edkins, Jenny, *Trauma and the Memory of Politics*, New York: Cambridge University Press, 2003.
- Ereshnee Naidu, *From Nyayo House to Godown Arts Center: A Needs Assessment of Memorialization Initiatives in Kenya*, New York: International Coalition of Sites of Conscience, 2010.
- Fullard, Madeleine *Dis-placing Race: The South African Truth and Reconciliation Commission (TRC) and Interpretations of Violence*, (Johannesburg: Centre for the Study of Violence and Reconciliation, 2004).
- Gberie, Lansana, "The Special Court for Sierra Leone Rests - for Good," *Africa Renewal Online*, abril de 2014.
- Gibson, James L. *Overcoming Historical Injustices: Land Reconciliation in South Africa*, Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- "The great white-tax debate - 'Rich should pay wealth tax' - Tutu," City Press, 13 de agosto de 2011.
- Hamber, Brandon "Narrowing the Micro and Macro: A Psychological Perspective on Reparations in Societies in Transition," in Pablo de Greiff, ed., *The Handbook of Reparations*, Oxford: Oxford University Press, 2006.
- Hamber, Brandon, Liz Ševčenko, and Ereshnee Naidu, "Utopian Dreams or Practical Possibilities: The Challenges of Evaluating the Impact of Memorialization in Societies in Transition," *International Journal of Transitional Justice* 4, nº 3 (2010): 397 - 420.
- Hasan, Rashidul "War Crime Trial: Evidence collection begins," The Daily Star, 31 de março de 2010.
- Hass, Kristin Ann, *Carried to the Wall: American Memory and the Vietnam Veterans Memorial*, Berkeley: University of California Press, 1998.
- Hayden Dolores, *The Power of Place: Urban Landscapes as Public History*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- Hayner, Priscilla B. *Unspeakable Truths: Transitional Justice and the Challenge of Truth Commissions*, New York: Routledge, 2010.
- Hogan, Louise, "Beyond Transitional Justice - Memorialisation in Africa," *Transconflict*, 24 de maio de 2012.
- Huntington, Samuel, "The Clash of Civilizations?" *Foreign Affairs* (Verão de 1993).
- Jamalpur Ghandi Ashram, "Dialogues on Inter-Religious Harmony and Tolerance." International Coalition of Sites of Conscience Project Support Fund Grant, Bangladesh, 2012.
- Jamalpur Ghandi Ashram, "Dialogues on Inter-Religious Harmony and Tolerance." International Coalition of Sites of Conscience Project Support Fund Grant, Bangladesh, 2012.

Jane Addams Hull-House Museum, "Unfinished Business-Juvenile Justice Exhibit." International Coalition of Sites of Conscience Project Support Fund Grant, United States, 2012.

Khulumani Support Group, "No Cohesion without Reparations! - The Struggle for Inclusive and Comprehensive Reparations: A View from the South African Coalition for Transitional Justice", 22 de julho de 2007.

Kieh, George Klay Jr., "State-building in Post-Civil War Sierra Leone," *African and Asian Studies* 4, Nº1 - 2 [2005]: 163 -185.

Kimmelman, Michael, "Auschwitz Shifts From Memorializing to Teaching," *The New York Times*, 18 de fevereiro de 2011.

Kritz, Neil J. ed., *Transitional Justice: How Emerging Democracies Reckon With Former Regimes*, Washington D.C.: United States Institute for Peace, 1997.

Krugman, Paul, "Prisons, Privatization, Patronage," *The New York Times*, 21 de junho de 2012.

Lefko-Everett, Kate, Ayanda Nyoka, and Lucia Tiscornia, "SA Reconciliation Barometer Survey: 2011 Report," Institute for Justice and Reconciliation, 2011.

Levinson, Sanford, *Written in Stone: Public Monuments in Changing Societies*, Durham: Duke University Press, 1998.

Lindo, Natalie "Inside the Maze prison - the first public tours", website BBC News Northern Ireland, 12 de setembro de 2011.

Lord, Barry, and Maria Piacente, eds. *Manual of Museum Exhibitions, Second Edition*. Lanham, Maryland: Rowman and Littlefield, 2014.

Lorey, David E. and William H. Beezley, eds., *Genocide, Collective Violence and Popular Memory: The Politics of Remembrance in the Twentieth Century*, Wilmington: Scholarly Resources, Inc., 2002.

Mani, Rama, "Rebuilding an Inclusive Political Community After War," *Security Dialogue* 36, nº 4 (2005): 511 - 526.

McAttackney, Laura, "The Negotiation of Identity at Shared Sites: Long Kesh/Maze Prison site, Northern Ireland", (Trabalho apresentado no Fórum do 10º Seminário Internacional da Universidade e Patrimônio da UNESCO "Paisagens Culturais do Século 21", Newcastle-upon-Tyne, 11 - 16 de abril de 2005), revisado em julho de 2006.

Mendeloff, David, "Truth-Seeking, Truth-Telling, and Post-Conflict Peacebuilding: Curb the Enthusiasm,?" *International Studies Review* 6, nº 3 (2004): 355 - 380.

Moon, Claire, *Narrating Political Reconciliation: South Africa's Truth and Reconciliation Commission*, New York: Rowman and Littlefield Publishers Inc., 2008.

Münyas, Burcu, "Genocide in the minds of Cambodian youth: transmitting (hi)stories of genocide to second and third generations in Cambodia," *Journal of Genocide Research* 10, nº 3, [2008] 413 - 439.

Museo de la Palabra y Imagen, "A Tale to Learn: Chiyo's Story." Project Support Fund Grant International Coalition of Sites of Conscience Project Support Fund Grant, El Salvador, 2012.

Museo de la Palabra y Imagen, "A Tale to Learn: Chiyo's Story." Project Support Fund Grant International Coalition of Sites of Conscience Project Support Fund Grant, El Salvador, 2012.

Naidu, Ereshnee, "Memorialisation in Post-conflict Societies in Africa: Potentials and Challenges," *Memorials in the Time of Transition*, editado por Susanne Buckley-Zistel e Stefanie Schäfer. *Intersentia*, Cambridge: Trinity House, 2014, capítulo 1.

Naidu, Ereshnee, *Symbolic Reparations: A Fractured Opportunity*, Johannesburg: Centre for the Study of Violence and Reconciliation, 2004.

Naidu, Ereshnee, *The Ties That Bind: Strengthening the Linkages Between Memorialization and Transitional Justice*, Johannesburg, Centre for the Study of Violence and Reconciliation TJP Research Brief, 2006.

Negreiros, Dario de, "Memória, Verdade, Justiça e Reparação para os crimes brasileiros pós-ditadura," *Ponte: Segurança Pública*, Justiça e Direitos Humanos, 26 de junho de 2014.

Nora, Pierre. "Reasons for the Current Upsurge in Memory." In *The Collective Memory Reader*, editado por Jeffrey Olick, et al. Oxford University Press, 2004.

Opiyo, Dave, "Kenya: TJRC Told of Nyayo House Torture," *All Africa*, 28 de fevereiro de 2012.

Osborne, Elodie Courter, *Manual of Traveling Exhibitions*, UNESCO, 1953.

Peace Museum Project Management Team, "Engaging Civil Society on the Relevance of the Peace Museum in Building Peace and a Culture of Human Rights in Sierra Leone." International Coalition of Sites of Conscience Project Support Fund Grant, Sierra Leone, 2012.

Posel, Deborah and Graeme Simpson, eds., *Commissioning the Past: Understanding South Africa's Truth and Reconciliation Commission*, Johannesburg: Witwatersrand University Press, 2002.

Ramphele, Mamphela, *Laying Ghosts to Rest: Dilemmas of Transformation in South Africa*, Cape Town: NB Publishers, 2008.

Relatório do Departamento do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre o seminário das experiências dos arquivos como um meio de garantir o direito à verdade, 14 de abril de 2011.

Ricoeur, Paul, *Memory, History, and Forgetting*, traduzido por Kathleen Blamey e David Pellauer, Chicago: University of Chicago Press, 2004.

Salazar, Gabriel, Mario Garcés, & Pablo Artaza, “La Historia Social: Sujeto social e historicidad en la construcción de memoria para la acción,” ed. Verónica Vives Cofré, *Cuaderno de Trabajo Volumen 1: Memoria, Historia y Derechos Humanos*, (Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2011), 67 - 83.

Salazar, Gabriel, Mario Garcés, & Pablo Artaza, “La Historia Social: Sujeto social e historicidad en la construcción de memoria para la acción.” In *Cuaderno de Trabajo Volumen 1: Memoria, Historia y Derechos Humanos*. Editado por Verónica Vives Cofré, Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2011.

Ševčenko, Liz and Maggie Russell-Ciardi, “Sites of Conscience: Opening Historic Sites for Civic Dialogue,” *The Public Historian* 30, Nº 1 [fevereiro de 2008] 9 - 15.

Soares, L.E., “Segurança Municipal no Brasil sugestões para uma agenda mínima”, in *J.T. Sentosé Prevenção da violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

“Special Court Hands Over Courthouse and Complex to the Government of Sierra Leone,” Special Court for Sierra Leone Press Release, 2 de dezembro de 2013.

“Transitional Justice is Key to Preventing Human Rights Violations, Says UN Expert,” UN New Centre, 11 de setembro de 2012.

van der Merwe, Hugo, Victoria Baxter, and Audrey R. Chapman, eds., *Assessing the Impact of Transitional Justice: Challenges for Empirical Research*, Washington D.C.: United States Institute for Peace Press Books, 2009.

Volkan, Vamik D. “What Some Monuments Tell Us About Mourning and Forgiveness,” in Elazar Barkan and Alexander Karn, eds., *Taking Wrongs Seriously: Apologies and Reconciliation*, California: Stanford University Press, 2002.

Wright, Thomas C. *State Terrorism in Latin America: Chile, Argentina, and International Human Rights* Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2007.

Young James E., *The Texture of Memory: Holocaust Memorials and Meaning*, New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1993.

Zusman, Angela, *Story Bridges: A Guide to Conducting Intergenerational Oral History Projects*, Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2010.